

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Rhenan Pereira Santos

**O SIGNO CORRUPÇÃO NOS EDITORIAIS DA *FOLHA DE S. PAULO* DURANTE
OS GOVERNOS DILMA ROUSSEFF (2012-2016)**

Porto Alegre
2024

Rhenan Pereira Santos

**O SIGNO CORRUPÇÃO NOS EDITORIAIS DA *FOLHA DE S. PAULO* DURANTE
OS GOVERNOS DILMA ROUSSEFF (2012-2016)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó

Linha de Pesquisa: Relações de Poder Político-Institucionais

Porto Alegre
2024

CIP - Catalogação na Publicação

Pereira Santos, Rhenan

O signo corrupção nos editoriais da Folha de S. Paulo durante os governos Dilma Rousseff (2012-2016) / Rhenan Pereira Santos. -- 2024.

285 f.

Orientador: Luiz Alberto Grijó.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Corrupção. 2. Folha de S. Paulo. 3. Dilma Rousseff. I. Alberto Grijó, Luiz, orient. II. Título.

Rhenan Pereira Santos

**O SIGNO CORRUPÇÃO NOS EDITORIAIS DA *FOLHA DE S. PAULO* DURANTE
OS GOVERNOS DILMA ROUSSEFF (2012-2016)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada em: 27/08/2024.

Conceito: A

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó – Orientador

Profa. Dra. Céli Regina Jardim Pinto – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Letícia Sabina Wemeier Krilow – Universidade Federal de Pelotas

Profa. Dra. Thaíze Ferreira da Luz – Instituto Federal do Rio Grande do Sul

Dedico este trabalho à Lara,
que é a razão de tudo isso, desde o princípio.

AGRADECIMENTOS

O processo de pesquisa e escrita desta tese foi atravessado por eventos que o tornaram especialmente desafiador. Uma pandemia que nos confinou a todos em nossas casas, buscando por segurança enquanto um governo desastroso lutava contra a ciência e o bom senso. Depois disso, a maior tragédia climática da história do Rio Grande do Sul, que levou a minha família – e centenas de milhares de outras apenas em minha cidade – para fora de casa, buscando segurança enquanto as águas devastavam casas, locais de trabalho e nossas histórias. Com a chegada ao fim dessa caminhada, esses episódios fazem que com que meu sentimento de alegria e, em especial, gratidão, sejam ainda maiores.

Sou grato a toda comunidade escolar da EMEF General Osório, onde tive o privilégio de me tornar diretor e que, diariamente, ensina-me a importância de que minha reflexão teórica e prática andem sempre juntas, lado a lado. Lugar que me ensina a importância de uma educação pública de qualidade, baseada nos pilares da criticidade e da generosidade. Tem sido um privilégio compartilhar essa caminhada com meus colegas e alunos queridos, que tanto me ensinam todos os dias. Em especial, agradeço à minha vice-diretora, a professora Daiana Bastos de Menezes, com quem divido esse desafio diário e com quem tenho tantas trocas que enriquecem minha reflexão sobre a realidade.

Sou grato ao professor Luiz Alberto Grijó, que tão gentilmente aceitou ser meu orientador e que produziu algumas das conversas mais instigantes que tive nos últimos anos acerca da realidade brasileira. Não fosse a sua ajuda, seu olhar crítico e seu amplo conhecimento, tenho certeza de que esse trabalho seria apenas uma sombra do que se tornou.

Sou grato aos meus pais, Volnei e Eliete, por terem sido sempre dois exemplos de como encarar a vida de forma íntegra e determinada e em sempre ter a certeza de estar fazendo o meu melhor, independente do que seja. Todos os dias me pego percebendo o quanto de mim hoje se deve ao amor incondicional que eles deram a mim e aos meus irmãos, Carol e Yuri. Não fosse a ajuda da minha família, eu jamais teria conseguido atravessar os desafios que se colocaram durante o processo de elaboração desse trabalho.

Sou grato aos muitos colegas que tive durante minha graduação, o mestrado e o curso de doutorado na UFRGS, pessoas que ajudaram a compor esse ambiente formativo ao qual eu devo tanto. Lembrarei, sempre com muito carinho, os cafés e momentos de troca que tive no campus do Vale. Evito citar nomes para não correr o risco de ser injusto com alguém, mas sou

obrigado a lembrar do Hildebrando Maciel: a ideia de todo esse trabalho surgiu de uma conversa, regada a boas quantidades de chopp, em uma noite fria de Porto Alegre.

Sou grato à minha esposa, Gabriela, pessoa que não apenas tenho a sorte de dividir todos os meus dias, como também foi essencial para esse trabalho, discutindo sobre meu referencial teórico, sobre escolhas da pesquisa, auxiliando-me na análise linguística e na revisão gramatical do texto final. O seu amor foi o combustível que me manteve firme em momentos – muitos – em que pensei em desistir do doutorado, quando o cotidiano me atropelava com desafios. Foi uma sorte te ter ao meu lado durante todo esse tempo.

Finalmente, sou grato à Lara, nossa filha. De todos os aprendizados que tive desde que comecei minha primeira disciplina no doutorado, nenhum foi maior do que o que ela me apresentou: ser pai. Te amo, minha filha!

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a forma como o jornal *Folha de S. Paulo*, através de seus editoriais, realizou um processo de significação da corrupção no contexto dos governos Dilma Rousseff. Nossa análise se concentrou no período entre os anos de 2012 e 2016, compreendendo nesse recorte o julgamento do escândalo do Mensalão no STF, os movimentos de junho de 2013, o desencadear da Operação Lava Jato, a eleição de 2014 e o processo de impeachment de 2016. Nossa análise se fundamentou no arcabouço teórico construído pelo Círculo de Bakhtin e de intelectuais que pensaram criticamente o neoliberalismo, a partir de diferentes enfoques. Através de nossa pesquisa, foi possível observar a forma como a *Folha de S. Paulo*, em seus editoriais, operacionalizou o signo *corrupção* como forma de criticar a política institucional como um todo, ao mesmo tempo em que pressionava o governo de Dilma Rousseff no sentido de que fossem aprovadas medidas de austeridade fiscal. A forma como a corrupção foi significada teve caráter marcadamente moralizante e, com o passar do tempo, assumiu contornos cada vez mais maniqueístas, de modo a significar o Partido dos Trabalhadores enquanto um partido da corrupção. Além disso, a estrutura argumentativa dos editorialistas buscou se apresentar como ponderada e racional, o que incluiu reiteradas defesas de formalismos jurídicos. Em nossa análise, restou claro que todo esse movimento de significação se deu com o propósito de sustentar uma agenda neoliberal para a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Corrupção. Folha de S. Paulo. Governos Dilma Rousseff.

ABSTRACT

This work aims to analyze how the newspaper *Folha de S. Paulo*, through its editorials, carried out a process of signifying corruption in the context of Dilma Rousseff's government. Our analysis focused on the period between 2012-2016, covering the Mensalão scandal tried in the Supreme Federal Court, the June 2013 movements, the unfolding of Operation Car Wash, the 2014 election, and the 2016 impeachment process. It was based on the theoretical framework proposed by the Bakhtin Circle and intellectuals who critically examined neoliberalism from different perspectives. Through our research, it was possible to observe how *Folha de S. Paulo*, in its editorials, operationalized the sign of corruption to criticize institutional politics as a whole, while simultaneously pressuring Dilma Rousseff's government to approve fiscal austerity measures. The way corruption was signified had a markedly moralizing character and, over time, took on increasingly Manichean contours, signifying the Workers' Party as a party filled with corruption. Furthermore, the argumentative structure of the editorialists was presented as balanced and rational, which included repeated defenses of legal formalism. In our analysis, it became clear that this entire signification movement was aimed at supporting a neoliberal agenda for Brazilian society.

Keywords: Corruption. Folha de S. Paulo. Dilma Rousseff's Government.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	17
2.1 A LINGUAGEM E O SIGNO	17
2.2 OS GÊNEROS DO DISCURSO, O GÊNERO EDITORIAL E A MÍDIA	23
2.3 O NEOLIBERALISMO E O PAPEL DO ESTADO	30
2.4 A CORRUPÇÃO.....	36
3 FAXINA, CACHOEIRA E MENSALÃO: O ANO DE 2012	46
3.1 DILMA, A FAXINEIRA DA CORRUPÇÃO	46
3.2 FAXINA PARA LOTEAR CARGOS	52
3.3 A LEI DA FICHA LIMPA E A MORALIZAÇÃO DA POLÍTICA	56
3.4 O NOVO CÓDIGO PENAL E A TIPIFICAÇÃO DA CORRUPÇÃO.....	63
3.5 CPMI DO CACHOEIRA	65
3.6 O JULGAMENTO DO MENSALÃO NO STF.....	72
3.7 O FIM DE DILMA, ANO 2	91
4 JUNHO DE 2013, O SURGIMENTO DA OPERAÇÃO LAVA JATO E AS ELEIÇÕES DE 2014.....	93
4.1 OS MOVIMENTOS DE JUNHO DE 2013	93
4.2 ESCÂNDALO NA PETROBRAS E O SURGIMENTO DA OPERAÇÃO LAVA JATO	112
4.3 A ELEIÇÃO DE 2014 E SUAS CONSEQUÊNCIAS	122
5 O AVANÇO DA LAVA JATO, A DIREITA NAS RUAS E O PROCESSO DE IMPEACHMENT.....	141
5.1 UM COMEÇO TURBULENTO	141
5.2. O “FORA, DILMA” TOMA AS RUAS	146
5.3 IMPASSE	157

5.4 A ABERTURA DO PROCESSO DE IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF ...	166
5.5 O FIM DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF	174
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	181
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	188
APÊNDICE 1: LEVANTAMENTO DE EDITORIAIS.....	193

1 INTRODUÇÃO

A ascensão do governo Bolsonaro no Brasil, com a vitória eleitoral de 2018, representou um marco para a Nova República. A partir daquele ponto, observou-se um movimento de sistemático desmonte das garantias individuais e sociais conquistadas democraticamente através da Constituição de 1988. Além disso, o país foi tomado por uma retórica de violência que produziu – apenas para citarmos três episódios – centenas de milhares de mortos durante a pandemia do COVID-19, um desastre ambiental com o avanço do desmatamento na Amazônia e um desastre humanitário com o descaso em relação à população Yanomami, brutalmente vítima do garimpo, que recebia o apoio do então presidente.

Bolsonaro se elegeu, na aparência, como um ponto fora da curva. Membro de menor poder dentro da Câmara, declaradamente se posicionando à extrema direita no espectro político, era um homem que defendia posições preconceituosas e reacionárias abertamente. Inicialmente motivo de piada, foi convertendo-se em motivo de preocupação de parcela da população, na medida em que ficava claro que sua retórica encontrava lastro em amplas camadas do eleitorado – pessoas que se sentiam atacadas pelo combate aos privilégios masculinos, brancos e heteronormativos em nossa sociedade e que buscavam restaurar um modelo de profundas desigualdades que assegurassem seus privilégios; pessoas que buscavam pôr fim a mais de uma década de governos “lulopetistas”, “comunistas” e “corruptos”.

Historiadoras e historiadores preocupados em compreender a história recente brasileira se veem diante de um desafio, diante da tarefa de tentar entender como foi possível essa guinada em nosso país que nos levou a esse período sombrio, o qual produziu marcas profundas em nossa sociedade. Há uma série de agendas possíveis a serem tomadas como forma de trazer luz a esse processo extremamente complexo. Pensar, por exemplo, o caráter ideológico de um certo Brasil profundo, dessa massa reacionária que parecia estar adormecida no debate público; analisar o papel fundamental das Forças Armadas na legitimação e suporte do governo Bolsonaro; compreender como foi sendo construída uma imagem dos governos petistas como ícones da corrupção e, a partir daí, a produção de descrédito com relação à política institucional. É a partir desse terceiro ponto que chegamos em nosso objeto de estudo.

Os governos petistas de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) representaram um período de importantes avanços sociais, especialmente para a população pobre brasileira. Foram instituídos programas públicos de combate à fome, de ampliação de acesso à saúde, de valorização do salário mínimo, de ingresso de pessoas pobres e pretas na universidade etc.

Houve, é verdade, contradições nesses governos, como o esforço em conciliar políticas reformistas com a manutenção de elevados ganhos para o capital, mas parece indiscutível o esforço de redução das históricas desigualdades de nosso país. Esse avanço, segundo alguns autores, encontra poucos precedentes:

No governo Lula, a desigualdade renitente começa a cair e, tomado como parâmetro histórico o ritmo de redução dos países centrais, *a velocidade da queda não foi baixa*. Comparando séries estatísticas disponíveis para o Reino Unido e os Estados Unidos, o economista Sergei Dillon Soares mostra que nos melhores momentos de 1938 e 1954, no Reino Unido, e de 1929 a 1944, nos EUA, as quedas de desigualdade ficaram abaixo das obtidas no Brasil durante o governo Lula: 0,7 ponto por ano no Brasil, contra 0,5 no Reino Unido e 0,6 nos Estados Unidos. Pode-se afirmar, por conseguinte, que não foi pífio o acontecido no Brasil durante o governo Lula. O problema é que *os pontos de partida foram diferentes*: o coeficiente de Gini já estava perto de 0,40 no Reino Unido, em 1938, e abaixo de 0,50 nos EUA, em 1929, contra 0,58 no Brasil em 2002. As condições brasileiras no início do século XXI eram parecidas com as da Inglaterra de cem anos antes, num bom exemplo empírico de atraso histórico (Singer, 2012, p. 185-186, grifos do autor).

As contradições dos governos Lula e Dilma foram alvo de intensa exposição midiática, especialmente aquelas que diziam respeito aos escândalos de corrupção que surgiram no período. Dois episódios mostram-se significativos: o chamado escândalo do mensalão, um suposto esquema de compra de votos e apoio parlamentar, no governo Lula; e as investigações da operação Lava Jato, que apurou suspeitas de crimes cometidos por agentes públicos e empresários em grandes contratos e, especialmente, na Petrobras. Com relação à Lava Jato, uma investigação descrita pelo Ministério Público Federal como “uma das maiores iniciativas de combate à corrupção e lavagem de dinheiro da história recente do Brasil” (Ministério Público Federal, 2023). Se o escândalo do mensalão produziu problemas para o governo Lula, não chegou a impedir que ele conseguisse alcançar um segundo mandato. A crise, nos governos Dilma, por outro lado, teve consequências mais drásticas, culminando em seu afastamento. Cada etapa da operação era fartamente coberta pela grande mídia e cada prisão era espetacularizada. O Jornal Nacional, principal programa de jornalismo da TV brasileira, dedicou horas e mais horas de sua cobertura para elaborar sua narrativa sobre o combate da corrupção. A cobertura era acompanhada de uma imagem ao fundo, quase sempre presente, de um oleoduto vertendo dinheiro, representando os recursos que estariam sendo saqueados da estatal através do esquema em investigação.

A primeira mulher eleita presidenta da República no Brasil foi deposta com um golpe institucional concluído no processo de impeachment em 2016. Embora não fosse alvo de qualquer suspeita de corrupção (a presidenta era acusada de ser má gestora), foi este o signo

que alimentou o apoio de amplas massas às ruas que, sobretudo a partir de 2015, passaram a exigir a sua deposição. Ao lado de uma suposta ameaça comunista, a derrota dos corruptos governos de esquerda (e ambos os signos, *corrupção* e *esquerda*, encontravam-se vinculados) tornou-se uma pauta nacional. Junto da queda da presidenta, caía também a confiança de grande parte da população brasileira na política institucionalizada. Seu sucessor, o vice Michel Temer, seguiu acossado por denúncias de corrupção, embora tenha tido sucesso no avanço de seu programa de reformas. Em 2018, através de uma eleição marcada pelo sistemático uso da desinformação, o reacionário Jair Messias Bolsonaro tornava-se o 38º presidente do Brasil.

Nosso objeto de pesquisa surgiu da inquietação por compreender de que forma a corrupção foi operacionalizada pela mídia brasileira durante o período de crise dos governos petistas que produziu o impeachment, recorte que pode ser estabelecido a partir do julgamento do escândalo do mensalão no Supremo Tribunal Federal (STF), em 2012. A centralidade que o signo *corrupção* adquiriu na arena política brasileira justificava nossa preocupação em entender de que forma ele foi significado na nossa história recente, adquirindo os contornos que foram tão decisivos nos últimos anos. Os naturais limites de uma pesquisa de doutoramento exigiram a seleção de quais fontes lançar mão para a análise, tendo em vista o imenso volume de possibilidades. Optamos por nos debruçarmos sobre os editoriais do jornal *Folha de S. Paulo*, por representarem a posição de uma das maiores empresas de comunicação do país, com significativa participação em diversas mídias, impressa e *online*, como as redes sociais e os sites do próprio jornal e do *Uol*.

A *Folha de S. Paulo* surge da fusão de três jornais pertencentes ao mesmo grupo (Folha da Manhã, Folha da Tarde e Folha da Noite), em 1960. O jornal foi comprado por Octavio Frias e Carlos Caldeira em 1962 e passou por uma reestruturação (Ribeiro, 1994). No contexto do golpe de 1964 contra o presidente João Goulart, o jornal se posicionou favorável à deposição e, durante a ditadura civil-militar, permaneceu neutro frente às graves violações de direitos que ocorriam (Rossi, 2003). Esse período coincidiu com um crescimento acelerado dos seus lucros, consolidando-se como periódico de maior circulação do país (Taschner, 1992). Essa postura, segundo direções do próprio jornal, deu-se em razão de que a *FSP* precisava buscar sua independência financeira e sofria pressões por parte do regime internamente. Em 1967, o grupo passa a circular novamente a Folha da Tarde, jornal que funcionará como espécie de porta-voz da ditadura (Ribeiro, 1994).

Na década de 1980, o jornal passa a ter grandes tiragens e influência na sociedade brasileira, adaptando-se ao contexto de encerramento do regime que ia se formando e dando

espaço para líderes opositoristas. Ao mesmo tempo que assumia essa nova postura, as estratégias econômicas de Frias e Caldas, que adquiriam jornais em crise e investiam internamente, davam resultados (Taschner, 1992). Esse período coincidiu com um crescimento no investimento em tecnologia e com adoções de novos padrões gerenciais de acordo com a lógica da acumulação capitalista, que consolidava a informação como um produto da indústria cultural (Ribeiro, 1994). Apesar do jogo duplo, a *FSP* foi o primeiro grande jornal a apoiar abertamente as Diretas Já (Romancini; Lago, 2017), capitalizando o prestígio do movimento para si, elevando sua popularidade e independência editorial (Ribeiro, 1994).

Otávio Frias Filho, filho mais velho de Octávio Frias e diretor de redação do jornal a partir de 1984, liderou o *Projeto Folha*, iniciativa que buscava estabelecer uma lógica organizacional e disciplinar industrial na redação do jornal, ao mesmo tempo que estabelecia um padrão técnico que deveria se fundamentar em um jornalismo “crítico, pluralista, apartidário e moderno” (Ribeiro, 1994, p. 64). O alto padrão de cobrança técnica na qualidade do material produzido pelo jornal produziu um grande número de demissões. A partir de 1991, o jornal passou por transformações gráficas e organizações em cadernos temáticos que, salvo algumas atualizações, manteve-se como padrão do meio até o momento de nossa análise (Ribeiro, 1994).

Com relação a sua linha editorial, a *FSP* se caracteriza por ser

o grande jornal da classe média brasileira. Tendo como base a referência a um público específico, que é por ele representado e, afinal de contas, o sustenta, um jornal realiza uma simbiose que forja sua personalidade editorial, sua postura perante o mundo e a sociedade. A opção de dirigir-se à classe média e de ser classe média forneceu à *FSP* base ideológica para tornar-se editorialmente mais abrangente e comercialmente mais agressiva; em contrapartida, essa proximidade envolveu o jornal em contradições típicas de seu público referencial (Ribeiro, 1994, p. 117).

Ao mesmo tempo em que o jornal se alinhava aos setores médios da sociedade, nota-se que, a partir da redemocratização, observamos que a linha editorial do periódico se torna defensora da agenda neoliberal. De fato, já no processo da Constituinte (1987-1988), percebe-se uma atuação “afinada com as forças neoliberais, patronais e conservadoras [...] opondo-se ao reconhecimento de novos direitos sociais” (Ferreira, 2019, p. 71). Além disso, nos anos 1990,

a promoção da iniciativa privada, a liberalização econômica, a abertura comercial, com a atração de capital estrangeiro, a privatização etc., não foram vistas como elementos característicos de determinada ideologia, mas sim como questões práticas, as quais deveriam ser enfrentadas (positivamente) por quaisquer governantes (Ferreira, 2019, p. 73).

É interessante destacar que o mesmo segue ocorrendo no decorrer do tempo, conforme podemos observar em análise feita acerca da forma como a *FSP* se posicionou durante as Reformas Trabalhista (2017) e Previdenciária (2019) através do espaço concedido para que especialistas de diferentes áreas se manifestassem. De fato, observou-se um recorte amplamente favorável às medidas, deixando vozes ausentes que se posicionavam contrárias às suas aprovações (Fraga, 2021, p. 107). Como ilustraremos no decorrer da exposição de nossa análise, o posicionamento do jornal frente a essa agenda, durante nosso recorte, foi bastante sólido.

Nosso método de pesquisa se orientou pelos seguintes procedimentos: realizamos o levantamento dos editoriais da *Folha de S. Paulo* através de uma primeira leitura, no período entre os anos de 2012 e 2016, buscando mapear quais deles estavam centrados ou faziam referência ao signo corrupção no contexto brasileiro e, em especial, vinculados aos governos Dilma. Esse recorte foi estabelecido tendo em vista que em 2012 ocorrera o julgamento no STF do escândalo do Mensalão e, em 2016, o processo de impeachment da presidenta. Esses dois momentos, de certa forma, abrem e encerram esse ciclo de significação. Essa busca foi realizada no *Acervo Folha*, acervo *online* com as edições impressas do jornal digitalizadas¹. Através dessa primeira leitura e da seleção dos editoriais relevantes, elaboramos um quadro contendo a data, o título, sua lide e uma síntese do conteúdo, contextualizando brevemente o signo *corrupção* no texto. Com a elaboração do quadro e esse primeiro movimento de análise diacrônica da totalidade do corpo documental, buscamos as regularidades discursivas na forma como o signo foi disputado, o que nos permitiu dispor o material em cinco contextos: escândalo do mensalão, Jornadas de Junho de 2013, eleição de 2014, Operação Lava Jato e impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Os editoriais foram, então, analisados de forma detida em seu conteúdo discursivo a partir do referencial teórico do Círculo de Bakhtin², o que representou um esforço de segunda leitura sistemática. Nessa etapa, analisamos a superfície linguística e os sentidos que permearam o processo de significação da corrupção nos editoriais, análise que partiu de um conjunto de perguntas básicas (complementadas com outras, quando necessário) que nos permitissem compreender essa significação nos textos: 1) *O que é a corrupção?* 2) *Quem são os agentes da corrupção?* 3) *Quais são as consequências da corrupção para a sociedade?* A partir daí, verificamos a validade de nossa hipótese, de que a mídia – representada pelo jornal *Folha de S. Paulo* – tenha realizado um processo de significação da corrupção que

¹ O acervo se encontra disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>.

² Expostos, fundamentalmente, em suas obras seminais: Volóchinov, 2017; Bakhtin, 2016.

atendia a interesses políticos que buscavam o fim dos governos petistas e sua substituição por uma agenda neoliberal radical.

Para a exposição dos resultados da pesquisa, optamos por seguir este procedimento: primeiro, realizamos alguns apontamentos teórico-metodológicos, com o objetivo de esclarecer a reflexão teórica que deu suporte para a análise; em um segundo momento, expomos o contexto do julgamento no STF do mensalão, no ano de 2012, também realizando algumas observações sobre episódios imediatamente anteriores, que nos auxiliaram a delinear o contexto; no terceiro capítulo, que compreende os anos de 2013 e 2014, apresentamos a forma como a significação da corrupção, a partir das bases lançadas no ano anterior, avança no decorrer das manifestações de junho de 2013, com o início das investigações da Operação Lava Jato e no decorrer da eleição de 2014; no quarto e último capítulo dessa exposição de resultados, analisando o período dos anos de 2015 e 2016, apresentamos a ofensiva final que colocou fim ao governo Dilma, começando com as manifestações de rua de 2015 e culminando na aprovação de abertura do impedimento da presidenta na Câmara dos Deputados.

Por fim, é importante destacar que compreendemos a história como uma ciência produtora de um conhecimento com valor de verdade, construída sobre sólidos fundamentos teóricos e rigorosos procedimentos metodológicos. Durante a exposição de nossos resultados, tentamos apresentar as fontes de forma que o leitor possa acompanhar a análise dos textos da melhor forma possível, muitas vezes com o recurso de transcrições literais.

2 APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Os referenciais teóricos que balizaram nossa pesquisa estão expostos neste capítulo, tendo em vista que muitos conceitos, de especial importância para nossa análise, ganham em clareza quando recebem um espaço mais longo para serem desenvolvidos e evitam repetitivas explicações posteriores. Sobretudo, precisamos nos debruçar sobre dois eixos teóricos principais, que se articulam em nossa análise: a filosofia da linguagem e a teoria dos gêneros do discurso, do Círculo de Bakhtin, e as reflexões sobre o neoliberalismo de Dardot e Laval, David Harvey e Wendy Brown. Isso porque o que observamos é um esforço em realizar um processo de significação sobre o período estudado, por parte dos editorialistas da *Folha de S. Paulo (FSP)*, que generalizam a definição do signo corrupção dentro dos marcos dessa nova razão do mundo. Em razão disso, o presente capítulo se organiza a partir de quatro seções as quais dispõem a respeito dos conceitos que foram centrais em nosso esforço de pesquisa: na primeira, abordamos a questão da linguagem e do signo; na segunda, os gêneros do discurso, o gênero editorial e a mídia, que correspondem ao nosso corpo documental; na terceira, o neoliberalismo; e, na quarta, o conceito de corrupção.

2.1 A LINGUAGEM E O SIGNO

Nenhum conceito é mais importante para a nossa pesquisa do que o de signo. Nossa perspectiva para analisá-lo se apoia fundamentalmente nos trabalhos do Círculo de Bakhtin, teóricos soviéticos que propuseram o estabelecimento de uma filosofia marxista da linguagem. Em suas formulações, respondiam à linguística do período, demonstrando seus limites e superando as concepções que vigoravam até aquele momento, como nos trabalhos dos herdeiros do corpo teórico desenvolvido por Ferdinand de Saussure em seu *Curso de linguística geral* (Saussure, 2006).

Começamos pelo conceito de signo para Volóchinov, autor de *Marxismo e filosofia da linguagem* (Volóchinov, 2017), concepção que está imbricada com sua perspectiva da ideologia e, em certa medida, confunde-se com ela:

Qualquer produto ideológico é não apenas uma parte da realidade natural e social - seja ele um corpo físico, um instrumento de produção ou um produto de consumo - mas também, ao contrário desses fenômenos, reflete e refrata outra realidade que se encontra fora dos seus limites. Tudo o que é ideológico possui uma *significação*: ele representa e substitui algo encontrado fora dele, ou seja, ele é um *signo*. *Onde não há signo também não há ideologia* (Volóchinov, 2017, p. 91).

O signo, portanto, representa e substitui algo externo a ele, o que quer dizer que ele realiza um processo de *significação*³. Esse processo, contudo, não pode ser encarado como unidirecional – como se os signos fossem meros reflexos da realidade material –, mas como algo que refrata e elabora uma nova realidade em uma unidade dialética entre as relações sociais concretas estabelecidas em um determinado contexto e o processo de significação envolvido nessas relações pelos seres humanos. Longe de estabelecer uma concepção de tipo mecanicista entre base e superestrutura⁴, Volóchinov compreende que os signos – e a ideologia, portanto, que em grande medida se confunde com eles em sua análise⁵ – são uma das determinações envolvidas em um processo histórico. Em síntese: longe de se restringir apenas ao campo das ideias, de uma dimensão discursiva tomada como meramente abstrata, o signo tem uma dimensão concreta e uma materialidade no real.

É fundamental destacar que qualquer objeto (da natureza, do consumo etc.) pode se converter em um signo a partir do momento em que ele se torna algo que “ultrapassa os limites de sua existência material” (Volóchinov, 2017, p. 93), isto é, que ele realiza um processo de significação. Uma cadeira, por exemplo, pode ser um objeto utilizado para sentar-se à mesa, mas pode ser também um signo de poder quando torna-se o trono de um monarca, ou mesmo significar um espaço para a difusão do conhecimento, como quando utilizamos para nos referirmos à uma disciplina universitária.

Ainda assim, ainda que qualquer objeto possa se converter em signo, é fundamental observar que a palavra é o signo por excelência, na medida em que “toda a sua realidade é integralmente absorvida na sua função de ser signo”. Volóchinov chega mesmo a afirmar que a palavra é uma espécie de signo neutro, visto que pode cumprir qualquer função ideológica. A importância da palavra não pode ser compreendida sem se ter em mente que ela, em sua forma daquilo que o autor chama de signo interior, também funciona como meio da consciência individual, dos nossos pensamentos internos. Por isso é possível dizer que a palavra, mesmo que interior, acompanha todo fenômeno ideológico em seu processo de compreensão. Isso não significa dizer, entretanto, que ela, apesar desse papel central que possui nos processos de

³ Definida mais precisamente pelo autor como “uma expressão da relação entre o signo, como uma realidade única, com uma outra realidade, que ele substituiu, representa. A significação é a função do signo e por isso é impossível imaginar uma significação (que representa uma pura relação, uma função) que exista fora do signo, como um objeto isolado e autônomo” (Volóchinov, 2017, p. 119).

⁴ Onde há uma base material que determina quase que unilateralmente uma superestrutura jurídica e simbólica.

⁵ O que fica claro quando o autor nos diz que “o campo ideológico coincide com o campo dos signos. Eles podem ser igualados. Onde há signos há também ideologia. *Tudo o que é ideológico possui significação signica*” (Volóchinov, 2017, p. 93).

significação das sociedades humanas, seja capaz de substituir integralmente todo e qualquer signo. Uma música, por exemplo, não pode ser representada unicamente por palavras (Volóchinov, 2017). Mas, por tudo isso, a palavra é um objeto de estudo central:

sua pureza sgnica, seu caráter ideológico neutro, sua participação na comunicação cotidiana, sua capacidade de ser palavra interior e, por fim, sua presença obrigatória como fenômeno concomitante em qualquer ato ideológico consciente - , tudo isso faz da palavra um objeto basilar da ciência das ideologias (Volóchinov, 2017, p. 101, grifos do autor).

Quando falamos em signos, sejam eles palavras ou não, é fundamental compreendermos que eles não existem fora da realidade social, sendo um produto da *sociabilidade humana* e apenas dela. Por isso mesmo não é possível dizer que seja um mero fato da consciência, uma criação solitária das mentes dos indivíduos, especialmente porque a própria consciência só se manifesta por meio de um material sgnico. O signo surge apenas no processo de interação social e, portanto, a própria consciência individual, elaborada através de signos interiores, nasce da interação social. Considerando que a consciência surge a partir do material sgnico de uma coletividade organizada e que não há consciência sem conteúdo sgnico, toda consciência individual é, necessariamente, sociológica. Desse modo, pode-se afirmar que sociabilidade é uma pré-condição para o surgimento do signo, só existindo signos quando existem dois indivíduos “socialmente organizados” (Volóchinov, 2017, p. 95-98). Reiteramos: o signo é um produto da sociabilidade humana, ele não existe em si mesmo e descolado dela.

Compreendendo que o *signo substitui algo para além dele* e que este *se constitui socialmente*, precisamos avançar buscando o entendimento da relação entre a base e a superestrutura nesse processo ou, colocando em outros termos, de que modo os signos interagem com a realidade material ao mesmo tempo em que a compõem. Como expresso por Volóchinov, é necessário compreender “*como* a existência real (a base) determina o signo, e *como* o signo reflete e refrata a existência em formação” (Volóchinov, 2017, p. 106). Temos um primeiro encaminhamento ao refletirmos que

As relações produtivas e o regime sociopolítico condicionado diretamente por elas determinam todos os possíveis contatos verbais entre as pessoas, todas as formas e os meios da comunicação verbal entre elas: no trabalho, na vida política, na criação ideológica. Já as condições, as formas e os tipos de comunicação discursiva, por sua vez, determinam tanto as formas quanto os temas do discurso verbal (Volóchinov, 2017, p. 107).

São, portanto, as relações de produção e as condições materiais em que os indivíduos interagem que determinam as condições para o surgimento e, como veremos posteriormente, para a disputa em torno do conteúdo de um signo. É por isso que Volóchinov considera que todo signo é determinado pelo “horizonte social” de uma época ou grupo (Volóchinov, 2017, p. 110). É como se a realidade material impusesse um horizonte de possibilidades para os signos que podem se constituir.

Entretanto, isso não representa, como dissemos, um movimento mecânico da realidade social para o signo. O signo tanto é determinado pela realidade social quanto a determina, inexistindo aí, necessariamente, uma hierarquia observável.

A existência não apenas é refletida no signo, mas também é *refratada* nele. O que determina a refração da existência no signo ideológico?

- O cruzamento de interesses sociais multidirecionados nos limites de uma coletividade *sígnica*, isto é, a *luta de classes*.

A classe não coincide com a coletividade *sígnica*, ou seja, que utiliza os mesmos signos da comunicação ideológica. Por exemplo, várias classes podem utilizar a mesma língua. Em decorrência disso, *em todo signo ideológico cruzam-se ênfases multidirecionadas*. O signo transforma-se no palco da luta de classes (Volóchinov, 2017, p. 112-113).

A originalidade da contribuição do Círculo de Bakhtin fica evidente nessa passagem. Não apenas não podemos entender o signo como mero reflexo ou representação do real, mas também como uma determinação concreta sobre o real, e isso ocorre porque o signo é o *palco*⁶ *da luta de classes*, porque ele é produto de interesses de distintos grupos em disputa. O signo é um espaço por excelência por onde as lutas políticas dos diferentes interesses e grupos organizados disputam seus intentos em determinar o real. Desse modo não é possível um uso “neutro” da teoria do signo do Círculo de Bakhtin, tendo em vista que o próprio signo é fruto de uma disputa entre grupos. É justamente essa multiacentuação que confere vida ao signo, que faz com que ele seja uma realidade dinâmica (Volóchinov, 2017, p. 113). O que entendemos por corrupção, para retornarmos ao nosso objeto de estudo, não é um dado da natureza, mas o resultado de uma disputa de interesses distintos e em conflito.

A luta de classes confere certas particularidades para o signo, particularidades que são fundamentais para a nossa análise. Em primeiro lugar, “a classe dominante tende a atribuir ao signo ideológico um caráter eterno e superior à luta de classes, apagar ou ocultar o embate das avaliações sociais no seu interior, tornando-o monoacentual” (Volóchinov, 2017, p. 113). Esta é a dimensão eminentemente ideológica do signo para os interesses das elites e grupos

⁶ Ou arena, em algumas traduções (Bakhtin, 2009, p. 47).

dominantes, na medida em que ele aparenta ser sempre fixo, eterno, atendendo à necessidade desses grupos em apresentar sua realidade histórica como igualmente eterna e, por isso, inevitável, justificando sua dominação. A dialética interna do signo emerge, porém, em momentos de crise, contextos em que a multiacentuação do signo fica mais ou menos evidente. Nesses períodos, o fato de o signo ser constituído na disputa de interesses distintos pode ficar mais explícito. Em condições “normais”, quando os grupos dominantes exercem sua dominação com relativa tranquilidade, o signo refrata e distorce a realidade nos termos desses interesses:

na ideologia dominante o signo é sempre um pouco reacionário, em uma espécie de tentativa de estabilizar o momento anterior do fluxo dialético da formação social, ou seja, de enfatizar a verdade de ontem como se fosse a verdade de hoje. Isso determina a particularidade do signo ideológico de refratar e distorcer a realidade dentro dos limites da ideologia dominante (Volóchinov, 2017, p. 113-114).

Antes de avançarmos, cumpre destacarmos uma observação. Ainda que esse trabalho não seja fundamentalmente uma discussão sobre a atualidade das reflexões produzidas pelo Círculo de Bakhtin, precisamos destacar um ponto. Foi intencional a opção pelo uso de expressões como “grupos organizados” e “disputas políticas” as quais, na fonte bibliográfica, apareceriam como “luta de classes”. Isso não significa que não reconhecemos a importância da categoria de luta de classes para compreendermos a sociedade capitalista, muito pelo contrário. Em uma sociedade em que a forma mercadoria se generaliza e se estende a todas as esferas da vida, pensar em luta de classes segue sendo fundamental. Além disso, no contexto em que esses autores escreveram, priorizar a questão da luta de classes era, no mínimo, uma tendência clara. Compreender a significação como resultado da luta de classes nos parece uma interpretação adequada desse processo.

O caso é que é possível avançarmos. Generalizar a compreensão do signo como objeto de disputa de diferentes grupos (não necessariamente de classes sociais) permite apreender dimensões do real que, no contexto em que os autores escreviam, encontravam-se menos desenvolvidas teoricamente do que hoje. O que tentamos, ao invés de fragmentar a análise, é articular conceitos como os de classe, raça e gênero em um plural palco de disputas de interesses pelos processos de significação. Seus fundamentos são, contudo, facilmente extrapoláveis: embora não seja mais algo restrito às classes, os explorados do mundo ainda seguem sendo as vítimas da dominação daqueles que detêm o poder em suas mãos. Os sentidos atribuídos aos signos não são naturais, mas sim resultado de conflitos, de jogos de interesses, de esforços em atribuir sentido à realidade que nos cerca, intencionalmente ou não. Nessa arena, alguns levam vantagem, na medida em que detêm o controle, em maior ou menor grau, dos instrumentos que

facilitam essa significação. Acreditamos, desse modo, que mantemos coerência com o que esses autores pensaram.

Retomando o raciocínio, temos a conclusão de que pensar a língua como um sistema sincrônico (Saussure, 2006) é uma ficção, fruto de um esforço de abstração. A língua é, em realidade, um fluxo de formação ininterrupto (Volóchinov, 2017, p. 174). Esse fluxo ininterrupto ocorre porque todo enunciado encontra-se em movimento ou, como Volóchinov define: “todo enunciado, mesmo que seja escrito e finalizado, responde a algo e orienta-se para uma resposta. *Ele é apenas um elo na cadeia ininterrupta de discursos verbais*” (Volóchinov, 2017, p. 184, grifo nosso). Todo enunciado é, nesse sentido, um momento.

Todo enunciado, por mais significativo e acabado que seja, é apenas um momento da comunicação discursiva ininterrupta (cotidiana, literária, científica, política). No entanto, essa comunicação discursiva ininterrupta é, por sua vez, apenas um momento da *constituição* ininterrupta e multilateral de uma dada coletividade social (Volóchinov, 2017, p. 219-220).

É impossível, portanto, pensarmos em uma recepção passiva a um determinado enunciado, na medida em que toda compreensão de um enunciado inclui uma resposta ativa a ele. Da mesma forma não há enunciado em si mesmo, que não esteja se dirigindo para algum interlocutor. Em alguns casos, o interlocutor é explícito (em uma carta, por exemplo) mas, quando não o há, o enunciado se dirige para um interlocutor médio. É por isso que podemos considerar que o pensamento formula enunciados para um auditório social estável (Volóchinov, 2017).

Tendo em vista tais preceitos, a forma como a corrupção foi significada pelos editoriais da *Folha de S. Paulo* não pode ser considerada jamais como uma ação “neutra”, desprovida de intencionalidade. Pelo contrário, ao atribuir um sentido ao signo *corrupção*, o jornal estabelece uma significação que atende a um certo conjunto de interesses e que nega o caráter de multiacentuação para o signo. Isso quer dizer, como veremos no decorrer da análise, que os editoriais estabeleceram um sentido para a corrupção que é apresentado para os seus leitores como fixo e, em grande medida, até mesmo autoevidente. Como se a representação na realidade daquilo que o signo corrupção representa fosse óbvia, fosse um dado da natureza, e não uma disputa ocorrida no interior da luta política do período.

2.2 OS GÊNEROS DO DISCURSO, O GÊNERO EDITORIAL E A MÍDIA

Para compreendermos a contribuição teórica do Círculo de Bakhtin para a filosofia da linguagem é necessário complementarmos nossa reflexão acerca do conceito de signo com as formulações sobre os gêneros do discurso, desenvolvida por Mikhail Bakhtin (2016). Isso porque eles são regularidades que tornam possível a comunicação discursiva. Podemos começar com um conjunto de definições sintéticas. Os *gêneros do discurso* são “tipos relativamente estáveis de enunciados” (Bakhtin, 2016, p. 11-28), variados e heterogêneos, que se constituem a partir de funções e condições de comunicação discursivas específicas. Em razão disso, os gêneros do discurso são sempre e necessariamente históricos e relacionados com um ou mais campos da atividade humana. *Enunciados*, por sua vez, são unidades discursivas, uma determinada enunciação, desde uma fala em uma conversa até um livro ou uma carta, por exemplo.

De acordo com Bakhtin (2016), quando um indivíduo busca comunicar algo, ele não atua discursivamente sem qualquer tipo de referência que estruture sua comunicação, mas busca um gênero do discurso no qual possa aplicar sua individualidade, adaptando-a, e viabilizar seu enunciado. Apesar de ser intrínseca ao gênero sua estrutura estável que se repete, quanto melhor domino um gênero discursivo, quanto mais experiência prática tenho com suas particularidades, mais livremente o emprego, sou mais capaz de expressar minha individualidade. É interessante salientar que essa escolha por determinadas formas estáveis e típicas do discurso costuma ocorrer de modo mais prático que teórico. Um funcionário administrativo competente de um escritório domina com habilidade diversos gêneros do discurso: relatórios, atas de reunião, e-mails oficiais, diálogos formais em uma reunião e diálogos informais com colegas de seu círculo mais próximo de convivência, apenas para citarmos alguns exemplos. Embora ele os domine com bastante perícia, esta é uma habilidade que não precisa necessariamente ter sido fruto de uma reflexão teórica aprofundada, mas da prática cotidiana. Há um paralelo aqui entre o domínio de gêneros do discurso e a aquisição da linguagem (Bakhtin, 2016).

A importância dos gêneros do discurso para a comunicação, conforme o autor (Bakhtin, 2016), pode ser compreendida na medida em que são eles que viabilizam nossa comunicação discursiva, nos permitindo, em certa medida, até mesmo prever o fim do que será dito. São esses conjuntos de estabilidades linguísticas que permitem que dois indivíduos que não se conhecem sejam capazes de dialogar de modo adequado e inteligível em uma determinada

situação. As próprias palavras que escolhemos em um diálogo são extraídas de outros enunciados de um gênero, a partir de suas expressões típicas (Bakhtin, 2016).

Isso se dá porque não partimos do vazio para nos expressarmos, não somos inteiramente originais. De fato, nossa experiência discursiva sempre se forma a partir do outro. Todo enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva, cheio de ecos e ressonâncias de outros enunciados; é sempre uma resposta. Como Bakhtin (2016) exprime precisamente, nenhum objeto é tomado por um enunciado pela primeira vez; nenhum falante é o Adão bíblico. Não sendo Adão, o objeto de seu enunciado é sempre relacionado a outras opiniões/posições anteriores (Bakhtin, 2016).

É importante salientarmos que, assim como sempre partimos de um ponto, sendo um elo em uma complexa cadeia discursiva, também nos direcionamos para outro, conectamo-nos com outro elo. De acordo com Bakhtin (2016), o enunciado sempre tem autor e um destinatário, ao contrário da *palavra* e da *oração* – abstrações que pertencem a um sistema da língua como objeto de estudo. O destinatário pode coincidir pessoalmente a quem respondo, como em uma carta, quando me comunico com um indivíduo específico; mas nem sempre este é o caso para todo enunciado. Seja como for, o fato é que um enunciado sempre antecipa, em alguma medida, uma resposta, e esta é uma de suas peculiaridades constitutivas. Uma tese de doutoramento, por exemplo, se destina a alguém que possui um certo acúmulo de saberes e ela é adequada para expor um conhecimento de certa complexidade, sendo apropriada apenas neste contexto. Alguém sem esse acúmulo de saberes esperado terá uma compreensão muito parcial do que é dito. Os estilos mais íntimos e familiares, para citarmos outro exemplo, como cartas ou conversas informais, são impregnados de confiança e boa vontade responsiva, consideram um interlocutor que está dedicado a compreender o que é dito (Bakhtin, 2016). O fato é que cada gênero do discurso tem particularidades que o caracterizam e precisa ser analisado a partir desses termos.

Um determinado enunciado, inscrito no interior de um gênero do discurso, também possui um *tema*, uma *composição* e um *estilo*. Compreender esses elementos que formam o gênero e suas características nos permite analisar um enunciado mais criteriosamente:

Em se tratando dos elementos que constituem o gênero, convém salientar que o conteúdo temático não se refere ao assunto específico de um texto, mas à finalidade discursiva; é um domínio de sentido de que se ocupa o gênero (orientação de sentido para o próprio discurso e os participantes da interação). A construção composicional diz respeito ao modo de organizar o texto, de estruturá-lo; é responsável pelo acabamento da unidade de comunicação verbal, possibilitando ao interlocutor inferir a totalidade da estrutura do gênero; refere-se, portanto, ao tipo de relação dos participantes da comunicação verbal (com o ouvinte, com o leitor, com o interlocutor,

com o discurso do outro). Já o estilo é uma seleção de meios linguísticos, ou seja, seleção de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, em função da imagem do interlocutor e de como se presume sua compreensão responsiva ativa do enunciado (Carmelino; Pernambuco, 2008, p. 18-19).

Tendo realizado a ponderação acerca dos gêneros do discurso, é razoável que passemos para a análise das especificidades do gênero editorial – um dos inúmeros gêneros que estão integrados ao jornal impresso –, o qual corresponde à nossa fonte em questão.

Para Baccaro e Nascimento (2007), o editorial, enquanto gênero do discurso, possui particularidades que o diferenciam de outros textos midiáticos assinados ou de opinião, como a reportagem ou o artigo de opinião. É através do editorial que o jornal como um todo toma uma posição frente aos acontecimentos do cotidiano, embora não realize essa tomada de posição sem alguns cuidados específicos, geralmente construindo um texto no qual os posicionamentos são apresentados na tentativa de se produzir uma “impressão de equilíbrio e solidez” (Baccaro; Nascimento, 2007). Para alcançar esse fim, “o vocabulário do editorial costuma ser objetivo, e as frases empregadas são curtas e não muito complexas. Essa objetividade visa mostrar a opinião do jornal como algo concreto e verdadeiro” (Baccaro; Nascimento, 2007). Na busca de uma maior credibilidade, o editorial pode lançar mão de alguns recursos, como a apresentação clara da tese defendida e o uso de expressões modalizadoras, de modo a aparentar isenção e equilíbrio. Em razão disso, as autoras definem o editorial “como um texto de discurso argumentativo, que visa à persuasão através de uma linguagem simples e de uma estrutura de fácil apreensão, embora bem-elaborada” (Baccaro; Nascimento, 2007).

Acerca da neutralidade e objetividade no editorial, as autoras nos trazem que:

No entanto, é importante dizer que o discurso jornalístico baseia-se na busca de uma neutralidade e objetividade, mantendo assim uma relação de transparência com seus leitores. Essa “neutralidade”, contudo, é ilusória: a linguagem e o discurso sempre contêm intencionalidade. [...] As próprias escolhas linguísticas que se fazem dentro de um texto apontam, ainda que sutilmente, para uma certa direção, levam a uma certa opinião. Se se procura passar essa “neutralidade”, base de uma “informação segura”, dentro dos mais variados gêneros jornalísticos, no editorial esse fator torna-se ainda mais imperioso. O editorial é o veículo que expressa a “opinião” do jornal, sendo responsável, em grande parte, pela imagem deste em relação ao leitor. Supõe-se que esse objetivo seja conseguido através de alguns mecanismos, como o não-uso da primeira pessoa, a objetividade do vocabulário e da linguagem empregada, e também o próprio anonimato do editorialista (Baccaro; Nascimento, 2007).

Essa contradição entre a apresentação fiel dos acontecimentos, com a maior neutralidade e objetividade possível, e o fato de que todo enunciado é, necessariamente, uma tomada de posição, uma escolha, portanto, também aparece no editorial – como de fato ocorre, em algum

grau, em todo gênero jornalístico. Com o editorial, temos a particularidade de que este é um texto argumentativo que, ao mesmo tempo em que apresenta uma opinião, um posicionamento, fá-lo buscando demonstrar que essa é a orientação sobre um dado tema verdadeira ou mais adequada, com ares de uma verdade dotada de certa naturalidade e obviedade, diferente, talvez, do artigo de opinião.

Cumpramos refletir acerca das particularidades dos editoriais utilizados em nossa pesquisa. Carmelino e Pernambuco (2008) apresentam uma análise cuidadosa sobre os editoriais da *Folha de S. Paulo*, que contribui muito para o trabalho que desenvolvemos. Os autores traçam o seguinte quadro geral sobre esses enunciados:

Os editoriais da *Folha de S. Paulo* [...] são publicados diariamente e, em geral, ocupam duas colunas no canto esquerdo da página A2 do referido jornal. Por expressarem a opinião das forças que mantêm a instituição jornalística, dirigem sua argumentação formalmente à opinião pública, embora encerrem uma relação de diálogo com o Estado, seu interlocutor. [...] A impressão que fica a partir da leitura diária dos editoriais é que eles procuram dizer aos dirigentes do aparelho burocrático do Estado como gostariam de orientar os assuntos públicos. [...] em relação ao conteúdo temático, observamos que, nos editoriais em análise, geralmente persiste a atitude de tomar como referencial para o posicionamento cotidiano questões de política, economia e administração. [...] Já o segundo editorial, colocado na parte inferior, sempre apresenta uma análise sobre um fato da atualidade (local, nacional ou internacional), por isso os temas são bem diversificados. [Sobre a estrutura do texto em si,] verificamos que o editorial consiste em um texto breve, estruturado em três partes: no início, apresenta-se a questão a ser tratada; em seguida, desenvolvem-se os argumentos e contra-argumentos que constituem o ponto de vista do jornal sobre o assunto discutido; e, finalmente, há a exposição, de maneira sucinta e conclusiva, da posição adotada pelo jornal (Carmelino; Pernambuco, 2008, p. 21-24).

É interessante destacar que o editorial tem um interlocutor duplo: de um lado, dirige-se ao público leitor, expressando as opiniões do periódico com relação a temas do contexto em questão; por outro lado, esses editoriais realizam um movimento de endereçamento ao Estado. Além de intervirem no debate público, esses textos cumprem um papel de realizar formas de pressão sobre os agentes estatais ao apontar caminhos para determinados problemas, utilizando do prestígio do periódico como forma de validar o conjunto de interesses que sustentam como racionais e mais indicados. Nesse sentido, o editorial da *FSP* cumpre uma função de prescrição, determinando o que é adequado fazer ou deixar de fazer em cada contexto determinado, direcionando-se aos interessados na temática analisada pelo texto.

Independentemente do conteúdo temático que possua, o editorial é um texto opinativo e busca necessariamente a persuasão. Desse modo, o editorial é um enunciado que se coloca como potencialmente capaz de intervir na sociedade em um sentido que busca generalizar seus

argumentos e exercer um processo de convencimento (Carmelino; Pernambuco, 2008, p. 23). Ele não é um texto neutro – como, em certa medida, nenhum texto o é –, mas um que carrega uma intencionalidade expressa e que se apresenta como buscando o protagonismo do debate público. O editorial está não apenas expressando uma determinada posição, mas também buscando generalizá-la e torná-la ativamente operante na sociedade. Essa posição, por sua vez, precisa ser tomada levando-se em conta o fato de que a voz do jornal é uma voz que elabora uma série de interesses aos quais o jornal presta suporte. Interesses que dizem respeito à origem dos sujeitos que o compõem, mas não apenas, sendo também uma reelaboração de interesses dos grupos que conferem suporte financeiro e prestígio ao jornal, bem como seus leitores médios, e que constituem uma determinada perspectiva ideológica ao qual o periódico se filia.

Os autores (Carmelino; Pernambuco, 2008), em sua pesquisa, destacaram quatro características centrais que estruturam os editoriais da *FSP*, assim como um conjunto de marcas estilísticas recorrentes, regularidades textuais que nos auxiliam na compreensão da forma como os argumentos apresentados pelo texto são reforçados para o leitor. As quatro características são impessoalidade, topicalidade, condensalidade e plasticidade:

a) impessoalidade: por se tratar de um gênero não assinado, os editoriais da *FSP* são escritos na terceira pessoa do singular. [...] b) topicalidade: o tema é sempre bem delimitado. [...] c) condensalidade: o texto apresenta fluidez; é breve, claro; e enfatiza mais as afirmações do que as demonstrações. [...] d) plasticidade: por ser um gênero que se nutre do efêmero, do circunstancial, o texto é flexível e não dogmático, busca valorizar, portanto, não só os fatos que estão acontecendo, mas também apreendê-los nos seus desdobramentos, nas suas variações. [As marcas estilísticas recorrentes, por sua vez, são a) presença de frases curtas e não muito complexas [...]; indicadores temporais [...]; operadores lógicos argumentativos, que contribuem para o rigor lógico da argumentação e do encadeamento de idéias [...]; adjetivos e advérbios avaliadores [...]; e modalizadores, elementos que marcam a atitude de dizer (Carmelino; Pernambuco, 2008, p. 26-27).

Por fim, a análise dessa estrutura textual e de suas marcas estilísticas nos permite perceber a forma como o uso de uma voz genérica – e esta é uma característica cara ao editorial como um todo, enquanto gênero de tipo dissertativo-argumentativo que possui a particularidade de não ser comumente assinado – é utilizada como reforço da pretensa neutralidade do conteúdo (Carmelino; Pernambuco, 2008, p. 28). A ocultação da autoria apresenta o argumento com contornos de autoevidência, como uma apresentação de argumentos equilibrados e isentos e, portanto, desinteressados. Ou melhor: como argumentos que são do interesse da totalidade da sociedade brasileira, desconsiderando os distintos interesses conflitantes e contraditórios dos grupos que a formam e generalizando seus interesses específicos como homogeneamente benéficos para todos.

Retomando a afirmação que fizemos no final da seção anterior, podemos perceber que o editorial é um gênero no qual a tendência de naturalização dos signos, frequentemente a partir do ponto de vista dos grupos dominantes, encontra um meio propício para se manifestar. Ao apresentar sua posição como mais racional, como alternativa lógica à questão da corrupção política brasileira, o editorial reforça o aspecto de estabilidade do signo, em detrimento de uma perspectiva que reconhece seu caráter necessariamente em disputa, sua multiacentuação, ou seja, os diferentes interesses que se chocam no jogo político. Conforme destacado por Champagne (1998),

a política é, antes de tudo, uma luta simbólica na qual cada ator político procura monopolizar a palavra pública ou, pelo menos, fazer triunfar sua visão de mundo e impô-la como visão correta ou verdadeira ao maior número possível daqueles que são, econômica e, sobretudo, culturalmente, desfavorecidos (Champagne, 1998, p. 23-24).

Na história brasileira recente, a mídia se apresentou como ator central dessas dinâmicas. Ao se colocar como intérprete da opinião pública, escolheu aquilo que era relevante para ser dito e a forma como essa enunciação se desenvolveu, pautando em que termos a discussão deveria ser realizada. Lembremos que o acontecimento na mídia não é natural, mas um construto: “o que chamamos um ‘acontecimento’ não é jamais, afinal, senão o resultado da mobilização – que pode ser espontânea ou provocada – dos meios de comunicação em torno de alguma coisa com que elas concordam, por certo tempo, a considerar como tal” (Champagne, 2003, p. 66). Isso significa tomar a realidade de tal forma que se opere um processo de seleção e construção com seus “óculos especiais”, conforme expôs Bourdieu (1997). Esse poder que a mídia detém não deve ser menosprezado, na medida em que todo discurso ou ação, para obter acesso ao debate público, precisa passar por aquilo que o autor classificou como uma “formidável censura”: a seleção jornalística (Bourdieu, 1997, p. 67). Politicamente, esse é um efeito muito poderoso, tendo em vista que “os jornalistas que dão conta do ‘acontecimento’ contribuem amplamente para que este exista do ponto de vista político, isto é, para que exista” (Champagne, 1998, p. 15).

A mídia, além de selecionar, também contribui para a forma como um determinado tema deve ser abordado. Isso significa, inclusive e especialmente, um processo de fechamento: quando a mídia toma a corrupção como objeto de exposição, define quais signos são legítimos para serem utilizados ao tratar sobre o tema e quais não são. Pensemos a partir da reflexão teórica que já foi exposta: quando a mídia disputa o processo de significação da corrupção ela o faz, como ocorre com todo signo, no interior de uma disputa de interesses diversos, o que

significa dizer que não há significação neutra, mas uma que responde a um conjunto de interesses. Isso posto e tendo em vista a hipótese que estamos investigando, cumpre observar que esse processo parece se desenvolver em ao menos dois sentidos principais: escolher a bandeira que deve se tornar central na arena política brasileira e definir os fundamentos sobre o que essa bandeira representa. Não há nada dado, não há um sentido em si de corrupção, mas um sentido que é construído historicamente através da disputa dos variados interesses que se encontram em conflito. É claro que isso não significa falar em termos de uma absoluta indeterminação, já que o signo se relaciona com uma realidade material. Como exporemos, a mídia buscou posicionar a corrupção como signo central para o grupo semântico em voga no contexto da crise dos governos petistas, ao mesmo tempo em que definia *o que significava* esse signo. O que era a corrupção? Quem eram os corruptos e corruptores? Quais seus objetivos? Quais suas consequências?

O fato de a mídia ter um papel fundamental nas definições do debate público é importante para o caso brasileiro, como podemos observar ao analisarmos, em termos mais concretos e em linhas gerais, qual o papel que a mídia assumiu na história brasileira recente. Os grupos empresariais midiáticos que formaram as grandes redes nacionais de teledifusão foram fortalecidos no contexto da ditadura civil-militar brasileira, assumindo uma postura dócil frente ao regime e apresentando um conteúdo “despolitizado” que serviu convenientemente para a manutenção do *status quo* repressivo (Grijó, 2016). Com a redemocratização, essa postura passou por uma radical transformação. Logo tentaram se desvincular do regime e se apresentar como veículos que faziam um jornalismo tão bom quanto era possível em tempos de exceção, buscando construir uma “estreitíssima identificação entre democracia, liberdade de expressão e liberdade de imprensa. Investidos em defensores dessas liberdades, colocam-se na posição de curadores da democracia, sinônimo de liberdade” (Grijó, 2016, p. 85). A grande mídia tentou tornar a democracia e a liberdade restritas ao seu ponto de vista, reduzindo as questões aos seus interesses, confundindo liberdade de imprensa com liberdade de empresa, pretensamente guardiões de uma sociedade à qual estabelecem quais seriam os critérios éticos de funcionamento a partir do seu conjunto de valores e interesses. Assumem-se os tutores da democracia, tornando-se um partido político no sentido de Gramsci, conforme exposto por Grijó:

Operando essa tutela sobre o regime democrático e buscando torcê-lo e defini-lo em seu benefício, os meios centralizam e organizam a produção cultural de sentido de modo a legitimar a dominação que eles exercem juntamente com os demais agentes socialmente dominantes. É por isso que, ao fim e ao cabo, acabam por se chocar com

outras instâncias de proposição de problemas políticos, de alternativas à agenda estabelecida, como muitos movimentos sociais, alguns políticos mais autônomos frente aos meios, e mesmo uma ou outra facção de algum partido político instituído (Grijó, 2016, p. 87).

2.3 O NEOLIBERALISMO E O PAPEL DO ESTADO

Estando delimitados os pressupostos teóricos que balizam nossa pesquisa, é importante nos determos acerca da análise do neoliberalismo. Isso porque o processo de operação *sígnica* realizado pela *FSP* no contexto em questão, de denúncias de corrupção nos governos Dilma, é mobilizado no interior desse caldo teórico e elaborado a partir de suas premissas. Refletiremos a partir de três bases teóricas, distintas, mas complementares, apresentadas por Harvey, Dardot e Laval e Brown.

Harvey (2014) pensa o neoliberalismo como uma teoria das práticas político-econômicas fundada em alguns princípios: o bem-estar humano pode ser alcançado com o incentivo das liberdades (e faculdades empreendedoras) dos indivíduos, em um contexto de livre mercado e direitos à propriedade privada. A partir dessa teoria, o Estado deveria se limitar a assegurar esses princípios: garantir a integridade do dinheiro, uma estrutura repressiva que assegure a propriedade privada e o funcionamento do mercado e a criação de novos mercados onde eles ainda não existam. Para além disso, sua ação deveria ser restringida, o que se justificaria pela impossibilidade de o Estado possuir informações capazes de compreender o mercado e por este estar vulnerável a conjuntos de interesses que iriam distorcer suas medidas em seu favor (Harvey, 2014).

Dardot e Laval (2016), por sua vez, analisam o neoliberalismo não como uma teoria político-econômica, mas como uma racionalidade (a razão do capitalismo contemporâneo). Estabelecem que “a racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação” (Dardot; Laval, 2016, p. 17), um “conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (Dardot; Laval, 2016, p. 17). Nesse contexto, o Estado não se retira, mas se reorienta e age. Os Estados não foram conquistados pelo mercado, que impôs sua lógica, mas, pelo contrário, eles agiram com o objetivo de generalizar a lógica da concorrência e da empresa (inclusive em seu próprio funcionamento) através de “políticas altamente ‘intervencionistas’” (Dardot; Laval, 2016, p. 19).

Brown (2019), conjugando leituras neomarxistas e foucaultianas, aponta que o neoliberalismo costuma ser associado a políticas que privatizam propriedades e serviços públicos, limitam o escopo de ação de um Estado preocupado com questões sociais, impõem limites às reivindicações do mundo do trabalho e aos seus direitos historicamente conquistados, desregulam o capital e buscam construir um contexto favorável para investidores externos. Alastrando-se pelo mundo a partir da crise de lucratividade e estagflação dos anos 1970 (pensemos nos governos de Pinochet, Thatcher e Reagan) e com o colapso do Bloco Soviético no final dos anos 1980, o neoliberalismo seria “um ataque oportunista dos capitalistas e seus lacaios políticos aos Estados de bem-estar keynesianos, às sociais-democracias e ao socialismo de Estado” (Brown, 2019, p. 28-29). Seguindo Foucault, a autora observa que o neoliberalismo também pode ser compreendido como uma racionalidade que submete os indivíduos aos princípios do mercado, “de um sujeito da troca e da satisfação de necessidades (liberalismo clássico) em um sujeito da competição e do aprimoramento do capital humano (neoliberalismo)” (Brown, 2019, p. 31). Princípios de mercado que também orientariam o Estado de modo que toda ação de seu governo seja voltada em favor do mercado, visto como bom, mas não naturais ou autossuficientes. Aí seu papel de ajuda e até mesmo de construção do mercado. Uma lógica que busca, em última instância, dismantlar a ideia de sociedade, destronar a política e ampliar e proteger a esfera pessoal (Brown, 2019).

O neoliberalismo se constituiu historicamente como uma elaboração teórica intencional e como uma resposta. Como uma elaboração teórica porque é produto de intelectuais, como Hayek, Friedman, Mises e outros, ao menos desde o Colóquio Walter Lippmann, em 1938, e da fundação da Sociedade Mont Pèlerin, em 1947⁷; e como uma resposta porque se constitui a partir do momento em que surgia a crítica ao Estado de bem-estar, crítica agudizada a partir da crise dos anos 1970. Essa racionalidade aparece de forma triunfante na década de 1980 como uma reação à crise da própria ideia de Estado de bem-estar. A partir dos anos de 1960, o crescimento solidário entre lucros e salários, crescimento que sustentava o Estado de bem-estar, encontrou seus limites endógenos, com uma acentuada queda da taxa de lucro (Dardot; Laval, 2016, p. 195). Com as duas crises do petróleo, de 1973 e 1979, surge uma nova política monetarista que

esforça-se precisamente para responder aos dois problemas principais, que são a estagflação e o poder de pressão das organizações de assalariados. O que se fez foi

⁷ Esse processo de elaboração teórica não é objeto de nossa exposição; em razão disso, não nos dedicaremos a discorrer sobre suas formulações mais detidamente. Indicamos como referência a riquíssima reflexão de Laval e Dardot nos capítulos 2 a 5 da obra em questão (Dardot; Laval, 2016, p. 71-185).

interromper a indexação dos salários pelos preços e, assim, transferir a sangria causada pelas duas crises do petróleo para o poder de compra dos assalariados em benefício das empresas. [...] O aumento brutal das taxas de juros à custa de uma grave recessão e de um aumento do desemprego permitiu lançar rapidamente uma série de ofensivas contra o poder sindical, baixar os gastos sociais e os impostos para facilitar a desregulamentação (Dardot; Laval, 2016, p. 196).

Com essa reorientação, observou-se a financeirização da economia a partir daquilo que os autores chamam de “liberação política das finanças”: liberalização financeira, globalização da tecnologia e mercado único de capitais. Nas empresas isso significou uma transformação profunda do seu funcionamento, passando cada vez mais a precisar atender os interesses de acionistas e a busca de criação de valor acionário. As consequências sociais dessa financeirização foram igualmente profundas, com uma crescente concentração de renda e deflação salarial (Dardot; Laval, 2016, p. 199-201). O que o mercado preparou foi uma rearticulação profunda de seus mecanismos de dominação.

Na periferia do sistema, foi estabelecido um “sistema disciplinar mundial” que funcionou como instrumento para a generalização da racionalidade neoliberal pelo mundo. A elevação da taxa de juros levou ao endividamento dos países latino-americanos, que, por sua vez, precisaram recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) como forma de socorro, socorro esse que vinha apenas se fosse atendida uma orientação por ajustes estruturais que exigiam privatizações em massa (a baixos preços) e a desregulamentação das economias nacionais. Essa diretriz, sintetizada no Consenso de Washington, sufocou os países periféricos, que viam suas economias serem enfraquecidas pelas privatizações e ficavam vulneráveis a uma economia mundial volátil e à competição com as economias centrais, muito mais robustas. O FMI e o Banco Mundial produziram, como pré-requisito para conceder “auxílios”, “terapias de choque” que acabavam produzindo os fatores que aprofundaram a crise na periferia do sistema (Dardot; Laval, 2016, p. 196-198). Esses países se viram, rapidamente, presos a uma armadilha que lhes submetia cada vez mais a uma crise que pretendiam escapar.

Essa foi uma reorientação profundamente antidemocrática, sendo denunciado um excesso de democracia que impediria o bom funcionamento do mercado, sufocado por demandas das classes mais pobres, que impediam, com suas reivindicações, que os governantes agissem. Um certo grau de apatia política, para os apologistas do neoliberalismo, seria fundamental. Essa diretriz ficou bastante clara no relatório *The Crisis of Democracy*, de 1975,

elaborado pela Comissão Trilateral⁸. Uma perspectiva da política bastante alinhada com aquilo que Hayek, um dos mais importantes teóricos do neoliberalismo, sustentava ao defender seu apoio a Pinochet no Chile, dizendo preferir uma ditadura liberal a um governo democrático sem liberalismo (Dardot; Laval, 2016). Polanyi (2000, p. 298) já nos lembrou que o “fascismo é, com efeito, o resultado inevitável da filosofia liberal”.

Com relação especificamente ao Estado neoliberal e seu papel na sociedade, Harvey (2014) observa que, a partir das formulações dos teóricos do neoliberalismo, ele deve proteger direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e o mercado em seu livre funcionamento. O monopólio estatal da violência entra, nessa dinâmica, como garantidor dos contratos e das liberdades de ação, expressão e escolha. A fonte da riqueza e da inovação, por sua vez, estão na empresa privada e na iniciativa empreendedora, o que justifica a proteção da propriedade intelectual e produziria, em tese, um consequente fim da pobreza na sociedade como um todo. A defesa da privatização e desregulação, associada à competição, reduziria a burocracia e os custos, ao mesmo tempo em que trariam resultados benéficos para a eficiência, produtividade e qualidade. Na dinâmica internacional, o neoliberalismo defende o fim das barreiras comerciais entre os Estados, de modo que os efeitos benéficos da competição também se estendam entre eles. O Estado, portanto, não é encarado como um possível assegurador do bem-estar da população. Os indivíduos são os únicos responsáveis por suas ações e pelos seus fracassos ou sucessos pessoais, devendo ser os próprios defensores do seu bem-estar (Harvey, 2014). Por fim, a própria democracia é colocada em questão:

Os teóricos neoliberais têm [...] uma profunda suspeita com relação à democracia. A governança pelo regime da maioria é considerada uma ameaça potencial aos direitos individuais e às liberdades constitucionais. A democracia é julgada um luxo que só é possível em condições de relativa afluência, associado a uma forte presença da classe média para garantir estabilidade política. Em consequência, os neoliberais tendem a favorecer a governança por especialistas e elites. Dão forte preferência ao governo por ordem executiva e decisão judicial em lugar da tomada de decisões democrática e parlamentar. Os neoliberais preferem afastar as instituições-chave, como o Banco Central, das pressões democráticas. Como a teoria neoliberal está centrada no regime de direito e na interpretação estrita da ordem constitucional, segue-se que o conflito e a oposição devem ser mediados pelos tribunais. Soluções e remédios para todo e qualquer problema devem ser buscados por meio do sistema legal (Harvey, 2014, p. 77).

⁸ “Fundada em 1973 por David Rockefeller, reúne duzentos ‘cidadãos distintos’, isto é, membros selecionadíssimos da elite política e econômica mundial proveniente da ‘triade’ (Estados Unidos, Europa, Japão) que se dedicarão a ‘desenvolver propostas práticas para uma ação conjunta’” (Dardot; Laval, 2016, p. 194).

Em sua análise, Harvey (2014) observa uma série de contradições no interior da teoria do Estado neoliberal. Os teóricos do neoliberalismo não enxergam a existência de monopólios como um problema, desde que estes não criem barreiras que proíbam a entrada de novos competidores. Os fracassos do mercado, como a produção de poluição em larga escala, são reconhecidos, mas devem ser combatidos ou pela ação do Estado, através de mecanismos de mercado, ou ser simplesmente ignorados, a partir da ideia de que “a cura quase certamente vai ser pior que a doença”. Além disso, esses teóricos partem do pressuposto equivocado de que todos os agentes do mercado têm acesso às mesmas informações, sem assimetrias de poder. Deixam de notar, inclusive, a tendência produzida pelos direitos de patente ao uso desse monopólio justamente para acentuar relações assimétricas de poder no mercado. Também elaboram uma irreal crença de que o desenvolvimento tecnológico seja a panaceia para todo e qualquer problema que surja (Harvey, 2014, p. 77-79). Finalmente, apresentam tendências profundamente tecnocráticas. Buscando evitar aquilo que temem (o comunismo, regimes da maioria etc.), tentam limitar os poderes do Estado submetendo-o a controles externos que “não prestam contas a ninguém” (Harvey, 2014, p. 80), como o FMI ou o *Federal Reserve* nos Estados Unidos. Em última instância, entregariam o governo a especialistas. Ao Estado cumpre usar qualquer meio, mesmo que violento, para defender o neoliberalismo (Harvey, 2014).

Por fim, Harvey (2014) traça alguns comentários acerca do Estado neoliberal na prática, suas manifestações históricas. Este tende a ficar ao lado do clima de negócios em detrimento dos direitos coletivos do trabalho. Primeiro, a integridade do sistema financeiro; depois, o bem-estar da população e o meio ambiente. Nesse sentido, se porta como um guardião da estabilidade do mercado, intervindo nele mesmo quando em risco por culpa das próprias empresas. Com relação ao mundo do trabalho, combate qualquer forma de solidariedade social que empodere excessivamente os trabalhadores, ao mesmo tempo em que defende a flexibilidade de suas regras, tudo em nome de se evitar prejuízos à acumulação e ao mesmo tempo em que se utiliza da defesa da responsabilidade individual para uma radical redução da seguridade social ao mínimo indispensável. Em suas dinâmicas concretas, observa-se uma grande influência dos negócios e corporações na elaboração de leis e regulamentações que as favoreçam. Em síntese: a partir do neoliberalismo não há menos Estado, mas sim um movimento de sua reorganização (Harvey, 2014).

A análise de Harvey (2014), aqui exposta de forma bastante sintética, é valiosa para apreendermos mais precisamente o movimento real do Estado neoliberal, não como estrutura em processo de apequenamento, mas como algo que se transforma no sentido de ser verdadeiro

vigilante do mercado. O Estado, no interior do neoliberalismo, é o guardião que assegura o bom funcionamento do mercado de suas ameaças e da incompetência de seus agentes, socializando prejuízos. É um mecanismo que produz desregulamentação no mercado com o objetivo de torná-lo mais produtivo, ao mesmo tempo em que assegura estabilidade monetária e injeções de recursos quando essa mesma desregulamentação torna-se excessivamente caótica. Ademais, é um mecanismo que responsabiliza os indivíduos pelo seu sucesso ou fracasso, ao mesmo tempo em que desmonta, uma a uma, as garantias de seguridade social e legislação protetiva do mundo do trabalho. Longe de ser um Estado mínimo, é um Estado máximo na proteção dos interesses do mercado.

Os próprios sujeitos passam por uma reorientação sob o neoliberalismo, vendo-se, cada vez mais, como um capital em busca de valorização, no que Dardot e Laval (2016, p. 30) definem como uma “subjetivação contábil-financeira”, que busca “produzir uma relação do sujeito individual com ele mesmo que seja homóloga à relação do capital com ele mesmo [...] como um ‘capital humano’ que deve crescer indefinidamente, isto é, um valor que deve valorizar-se cada vez mais”. Qualquer tipo de lógica da solidariedade vai sendo paulatinamente substituída pela preocupação crescente com os estudos, investimentos pessoais, garantia de aposentadoria etc. Nesses termos, o neoliberalismo formou um novo sujeito, um sujeito empresarial centrado na competição. O indivíduo deve ser o sujeito que se entrega inteiramente ao trabalho, a partir da formulação de um novo *ethos* que vê o trabalho como fonte de realização pessoal (Dardot; Laval, 2016).

Esse é um novo sujeito que deve ter sua vida pessoal e profissional totalmente integradas e onde nada mais pode ser visto como garantido e tudo precisa ser defendido a todo momento. “Ser empresa de si mesmo pressupõe viver inteiramente em *risco*” (Dardot; Laval, 2016, p. 346). O risco assume uma dimensão ontológica na racionalidade neoliberal, mas não sem consequências psicológicas profundas: “a empresa de si mesmo tem dois rostos: o rosto triunfante do sucesso sem pudor e o rosto deprimido do fracasso diante dos processos incontroláveis e das técnicas de normalização” (Dardot; Laval, 2016, p. 374).

É importante observar que esse processo de fabricação de um novo sujeito empresarial se opera não apenas com forças externas de coerção, mas também a partir de dentro. Como lembram os autores, “desde a era clássica das disciplinas, portanto, o poder não pode exercer-se por pura coerção sobre um corpo; ele deve acompanhar o desejo individual e orientá-lo” (Dardot; Laval, 2016, p. 216). Para tanto, o neoliberalismo lança mão de muitos mecanismos: tenta criar o máximo de situações de mercado, tornando a “obrigação de escolher” uma regra

do jogo (Dardot; Laval, 2016, p. 217); fragiliza a previdência e assistência social, como quando reduz a ajuda aos desempregados, o que torna o trabalhador mais submisso ao mercado; tenta substituir a solidariedade entre trabalhadores pela responsabilização individual do buscador de emprego; cria formas de gestão individualizadas sobre os objetivos do trabalhador e suas recompensas, colocando o trabalhador em concorrência direta com seus pares e enfraquecendo a coletividade (Dardot; Laval, 2016, p. 221-227).

Para Dardot e Laval (2016), temos então uma interiorização da gestão, uma autodisciplina motivada pelo desejo e pela culpa, que privatiza a conduta dos indivíduos, onde os direitos não são mais atribuídos de forma universal, mas devem ser buscados com a capacidade de cálculo e o esforço de cada um. É interessante observarmos que, nesse universo de fechamento do outro mundo possível, a esquerda acabou comprando, em grande medida, a ideia de que a eficiência da gestão era um fim em si mesmo, fazendo um diagnóstico equivocado do que seja o neoliberalismo e acabando por reproduzir, mesmo que sem intenção, sua racionalidade (Dardot; Laval, 2016).

O neoliberalismo, em sua lógica de funcionamento, conforme apontou Brown (2019, p. 16), “preparou o terreno para mobilizar e legitimar forças ferozmente antidemocráticas na segunda década do século XXI”. Pensando os movimentos de direita contemporâneos que se espalharam (e se espalham) pelo globo, precisam ser compreendidos como produto tanto de indivíduos “abandonados economicamente e ressentidos racialmente” quanto dos ataques sistemáticos do neoliberalismo “à democracia, à igualdade e à sociedade” (Brown, 2019, p. 17). Não há casuísmos aqui. Uma racionalidade que fratura a democracia em nome da primazia do mercado produz nada além do que dinâmicas políticas autoritárias. Ora, se a democracia exige ações afirmativas que reduzam a distância entre os sujeitos, uma educação cívica de qualidade, a possibilidade do acesso a cargos públicos para todos e o cuidado para que a riqueza não assuma o controle dessas “alavancas”, baseando-se no fundamento de que a democracia exige igualdade política, igualdade que pode ser perturbada por disparidades sociais, não pode haver democracia substantiva em uma racionalidade que parte da premissa de que os indivíduos devam competir todos entre si para assegurar as condições de sua existência (Brown, 2019).

2.4 A CORRUPÇÃO

A *corrupção* é um signo recorrente na história política brasileira. Antes de passarmos para sua definição, é preciso que realizemos o movimento de apresentá-la em um contexto

histórico breve. Adjetivar o adversário como corrupto foi e segue sendo uma arma política básica em nossa sociedade. É uma forma de mobilizar paixões, de provocar desprezo por parte de setores da sociedade, de imputar más intenções ocultas sobre aquilo que aparentam ser boas intenções. Também é um elemento comum para estabelecer equivalências em nome de algum propósito específico: afinal, ninguém é a favor da corrupção e, se a ação proposta é, de algum modo, mecanismo para combatê-la, é muito mais fácil angariar apoio a partir dela. Eventualmente, a corrupção serve para denunciar crimes reais. Ela tem, sempre e necessariamente, uma conotação moral. No que diz respeito aos contextos específicos de golpe de Estado, aparece como signo perene:

O discurso anticorrupção é recorrente na nossa história de golpes. Sempre teve muita eficácia, pela sua capacidade de conquistar – na brilhante síntese de Dias Gomes e Ferreira Gullar – “a famosa classe média, que sonha ter em virtudes o que lhe falta em dinheiro”. Foi intensamente utilizado contra Getúlio Vargas em seu último governo. Foi apropriado por Jânio Quadros, que chegou ao poder montado na vassourinha que prometia “varrer a bandalheira”. Retornou como forma de combate aos governos do PT, primeiro com o Mensalão e, em seguida, mais vigorosamente ainda, com a Operação Lava Jato (Moretzsohn, 2016, p. 124-125).

Governantes são sistematicamente apeados do poder sob o nome de uma limpeza ética e do combate à corrupção na política. Ela é desses signos que, de tão amplo e frequente uso no decorrer da história brasileira, sofrem uma espécie de alargamento de sentido. Se, em uma perspectiva bakhtiniana, o significado de todo signo é, necessariamente, produto de uma disputa por parte de distintos grupos de interesses, as particularidades da corrupção tornam essa característica multiacentual e polissêmica ainda mais evidente.

O próprio Partido dos Trabalhadores (PT), personagem central em nossa pesquisa, lançou mão inúmeras vezes do recurso da denúncia da corrupção, recaindo naquilo que Luis Felipe Miguel chamou de “tentação perene do udenismo”:

Foi tentador para o partido se apresentar como o porta-voz da moralidade pública, discurso que concorreu (e por vezes ofuscou) a afirmação de seu compromisso classista. É um discurso fácil, que enfrenta menor resistência e desperta simpatia imediata; não por acaso, foi depois incorporado por algumas organizações à esquerda do PT, que disputavam com a direita não o enquadramento da realidade, mas o direito de portar com legitimidade a bandeira do combate à corrupção. A tentação perene do udenismo para as organizações progressistas é um dos efeitos colaterais nas práticas políticas brasileiras (Miguel, 2019, p. 67).

Naturalmente, as consequências desse mesmo partido se ver mergulhado em denúncias de corrupção por todos os lados havia de cobrar um preço elevado. Como um castelo de cartas

de superioridade moral que desmorona, as denúncias martelavam de forma ainda mais pesada e encontravam um alvo ainda mais frágil em um partido que seguidamente se apresentou como diferente dos demais, mais ético. Sua identificação com o campo da esquerda colaborou para isso. Conforme lembra Singer (2018), ainda que a ideia de ética republicana não possa ser considerada como monopólio de qualquer grupo político, na esquerda a sua denúncia está muito associada à luta pelo fim dos privilégios. É por isso que esse autor afirma que “ao surgirem evidências do envolvimento da esquerda com a corrupção, os partidos são atingidos por uma contradição interna insanável” (Singer, 2018, p. 232).

Observemos a definição de *corrupção* pelo Michaelis:

corrupção

cor·rup·ção

sf

1 Ato ou resultado de corromper; corrompimento, corruptela.

2 Decomposição de matéria orgânica, geralmente causada por microrganismos; putrefação.

3 Alteração das características de algo; adulteração.

4 Degradação de valores morais ou dos costumes; devassidão, depravação.

5 Ato ou efeito de subornar alguém para vantagens pessoais ou de terceiros.

6 Uso de meios ilícitos, por parte de pessoas do serviço público, para obtenção de informações sigilosas, a fim de conseguir benefícios para si ou para terceiros (Michaelis, 2021).

Na definição dicionarizada que apresentamos, a corrupção, quanto à esfera política, se refere ao ato de 1) “comprar” uma vantagem pessoal e 2) buscar benefícios por servidores públicos através de meios ilícitos. Tomando essas definições, nós temos um conjunto de significados associados ao signo: a interferência do capital econômico na busca de vantagens, o que, considerando a negatividade do signo, pressupõe-se que seja injusto; a conduta irregular do servidor público que, aproveitando-se de sua posição, obtém alguma vantagem indevida. Se refere, portanto, ao uso do poder econômico e ao servidor público que usa o cargo para fins pessoais.

O Código Penal brasileiro tipifica as condutas envolvendo a corrupção como criminosas. Os tipos penais que dizem respeito ao processo que nos debruçamos – o que exclui, por exemplo, a corrupção de menores – são os seguintes:

Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:

Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.

[...]

Art. 317 – Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena – reclusão, de 2 a 12 anos, e multa.

[...]

Art. 333 – Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:

Pena – reclusão, de 2 a 12 anos, e multa (Brasil, 1940).

O primeiro artigo diz respeito ao crime de peculato. Nele, um funcionário público desvia um valor para si em função de seu cargo, aproveitando-se de sua situação. No segundo, a corrupção passiva, quando um funcionário público pede uma vantagem ilícita para si com o uso de seu cargo, casos, por exemplo, em que um funcionário pede propina. No terceiro, a corrupção ativa, em que ocorre o movimento inverso do anterior, na medida em que diz respeito ao ato de se oferecer uma vantagem, de se buscar interferir na atuação do poder público, como quando um empresário oferece dinheiro para um fiscal para que não seja cobrado um tributo. Note-se que, embora a corrupção passiva só possa ser praticada por funcionário público, a corrupção ativa pode ser praticada tanto por ele quanto por um cidadão fora da administração pública.

A aparência fenomênica da corrupção, tal como exposto até aqui, é a de que *um cidadão se apropria privadamente de recursos públicos (dinheiro, vantagens, interferências na atuação de servidores etc.)*, o que seria injusto e ilegal, tomando para si recursos que pertencem coletivamente aos integrantes da sociedade. Essa percepção é operacionalizada com naturalidade, dos oligopólios midiáticos a setores do campo progressista. Compreender a corrupção, contudo, exige uma abordagem mais sofisticada do que essa.

Mas o que podemos encontrar para além dessa aparência fenomênica? Destacamos três pontos da definição apresentada: em primeiro lugar, *cidadão* é um conceito bastante amplo, mas que compreende setores da sociedade com demandas absolutamente distintas; em segundo lugar, que o conceito de *justiça* não existe em si mesmo, mas se transforma e adquire novos significados conforme, entre outras coisas, o ponto de vista da classe social que se refere a ele; por fim, que a divisão entre o *público* e o *privado* é uma divisão que nem sempre existiu ou foi clara nas sociedades humanas (Boito Jr., 2017).

Armando Boito Jr. (2017), a partir de uma chave marxista, critica as esquerdas brasileiras por se dedicarem exclusivamente à intensidade da corrupção em suas denúncias. Apontam o fato de que a corrupção é prática corrente no interior do sistema capitalista sem perceber que essa afirmativa, em si mesma, pouco explica sobre esse fenômeno e sobre os modos como seria possível combatê-lo.

O autor (Boito Jr., 2017, p. 10) propõe uma agenda de perguntas que serviria como ponto de partida para ultrapassarmos a superficialidade da percepção sobre a corrupção. O que ele faz é questionar os fundamentos da percepção sobre a corrupção. Quatro questões-guia são apresentadas: 1) Ocorre uma apropriação privada indevida de bens públicos? 2) Existem bens públicos no sistema capitalista? 3) Quais valores morais determinariam sua classificação como indevida? 4) A percepção sobre o fenômeno da corrupção é homogênea entre todas as classes sociais? Refletiremos brevemente sobre elas.

Podemos rastrear, conforme aponta Boito Jr. (2017), a origem do signo corrupção, tal como definido nos séculos XX e XXI, na distinção formal e ideológica entre recursos privados e do Estado. Formal porque, de fato, os recursos do Estado estão legalmente separados dos recursos dos grupos dominantes e dos funcionários que operam o aparelho estatal, mas são recursos mobilizados para assegurar o processo de acumulação de capitais. Os recursos direcionados para investimentos públicos em educação e saúde, por exemplo, são o resultado de lutas históricas por melhores condições de vida, mas não são apenas isso: esses investimentos também são responsáveis por amenizar tensões sociais, garantindo certa docilidade por parte dos oprimidos e barateando os custos da força de trabalho, que não precisa compor essas despesas em seu montante. Além disso, são recursos que asseguram as condições mínimas, físicas e mentais, para que os trabalhadores desempenhem seu papel nas relações de produção. Parte do aspecto ideológico da corrupção aparece ao constatarmos que ela oculta o fato de que os recursos do Estado capitalista estão, em grande medida, a serviço dos interesses da reprodução do capital. Não são recursos que pertencem às elites enquanto indivíduos, mas enquanto coletividade e que são operacionalizados nesse sentido tanto quanto a correlação de forças da luta de classes permitir (Boito Jr., 2017).

Como exemplo que reforça nossa argumentação, destacamos que o próprio acesso aos cargos do Estado também possui uma dimensão ideológica. Ainda que ele se apresente como transparente e baseado exclusivamente no mérito dos candidatos, ele se desenvolve através de alguns filtros sutis, o que podemos verificar pela análise de três pontos: o acesso ao cargo passa pelo sucesso em exames de processos seletivos formalistas, com conteúdos que privilegiam determinados conhecimentos; por sua vez, esse formato exige que os candidatos dispendam dinheiro e tempo para formação em uma quantidade que varia conforme a dificuldade de ingresso, tendendo a ser maior para cargos mais disputados (o caso dos de alto escalão, como a elite do poder judiciário); e, finalmente, essa maior necessidade de dinheiro e tempo faz com que os cargos mais elevados do aparato estatal sejam ocupados por setores da elite (Boito Jr.,

2017). Não raro, tem um caráter endogâmico: esses critérios não explicitados nos editais que permitem o acesso aos cargos (e o vedam para a imensa maioria da população) acabam sendo transmitidos no interior das famílias, de pais para filhos, criando verdadeiras castas na elite do funcionalismo, gerações de juízes, promotores etc.

Prosseguindo nesse sentido, salientamos que a percepção da corrupção não é necessariamente uniforme. Na hipótese de Boito Jr. (2017), podemos dividir essa relação em três grandes grupos, que aglomeram visões gerais sobre a corrupção, a partir de suas posições de classe: a classe trabalhadora, a burguesia e a classe média.

A classe trabalhadora tende a se opor à corrupção como crítica aos privilégios daqueles identificados como poderosos, como detentores de uma condição favorecida com relação àquela em que se encontram. Sua crítica é orgânica, mas costuma acompanhar o mesmo sentido atribuído àquela que, por exemplo, se dirige aos supersalários do judiciário. É um sentido de corrupção muito mais vinculado ao seu aspecto de injustiça social (Boito Jr., 2017).

A burguesia, por sua vez, apresenta a mais flexível relação para com a corrupção, na medida em que espera que todos os outros membros da classe sejam honestos, resguardando para si o direito de cometer alguns deslizes em nome de obter vantagens na competição. Além disso, a burguesia lança mão do combate à corrupção como instrumento ideológico para atacar frações de classe adversária (Boito Jr., 2017).

Finalmente, a classe média possui a relação mais íntima de oposição à corrupção, na medida em que ela ataca um dos pilares ideológicos que a sustentam enquanto classe: a meritocracia. É através dessa noção de meritocracia, por exemplo, que a classe média justifica os supersalários que pretende obter ao ingressar nos altos escalões do Estado (Boito Jr., 2017).

Deslocando a análise para a conjuntura, podemos fazer uso da análise feita por Célio Pinto (2019) sobre a forma como a corrupção aparece discursivamente nas manifestações de rua do Brasil que culminaram com o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff – ainda que elaborada a partir de chave teórica distinta. Nas amplas manifestações de rua surgidas em 2013, inicialmente com a pauta da luta pelo passe livre nas grandes cidades, percebe-se uma significativa fragmentação discursiva. Os poucos grupos organizados de esquerda não foram capazes de aglutinar a indignação no entorno de suas bandeiras, fazendo com que a maioria dispersa dos manifestantes fosse composta por indignados contra a corrupção e contra a política institucional como um todo, culpando a presidenta pelo suposto caos nacional em particular. Em sua maioria, eram jovens altamente escolarizados e sem experiência político partidária (Pinto, 2019).

Em 2014, nas manifestações ocorridas contra a Copa do Mundo do Brasil, observa-se um movimento inicialmente à esquerda do PT. Finalmente, um partido enfraquecido discursivamente pelos desgastes de três mandatos, pelo afastamento de suas bases políticas e pelos escândalos de corrupção do Mensalão e da Lava Jato, entrando em conflito com a histórica defesa da ética na política do partido, observou o ponto de virada das críticas que recebia nas vaias recebidas pela presidenta no dia 12 de junho de 2014, no Itaquerao: vaias que se originavam principalmente do seu setor VIP, com ingressos custando em torno de 450 dólares (Pinto, 2019).

A partir daí, culminando nas massivas manifestações de rua de 2015, esses movimentos assumem em definitivo características bastante particulares: deslocam-se para bairros de classe média-alta; há uma substituição da luta por direitos pelas críticas ao governo; surgem exigências pelo impeachment da presidenta; a crítica à corrupção é explicação para todos os problemas nacionais (saúde, educação etc.), corrupção que passa a ser intimamente associada ao PT e à presidenta Dilma Rousseff. Manifestações basicamente formadas por “moradores de bairros nobres, de classe média e média alta, antipetistas” (Pinto, 2019, p. 51).

Nossa hipótese é de que a forma como o signo *corrupção* foi operacionalizado pela grande mídia, como forma de atacar os governos petistas e elaborado a partir da visão do mundo expressa pelo neoliberalismo, dialogou diretamente com a percepção da corrupção cara a esses grupos. Empiricamente podemos observar pela ampla adesão desse setor nesse processo de identificação da corrupção com o Partido dos Trabalhadores. Construiu-se um discurso que apresentava o PT como um partido detentor de um modelo de gestão intervencionista e, portanto, suscetível à corrupção, defendendo a tese de que um contexto em que o mercado fosse protagonista desses processos resistiria melhor aos avanços corruptos da política institucional.

Por fim, situemos o contexto da corrupção enquanto ideologia no cenário internacional. Peter Bratsis (2017) apresenta um panorama da corrupção e a forma como ela se movimentou no contexto internacional no século XXI. As raízes da acepção corrente de corrupção podem ser mapeadas a partir dos anos 1990, quando agentes do capital internacional (como o FMI e o Banco Mundial) passaram a liderar o movimento de apresentar a corrupção como um problema internacional e uma questão central para o desenvolvimento das diversas economias nacionais ao redor do globo. A percepção da corrupção passou a ser deslocada para a máquina burocrática e para os meandros legais envolvidos nas transações entre grandes empresas e Estado, deixando o processo de tomada de decisões políticas fora dessa alçada.

Podemos compreender o objetivo com esse movimento ao notar quais os fins que estão sendo buscados: tornar a burocracia o mais transparente e receptiva ao capital transnacional quanto seja possível e legitimar a nova investida dos países de capitalismo central contra as nações “atrasadas” e “culturalmente corruptas”. Com o primeiro objetivo, a corrupção é vista como um custo de difícil mensuração para o capital, tendo em vista que é, naturalmente, oculta. Ao apresentar a ideologia da corrupção contra a burocracia do Estado, o capital transnacional pretende levantar essa barreira à sua penetração. Ainda que compreendamos a linha de raciocínio apresentada por Bratsis (2017), temos dúvidas no que diz respeito à forma como ela se verificaria na realidade concreta. Por um lado, a corrupção pode sim ser tomada como um custo de difícil mensuração; por outro, como temos observado nos escândalos midiáticos no Brasil, as próprias corporações chegam a ter departamentos específicos para lidar com esses custos, já ao menos parcialmente previstos. A afirmação puramente ideológica, contudo, parece verdadeira: a corrupção seria uma característica das nações “atrasadas”, justificando a ingerência externa em suas economias como forma de saneá-las.

O segundo objetivo, portanto, tem por fim apresentar um novo “fardo do homem branco”. A corrupção inibiria o desenvolvimento nas nações “atrasadas” e seria a principal responsável pela sua pobreza. Sendo assim, ao imperialismo cumpriria a tarefa de combater esse mal global e promover o desenvolvimento. Isso independentemente do fato de que, ao analisarmos os dados econômicos de Índia e China, países apresentados como campeões de corrupção, encontramos elevadas taxas de crescimento (maiores, inclusive, que nas economias centrais). Nesse sentido, é uma ideologia que tem por fim “pavimentar o caminho da expansão imperialista” (Bratsis, 2017, p. 38). Do ponto de vista da centralidade do capitalismo, a corrupção é a marca do outro, é um traço de inferiorização, um pretexto para a intervenção externa, para o esforço de tutela.

Ora, em última análise, o que essa forma de encarar a corrupção pretende é desprezar a política, sendo esta vista como altamente corrompida, e valorizar a gestão/governança “técnica” (se remetendo ao exposto anteriormente no que diz respeito à racionalidade neoliberal). De fato, esse movimento internacional não pretende enfraquecer o Estado, mas fortalecê-lo em bases que o tornem imune à influência e ao controle do poder político, poder que nem sempre está de acordo com os interesses do capital internacional (Bratsis, 2017). Nesse sentido, o combate à corrupção, colocado nos presentes termos, atende aos interesses de previsibilidade do capital e opera dentro da racionalidade neoliberal tal como expusemos anteriormente. A primazia da técnica esconde o fato de que esta técnica não existe enquanto instância neutra em si mesmo,

mas sim como conjunto de ferramentas para a reprodução dos interesses dos grupos dominantes e em favor da exploração (e autoexploração) dos subalternos.

Nossa análise parte da corrupção enquanto fenômeno especificamente no contexto da sociedade neoliberal. Nesta, sua aparência fenomênica é a de apropriação de recursos públicos, de forma ilícita, por entes privados (agentes políticos, empresas e cidadãos no geral), mas ela é mais do que isso. Esta não é uma questão simples, na medida em que a divisão formal entre recursos e interesses públicos e privados não é tão imediatamente clara nessas sociedades como sua aparência demonstraria. Além disso, a forma como a corrupção é vista pelos diferentes grupos sociais é distinta. Contudo, em nosso recorte, observou-se que a mídia adotou uma perspectiva mais próxima daquilo que Boito Jr. (2017) definiu como um ponto de vista da classe média, justamente aquela que seria mais sensível à corrupção na medida em que esta atinge frontalmente um dos pilares de sua legitimação enquanto classe: a meritocracia. Ao adotar essa perspectiva, a mídia dialogou mais diretamente com os estratos sociais que pretende sensibilizar com o “perigo” das administrações petistas para o Brasil. De fato, dialogou com aquele que é seu interlocutor esperado pelo jornal.

Finalmente, esse foi um combate que se moveu no interesse do capital internacional, que reproduz a lógica de um “fardo do homem branco”, agora contra os “atrasados” e “corruptos” países da periferia do sistema capitalista. Ao mesmo tempo que se realiza esse movimento de crítica, a própria política está sendo atacada em detrimento de uma suposta tecnicidade desinteressada e neutra. Torna-se evidente, a partir dessa reflexão, que o signo *corrupção* não pode ser encarado como mero reflexo de uma relação social – como, de fato, nenhum signo deve ser –, mas como produto da disputa de um conjunto de interesses nos países sob a égide do neoliberalismo, como é o caso do Brasil.

Destaca-se também que o signo não diz respeito exclusivamente aos seus aspectos jurídicos, mas carrega mais significados. Conforme observou Grijó, um “vigoroso anátema” usado como arma de combate na luta política: “a corrupção como anátema, presa à lógica profético-apocalíptica, aponta o dedo em direção ao outro, sendo sempre dele de onde se origina, ameaçadora, pronta a subverter costumes, assaltar cofres públicos, desviar recursos, destruir os modos de viver e existir das ‘gentes de bem’” (Grijó, 2021). A corrupção é um signo, na política, colocado em uso como forma de atacar adversários, de situá-los como intrinsecamente imorais, de classificá-los como derradeiros inimigos, aglutinando assim àqueles que defendem a forma “correta” de se viver. No caso concreto em análise, “ao promover a corrupção como um problema moral, atores políticos também se beneficiam do potencial de

transformar a preocupação geral com a corrupção em pânicos morais, como o empregado no antipetismo” (Fernandes, 2019, p. 237). É sobre o que nos debruçaremos a partir de agora.

3 FAXINA, CACHOEIRA E MENSALÃO: O ANO DE 2012

Dilma Rousseff foi eleita a primeira mulher presidenta do Brasil no pleito de 2010. Sucessora do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, elegeu-se em um contexto que era, por um lado, confortável e, por outro, marcado pelas consequências do escândalo do mensalão. Confortável porque Lula gozava de elevado apoio popular e parecia natural que conseguisse eleger um sucessor. Entretanto, o escândalo do mensalão havia inviabilizado a candidatura das principais alternativas entre as lideranças políticas do partido, o que pode ter impulsionado a escolha de um quadro menos esperado. Além disso, a opção por ela pode ter sido uma forma de arrefecer brigas internas em um partido que é intrinsecamente dividido em grupos e tendências. Dilma havia ocupado postos importantes no período Lula e tinha fama de ser técnica. Seu perfil pouco político era visto como positivo em um contexto em que a política institucional começava a ser vista com desconfiança pela população após os recentes escândalos. “Rousseff podia ser considerada livre dos vícios da política, mas, ao mesmo tempo, como continuadora do governo Lula” (Motta, 2018, p. 433).

Apesar de ser encarada com certa desconfiança pelo partido internamente, em razão do fato de não ser um quadro histórico do PT, e de ter seu passado como guerrilheira que lutou contra a ditadura civil-militar brasileira explorado durante a campanha pelos adversários, reanimando antigos temores anticomunistas, Dilma venceu a eleição, em uma chapa formada ao lado do vice Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, atualmente MDB). A escolha pode ser compreendida como um esforço em buscar o apoio parlamentar que garantisse a estabilidade do governo após o mensalão. Eleita, Dilma deu continuidade às políticas de Lula, mas, paulatinamente, começou a distanciar-se do ex-presidente e construir um governo próprio (Motta, 2018). Seu segundo ano de governo veria a corrupção retornar com força total como um signo em destaque no jogo político.

3.1 DILMA, A FAXINEIRA DA CORRUPÇÃO

Nos primeiros editoriais de 2012, a *FSP* realizou uma espécie de balanço do ano um do primeiro governo Dilma. Embora ela se apresentasse como sucessora de Lula, a quem devia o cargo por ser uma indicação do ex-presidente, em editorial se afirmava que “a presidente firmou autoridade própria. Emancipou-se da sombra do antecessor, que tampouco pretendeu tutelá-la, assim como já repelira, em fins de seu segundo mandato, a tentação autoritária de aventurar-se

por um terceiro” (FSP⁹, 1º jan. 2012, p. A2). O texto equilibra duas afirmações: em primeiro lugar, Dilma teria uma dívida para com o ex-presidente Lula, na medida em que surgiu como candidata por sua indicação; em segundo lugar, destaca que ela não foi mero fantoche de seu antecessor, mas soube construir uma autoridade própria. É interessante observarmos que, além dessas afirmações elogiosas acerca da presidenta, duas são direcionadas ao ex-presidente. A primeira, sugere que Lula não desejou, como teria se demonstrado nesse primeiro ano de mandato, tutelar Dilma, permitindo que ela construísse um governo de autoridade própria. A segunda diz respeito a um suposto ímpeto por um terceiro mandato. De fato, as lideranças do Partido dos Trabalhadores que chegaram ao poder não se apresentaram historicamente como uma agremiação que buscasse um assalto ao poder por vias autoritárias ou que defendesse uma via revolucionária como projeto político, ainda que essa pudesse ser a posição de alguns grupos internos. Realizando uma operação de fabricação sobre a realidade (Champagne, 2003, p. 64), o jornal parece tentar modalizar o discurso de modo que, elaborando uma imagem de ameaça possível, o elogio perca força.

Para a *FSP*, Dilma teria acertado a sua condução da política econômica neste primeiro ano, tendo conseguido “conter o surto inflacionário estimulado pela gastança de 2010” (FSP, 1º jan. 2012, p. A2), ainda que o jornal critique a ausência de reformas estruturais que seriam fundamentais para as contas públicas e, eventualmente, para permitir uma desoneração tributária – reformas na previdência e no funcionalismo público, por exemplo. Dilma estaria sabendo conduzir a economia do país, mas ainda restrita a um roteiro que pedia maior ousadia e maior profundidade e não apenas a condução do cotidiano. Essa ausência seria, ao menos em parte, responsabilidade pessoal de Dilma:

O governo permanece atado ao manejo do cotidiano, tendência agravada pela inclinação centralizadora e detalhista da presidente. Seu comportamento pessoal sóbrio, parcimonioso nas manifestações, exigente com auxiliares e correlegionários, não compensa a falta de planejamento de mais envergadura (FSP, 1º jan. 2012, p. A2).

Aqui verificamos um argumento que será constante nas críticas do jornal ao governo Dilma: a sua política econômica ficava abaixo daquilo que era possível por más escolhas da presidenta. O norte indicado, sempre, é do enxugamento do Estado, do ajuste e das reformas. Importante ressaltar, como afirma Mascaro (2013, p. 115), que o Estado não é nem um salvador da lógica econômica capitalista nem uma ameaça para o mercado, mas uma condição mesma

⁹ As referências relativas às fontes serão indicadas com a sigla FSP de *Folha de S. Paulo*. Os editoriais foram consultados no *Acervo Folha*, em <https://acervo.folha.com.br/index.do>.

para a reprodução do capital. O que a *FSP* sustenta, portanto, é a conformação de um Estado que opere em melhores condições do interior da lógica neoliberal. Esse é o horizonte claro que se busca, fiel àquilo que foi apresentado por Harvey:

Afirma-se que a privatização e a desregulação combinadas com a competição eliminam os entraves burocráticos, aumentam a eficiência e a produtividade, melhoram a qualidade e reduzem os custos – tanto os custos diretos do consumidor (graças a mercadorias e serviços mais baratos) como, indiretamente, mediante a redução da carga de impostos (Harvey, 2014, p. 76).

Retornando para a avaliação do primeiro ano de governo Dilma, observemos a centralidade do tema *corrupção*:

Uma saraivada de denúncias e indícios de conduta irregular derrubou seis dos sete ministros substituídos neste ano, num desenrolar que teve por inesperada consequência favorecer a presidente. Ao contrário do antecessor, Dilma Rousseff mostrou-se pouco complacente em face de “malfeitos” – conforme o eufemismo que celebrizou – atribuídos a auxiliares, os quais não teve problemas para dispensar, até porque pertenciam ao pesado legado alheio. Embora deixasse intocada a origem do problema – partidos e oligarcas aliados do poder que desde sempre usam a máquina pública como fonte de vantagens e recursos –, a presidente granjeou fama de faxineira severa. Os escândalos deram moral ao Planalto para enquadrar uma base de apoio tão ampla quanto voraz (*FSP*, 1º jan. 2012, p. A2).

Suspeitas de corrupção seriam, portanto, a principal causa para o afastamento de ministros já no começo de seu mandato, mas eles seriam menos responsabilidade de Dilma e mais do “pesado legado” lulista. Os envolvidos em suspeitas de corrupção, nesse sentido, se originariam do passado recente, seriam vestígios da presença de Lula na presidência, passado com o qual a presidenta realizaria um esforço de ruptura e através do qual teria construído uma imagem positiva de “faxineira severa”, isto é, de intolerante com a corrupção. O signo *corrupção*, aqui, faz mais referência ao passado do governo Lula do que a escolhas feitas pela nova mandatária. Apresenta-se como uma herança recebida por Dilma com a qual a presidenta precisaria lidar. A conjunção concessiva *embora* apresenta o fato de que Dilma não atacou a raiz do problema da corrupção, que fica localizada de forma generalizada em “partidos e oligarcas aliados do poder” – e, por extrapolação, permite uma interpretação que generaliza para a política como um todo. Mas o tom apresenta-se predominantemente positivo, tendo em vista que a oração concessiva – encabeçada pela conjunção *embora* – antecede a oração principal, enfatizando, nessa ordem, Dilma como a *faxineira severa*. Esse movimento linguístico dá a entender que, nesse momento, era mais importante o fato de Dilma estar combatendo a corrupção do que o fato de manter certos partidos e oligarcas no poder. Dilma

estaria sendo uma “faxineira severa” que não aceitaria nem mesmo suspeitas de corrupção em seu governo e que, por isso, teria condições de enfrentar “uma base de apoio tão ampla quanto voraz”. Note-se que a identificação da corrupção com o passado lulista é coerente com o movimento identificado por Singer (2012) no que diz respeito às adaptações político-ideológicas no interior da luta política com uma maior aproximação de Lula em prol da estabilidade econômica: “O discurso de Lula em defesa da estabilidade tirou a plataforma a partir da qual a direita mobilizava os mais pobres, sobrando-lhe apenas o recurso às denúncias de corrupção, assunto limitado à classe média” (Singer, 2012, p. 80).

Esse movimento de faxina também foi observado por Singer (2018) e tem uma importância central para compreendermos o desenrolar do governo Dilma. O autor sustenta a hipótese de que Dilma realizou um “ensaio republicano”, um movimento no sentido de impor uma “limitação do esquema clientelista predatório incrustado no aparelho estatal brasileiro” (Singer, 2018, p. 185). Teria havido um esforço intencional por parte do primeiro governo Dilma a fim de “diminuir o furto de patrimônio público” (Singer, 2018, p. 185), embora sem realizar uma grande ruptura com a lógica de funcionamento institucional de então. Ora, sendo correta – como nos parece – a hipótese levantada por Singer (2018), de que no primeiro governo Dilma verificamos a presença de um “ensaio republicano”, podemos concluir que, para o próprio governo, há uma centralidade do signo *corrupção* a partir da preocupação de seu combate. A escolha do termo *ensaio* não é gratuita, mas pretende deixar claro que não há um movimento mais radical acontecendo – uma tentativa de se combater as origens da corrupção em suas raízes –, mas, ainda assim, não é um esforço desprezível. Esse movimento, contudo, não ocorreu sem perturbar forças que se movimentassem em sentido contrário:

Quando a imprensa descobriu que Dilma estava fazendo uma “faxina”, em junho de 2011, as tensões explodiram. A limpeza ampliou as arestas que vinham se gestando dentro da base governista. [...] O ensaio republicano se aprofundou no segundo ano do mandato. No início de 2012, algumas ações da faxina no segundo escalão causaram conflitos tão ou mais sérios do que os ocorridos no nível ministerial. [...] O ensaio de Dilma encontrava resistência, uma vez que os interesses clientelistas estavam engastados na máquina do Estado. [...] O problema era que, a cada espanada da faxina dilmista, Cunha recolhia no Congresso adeptos para a vingança que preparava lentamente. O giro republicano desmontava o sistema de alianças construído por Lula e, com isso, a base parlamentar do governo se esfacelava. Lula logo percebeu o que iria suceder. Numa precoce reportagem, em julho de 2011, o ex-presidente expressava o temor de que o troco viesse no momento em que a presidente estivesse fragilizada. Lula via também que a faxina deixaria Dilma *mais dependente* do PMDB, pois a sigla presidida por Temer era o polo aglutinador do descontentamento. A questão fundamental que o ensaio de Dilma não respondia era: ao afastar os que não se comportavam de maneira republicana, mas tinham votos no Congresso, com quem ela estabeleceria alianças? (Singer, 2018, p. 186-189).

Como hoje sabemos, as consequências desse contramovimento ao seu ensaio republicano foram as mais severas para a continuidade dos governos Dilma Rousseff. O jornal também salientou, nesse seu balanço do primeiro ano, o fato de que a presidenta começava o seu segundo ano de mandato com uma percepção positiva por parte da população, sem precedentes entre os presidentes eleitos a partir da redemocratização, alcançando 59%: “Constata-se que nem a desaceleração da economia nem as demissões em série de ministros sob suspeita foram suficientes para causar danos à imagem da presidente. Ao contrário, com fama de ‘faxineira’ da corrupção e gestora eficiente, Dilma subiu no conceito da população” (FSP, 24 jan. 2012, p. A2). A crítica à ausência de medidas econômicas mais profundas permanece, mas é clara a imagem positiva que a presidenta estaria construindo em seu começo de mandato, sobretudo graças ao fato de ser dura no combate aos indícios de corrupção no governo – em seu “ensaio republicano” – e por suas características como uma gestora que privilegiaria a técnica em detrimento das escolhas políticas.

Em 25 de janeiro de 2012, comentando a nomeação de Graça Foster como nova presidenta da Petrobrás, a *FSP* não só elogiou o fato de que Foster tinha uma carreira sólida na estatal, como também destacou que ela seria dura com seus subordinados. Técnica e capaz de afastar a “contaminação política” da empresa, Foster teria características que também estariam presentes em Dilma, no paralelo traçado pelo editorial. A única ressalva feita é o temor de que a proximidade de Foster com Dilma fizesse com que a Petrobras ficasse subordinada ao Planalto e não servisse ao “interesse público” (FSP, 25 jan. 2012, p. A2). Esse é, portanto, o perfil construído acerca da presidenta ao analisar seu primeiro ano de governo: Dilma é uma mulher dura, privilegia a técnica em detrimento do político e não tolera a corrupção, embora lhe falte ousadia em levar essas características às últimas consequências, com reformas estruturais e um combate às origens da corrupção.

A presidenta, na opinião do jornal, seria igualmente firme no enfrentamento daquilo que poderíamos observar, na retórica dos editorialistas, como a política tradicional. “A classe política vai aprendendo que desafios públicos à autoridade da presidente Dilma Rousseff não costumam ter bom desfecho” (FSP, 27 jan. 2012, p. A2). Henrique Eduardo Alves, ainda em janeiro, então líder da bancada do PMDB na Câmara dos Deputados, questionava Dilma se ela teria coragem para enfrentar “metade da República” e demitir seu apadrinhado na direção do Departamento Nacional de Obras contra as Secas, que era acusado pela Controladoria-Geral da União por desvios de R\$ 192 milhões. Alves usava como argumento a força política de seu partido, ocupante de inúmeros cargos da administração pública e, na opinião da *FSP*,

parcialmente responsável por aquilo “que valeria chamar de ‘setor antirrepublicano’, ou ‘banda padre’, dos governos que se sucedem em Brasília” (FSP, 27 jan. 2012, p. A2). A “faxineira”, apesar do desafio, demitiu o acusado de corrupção. O mesmo editorial lembra que, com a demissão, Dilma receberia a promessa de fidelidade daqueles interessados em ocupar o cargo e que só haveria “satisfação completa” na “verdadeira República” no dia em que “a presidente confrontar também os padrinhos, não só a legião de apadrinhados sob suspeita” (FSP, 27 jan. 2012, p. A2).

Há, como já identificamos, a crítica de que lhe falta o ímpeto necessário para ser mais firme, mas o quadro que ia sendo elaborado colocava a presidenta em uma posição oposta à política definida como tradicional e corrupta. É interessante salientar a forma como os editorialistas estabelecem seu ponto de vista argumentativo como coerente àquilo que classificam como “verdadeira República”. O jornal se apresenta sempre como o representante fiel daquilo que seriam os interesses legítimos do país, em um movimento argumentativo que fecha a possibilidade da divergência e limita o debate, já que a discordância se situa fora da República adjetivada como verdadeira, mas pertence às sombras da política tradicional. Não esqueçamos que a todo signo se atravessam ênfases multidirecionadas, tendo em vista que diferentes grupos operam discursivamente sobre um repertório sócio-cultural muito semelhante. Ainda que sua dialética interna apareça em momentos de crise, “na ideologia dominante, o signo é sempre um pouco reacionário, em uma espécie de tentativa de estabilizar o momento anterior do fluxo dialético da formação social, ou seja, de enfatizar a verdade de ontem como se fosse a verdade de hoje” (Volóchinov, 2017, p. 113-114). Operando nesses marcos, os editoriais da *FSP* se apresentam em um movimento constante de fechamento para a evidenciação das contradições internas aos signos – *corrupção*, em especial –, definidas no interior da luta de classes, em favor de um esforço de naturalização de seus sentidos.

Esse elogio acompanhado de ressalvas também apareceu nos comentários à demissão do Ministério das Cidades de Mario Negromonte, do Partido Progressista (PP), em fevereiro. O pepista foi afastado por recair sob seu ministério suspeitas de corrupção: um projeto de transportes públicos em Cuiabá teria sido encarecido de forma injustificada e haveria o pagamento de um “mensalinho” aos parlamentares do PP para garantir sua fidelidade. Para a *FSP*, a notícia era recebida com indiferença pela sociedade porque, apesar da demissão, seria mantido o costume de utilizar os ministérios como forma de atender aos interesses da base de sustentação do governo, independente de quem esteja à sua frente, conservando o sistema de “especializações”, em que partidos teriam o domínio sobre certos setores (nos exemplos dados

pelo jornal, o Partido Comunista do Brasil (PcdoB) na pasta dos esportes e o PP na das cidades). “A alegada preferência dilmista por critérios técnicos para nomear assessores presidenciais não vale nesse caso” (FSP, 3 fev. 2012, p. A2).

Nessa avaliação inicial do primeiro ano de governo da presidenta Dilma, traçado em paralelo aos comentários dos primeiros acontecimentos do segundo ano, a imagem que se construiu tendeu ao positivo, na medida em que ela era vista como técnica, dura com seus subordinados e “faxineira” da corrupção. É importante pontuar como a caracterização da presidenta como técnica é positiva dentro dos marcos do neoliberalismo, dada a força desse signo para seus defensores. A definição se apresentou, contudo, permeada de ressalvas. Embora soubesse enfrentar a política, vista em termos do fisiologismo, não teria abandonado a prática de utilizar cargos na administração federal para consolidar apoio político. Mesmo que demitindo sem titubear aqueles que fossem acusados de corrupção, não atacou os “políticos e oligarcas do poder”, que estariam na origem do problema. *Corrupção*, por sua vez, foi um signo que apareceu em duas perspectivas: associado aos políticos como um todo, em uma leitura mais generalizante que parece buscar reforçar uma perspectiva de senso comum que associa a política automaticamente com a corrupção; e vinculado ao passado recente dos governos Lula, que teria legado para a presidenta uma estrutura ministerial e de governo permeada por cargos ocupados por interesses pouco republicanos. O “ensaio republicano” de Dilma era reconhecido, mas seus efeitos estavam abaixo do desejado.

3.2 FAXINA PARA LOTEAR CARGOS

“Já não é pouco deslante – num desmentido da imagem gerencial que cerca a presidente Dilma Rousseff – o hábito generalizado de lotear cargos técnicos entre partidos que compõem a base do governo” (FSP, 13 fev. 2012, p. A2). Se os elogios à presidenta já surgiam com ressalvas, muito rapidamente os editorialistas passaram a reforçar a ideia de que nomeações para cargos importantes da República ocorriam não por seus critérios técnicos, mas para atender interesses dos grupos políticos que davam sustentação ao seu governo. O jornal comentava a demissão do presidente da Casa da Moeda, Luiz Felipe Denucci Martins, que se encontrava sob suspeitas de irregularidades em contratos de fornecedores. O cerne da questão estava no fato de que o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), suposto responsável pela indicação, negava tê-lo feito, transferindo a responsabilidade para o ministro da Fazenda, Guido Mantega, que, por sua vez, afirmava ter apenas acatado a sugestão feita pelo partido. O jornal

afirmou que “não se trata de um cargo menor, a ser entregue ao primeiro protegido que apareça. O posto não é apenas técnico, mas tem contratos de vulto a celebrar e acompanhar de muito perto” (FSP, 13 fev. 2012, p. A2). Ao priorizar o atendimento de demandas de grupos políticos em detrimento daquilo que seria uma escolha puramente técnica, conclui-se que a presidência, através de seu ministro da Fazenda, criava condições para que as mencionadas suspeitas de corrupção surgissem.

As nomeações para cargos com o objetivo de atender às demandas da base governista são criticadas também em outros editoriais, como quando a *FSP* comenta a indicação de Marcelo Crivella para o Ministério da Pesca, em editorial do mês de março. As qualidades gerenciais da presidenta são questionadas, porque muitas vezes restritas àquilo que o jornal classifica como “negociações fisiológicas”:

Apesar do tom menos conciliador e mais “gerencial” com que Dilma procura distinguir-se do antecessor e testar um apoio que vá além da antiga fiança lulista, na prática o governo deu sinais de leniência. Nada houve de “gerencial”, por exemplo, na nomeação do senador Marcelo Crivella, da bancada evangélica, para o Ministério da Pesca. Só isso já serviria como um sinal de que estava reaberta, passe o termo, a temporada de caça por cargos e concessões (FSP, 23 mar. 2012, p. A2).

Note-se que, ao lançar mão do predicativo “reaberta”, os editorialistas estabelecem um vínculo de continuidade com o passado recente no qual, pressupõe-se, vigoravam relações que o jornal considerava como inadequadas para a distribuição de cargos. Portanto, constrói-se narrativamente a ideia de um passado corrupto, com um breve intervalo daquilo que a *FSP* invoca muitas vezes como sua antípoda (a técnica, as decisões estritamente gerenciais), mas que talvez não passasse de uma miragem ainda no começo de um governo. Condição gerencial que estaria dada enquanto opção única e necessária, “porque ninguém pode ser inimigo da eficácia e do bom desempenho” (Dardot; Laval, 2016, p. 285). As virtudes gerenciais de Dilma em suas nomeações também foram questionadas lançando-se mão de uma análise acerca de uma declaração feita pela nova presidenta da Petrobras, Graça Foster:

Na cerimônia de sua posse, a nova presidente da Petrobras prometeu “fidelidade incondicional” à presidente Dilma Rousseff. A expressão é cabível numa conversa privada entre amigas de longa data; empregada em público, suscita preocupação quanto ao rigor que Graça Foster imprimirá à necessária distinção entre Dilma, seu partido (PT) e seu governo, de um lado, e de outro a União, acionista majoritária da Petrobras (FSP, 17 fev. 2012, p. A2).

A declaração de fidelidade de Foster à Dilma foi colocada em questão no editorial citado, do dia 17 de fevereiro, em que são postos os conflitos de interesses na definição da

política de preços da estatal, “entre os objetivos políticos do Planalto e a saúde da maior empresa do Brasil. Uma solução equilibrada parece incompatível com a atitude de alinhamento automático de Graça Foster com o governo de turno” (FSP, 17 fev. 2012, p. A2).

O que o editorial sustenta é que a posição de fidelidade assumida pela presidenta da estatal com relação à presidenta da República não seria adequada para os critérios técnicos das tomadas de decisões necessárias na empresa. Fica explícita a pressuposição de que os interesses políticos do governo seriam incompatíveis com os interesses da Petrobras e, portanto, Foster precisaria se desvencilhar de suas fidelidades. É interessante observar que os interesses da estatal que estão expostos no texto, com relação à sua saúde financeira, dizem respeito aos lucros dos acionistas, que estariam sendo prejudicados por perdas produzidas pela política de preços do governo, não no que diz respeito ao seu papel estratégico para a sociedade como um todo. Tal como identificado por Dardot e Laval, a razão neoliberal imposta ao Estado coloca sua atuação sob o crivo de agentes estranhos ao que usualmente seria incluído na noção de soberania (Dardot; Laval, 2016, p. 277).

Sendo assim, podemos concluir que decisões técnicas por parte de Foster seriam aquelas que se convertessem em melhores índices na Bolsa de Valores de São Paulo, com a sugestão do jornal sendo pelo aumento nos preços dos combustíveis (compensando-se o possível efeito inflacionário do aumento com a redução de imposto federal sobre cada litro). A saída técnica seria então o aumento dos custos para o consumidor final e a renúncia de receita aos cofres públicos federais, considerados como alternativas racionais para a saúde financeira da empresa. Resta a questão de quais seriam os citados “interesses políticos” de Dilma. O que o jornal parece criticar é a tomada de uma decisão de política de preços do governo federal que visasse, nesse caso, aos interesses dos consumidores finais em detrimento dos acionistas. Para a nomeação da presidente da Petrobras ser considerada técnica, Foster precisaria tornar-se autônoma em relação ao poder constituído responsável pela sua própria nomeação, em defesa do sistema financeiro. Como exposto por Souza, ocorre uma operação no sentido de deslegitimar as demandas populares, tomadas como demagógicas, ao mesmo tempo que se invisibiliza “a ação predatória de um mercado desregulado como o nosso” (, 2017, p. 139).

Importante destacarmos que a afirmada imagem técnica de Dilma foi um recurso utilizado pelo próprio PT no contexto da definição de quem sucederia Lula:

A ousadia não estava apenas no fato de ser uma candidata, em país que jamais tivera uma mulher como presidente, mas, também, porque ela tinha perfil mais técnico do que político. Além disso, Rousseff não era uma petista histórica (se filiou ao partido apenas em 2001), o que gerou desconfiança perene entre alguns líderes do PT. No

início da campanha, ela era desconhecida pela maioria do eleitorado, mas tinha a vantagem de possuir nível baixo de rejeição e apresentar uma imagem de técnica sem grande comprometimento político (Motta, 2018, p. 432-433).

Semelhante narrativa de descontinuidade foi usada pelo jornal, conforme observamos nos editoriais, primeiro para enaltecer Dilma com relação à superação da lógica “demasiadamente política” e pouco técnica de se pensar as questões nacionais, correspondente ao governo Lula; depois, para criticá-la por se assemelhar excessivamente com o governo de seu padrinho político. Nesse sentido, o “loteamento de cargos” por Dilma é criticado não apenas por representar uma tentativa de atender interesses de sua base de apoio – o que criaria condições para a corrupção, tomada pelos editorialistas como intrínseca ao campo político – ou por submeter decisões que precisariam ser “técnicas” às suas diretrizes “políticas”, mas também por ser um movimento visto como parte de um esforço em desvincular seu governo da herança de seu antecessor. “Atribui-se mesmo a Dilma o mérito de uma ‘faxina’ num governo que, no fim das contas, era o seu, ao menos nominalmente, embora inspirado por Lula” (FSP, 17 mar. 2012, p. A2). Considerando o que já expusemos, este seria um movimento considerado como positivo por parte da *FSP*, tendo em vista que o jornal já mencionou a existência de suspeitas de corrupção como consequência dessa herança deixada pela presidência anterior, pelo já citado “pesado legado” lulista (FSP, 1º jan. 2012, p. A2), ainda que carregue a ambiguidade de ser a faxineira do próprio governo. Nos parece claro que o jornal chega mesmo a torcer e a incentivar essa separação entre Dilma e seu padrinho político, o ex-presidente Lula.

Esse esforço discursivo em apontar aquilo que diferencia Dilma de Lula no que diz respeito às nomeações de cargos, se tímido no começo do ano – embora observável –, pouco a pouco vai desaparecendo. Tomemos, por exemplo, um editorial de novembro, comentando a criação da Secretaria da Micro e Pequena Empresa:

A nova secretaria não é, decerto, fruto de uma inadiável necessidade administrativa. Nasce, antes, para reconfirmar a perniciosa prática do loteamento político do Estado, que o PT não se cansa de expandir desde que chegou, há dez anos, ao Palácio do Planalto. [...] É essa a realidade da vida política brasileira. Um toma lá dá cá que subordina interesses do país ao apetite de partidos, cujo principal objetivo é deitar as mãos em cargos e verbas públicas – com as intenções que se podem imaginar (FSP, 14 nov. 2012, p. A2).

Dois pontos merecem nossa atenção nos excertos destacados. Em primeiro lugar, a criação da Secretaria não é apresentada como pertencendo ao governo Dilma especificamente, mas se integrando ao quadro de dez anos de governos petistas e sua “perniciosa prática” de ampliar o loteamento de cargos. Se havia algo de boa vontade por parte da *FSP* para com a

presidenta, diferenciando-a de Lula e até mesmo responsabilizando o ex-presidente por suspeitas de corrupção entre ministros herdados de seu governo, aqui ela desaparece e verificamos a integração discursiva dos dois governos. O segundo ponto diz respeito ao fato de que, novamente, observamos um processo de generalização da política brasileira, no sentido em que políticos e partidos são apresentados, como um todo, reduzidos a “apetites” por cargos e verbas públicas em função de “intenções que se podem imaginar”. A corrupção, portanto, resta pressuposta como sintoma geral da política brasileira e, em especial, dos recentes governos petistas. Como apresentado com clareza por Miguel:

A revolta contra a corrupção é marcada pela seletividade, mas também pelo maniqueísmo. A corrupção não é entendida como um produto das relações do poder político com o poder econômico, mas como um desvio de pessoas sem caráter. A resposta a ela exige sobretudo a punição mais efetiva dos culpados. [...] O veredito permanece válido para os escândalos posteriores. Seletividade e maniqueísmo marcaram não só a mentalidade da classe média, mas também a cobertura jornalística e a ação do aparelho repressivo do Estado. Reportagens em jornais e redes de televisão, processos judiciais, investigações policiais e boatos gerados na internet retroalimentaram-se, gerando uma nuvem de informações verdadeiras, duvidosas ou indubitavelmente falsas que estigmatizaram o PT – e, por consequência, toda a esquerda – como encarnação da desonestidade e do mal (Miguel, 2018, p. 25).

3.3 A LEI DA FICHA LIMPA E A MORALIZAÇÃO DA POLÍTICA

O signo *corrupção* teve centralidade no ano de 2012, não apenas por balizar as avaliações do primeiro ano do governo Rousseff, mas também por ter sido trazido ao centro das discussões sobre a própria legitimidade dos atores da política nacional. Nesse ano, viu-se desenrolar a discussão no STF acerca da constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa, proposta que tornava inelegíveis, por até oito anos, candidatos que houvessem sido condenados em segunda instância, que tivessem sido cassados ou renunciado para evitar a cassação. A lei, de iniciativa popular, foi promulgada em junho de 2010 e tinha como objetivo buscar a moralização da política, impedindo que políticos considerados como criminosos e/ou desonestos pudessem pleitear cargos públicos elegíveis (Brasil, 2010).

No capítulo anterior, refletimos sobre aspectos fundamentais para a compreensão do fenômeno sócio-histórico da corrupção no interior das sociedades capitalistas. Partindo desse acúmulo, localizado em um maior nível de abstração, precisamos nos mover em direção a uma maior concreticidade.

Souza (2017) identifica a corrupção como um instrumento fundamental para as dinâmicas de espoliação do Estado. Segundo o autor, este é um artifício usado para estabelecer

o próprio Estado enquanto “mal maior” da sociedade, fazendo com que decisões tomadas pela soberania popular sejam passíveis de questionamento a partir do momento em que sejam contrárias “aos interesses do poder econômico” (Souza, 2017, p. 132). Mais especificamente, o autor identifica o uso da corrupção como forma de justificativa para que a apropriação da riqueza nacional, sob a forma de empresas estatais e riquezas do subsolo, sobretudo, seja repassada para sujeitos privados (brasileiros e estrangeiros), fazendo com que riquezas que seriam, pretensamente, coletivas, passem para as mãos de sujeitos individuais. Souza é categórico em afirmar, inclusive, que “essa é a corrupção real. Uma corrupção legitimada e tornada invisível por uma leitura distorcida e superficial de como a sociedade e seus mecanismos de poder funcionam” (Souza, 2017, p. 12). Em síntese, a corrupção teria como objetivo central um processo de ataque ao Estado enquanto regulador da sociedade, em favor de interesses privados tomados como virtuosos e mais benéficos para a coletividade.

A partir do momento em que ocorre esse processo de “demonização do Estado” – que, para o autor, é construído com fundamental apoio da grande mídia –, a apropriação de fatias do orçamento estatal e a aprovação de legislações favoráveis aos interesses do capital são naturalizados para a maioria da população. Isso ocorre na medida em que são apresentados como favorecedores dos interesses de um mercado “visto como reino de todas as virtudes, como liberdade, empreendedorismo, aventura e risco – ou seja, tudo que os capitalistas brasileiros nunca tiveram” (Souza, 2016, p. 40).

A definição de “corrupção” prova-se, portanto, arbitrária e variável, mudando conforme o interesse de quem manda na sociedade. Ao conseguir inculcar na sociedade que corrupção é apenas aquilo que o funcionário do Estado faz, os donos do mercado podem cometer abusos legais e ilegais de todo tipo sem que nem a legalidade nem, muito menos, a legitimidade de seus atos seja posta em xeque. Esse é o real poder por trás da infantilização proposital da sociedade como um todo pelo engodo da manipulação do mote da corrupção (Souza, 2016, p. 113).

Não sem motivo, Maestri (2019, p. 362) identifica a denúncia da corrupção como “a arma preferida do golpismo no Brasil: contra Getúlio Vargas; na eleição de Jânio Quadros; na deposição de Goulart. Os males populares são apresentados pela direita como nascidos do assalto ao Estado e não da espoliação salarial e financeira”. Santos (2017), no mesmo sentido, observa que essas denúncias e o apelo por governos éticos são operacionalizados fundamentalmente contra governos de inclinação popular: “naturalmente ocorrerá que algumas das acusações sejam procedentes, mas o histórico golpista assinala que as prioridades de

governos usurpadores não têm sido o combate à corrupção, mas, isso sim, notável, a adoção de medidas estancando políticas favoráveis aos destituídos” (Santos, 2017, p. 41-42).

Esses são os mesmos argumentos utilizados por Souza (2017) para tentar compreender a visível desproporção com a forma como a corrupção é encarada conforme o agente que supostamente a executa. Enquanto as acusações lançadas contra o Partido dos Trabalhadores são produtoras de intensos escândalos midiáticos e mal-estares explorados à exaustão, a corrupção praticada por outros partidos é tomada com naturalidade. Souza (2017, p. 67), em sua reflexão, é categórico: “é que o ódio ao PT, na realidade, foi o ódio devotado ao único partido que diminuiu as distâncias sociais entre as classes no Brasil moderno. A corrupção foi mero pretexto”. Há tons de cinza que precisam ser pontuados aqui. Embora Souza (2017) aponte a corrupção como um mero pretexto simbólico para defender interesses classistas, é inegável que a *corrupção* é um signo operado fartamente como instrumento de crítica na política brasileira. O próprio PT fez uso desse recurso em abundância enquanto foi oposição.

No contexto da discussão em matéria da constitucionalidade da lei, a *FSP* se posicionou como parcialmente contrária à norma em editorial de fevereiro. Embora não tenha questionado o seu conteúdo – por exemplo, no que diz respeito ao fato de que a lei conferia ao Judiciário a capacidade de, unilateralmente, interferir na possibilidade de eleição de membros dos demais poderes –, o jornal criticou o fato de que o texto legal permitiria que pessoas condenadas apenas em segunda instância tivessem suas candidaturas barradas: “Essa Folha defende que o mais recomendável teria sido seguir a regra de aguardar condenações transitadas em julgado. Ou seja, que o direito de ser eleito ficasse garantido enquanto o acusado não recebesse uma sentença definitiva” (FSP, 13 fev. 2012, p. A2).

Depreende-se disso que o jornal não considerava que havia problema em um eventual excesso de interferência do Judiciário sobre o Executivo e o Legislativo, tendo em vista que aquele poder poderia exercer veto sobre candidaturas políticas, mas sim que o indivíduo tivesse esgotado todas as possibilidades de recurso à decisão judicial e fosse condenado em definitivo. Muito mais uma preocupação no que diz respeito a formalidades da estrutura jurídica brasileira do que propriamente com os riscos para a política nacional em se estabelecer um suposto agente técnico capaz de definir, de forma desinteressada, quem está apto ou não para participar da política institucional. Coerente com a perspectiva neoliberal que coloca “gestão, lei e tecnocracia no lugar de deliberação, contestação e partilha democráticas do poder” (Brown, 2019, p. 71).

O STF, por fim, posicionou-se favorável à aplicação da lei, considerando-a constitucional. A *FSP* novamente destacou sua defesa da presunção de inocência, reiterando a preferência de que se tivesse restringido os efeitos da norma às condenações já transitadas em julgado. Apesar disso, o conteúdo de seus comentários no editorial “Vitória da Ficha Limpa” é predominantemente positivo: “A decisão vem, com efeito, ao encontro de um justo desejo por mais moralidade na política brasileira. O recorrente uso da vida pública como plataforma para o enriquecimento ilícito, propellido pela impunidade, tem alcançado proporções calamitosas no país” (*FSP*, 18 fev. 2012, p. A2). Apenas nesse trecho, a *FSP* se posiciona com quatro afirmações, aparentemente tidas como autoevidentes em seu valor de verdade, que são ilustrativas da forma como o periódico realizou o processo de significação da corrupção: em primeiro lugar, haveria um anseio popular pela moralidade da política; em segundo lugar, a política institucional teria sido utilizada, de forma recorrente, como forma de se obter vantagens pessoais; em terceiro lugar, as instituições (incluindo-se aí o Judiciário) estariam falhando em punir os políticos corruptos, imperando um clima de generalizada impunidade; em quarto lugar, por fim, a corrupção ocorreria no Brasil em larga escala ou, na adjetivação hiperbólica do jornal, em uma escala “calamitosa”.

Como afirmado por Volóchinov (2017, p. 113), “a classe dominante tende a atribuir ao signo ideológico um caráter eterno e superior à luta de classes, apagar ou ocultar o embate das avaliações sociais no seu interior, tornando-o monoacentual”. Na retórica editorial da *FSP*, esse movimento de tornar os signos monoacentuais, de naturalizá-los, de ocultar o fato de que seu sentido é objeto de disputa parece ser constante.

Cumprе salientar que, no texto em questão, o jornal tenta apresentar uma ressalva quanto ao potencial da lei em, de fato, moralizar a política: “Não se pode ignorar, contudo, um aspecto paradoxal: a Ficha Limpa pretende atuar como prevenção contra escolhas duvidosas do eleitor. Além do laivo paternalista, não dá garantia alguma de progresso real, pois nem só de criminosos se faz má política” (*FSP*, 18 fev. 2012, p. A2). O jornal busca apresentar os desafios da política como mais complexos do que o simples combate à criminalidade em seu interior, questionando, até certo ponto, a possibilidade de haver uma espécie de Judiciário salvador da política. Entretanto, nessa passagem final do editorial, a *FSP* deixa explícito que “má política” é não apenas política fora da lei, política criminosa, mas também uma outra coisa, política fora daquilo que o jornal considera como, portanto, “boa política”. Não uma opção política entre outras possíveis que o jornal tenha discordância, por exemplo, por ir de encontro a suas visões de mundo, mas uma política que, por suas características, é *má*, ainda que fruto da vontade

democrática da maioria da população. Ao criticar o viés paternalista da lei da Ficha Limpa, que transferia ao Judiciário a salvação da política, a *FSP* se apresenta, paternalisticamente, como capaz de classificar como má a política legalmente adequada que nasce da vontade da maioria da população. Nesse sentido, o jornal se apresenta tutelando a política institucional e os partidos, como aqueles que detêm os verdadeiros saberes acerca da sociedade brasileira.

Em outro editorial, ainda em fevereiro, com clara demonstração do seu viés predominantemente positivo no que diz respeito à lei, o jornal defende que os efeitos práticos da Ficha Limpa sejam estendidos não somente para os cargos elegíveis, como também para os de livre nomeação pelos chefes do Executivo. A *FSP* afirma que, de fato, sequer deveria se esperar uma adequação jurídica que incluísse os cargos ocupados por nomeação aos efeitos da lei, mas que seria uma “recomendação mínima de prudência” a não nomeação de “nomes envolvidos em complicações mais sérias na Justiça”:

Já não são poucos os problemas de princípio associados a isso: limita-se a soberania do eleitor, que poderia, de fato, querer escolher alguém mesmo sabendo-o corrupto. O desejo de moralidade pública, amplamente reconhecido, prevaleceu sobre esse raciocínio. Mas não haveria desculpa, nem necessidade de impedimento legal, para um administrador que escolhesse, com pleno conhecimento, um auxiliar já condenado em segunda instância. O Brasil, todavia, é um país em que uma lei tão esdrúxula se faz, de fato, necessária (*FSP*, 25 fev. 2012, p. A2).

Novamente o jornal traz a autoevidência do “desejo de moralidade pública”, afirmando que a população brasileira teria preferido preterir políticos considerados como corruptos de participarem de eleições a defender seu direito soberano de escolher seus representantes políticos, seja lá quem forem, o que teria ficado demonstrado em seu apoio a Lei da Ficha Limpa. Em certo sentido, a população brasileira ansiaria, portanto, pela moralização da política mesmo que através do recurso da interferência judicial em seu processo de escolha.

Mais interessante é a contradição argumentativa na linha editorial do jornal em um intervalo de tempo tão curto: sete dias antes, a *FSP* afirmava sua preferência pelo respeito à presunção de inocência, garantindo que apenas pessoas com condenação transitada em julgado e, portanto, definitiva, possam ser barradas pela lei; no editorial do dia 25, contudo, o jornal classifica como óbvia (e sem necessidade de regulamentações “esdrúxulas” para se sustentar isso) a afirmação de que pessoas condenadas em segunda instância – e, portanto, sem condenação transitada em julgado – não sejam nomeadas para cargos na administração pública, na medida em que estão implicados em questões judiciais. O princípio da presunção de inocência, quando seguimos a argumentação do jornal, não aparece em termos tão absolutos e

é operado de forma diferente em contextos diferentes. Nesse caso, a condenação judicial, mesmo quando ainda não esgotadas todas as fases recursais, seria o suficiente para afastar a legitimação deste para uma nomeação política.

Seguiu positiva a avaliação da *FSP* acerca da Lei da Ficha Limpa em sua aplicação no contexto das eleições municipais de 2012. Destacando que sua aplicação poderia ser aparentemente pequena, com menos de 2% das candidaturas aos paços municipais sendo barradas, lembra que a lei pode ter tido um efeito profilático, fazendo com que os partidos não indicassem candidatos que seriam, por consequência do texto legal, impedidos de concorrer. “De todo modo, a aplicação da regra, validada pelo Supremo Tribunal Federal, faz parte do paulatino amadurecimento do sistema eleitoral. A Lei da Ficha Limpa, oriunda de iniciativa popular, resultou da contrariedade com o alto nível de corrupção na esfera pública” (*FSP*, 11 set. 2012, p. A2). A *FSP* reafirma os postulados de que a população brasileira teria como desejo amplo a moralização da política ao pontuar o fato de ter se originado por iniciativa popular – o que seria, inclusive, sinal de seu amadurecimento – e de que a política brasileira sofreria por um estado de generalizada corrupção.

Entretanto, no dia em que ocorriam as eleições municipais, o jornal criticou o fato de que a aplicação da nova lei tenha se dado com menos eficiência do que deveria ter apresentado, já que um elevado número de candidatos a prefeito (1.235) estaria concorrendo *sub judice*, dependendo de recursos ainda não julgados pelo TSE para se saber se seus votos seriam ou não validados. “O Supremo Tribunal Federal considerou válida a lei, restritiva como é. Parece inaceitável, agora, que falte rigor na sua aplicação” (*FSP*, 7 out. 2012, p. A2). Questiona, portanto, que casos específicos fossem decididos individualmente, defendendo simplesmente a ampla e irrestrita aplicação do dispositivo legal.

O jornal apresentara crítica de semelhante teor meses antes, no editorial intitulado “Impunidade no poder”. Nesse texto, a *FSP* sustentou que não era apenas o foro privilegiado, em si, o causador da impunidade que vicejaria nos julgamentos de políticos e autoridades, destacando que

uma cadeia de ineficiências conspira em favor da lentidão em ações contra deputados, senadores e outras autoridades com direito ao chamado foro privilegiado. [...] As dificuldades, porém, são muito mais amplas e profundas. Elas dizem respeito ao próprio funcionamento das instâncias encarregadas da investigação e do julgamento de crimes no país. Afinal, como sabem todos, não é apenas no caso de políticos que a impunidade prospera e que o aparato policial e judiciário se mostra lento e ineficaz (*FSP*, 28 fev. 2012, p. A2).

O texto do editorial afirma que a Ficha Limpa pode “cumprir um papel depurador, mas não é a solução para os problemas” (FSP, 28 fev. 2012, p. A2), tendo em vista que todo o funcionamento do judiciário e do aparato policial estaria elaborado sob bases que não permitiriam o seu correto funcionamento, nos termos do jornal, medido fundamentalmente por sua celeridade. Nesse sentido, a permanência da corrupção poderia ser também responsabilidade do Judiciário, se este se mostrasse incapaz de ser eficiente para punir os criminosos.

Dito isso, percebemos que, embora a *FSP* considere que a lei da Ficha Limpa não possa ser encarada como a panaceia que sanearia a política nacional dos males da corrupção e questione a eficiência do judiciário para tornar os objetivos da nova legislação aplicáveis, há uma visão predominantemente positiva. Essa posição é coerente com a forma como o signo foi sendo abordado pelo jornal, visto que deu centralidade à corrupção, colocando-a como problema da política nacional e dialogando fortemente com a classe média, tão sensível aos seus termos em razão da importância que atribui à meritocracia (Boito Jr., 2017) – embora não apenas por isso, considerando a amplitude com que o signo aparece no jogo político.

Além disso, a *FSP* enalteceu uma medida que deixava uma poderosa porta aberta para que as elites nacionais pudessem desestabilizar governos populares contrários aos seus interesses: através de um ator tomado como a personificação da técnica em si mesma – o Judiciário –, desconsiderando os interesses que seus agentes possam representar na manutenção da ordem, fica criada uma forma de impedir, na origem – proibindo o próprio registro como candidato –, qualquer político que tenha sido condenado em certos termos pelo poder em questão.

Ainda que esse não tenha sido um objetivo imediatamente delineado, tornava-se um caminho aberto sobretudo após a repercussão do julgamento do Mensalão no STF, momento em que a corrupção assume centralidade nos editoriais. Ao compreendermos o papel central para a manutenção da sociedade capitalista cumprido pelo Judiciário (Mascaro, 2013), fica claro o imenso risco para governos que desafiem a ordem estabelecida. Claro que não apenas: o fato de não ser necessário aguardar o trânsito em julgado para que a candidatura esteja impedida torna bastante amplo o seu alcance mesmo para as disputas ocorridas no interior da ordem. De uma forma ou de outra, com o apoio dos editorialistas, o Judiciário era empoderado em seu alcance. Também cumpre salientar que o próprio PT, no ensaio republicano de Dilma, buscava empoderar as instituições em bases mais técnicas (exemplo disso foi a autonomia crescente que

Judiciário, Ministério Público e Polícia Federal adquiriram sob Dilma). Nesse sentido, um movimento que acabaria por se voltar contra o próprio partido.

3.4 O NOVO CÓDIGO PENAL E A TIPIFICAÇÃO DA CORRUPÇÃO

Compreender a forma como a *FSP* se posicionou frente às discussões que buscavam a elaboração do Novo Código Penal, em 2012, ajuda-nos a esclarecer o processo de significação da corrupção, na medida em que este signo também se configura como uma conduta tipificada penalmente. O jornal defendeu a necessidade desse debate, tendo em vista que as constantes reformas de um ordenamento tão antigo (72 anos, no contexto) haviam-no transformado em “um emaranhado obscuro de normas” (*FSP*, 18 mar. 2012, p. A2) potencialmente perigoso para a democracia. A reflexão editorial do jornal parte do princípio de que o ordenamento penal precisa respeitar a proporcionalidade entre os delitos e as penas: “Uma conduta que atente contra um valor mais importante deve ensejar uma pena maior; um comportamento que afete valores menos expressivos deve resultar em penas mais baixas; e uma prática que não prejudique valor relevante para a sociedade deve ser descriminalizada” (*FSP*, 18 mar. 2012, p. A2). Na opinião do jornal, caso suas sugestões fossem seguidas, o Novo Código Penal poderia tornar mais eficiente a política criminal e colaborar para a redução da superlotação das prisões, que deveriam ficar restritas “àqueles que realmente violaram os valores mais preciosos da sociedade” (*FSP*, 18 mar. 2012, p. A2).

O jornal considerava que havia crimes banais com penas elevadas, o que se agravava com alterações jurídicas originadas de momentos de “grande comoção popular, seguida de cenas explícitas de debate parlamentar oportunista” (*FSP*, 18 mar. 2012, p. A2). Nesse quadro, qual seria a situação da corrupção?

Crimes que, mesmo cometidos por uma só pessoa, produzem danos profundos a toda a sociedade, recebem punições aquém do que parece razoável. Abuso de poder e prevaricação têm pena prevista de três meses a um ano; submeter alguém a trabalho escravo, corrupção, peculato e tráfico de influência, pena mínima de dois anos; lavagem de dinheiro, três anos. E, diferentemente de países que já preveem penas altas para quem participa de organizações criminosas estruturadas (3 a 6 anos na Itália), o Brasil ainda usa a antiquada figura da quadrilha, com pena de 1 a 3 anos (*FSP*, 18 mar. 2012, p. A2).

Dos oito crimes arrolados nessa série de exemplos de penas consideradas como insuficientes, apenas um não se relaciona mais ou menos diretamente com o universo da política institucional (ao menos em tese): o de submeter alguém a trabalho escravo. Os demais

representam condutas típicas que podem descrever irregularidades de ocupantes de cargos públicos, embora não exclusivamente, o que parece demonstrar uma ênfase considerável em crimes classificáveis, no senso comum, como de “colarinho branco”. Sendo assim, não parece exagerado considerar que a *FSP*, ao menos no contexto dessa discussão, advogava em favor de penas mais severas como forma de combater a corrupção. Enfatiza-se a importância de significar a corrupção, em sentido amplo, como crime de gravidade, merecedor de grandes punições. Afirmamos um sentido amplo na medida em que o signo *corrupção*, como já fica claro pelo exposto até aqui, não se relaciona exclusivamente àquilo previsto no Código Penal, mas sim a um repertório mais amplo de significações. Tal como exposto por Mascaro, fortalece-se assim a posição de ataque ao governo vigente:

Na reprodução social contemporânea, midiática e baseada em informações massificadas e de rede, o direito assume papel importante como espetáculo e como fortalecimento de posições ideológicas. As acusações constantes de ilegalidade, rompimento do republicanismo e corrupção dirigidas a governos de esquerda encontram cadeia de transmissão nos meios de comunicação de massa e nos aparatos judiciários de cada Estado (Mascaro, 2018, p. 150).

Podemos matizar o comentário do autor pontuando que não apenas governos de esquerda são vítimas dessas circunstâncias, mas que a corrupção é um instrumento usado constantemente pela mídia como forma de manter o governo em questão na defensiva. Na perspectiva de se apresentarem como espécie de salvadores da pátria, mobilizam o signo *corrupção* como ferramenta de deslegitimação da própria política enquanto tal. Nos governos petistas, essa operacionalização se dá com matizes específicos, mas o uso da corrupção como arma para a denúncia das fragilidades da política institucional não é exclusividade desse período, mas um recurso contínuo contra qualquer governo no poder. Exemplo posterior pode ser encontrado na forma como o governo Bolsonaro (2019-2022) foi acossado pela imprensa com repetidas denúncias de envolvimento com a corrupção.

Apesar disso, o jornal sustentou que penas privativas de liberdade fossem restritas aos crimes envolvendo violência ou ameaça, já que seria falsa a ideia de que o cárcere cumpre papel reeducador. Os crimes não violentos, a corrupção inclusa, deveriam sujeitar seus praticantes a reparações ou penas alternativas, o que, entretanto, não necessariamente deveria representar penas brandas (*FSP*, 27 mai. 2012, p. A2).

Em dado momento das discussões, a comissão de especialista encarregada de elaborar o projeto que seria posteriormente discutido no Congresso propôs que a corrupção fosse conduta típica estendida às relações entre particulares:

Agentes de empresas privadas que exigissem, aceitassem ou recebessem vantagem indevida, bem como pessoas que a oferecessem, estariam sujeitos a penas de prisão. A intenção parece boa, mas amplia em demasia o poder do Estado de interferir na vida do cidadão com a mão pesada do direito penal. Empresas e usuários já encontram, nas justiças cível e trabalhistas, os meios de defender-se (FSP, 17 jun. 2012, p. A2).

A corrupção, ao menos na esfera criminal, deveria permanecer restrita aos agentes públicos e às dinâmicas envolvendo o poder público. Isso aparentemente quer dizer que a *FSP* significa a corrupção enquanto uma prática relacionada ao Estado, em um sentido mais estrito, e não enquanto obtenção de vantagens indevidas mediante o uso do poder econômico, uma interpretação mais ampla do signo. As pequenas (e não tão pequenas) práticas de corrupção do cotidiano, na leitura do senso comum, não deveriam ser da preocupação do direito penal quando restritas ao cidadão não agente político. Como se houvesse um esforço de diferenciar duas dimensões da ética: a da coisa pública, bastante estrita, e a da esfera privada, mais flexível e permissiva. Na arena da política, deveria haver tolerância zero com a corrupção; na esfera privada, as coisas não seriam tão preto no branco.

3.5 CPMI DO CACHOEIRA

O senador Demóstenes Torres, então líder do Democratas (DEM) no Senado, renunciou a liderança do partido após ser acusado de estar envolvido em negócios ilegais com Carlos Augusto Ramos, o “Carlinhos Cachoeira”, preso sob acusação de exploração de jogos ilegais. O primeiro editorial a comentar o episódio possui certo tom de lamento¹⁰, o que pode ser observado quando afirma que Demóstenes Torres teria se destacado em uma combatida oposição como figura de liderança, estando à frente de investigações importantes e carregando “fama de conservador conseqüente e combativo” (FSP, 30 mar. 2012, p. A2). Mas, conforme afirmou a *FSP*, “ao que tudo indica, os velhos vícios da política brasileira se revelaram mais fortes que a promessa de renovação” (FSP, 30 mar. 2012, p. A2). O jornal, a partir desse caso, lamenta a fragilidade da oposição ao governo, oposição que, sendo forte, representaria um “sinal de vitalidade democrática” (FSP, 30 mar. 2012, p. A2). Contudo, o que se observaria no primeiro governo Dilma seria o oposto, visto que “muitos dos seus integrantes migram para o terreno fértil do governismo, outros se paralisam diante do sucesso das políticas sociais petistas,

¹⁰ Esse tom de lamento vai desaparecendo no decorrer da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, conforme fica bastante claro no contexto da sessão do Senado em que Demóstenes Torres foi afastado (FSP, 11 jul. 2012, p. A2).

enquanto outros mais se envolvem em escândalos que minam sua autoridade para fiscalizar os feitos e malfeitos da situação” (FSP, 30 mar. 2012, p. A2).

Sobre a questão da oposição, é interessante observar que essa leitura feita pelo jornal é coerente com aquela observada por Moretzsohn (2016) para a mídia como um todo, que, insatisfeita com a oposição aos governos petistas, decide assumir esse papel por conta própria, posição identificada pela autora ao menos do ano de 2010 até o desfecho do golpe, em 2016. Ao mesmo tempo em que lamenta a ausência de uma oposição forte o suficiente para manter o governo Dilma acossado, decide estabelecer uma crítica implacável que possa cumprir esse mesmo papel por si mesma. Conforme destaca a autora:

O jornalismo transformado em propaganda foi assumido explicitamente em 2010, quando a então presidente da Associação Nacional dos Jornais, Judith Brito, afirmou que “os meios de comunicação estão fazendo de fato a posição oposicionista deste país, já que a oposição está profundamente fragilizada”. Note-se: não se trata de assumir o clássico papel de “quarto poder”, que exige a fiscalização dos poderes constituídos em nome da defesa dos cidadãos, por mais que esse papel idealizado seja necessariamente desvirtuado, tendo em vista os interesses das grandes corporações que produzem o jornalismo hegemônico. Trata-se de fazer *oposição*. Ou seja, trata-se de atuar como partido político. A imprensa, então, abandona explicitamente a posição de fiel da balança que tanto gosta de cultivar – por mais ilusória que seja essa imagem –, embora continue a sustentar, em editoriais, anúncios e notas de “esclarecimento”, que age exclusivamente em nome do interesse público, com absoluta isenção e imparcialidade (Moretzsohn, 2016, p. 128).

Com o anúncio de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar o caso Cachoeira, a *FSP* analisa de que forma esse processo de investigação poderia ser operacionalizado pelo PT. O editorial, em primeiro lugar, lembra que o PT foi um partido, ao menos no primeiro governo Lula, acossado por denúncias de corrupção, denúncias essas que retornariam ao palco principal agora que o julgamento das denúncias do mensalão no STF se tornava iminente (o que viria a acontecer mais adiante no mesmo ano). Ao fazê-lo, o jornal se preocupa em lembrar que o partido se associa ao signo *corrupção* por seu histórico. Mesmo quando não estava diretamente implicado, o jornal opera um jogo de significação que insiste em vincular o partido alvo com o signo que o definiria. O objetivo do PT com a CPMI do caso Cachoeira seria o de utilizá-lo como arma contra a oposição para se vingar por aquilo que já passaram e para reduzir os danos causados pelo julgamento que se aproximava. O PT, portanto, não apenas seria um partido historicamente envolvido com suspeitas de corrupção, como também utilizaria uma investigação sobre o tema para se proteger, transferindo a responsabilidade e reassociando, portanto, o signo a outros agrupamentos políticos:

O novo cenário aguçou o apetite petista por retribuir na mesma moeda as investidas que o partido sofreu anos atrás. Não é o caso de mera vingança, contudo; há uma dose de cálculo na adesão da cúpula do PT à CPI¹¹. Ela proveria um anestésico para a reabertura das feridas do mensalão no Supremo Tribunal Federal. [...] Em paralelo com a campanha eleitoral, o julgamento [do mensalão] traria danos sérios ao PT. Uma CPI com a oposição na berlinda viria a calhar (FSP, 12 abr. 2012, p. A2).

É interessante como nesse editorial podemos observar com clareza o caráter multiacentual do signo, o fato de ser uma arena para as disputas dos diferentes grupos e a forma como os grupos dominantes, por sua vez, tentam negá-lo e torná-lo estanque, tentando restringir essas “ênfases multidirecionadas” (Volóchinov, 2017, p. 113). Ao mesmo tempo em que a CPMI do caso Cachoeira expressaria de forma concreta as disputas em torno dos processos de significação, o jornal buscou no passado argumentos que tornassem a corrupção um signo com menos movimento. Há a concessão de que a corrupção seja um mal da política como um todo, mas, mesmo sem estar implicado diretamente, faz-se o esforço de vincular o Partido dos Trabalhadores ao caso, quase como forma de uma breve lembrança sobre onde a corrupção residiria.

Os planos do PT para fragilizar a oposição – sobretudo, segundo o jornal, o DEM e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) –, contudo, precisariam enfrentar o fato de que o próprio PT poderia ser implicado no esquema. O jornal resgata a noção italiana de *partito trasversale*, “o tipo de agrupamento que [...] transita com seu poder de influência por todos os setores políticos, da esquerda à direita” (FSP, 30 mar. 2012, p. A2), para afirmar que a corrupção é um mal endêmico e generalizado na política brasileira, associando o signo ao conjunto da política partidária:

Oposicionistas e petistas, para nada falar do PMDB, entidade transversal por excelência, têm desse modo motivos para se ocupar, e para se preocupar, com a CPI do caso Cachoeira. [...] Uma figura de relevo no PT celebrou a CPI como uma oportunidade para desmascarar os autores da “farsa do mensalão”. É de outra farsa, entretanto, que se trata: a farsa das supostas vítimas, seja a que partido pertençam (FSP, 14 abr. 2012, p. A2).

Observe-se que, ao afirmar que a farsa em questão seria, na verdade, “farsa das supostas vítimas, seja a que partido pertençam”, considera como falsa a argumentação petista de que o mensalão, nos termos nos quais o escândalo foi narrado até então, seria falso – e, portanto, nega

¹¹ Embora, na investigação de Carlinhos Cachoeira, tenha sido criada uma Comissão Parlamentar *Mista* de Inquérito, isto é, com membros da Câmara e do Senado, a FSP opta por utilizar a sigla *CPI*, referente à Comissão Parlamentar de Inquérito, talvez por ser esta mais comum e conhecida que aquela. Por vezes, pode-se utilizar o termo *CPI mista* também. Ambas as Comissões, ainda que compostas de formas diferentes, têm iguais objetivos: investigar fatos relevantes para a vida pública e para a ordem constitucional, legal, econômica ou social da nação.

a inocência dos envolvidos. Ao adjetivar os petistas como supostas vítimas no mensalão, antecipa a culpabilidade daqueles que seriam levados a julgamento no STF ainda nesse ano. Mas não apenas isso, visto que a oração “seja a que partido pertençam” se presta para produzir uma ampla generalização que lança sobre todos os partidos a possibilidade de estarem envolvidos com esquemas de corrupção. Em um episódio de suspeita de corrupção em que alguns partidos estariam envolvidos, o jornal opera com o uso da sinédoque para que a parte (partidos políticos específicos) se confundam com o todo (conjunto da política institucionalizada), manobra discursiva que Thompson (2011) observa como dissimulação da ideologia, artifício que será usado à exaustão.

Há, no entanto, uma esperança colocada sobre a CPMI do Cachoeira de que as disputas entre diferentes facções políticas façam com que a justiça seja feita e a corrupção seja combatida, algo que seria do interesse de toda a sociedade: “que do seu conflito não resulte, como tantas vezes, a mera acomodação, mas o detalhamento da verdade e a punição dos envolvidos. Aspiração que não é de nenhum partido – mas, sim, de toda a sociedade brasileira” (FSP, 14 abr. 2012, p. A2). O signo, portanto, é apresentado como motivo de ojeriza de todos, exceto daqueles que estão envolvidos nas práticas que o definem. Sendo o termo associado aos partidos como um todo, temos, dessa forma, o fato de que a própria política institucionalizada seria fruto da mesma repulsa pela maioria da sociedade brasileira. Se, conforme apontou acertadamente a filosofia marxista da linguagem, “a existência não é apenas refletida no signo, mas também é *refratada* nele” (Volóchinov, 2017, p. 112), o que temos é um movimento em que o editorial da *FSP* reproduz discursivamente o senso comum (que, muitas vezes, imagina todo político como corrupto) ao mesmo tempo em que reforça essa significação e lhe confere uma certa acentuação na realidade (por exemplo, enfatizando o PT nesse conjunto de analogias com o signo *corrupção*).

Nesse contexto, uma pesquisa do instituto Datafolha apontou que a presidenta possuía 64% de aprovação de seu governo, mais do que seus dois antecessores teriam conseguido obter em momentos semelhantes. A avaliação positiva – que se daria, sobretudo, por bons resultados na economia – não seria adequada, tendo em vista que “causa estranheza que o governo seja bem avaliado quando o noticiário está de novo repleto de escândalos que atingem situação e oposição, tornando ainda mais generalizada a dedução de que ninguém – ou quase ninguém – se salva” (FSP, 23 abr. 2012, p. A2). Interessante observar que, mesmo diante de dados, o jornal tem a expectativa de que o efeito refratário na realidade da operação de significação levada a cabo por ele dê frutos. O signo *corrupção* se generaliza de tal modo que todos seriam corruptos.

Logo, como é possível que a presidenta seja bem avaliada, sendo ela também política – ainda por cima do Partido dos Trabalhadores – e, portanto, potencialmente corrupta?

Dilma, na argumentação do jornal, teria se dissociado da corrupção ao demitir uma série de ministros, desde o começo de seu governo, suspeitos de corrupção. Esse movimento, porém, teria como objetivo não apenas garantir a lisura de seus imediatos, mas também, de forma “maquiavélica”, utilizar o pretexto para formar “uma equipe mais à sua imagem e semelhança” e menos à de Lula. Ainda que afirme ser “implausível cogitar de rompimento entre criador e criatura”, considera como certa a tensão entre os dois políticos (FSP, 23 abr. 2012, p. A2). Dilma afastaria sua associação ao signo *corrupção*, na opinião do jornal, mais por pragmatismo político (e preocupação com uma possível reeleição) do que por estar preocupada em, de fato, seguir o interesse da população brasileira, reiteradamente afirmado pelo jornal, em combater a corrupção.

A já mencionada construção de uma narrativa que colocava políticos e sociedade brasileira em oposição também aparece quando se verificava a possibilidade de que a CPMI passasse por um processo de arrefecimento, tendo em vista que o avanço das investigações sugeria que tanto oposição quanto governo estivessem envolvidos em negociações com a empreiteira Delta, implicada na investigação com Carlinhos Cachoeira. O editorial é bastante enfático na forma como descreve esse conflito de interesses, tanto ao apontar uma divisão entre política institucional e sociedade brasileira, no que diz respeito à moralidade, que se apresentava “mais do que nunca”, quanto ao deixar sugerido que as suspeitas de corrupção pairavam sobre o *establishment* político como um todo, independentemente de suas cores:

Mais do que nunca, a sociedade está de um lado, e o establishment político, de outro, enredado nas suas próprias rivalidades internas e partidárias. Trata-se de desmascarar o que há de concordância, nos métodos ilícitos e nos contatos inconfessáveis, entre todos os envolvidos – não importa se do governo ou da oposição (FSP, 5 mai. 2012, p. A2).

Essa significação que tomou a corrupção enquanto algo generalizado na política nacional permaneceu nos editoriais no decorrer da CPMI. A partir do momento em que Demóstenes Torres foi afastado de seu cargo, a *FSP* considerou que ocorreria um processo de arrefecimento da investigação, poupando outros suspeitos, visto que a opinião pública estaria saciada e que “seu caráter ecumênico [da investigação, atingindo diversos partidos], por assim dizer, lhe garante na CPI um tipo de proteção tácita e inconfessável” (FSP, 13 jul. 2012, p. A2). Ao considerar que diferentes agremiações estariam implicadas, haveria, por consequência, um

sentimento de proteção mútua entre todos os partidos. Um quadro descrito como não apenas de corrupção generalizada, mas também de corporativismo criminoso.

Embora o governo federal não fosse formalmente investigado pela CPMI, a *FSP* destacou o fato de que a empreiteira Delta possuía uma proximidade com ele, tendo em vista que era “a maior concessionária de canteiros do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) petista”, sendo as obras públicas o “ponto nodal do circuito corrompedor que abastece empreiteiros, políticos e campanhas eleitorais com dinheiro do contribuinte” (*FSP*, 25 mai. 2012, p. A2). Fica claro, portanto, a centralidade que as obras públicas têm na significação da corrupção pelo jornal. Elas são o ponto nodal, o nó que entrelaça os vários sujeitos que se relacionam através daquilo que se associa a suas práticas, que obtêm mutuamente vantagens ilegais. É interessante observar como esse processo de significação é conveniente para a sistemática crítica da razão neoliberal aos gastos públicos e aos investimentos do Estado. Conforme observou Souza, as elites financeiras utilizam das sistemáticas críticas às “elites corruptas” no Estado como forma de ocultar a ação predatória do mercado e responsabilizar o Estado por todas as mazelas da sociedade (Souza, 2017, p. 139).

A *FSP* também destacou em editorial, ainda no contexto da investigação parlamentar, o vínculo entre serviços urbanos com a corrupção. Comentando a suspeita sobre o então prefeito de Palmas, Raul Filho (PT), que teria recebido apoio de Cachoeira na campanha eleitoral de 2004 e que, em seu primeiro mandato, promoveu contrato para a coleta de resíduos com a empreiteira Delta, o jornal afirmou que “não é a primeira vez nem será a última que uma administração municipal – petista ou não – mistura falcatruas com detritos. Tampouco é por acaso que empreiteiras oportunistas criaram subsidiárias especializadas em recolher lixo urbano e distribuir propinas” (*FSP*, 4 jul. 2012, p. A2). Igualmente aqui, como no editorial anterior, observa-se o movimento de estabelecer a significação da corrupção como característica perene em relação às atividades do Estado para o atendimento de necessidades da sociedade no geral, seja através de obras, seja através da prestação de serviços. Daí para sustentar o apoio às virtudes da iniciativa privada seria um passo pequeno.

A avaliação que a *FSP* estabeleceu sobre a CPMI do caso Cachoeira foi, como um todo, negativa. Uma das críticas partiu da ideia de que esta foi “fabricada nas oficinas do lulismo com intuito de expor malfeitos de nomes da oposição, fustigar a imprensa e dividir atenções com o julgamento dos réus do mensalão” (*FSP*, 17 ago. 2012, p. A2). De instrumento, a investigação correria o risco de sair do controle e poderia se voltar para a própria base do governo, tamanha a amplitude da corrupção e o seu já citado caráter “ecumênico”. Em razão disso, ocorreriam

manobras para impedir que a CPMI avançasse nas investigações. Como afirmou categoricamente a *FSP*: “Nada de substancioso [...] deve-se ainda esperar dessa CPI. Só mais escárnio com o país” (*FSP*, 17 ago. 2012, p. A2). Exemplo teria sido quando, com a proximidade do primeiro turno das eleições municipais de 2012, a CPMI optou por suspender as investigações, sob o argumento de evitar contaminações eleitorais. O jornal sustentou que isso inviabilizaria a continuidade do processo – com o fim do pleito, restaria menos de um mês para o término dos trabalhos – e novamente responsabilizou um vício de origem (petista):

Essa renúncia ao dever de investigar não chega a ser um final surpreendente para uma CPI que nasceu anômala. Em geral, comissões de inquérito são um instrumento da minoria para examinar temas incômodos para a maioria. Nesse caso, a lógica se inverteu. A CPI veio à luz sob inspiração do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que viu nas nebulosas relações entre Cachoeira e políticos da oposição uma chance de fustigar seus adversários às vésperas do julgamento do mensalão (*FSP*, 8 set. 2012, p. A2).

Ao contrário do Judiciário que, como veremos na próxima seção, recebeu do jornal a esperança de que, através de sua ação, fossem combatidos graves episódios de corrupção, há pouca esperança de que o Legislativo seja capaz de fazer o mesmo. Pelo contrário, observamos, em nossa análise, uma constante significação da corrupção enquanto endógena à política institucional como um todo.

Pela origem da CPMI, que objetivaria atacar a oposição e desviar o foco do julgamento do mensalão, e pelo fato de que, se fossem devidamente rigorosas as investigações, partidos da base do governo federal seriam atingidos, os procedimentos da comissão teriam sido anulados (“eis por que, desde o início, membros da CPI se esforçaram para esterilizar os instrumentos de investigação” (*FSP*, 15 out. 2012, p. A2). O jornal reiteradamente atribuiu a responsabilidade pela origem do inquérito ao ex-presidente Lula e a ele recairiam também responsabilidades pelo seu fracasso: “o feitiço lançado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em desastrosa volta à cena política após período de enfermidade, revelou-se perigoso a ponto de seus acólitos providenciarem uma série de restrições ao inquérito. O desejado antídoto contra o mensalão arriscava tornar-se tóxico” (*FSP*, 15 out. 2012, p. A2). Em um segundo momento, afirmou que “o plano, entretanto, não funcionou como o ex-presidente imaginava” (*FSP*, 15 out. 2012, p. A2). Note-se o uso da palavra “feitiço”. O uso de uma linguagem mais coloquial não é comum aos editoriais, sendo por si só motivação para que se pondere a sua opção. Os editorialistas parecem buscar atribuir um sentido místico à política petista, até mesmo sombrio. Lula seria

uma personalidade maquinadora, organizando artimanhas em busca do poder e se mantendo nele por meios até mesmo inexplicáveis. Finalmente, em novembro:

Na maquinação petista – inspirada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva –, o inquérito se restringiria a apurar as ligações de oposicionistas com Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, preso há meses sob acusação de explorar jogo ilegal. Os alvos prioritários eram Demóstenes Torres, ex-senador pelo DEM, e o tucano Marconi Perillo, governador de Goiás. Logo se viu, porém, que a rede de influência de Cachoeira era mais ampla (FSP, 3 nov. 2012, p. A2).

A “CPI da insensatez” (FSP, 22 nov. 2012, p. A2), por fim, não pediu nenhum indiciamento. “A ideia era fustigar oposicionistas e desviar a atenção do julgamento do mensalão. Entretanto, não deram certo as maquinações de Lula, já que os tentáculos de Cachoeira, revelados por operações da Polícia Federal, também alcançavam aliados do governo” (FSP, 20 dez. 2012, p. A2). No editorial, a *FSP* também criticou o acordo feito com a oposição (entre PMDB e PSDB) para que todos fossem salvos do relatório final da comissão. A CPMI do caso Cachoeira, portanto, segundo a *FSP*, nada mais foi do que uma farsa arquitetada por Lula para atacar opositores e desviar a atenção do julgamento do mensalão. A corrupção foi significada no decorrer da construção dessa narrativa como uma prática ampla, que atingiria todos os partidos, da situação à oposição, independente de suas orientações ideológicas. Um *partito trasversale* (FSP, 14 abr. 2012, p. A2), generoso na recepção de seus membros. Esse caráter indiscriminado do signo teria feito com que a comissão terminasse por não produzir resultados, já que seus idealizadores (o ex-presidente petista, mais especificamente) temiam ver aliados atingidos. À população, por sua vez, restaria assistir a tudo estarecida.

3.6 O JULGAMENTO DO MENSALÃO NO STF

As origens do mensalão precisam ser buscadas em 2005. Naquele ano, o deputado do PTB, Roberto Jefferson, denunciou um esquema de compra de apoio de parlamentares no Congresso para a formação de maiorias favoráveis aos projetos governistas. Jefferson, naquele contexto, encontrava-se acossado por denúncias de corrupção sobre indicados seus a cargos na administração pública e sentia-se insatisfeito com a falta de defesa vinda por parte do governo, que não abafava o caso. Como forma de retaliação, Jefferson passou a denunciar o esquema que seria conhecido como mensalão. O deputado federal José Dirceu, uma das principais lideranças petistas, foi apontado pelo petebista como comandante do esquema. Outros políticos

do partido também foram citados e o escândalo levou à demissão de Dirceu, da Casa Civil, e de Antônio Palocci, então ministro da Fazenda (Motta, 2018). A atenção dada pela mídia ao escândalo, segundo Motta (2018), foi inusual:

Foi flagrante a desproporção da cobertura jornalística do “mensalão”, com a grande mídia demonstrando maior interesse em investigar as acusações contra o governo Lula do que havia feito com o governo FHC. Chama a atenção também o *timing* político do escândalo, que se desenvolveu um ano antes da corrida presidencial (Motta, 2018, p. 427).

Com a chegada da eleição de 2006, a oposição parecia acreditar que os impactos da crise política causada pelo mensalão já eram suficientes para inviabilizar o projeto de reeleição de Lula. As expectativas, contudo, se mostraram equivocadas: Lula recuperou sua popularidade e conquistou seu segundo mandato (Motta, 2018, p. 429). A exploração midiática do escândalo do mensalão, entretanto, estava longe de terminar. Passados sete anos desde as primeiras denúncias, o escândalo chegava ao Supremo Tribunal Federal, onde seria julgado através da Ação Penal 470, processo sobre o qual recairá nossa análise.

“Supremo Tribunal Federal tem a responsabilidade de concluir em 2012 processo sobre o maior escândalo político em duas décadas” (FSP, 13 mai. 2012, p. A4). Assim foi aberto o editorial que comentou o relatório de Joaquim Barbosa acerca do processo do mensalão no STF. A *FSP* destacou o fato de que suas mais de cem páginas corresponderiam a um enorme esforço de síntese, tendo em vista que todo o processo acumularia mais de 70 mil páginas. Tudo no texto parece apontar para a grandiosidade do “maior escândalo político ocorrido no país depois do Collorgate (1992)” (FSP, 13 mai. 2012, p. A4), incluindo-se aí o fato de que apenas quatro dos 40 envolvidos com o escândalo já teriam evitado a condenação (um por razão de seu falecimento). O objetivo do editorial é o de apresentar um resumo da narrativa sobre o escândalo, função à qual também se prestaria o relatório do ministro Joaquim Barbosa, resgatando detalhes que “se esvaem da memória geral” (FSP, 13 mai. 2012, p. A4). Aqui, a voz dos editorialistas e do ministro do STF são apresentadas como que consonantes, dialogando sobre um mesmo ponto e, a partir dessa apresentação, foi realizado um apanhado sobre o que ocorrera até aquele ponto e sobre os crimes e possíveis desfechos. Há, no entanto, uma preocupação que permeia o texto: o medo da prescrição.

O que mais importa, num caso que se arrasta há tanto tempo, é que possa ser julgado o mais breve possível, a menos que se queira, pelo mecanismo da prescrição, dar a muitos dos envolvidos a vantagem da impunidade, ao mesmo tempo em que persiste

o descrédito que, com tantas evidências acumuladas, fizeram por merecer na opinião pública (FSP, 13 mai. 2012, p. A4).

Durante boa parte da segunda metade do texto, são arrolados os riscos de que mesmo réus mais destacados, como o petista José Dirceu, sejam favorecidos pela prescrição, caso suas penas não sejam amplas o suficiente para impedirem o efeito. O parágrafo final, destacado no excerto acima, também traz outro ponto importante: a antecipação da condenação dos réus. As “tantas evidências acumuladas” já serviriam como motivo suficiente para assegurar sua culpa. Não há espaço no texto para a presunção de inocência, para a possibilidade de que acusados concluam o julgamento incólumes. Eles serão condenados, restando apenas a preocupação com o *quando* e com o *em que medida*, para que o perigo da prescrição seja evitado. Mesmo a ressalva feita de que uma decisão colegiada – como seria o caso do julgamento – serviria para proporcionar “equilíbrio na decisão final” (FSP, 13 mai. 2012, p. A4), esse equilíbrio parece fazer referência, considerando o contexto do texto em que se insere, apenas à dosimetria das penas. Coerente com o observado por Leite (2013, p. 12), que notou, na maioria da mídia, uma cobertura do julgamento “em tom de celebração e cobrança. Quase todos consideravam que a culpa dos réus já fora demonstrada pela CPI dos Correios e pelas investigações posteriores. A versão dos acusados, que sempre se declararam inocentes, raramente foi levada em consideração”.

Com a confirmação da data do começo do julgamento para 1º de agosto de 2012, um novo editorial afastava, por ora, o temor das prescrições. O texto novamente apresentou tons grandiosos para o escândalo, o “maior caso de corrupção política [...] das últimas décadas” (FSP, 9 jun. 2012, p. A2). Ficou evidente, desde o princípio de nossa análise, que a corrupção foi significada, durante o processo de julgamento do mensalão, sempre em termos grandiloquentes. No editorial em questão, observou-se uma preocupação mais evidente em destacar a associação do ex-presidente Lula e do Partido dos Trabalhadores ao escândalo, colocados no centro da questão:

O cerne do escândalo é que auxiliares do presidente Luiz Inácio Lula da Silva utilizavam recursos de origem suspeita para remunerar parlamentares de sua base de apoio. Isso foi admitido à época pelo próprio presidente, que pediu desculpas à sociedade, antes que a popularidade transbordante o estimulasse a negar o que é evidente (FSP, 9 jun. 2012, p. A2).

Além de destacar a suposta contradição de Lula no período que se seguiu à descoberta do escândalo, o editorial faz críticas à própria forma como o ex-presidente se portou com a

proximidade do julgamento no STF, como quando afirmou que “não faltam evidências da ansiedade com que Lula deblatera contra a condenação dos réus, numa atitude a que faltam serenidade e compostura próprias de um ex-presidente” (FSP, 9 jun. 2012, p. A2). A própria posição de defesa dos réus é apresentada como inadequada para uma personalidade política de sua envergadura. A alternativa adequada, sob o ponto de vista do jornal, parece ser a de alguém que aguarda, em silêncio, a subida ao patíbulo de seus correlegionários. Note-se o uso de uma perspectiva moralizante à significação da corrupção, ao classificar como uma impostura do ex-presidente a mera posição de argumentar pela defesa dos réus. Conforme observado por Fernandes (2019, p. 237), esse tipo de abordagem moral para a reflexão sobre a corrupção acaba por cumprir um papel de despolitizar a reflexão sobre ela e obscurecer a possibilidade de uma crítica mais sistêmica. O que temos é uma redução da corrupção ao seu aspecto moral, ao fato de que é uma prática mais fruto de uma falta de virtude individual do que de um conjunto de relações sociais determinadas. De fato, o que mais evidentemente a torna uma ferramenta para controlar a política.

Além dessas críticas, o texto do editorial apresentou uma expectativa positiva para a Corte como um todo. Primeiro, destacando que a vitaliciedade no cargo lhes garantiria a independência necessária para não serem abalados por pressões políticas (pressões que são apresentadas como legítimas, em um aparente esforço de se demonstrar isenção). Segundo, porque o julgamento conclusivo seria prova do correto funcionamento das instituições no país e da missão constitucional da Corte, “mesmo contra as conveniências de um político popular e do partido que controla o poder federal” (FSP, 9 jun. 2012, p. A2). É interessante observarmos dois aspectos aqui. Apesar de considerar o artifício das “pressões políticas” por parte dos envolvidos como legítimo, oculta o fato de que a própria Corte e o julgamento estão permeados por perspectivas políticas. Pelo contrário, fica subentendida a prerrogativa de uma racionalidade técnica – racionalidade precisamente definida por Dardot e Laval (2016) como “ademocrática”. Além disso, foi pontuada a forma positiva como o julgamento pode se colocar acima de um “político popular”, novamente acentuando uma clara oposição entre o político e o técnico.

Por fim, é interessante observar que há uma tentativa de desassociar a imagem da então presidenta do escândalo: “Setores do Partido dos Trabalhadores mais associados aos desmandos da época deixarão de arrastar o governo Dilma Rousseff para a vizinhança de um problema que lhe é anterior e alheio” (FSP, 9 jun. 2012, p. A2). Como já ocorrera em outros editoriais, manteve-se a tentativa de apresentar uma narrativa que colocaria presidenta e ex-presidente em posições não apenas afastadas, como também antagônicas em seus interesses. Aqui, quase como

se sugerindo que Dilma deveria ser favorável a condenações exemplares de seus correlegionários, para preservar sua imagem.

Um terceiro editorial, do final de julho de 2012, deve ser destacado para compreendermos esse contexto inicial das opiniões da *FSP* acerca do julgamento. Em “À espera do mensalão” (*FSP*, 29 jul. 2012, p. A2), encontramos, outra vez, apresentada uma ideia de superlatividade do escândalo que seria o maior depois de Collor, com a ênfase no volume de páginas do processo, nos seus muitos testemunhos, nas dezenas de advogados e nas muitas sessões plenárias. Há o destaque para o fato de que Lula teria confessado, no passado, o reconhecimento da culpa dos réus, quando este afirmou ter se sentido traído.

Nesse texto, porém, há um tom de maior ponderação, que pode ser observado no destaque dado à ausência de provas acima de qualquer contestação que demonstrassem a compra de apoio parlamentar como o objetivo do esquema, embora, nessa linha de argumentação, encontremos clara a posição do jornal frente à culpabilidade dos réus:

Não há nos autos elementos que sustentem de forma inequívoca a noção de que o objetivo do mensalão era comprar respaldo no Congresso. Sem a demonstração de que os pagamentos foram oferecidos em troca de apoio parlamentar, perdem alguma força as acusações de corrupção. [...] Parece muito provável que o mensalão tenha envolvido desvio de verbas públicas, boa parte das quais foi distribuída por próceres do PT entre correligionários e aliados. E mesmo que fosse apenas para saldar dívidas de campanha, que outro objetivo haveria nos pagamentos se não o de aliciar apoio (votos) no Congresso? (*FSP*, 29 jul. 2012, p. A2).

Ainda que tomada como única conclusão possível, note-se que não há qualquer argumento no texto que explique qual seria a necessidade de o partido ter pagado sistematicamente por votos para aqueles (petistas e aliados) que, em tese, já formariam a base de apoio do governo – inclusive por afinidade ideológica – e, portanto, não precisariam ser comprados. Essa linha de argumentação é frequente, o que expõe um quadro onde se deixa pressuposto que, em se tratando de política institucional, não há apoio político por identidade ideológica ou simpatia a um projeto, mas por convencimento através de meios “pouco republicanos”, para ficarmos em uma expressão típica na grande imprensa. Conforme sintetizado por Leite (2013):

Deputados do PT que nada fariam para prejudicar um governo que só conseguiu chegar ao Planalto na quarta tentativa, são acusados de vender seu apoio em troca de dinheiro. Não há debate, não há convencimento, não há avaliação de conjuntura. Não há política, não há democracia [...] A base desse argumento é a visão criminalizada de que toda aliança é um ato de suborno e todo acordo político é uma negociata (Leite, 2013, p. 191, 218).

Nos parágrafos finais, o texto se dedicou em lançar um olhar para o futuro. O julgamento poderia ser paradigmático, na medida em que lançaria bases interpretativas para o julgamento de outros crimes semelhantes. Além disso, poderia terminar por representar “em julgamento aquilo que a sociedade aceita ou rejeita na esfera das práticas políticas” (FSP, 9 jun. 2012, p. A2). Observe-se o caráter vinculante: a decisão dos juízes potencialmente representaria a própria vontade da sociedade. Mas em que termos? Se o resultado diferisse daquilo que a *FSP* esperava, então a sociedade não teria sido ouvida? Por fim, seu caráter histórico foi destacado – com uma rápida menção à importância de que não houvesse abusos: “não teria cabimento imaginar que o Supremo se transformasse num tribunal de exceção em nome da moralidade pública. Mas, sem ultrapassar os limites da técnica jurídica, caberá à corte fixar um parâmetro histórico apto a coibir futuros abusos no exercício do poder” (FSP, 9 jun. 2012, p. A2). O julgamento que se seguiria poderia estabelecer, nesse sentido, uma espécie de novo paradigma.

Um encontro entre Lula e o ministro do STF Gilmar Mendes, ocorrido em abril desse ano, mereceu a atenção da *FSP* em dois editoriais. No primeiro, de maio, intitulado “Lula contra Gilmar”, a reunião é classificada como de “total impropriedade” (FSP, 29 mai. 2012, p. A2), visto que o ex-presidente teria utilizado o encontro como forma de tentar pressionar o ministro quanto ao julgamento que se avizinhava. Mas não apenas a crítica ao suposto conteúdo da reunião merece destaque, como também a forma como o petista é caracterizado pelo jornal, como alguém ansioso, talvez até mesmo acuado, e que teria falhado em sua “lendária intuição política” ao participar de tal encontro, como se, com a proximidade do desfecho do escândalo, Lula tivesse se tornado menos sagaz politicamente. Atitude que, ao resgatar declaração de outro ministro, Celso de Mello, é classificada como passível de *impeachment*, fosse Lula ainda o presidente do país.

O tom se torna mais duro alguns dias depois, em “Recato no Supremo” (FSP, 1º jun. 2012, p. A2), quando se volta a comentar a reunião e esta é inserida no contexto da CPMI do caso Cachoeira, que atingia duramente Demóstenes Torres, aliado de Gilmar – “senador com que o ministro Gilmar mantinha relacionamento próximo o bastante para aceitar caronas de avião” (FSP, 1º jun. 2012, p. A2). O encontro seria mais um episódio em um processo recente em que os ministros do Supremo estariam declinando no decoro que o cargo lhes exigiria. Os dois textos são importantes para observarmos, primeiro, um esforço em atribuir fraqueza para Lula e, segundo, para demonstrar que a leitura feita pelo jornal acerca da Corte não é monoliticamente favorável.

Outro ministro atacado pelo jornal durante esse período que antecedeu o julgamento foi Dias Toffoli. Em “Largada sem brilho” (FSP, 3 ago. 2012, p. A4), ao comentar o começo do julgamento, criticou seu “excesso de palavras, preciosismo e animosidade”. A crítica contra o ministro se direciona ao fato dele não ter se declarado suspeito para o julgamento, ato previsto em lei em que assumiria que a influência pessoal de seus interesses atrapalharia o seu julgamento e, portanto, precisaria se eximir de se manifestar no processo. A *FSP* arrola um breve histórico do ministro, indicado ao cargo por Lula:

O ministro construiu boa parte da carreira à sombra do PT, servindo governos liderados pelo partido ou entidades sindicais por ele controladas. Foi assessor da liderança do PT na Câmara dos Deputados. Trabalhou na Casa Civil quando o réu José Dirceu era seu ministro-chefe. Como advogado do PT, no pleito presidencial de 2006, oficiou ao Tribunal Superior Eleitoral argumentando que o mensalão jamais ficaria comprovado. Com tal folha de serviços, tornou-se advogado geral da União, nomeado por Lula (FSP, 3 ago. 2012, p. A4).

Até mesmo um namoro do ministro com uma das advogadas de um dos réus é destacado como fator de impedimento. Para o jornal, não haveria alternativa que não sua declaração como suspeito, para evitar a acusação de parcialidade que poderia macular o julgamento como um todo (FSP, 3 ago. 2012, p. A4). De fato, poucos dias depois, outro editorial afirmava que o ministro, pelo que se sabia, estava inclinado pelas absolvições “por seu envolvimento com o PT e o governo Lula” (FSP, 11 ago. 2012, p. A2). O ministro Dias Toffoli é apresentado, portanto, como alguém contaminado pela política e, em razão disso, sua presença no julgamento seria inadequada.

O editorial “Cartas na mesa”, do dia 29 de agosto, pouco depois dos dois anteriormente apresentados, é uma peça primorosa para compreendermos a forma como o jornal significou o processo. “A 15ª sessão do julgamento do mensalão, anteontem, mostrou como são simplistas as tentativas de estabelecer elos de causalidade entre o voto de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e os interesses do presidente da República que o indicou para a corte” (FSP, 29 ago. 2012, p. A2). Esse trecho do parágrafo de abertura se referia aos ministros que já haviam votado em favor da condenação de quatro réus, com votos de ministros de uma corte formada por uma ampla maioria de indicados por Lula (seis) e Dilma (dois). Entretanto, a ressalva do parágrafo destacado dirigiu-se especificamente para os ministros que julgavam em favor da condenação, não dos réus:

Como esperado, Toffoli acompanhou o revisor Ricardo Lewandowski e decidiu pela absolvição do ex-deputado [João Paulo Cunha] – reforçou a noção de que ambos se

inclinam por condenar os operadores do mensalão e inocentar seus parceiros do PT. Para Toffoli, não há provas suficientes para condenar Cunha. Toffoli construiu boa parte de sua carreira à sombra do partido e, por isso, deveria declarar-se suspeito [...]. Decidiu não fazê-lo, no que evidencia mais lealdade com seu passado do que com a investidura presente na mais alta corte do país (FSP, 29 ago. 2012, p. A2).

Algumas conclusões podem ser depreendidas desse editorial. Em primeiro lugar, não há espaço para a absolvição. Condenar os réus significa prova de isenção, independente de qual o presidente responsável por sua indicação para o STF; absolver, demonstração de vínculo e argumento em favor do pedido de suspeição. Isso tudo pela tamanha clareza com que o signo *corrupção* atravessa todo o julgamento em sua significação pelo jornal: ele é como uma força evidente, um dado inquestionável do julgamento, uma presença que não cabe ser questionada em sua existência. Mas mais do que isso, e esta é nossa segunda conclusão, o signo *corrupção* está, no último excerto destacado, implicitamente vinculado ao próprio Partido dos Trabalhadores, são mesmo gêmeos. O fato de Toffoli ter tido uma carreira relacionada ao partido – o que, em uma interpretação mais generosa, permitiria supor a possibilidade de que o ministro não se deixasse contaminar por suas relações profissionais do passado em suas decisões – faz com que ele, quase que inevitavelmente, “como esperado”, vote pela absolvição. Não parece exagero considerar que o jornal atribui mesmo um sentido de cumplicidade.

Entretanto – e aqui mora a questão central para compreendermos a dinâmica interna do processo de significação da corrupção desenvolvido nesse texto – não era o PT enquanto agremiação que estava no banco dos réus, mas atores políticos específicos, ainda que muitos fizessem parte do partido. Além disso, supondo que de fato os réus fossem culpados, o que impediria que membros do partido fossem pessoalmente favoráveis às condenações, até como forma de “limpar” a agremiação? O que aparece aqui é uma construção em que um partido é, de modo praticamente homogêneo, vinculado com a corrupção. Quase como se fosse uma grande organização criminosa, hierarquicamente disciplinada. Da mesma forma, o partido, quase inevitavelmente, contaminaria com a cumplicidade ou a complacência à corrupção todos aqueles que o tocassem (nesse caso, o ministro Toffoli).

A partir dessa observação, nos parece interessante pontuar uma consequência dessa vinculação do signo corrupção ao Partido dos Trabalhadores:

O escândalo de corrupção do *Mensalão*, que percorreu as fileiras do PT em 2005, embora não seja incomum na política brasileira, independentemente da posição ideológica, bem como escândalos mais recentes, teve um efeito desmoralizante para a esquerda. Embora o PT tenha sido visado seletivamente pela mídia burguesa, pelo Judiciário conservador e pela direita, o impacto desses escândalos foi amplo e penetrou a consciência das pessoas além do apelo moral à corrupção, sugerindo que

os partidos políticos de esquerda não fornecem alternativas reais, já que eles também são suscetíveis à ganância e à influência da elite (Fernandes, 2019, p. 142).

A questão que buscamos destacar diz respeito ao fato de que esses sistemáticos ataques ao PT, independentemente do desejo dos integrantes daquilo que poderíamos classificar como esquerda radical¹², acabam tendo consequências profundas para a esquerda brasileira como um todo, já que o PT é, de fato, a maior organização política dentro desse espectro (ainda que moderada). Sendo assim, os processos de significação da corrupção como vinculada ao Partido dos Trabalhadores acabam por não poupar qualquer tipo de integrante da esquerda, estendendo-se para todo esse campo político.

Cumpramos observarmos, de forma mais detida, o modo como a *FSP*, durante esse processo de significação da corrupção, realizou um movimento simultâneo de desqualificação das defesas e de condenação prévia no julgamento do mensalão. A questão da culpabilidade dos réus foi tomada como já objetivamente dada, não havendo a alternativa de que as defesas pudessem demonstrar, eventualmente e por meios potencialmente desconhecidos pelo jornal, sua inocência. Percebe-se que o jornal tomou uma posição que era, *a priori*, contrária às teses que eram apresentadas pela defesa dos réus no processo e já partia do pressuposto, como temos apresentado, da inevitabilidade da condenação.

Tomemos, por exemplo, o comentário acerca do voto do ministro Cezar Peluso de fim de agosto, que se aposentava no STF. Esperava-se que o voto do ministro fosse contrário aos réus, expectativa que terminou por ser confirmada “em um voto rigoroso, como temiam os réus do mensalão” (*FSP*, 30 ago. 2012, p. A2). O voto do ministro, entretanto, não teria sido decisivo para a condenação de João Paulo Cunha, ex-deputado do PT e primeiro político condenado no julgamento do Mensalão, na medida em que se formou a maioria independente dele, “ao contrário do que se imaginava” (*FSP*, 30 ago. 2012, p. A2). O jornal lamenta a norma constitucional que estabelecia a aposentadoria compulsória dos ministros aos 70 anos, considerando que, nessa idade, “muitos juízes estão no auge da experiência e sabedoria” (*FSP*, 30 ago. 2012, p. A2). Por fim, o editorial foi encerrado afirmando que “a permanência de Peluso seria benéfica ao julgamento do mensalão, mas nessa altura já não há dúvida de que ele continuará sendo conduzido com imparcialidade e equilíbrio pelos demais ministros” (*FSP*, 30 ago. 2012, p. A2).

¹² Identificados por Fernandes (2019) como abrangendo o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista Revolucionário (PCR) e alguns outros movimentos sociais e organizações, como o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST).

Podemos apresentar dessa forma duas conclusões: em primeiro lugar, o que trazia a certeza de que não haveria mais dúvida da imparcialidade do julgamento era o fato de que a expectativa de que houvesse uma divisão maior entre os ministros no teor de seus votos havia sido quebrada. Pelo contrário, os ministros estavam se posicionando amplamente desfavoráveis aos réus. Em segundo lugar, a “imparcialidade e equilíbrio” dos ministros só fora demonstrada justamente a partir do momento em que seu rigor condenatório começava a ficar claro. A corrupção no caso do mensalão é tomada como dado de tamanha objetividade que sequer há espaço para o contraditório: só haverá justiça com a condenação, não há julgamento equilibrado se houver a possibilidade de inocentar alguém.

Também fica clara, ao analisarmos a significação da corrupção durante a cobertura editorial do julgamento, a criação de uma expectativa acerca de seu caráter paradigmático, como já observado anteriormente. A corrupção, tomada enquanto prática rotineira da realidade política brasileira em razão da impunidade que pairaria sobre seus praticantes, seria por isso mesmo corriqueira e ampla em relação à ideologia de seus praticantes. “Diminui a sensação de permissividade que, ao longo de décadas, estimulou políticos de diversas ideologias a considerar a propina e desvio de recursos públicos como ingredientes normais da atividade” (FSP, 1º set. 2012, p. A2). É por isso que o julgamento se tornava tão decisivo, porque deveria servir como um disruptor, porque deveria marcar o fim da impunidade. Impunidade considerada como dada, exemplificada em um escândalo de corrupção considerado dado e, por isso, com um desfecho já definido previamente: a condenação dos réus.

Avançando ao mês de setembro, quando parecia que a tese de que o esquema havia servido para a compra de apoio parlamentar no Congresso se estabelecia – e não uma distribuição de sobras de caixa 2, argumento defendido pela defesa –, foi retomado argumento semelhante: “somente agora, quando se aproximam seus efeitos concretos, que se dissipa a desconfiança residual com a Justiça, por parte da sociedade; no caso dos políticos, esvai-se a certeza da impunidade. Não é pouca coisa” (FSP, 19 set. 2012, p. A2). O fato é que o jornal realiza um movimento duplo: por vezes, associa o signo ao conjunto da política institucional; em outras, enfatiza sobremaneira o papel do Partido dos Trabalhadores. Atitude coerente com uma leitura do mundo construída sobre as bases de um pensamento coerente com a razão neoliberal por excelência – crítico da política e do Estado.

Mas, se a forma como o julgamento do Mensalão deveria terminar já estava estabelecida na opinião dos editorialistas, qual o papel que as defesas, as maiores interessadas em justamente impedir essa conclusão, deveriam cumprir? “Se há muito de exemplar nas decisões até aqui

alcançadas, não são menores as lições que o processo pode trazer – no que assegura de respeito às garantias constitucionais, ao debate civilizado e ao exame de cada caso com rigor, mas sem tendenciosidade nem paixão” (FSP, 1º set. 2012, p. A2). Ora, às defesas cumpria apresentar seu papel nos ritos formais que garantiriam o respeito à constituição em um debate civilizado. Os réus são culpados previamente, mas o fato de que eles podem apresentar uma defesa basta para que estejam atendidos os requisitos que asseguram a validade de todo o processo, independentemente de o fato de seus argumentos não poderem ser acolhidos. Desde que sem paixão, bastaria aos atores recitar as falas inscritas no roteiro para que o já esperado desfecho pudesse subir ao palco. O que vemos, no que diz respeito ao papel atribuído para as defesas, é defesa intransigente dos formalismos, tão caro ao amor neoliberal pela técnica e pela gestão e em detrimento da deliberação e partilha democrática do poder (Brown, 2019, p. 71). O que importa, para sustentar a conclusão já antecipada, é respeitar os ritos.

Ainda mais ilustrativos são os comentários feitos pelos editorialistas do jornal acerca de uma nota escrita por líderes partidários governistas em 20 de novembro. O tom contundente do editorial escrito dois dias depois – em nossa análise, um dos mais duros até então – deixa bastante explícita qual a posição da *FSP* sobre aqueles que se defendiam do julgamento em curso. A nota, que “repete cinismo e contradições de um bando de políticos unidos pelo apego ao poder” (FSP, 22 set. 2012, p. A2), fora redigida por lideranças políticas como Rui Falcão (PT) e Renato Rabelo (PCdoB), aquele definido como alguém que “já se notabilizara por reações tão previsíveis quanto destemperadas ao modo como se desenvolve o julgamento do mensalão no Supremo Tribunal Federal” (FSP, 22 set. 2012, p. A2). São nesses termos que o jornal qualifica a argumentação presente na nota:

O petismo não perdeu a empáfia. Ao lado da esfarrapada desculpa de que os recursos do mensalão correspondiam apenas a gastos de campanha, surgiu a mais desonesta e deslavada operação ideológica de que foram capazes os tartufos da moralidade pública e da igualdade social. [...] “Golpismo”, “aventura conservadora”, “ataque à democracia”: assim se qualificou o empenho de desvendar o desvio de recursos públicos e a corrupção de parlamentares, levando o caso à Justiça, com amplo direito de defesa e longos anos de contraditório, de recursos e protelações. [...] A contradição política deve importar pouco, entretanto, para um bando multipartidário que já se acostumou a contradizer-se na polícia (FSP, 22 set. 2012, p. A2).

A defesa dos réus não passa de uma “esfarrapada desculpa” ou “desonesta e deslavada operação ideológica” de “tartufos da moralidade pública e da igualdade social”; seria, portanto, fruto de um grupo que defenderia valores caros à esquerda de modo hipócrita, com o objetivo de ludibriar seus seguidores. Mais adiante, conforme o excerto que destacamos, temos um

momento de rara clareza nessa disputa de sentidos, onde as disputas simbólicas pela narrativa ficam mais evidentes. Tal como apresentado pelo jornal: com relação ao julgamento do escândalo do mensalão, o PT e seus aliados (hipócritas e falsos moralistas) atribuem ao julgamento do mensalão os signos do golpismo, do ataque à democracia; do outro lado, a Justiça buscaria desvelar a corrupção parlamentar em um processo, como já demonstramos, paradigmático. Interessante como, novamente, o signo *corrupção* está dado. O jornal não qualifica o julgamento como um processo de desvelamento de uma verdade, mas como conclusão de algo já demonstrado anteriormente a ele. Se a corrupção é um signo dado, de sentido autoevidente e cada vez mais ligado ao Partido dos Trabalhadores e à sua base de apoio em específico, assim como à política como um todo, cumpriria ao STF apenas o trabalho de retirar o véu que o encobriria. Nessa disputa de sentidos por todo o processo e pela própria corrupção, tão claramente apresentada pelo jornal nesse editorial, fica ainda mais clara a definição bakhtiniana acerca do signo como arena onde distintos grupos de interesses entram em disputa (Volóchinov, 2017, p. 113).

Além disso, é importante observarmos o final do excerto destacado. Como demonstramos anteriormente, o signo *corrupção* é associado pelo jornal à política institucional como um todo (embora, como no último exemplo, com cada vez mais virulência quando o PT está envolvido), elaborando-se um processo de identidade entre *corrupção* e *política*, signos que funcionam de forma quase que automaticamente vinculados. Ao definir os signatários da nota como “bando” acostumado a “contradizer-se na polícia”, os editorialistas não deixam passar a oportunidade de novamente reforçar esse vínculo, aqui de modo ainda mais genérico no que diz respeito aos tipos penais. Corruptos, mas não apenas em um sentido restrito a essa prática, e sim como criminosos em *lato sensu*. Não parece exagerado afirmar que, no contexto do julgamento do mensalão, a *FSP* realizou uma verdadeira operação de vilanizar os réus, com marcado maniqueísmo.

Ressalva-se que os editorialistas da *FSP* sustentaram que, apesar da centralidade do PT em sua narrativa dos fatos, o ex-presidente Lula não estaria implicado diretamente. “De um ponto de vista formal, no entanto, Lula não é réu. Todas as tentativas de arrolá-lo como tal foram rechaçadas pelo STF. Sua ausência, portanto, não decorre só da decisão do procurador-geral de excluí-lo da denúncia (por cálculo ou carência de provas)” (*FSP*, 15 ago. 2012, p. A2). No mesmo editorial, inclusive, recordam que a denúncia original feita por Roberto Jefferson em entrevista ao mesmo jornal, em 2005, negava o conhecimento do ex-presidente acerca do suposto escândalo. Ainda assim, cumpre destacar que a afirmação parte “do ponto de vista

formal”. Sendo assim, embora excluído do processo, o texto deixa margem para que se vincule a figura do ex-presidente ao processo de outras formas.

Com relação aos ritos adotados pelo Supremo durante o julgamento, encontramos algumas críticas apresentadas pelo jornal. No começo de agosto, as discussões sobre como os votos de cada ministro precisariam ser apresentados não foram vistas com bons olhos. Enquanto o relator do caso, Joaquim Barbosa, sustentava o “fatiamento” dos votos, o revisor, Ricardo Lewandowski, era contrário. Segundo os editorialistas, a “alta carga de eletricidade que se acumula no ambiente” (FSP, 18 ago. 2012, p. A2) tornava os ânimos mais exaltados, produzindo “rompantes passionais” (FSP, 18 ago. 2012, p. A2) que não caíam bem à Corte. Apesar disso, é feita a ressalva de que esse tipo de situação confirmaria o fato de que o julgamento não seria “um jogo de cartas marcadas” (FSP, 18 ago. 2012, p. A2).

O próprio estilo de apresentação dos votos pelos ministros foi criticado. Na opinião do jornal, tendo em vista que “os maus hábitos da linguagem empolada e da expressão prolixa continuam a prosperar no Judiciário” (FSP, 20 ago. 2012, p. A2), aos olhos dos expectadores o que teríamos seria “um espetáculo obscuro e bizantino” (FSP, 20 ago. 2012, p. A2). O jornal chega mesmo a acusar o ministro Ricardo Lewandowski de optar por essa lentidão como forma de arrastar o julgamento, motivado por sua “tendência a absolver” (FSP, 20 ago. 2012, p. A2). Não são apenas as críticas ao estilo excessivamente rebuscado e lento as encontradas na opinião manifesta do jornal:

Quando tantas atenções se voltam para a Justiça, esse não é um quadro estimulante, ainda mais se permeado pelos rompantes de suscetibilidade exagerada, resvalando para um narcisismo pueril, nos quais se destaca o relator Joaquim Barbosa, sem que lhe faltem, porém, rivais em redor (FSP, 20 ago. 2012, p. A2).

Chama a atenção a crítica ao estilo retórico adotado pelos ministros. Conforme já discutimos, os gêneros do discurso são conjuntos de “tipos relativamente estáveis de enunciados” (Bakhtin, 2016, p. 11), determinados por funções e condições de comunicação discursiva específicas (Bakhtin, 2016, p. 18). No interior de um gênero do discurso, precisamos lembrar que os enunciados sempre antecipam uma resposta e se destinam a um ouvinte (imaginário ou específico) (Bakhtin, 2016). Portanto, é natural que o conteúdo do que é apresentado pelos ministros não seja imediatamente compreensível para o grande público que acompanha através da televisão. Os discursos dos ministros não se direcionam ao público leigo, mas aos participantes do julgamento e comportam informações que dificilmente podem ser compartilhadas, com rigor, lançando mão da linguagem coloquial, linguagem que não seria

adequada para tanto. O conteúdo de seus votos em um julgamento dessa grandeza seria inclusive objeto de análises, formador de jurisprudências. As escolhas linguísticas e estilísticas, lexicais e sintáticas, de um enunciado são pré-determinadas pelo próprio gênero, por outros enunciados que o antecederam na cadeia do discurso (Bakhtin, 2016). Podem-se discutir os porquês de o estilo utilizado na esfera jurídica ser mais restrito a um grupo (o que não é exclusividade dessa área), mas não é pela mera vontade de um meio de comunicação, ou mesmo por parte da população, que um ministro mudará a forma como escreve.

Pelos mesmos motivos, em outro contexto, sustentamos que, sim, os gêneros acadêmicos têm uma razão de ser e não necessariamente precisam estar preocupados com sua divulgação, tendo em vista que se comunicam com alguém que possui um certo acúmulo de conhecimentos que torna sua compreensão possível (Santos, 2020). O que o jornal reivindica, entretanto, é que os ministros sejam menos “obscuros e bizantinos”, tornando seu conteúdo de mais fácil compreensão para com o público da *FSP*. O que o jornal faz aqui é equivalente ao que fazem com a política: buscam tutelar o Judiciário a partir da representação do social construída por eles mesmos, definir como deveriam operar, até mesmo como deveriam dizer o que pretendem enunciar.

A aposentadoria, no decorrer do julgamento, do ministro Cezar Peluso, já mencionada anteriormente, também produziu uma situação criticada pelo jornal. Com o afastamento do juiz (que, esperava-se, traria votos duros) e o fatiamento dos votos, em muitas das decisões, seria possível a ocorrência de um empate, surgida daí a polêmica: o empate favoreceria os réus, ou o ministro Cezar Peluso, então presidente da Corte, votaria duas vezes. “Ora, saber quantos serão os ministros a decidir, e quando, é conhecimento relevante para a estratégia da defesa, que ninguém em sã consciência cogitará restringir. O Supremo faria melhor se dirimisse logo as duas questões” (FSP, 24 ago. 2012, p. A2). Interessante observarmos como essa crítica reforça a percepção de que, além da preocupação com a condenação dos réus, uma segunda inquietação do jornal seguiu dizendo respeito ao correto cumprimento dos ritos e formalidades do julgamento. Conforme sustentamos anteriormente, ao menos em tese, como se o cumprimento de requisitos formais bastasse para que o juízo tomado pelos ministros fosse válido.

Após a aposentadoria do ministro Peluso e a rápida indicação, pela presidenta Dilma, de Teori Zavascki para a vaga aberta, surge uma nova apreensão. “Não se descarta que a chegada de Zavascki possa vir a tempo de pesar na balança do mensalão. Seria, entretanto, indesejável o ingresso de um novo ministro num momento já adiantado do processo, sem estar familiarizado com seus oceânicos contornos” (FSP, 16 set. 2012, p. A2). O jornal pondera que,

embora tenham sido observados elogios no meio jurídico pela escolha da presidenta, “não deixa de permitir especulações inquietantes esse gênero de corrida contra o tempo” (FSP, 16 set. 2012, p. A2). Fica implícita, embora de forma clara, a sugestão de que Dilma pudesse estar tentando interferir no resultado do julgamento com a nova nomeação. A afirmação dessa suspeita foi reforçada posteriormente. Na sabatina no Senado para a aprovação de sua vaga, quando questionado acerca da possibilidade de participar do julgamento do mensalão em andamento, o ministro recusou responder, sob argumento considerado frágil pela Folha: “um futuro ministro do STF que se escuda em argumento frágil, no contexto – o impedimento de comentar processos em curso” (FSP, 1º out. 2012, p. A2). Nesses textos, fica claro que a preocupação com a inevitável condenação dos réus é tanta que qualquer possível interferência no ambiente deveria ser evitada, para que nada saísse do controle.

Apesar das críticas, o avanço do processo de julgamento e as condenações dos réus produziram elogios da parte dos editorialistas. Os elogios feitos em editorial de 10 de setembro vão em dois sentidos: por um lado, teria se dissipado a desconfiança de que os ministros estivessem pouco dispostos a condenar os réus; por outro lado, os juízes estariam respeitando “os direitos dos réus, a necessidade de devido processo legal e o princípio da presunção de inocência” (FSP, 10 set. 2012, p. A2).

O editorial de 11 de outubro, “Vitória republicana” (FSP, 11 out. 2012, p. A2), comentando os momentos finais do julgamento, merece exposição mais detida de seu conteúdo, por seu caráter emblemático. Sugerimos especial atenção aos adjetivos escolhidos:

Voto a voto, num debate racional, minucioso e transparente, construiu-se no Supremo Tribunal Federal (STF) a maioria que condenou os principais personagens do escândalo do mensalão. [...] Fez-se o exame detido das provas e testemunhos; foram avaliados de modo livre, conforme a consciência de cada magistrado. Os réus contaram com todas as garantias que lhes assegura a Constituição. [...] Por ampla maioria, o STF decidiu condenar o ex-chefe da Casa Civil do governo Lula, José Dirceu, pelo crime de corrupção ativa. A conclusão não se afasta daquilo que, a não ser por falta de tirocínio ou por excesso de comprometimento político, qualquer observador atento do escândalo pode enxergar com facilidade. [...] Caíram por terra, no julgamento, as muitas e fantasiosas versões apresentadas para negar os fatos. [...] Uma patrulha – ideológica, arrogante, maniqueísta – passou a apontar, após breve perplexidade e um canhestro pedido de desculpas de Lula, conspirações contra chefes políticos que nada esperam da imprensa, da sociedade e da Justiça senão silêncio e obediência. *Venceu-se uma batalha contra a corrupção e a mentira*, que, não apenas no PT, degradam o sistema democrático, aprofundam as desigualdades e destroem as bases racionais da administração pública. Há ainda muito a fazer, por certo. Mas o julgamento do mensalão traz, sobretudo, a esperança de que tal luta não será em vão (FSP, 11 out. 2012, p. A2).

O editorial é aberto com a afirmação da justeza do julgamento. Uma série de adjetivos positivos são arrolados de modo a determinar que o julgamento ocorreu de forma equilibrada e adequada, tanto no que diz respeito aos seus aspectos formais, quanto no que diz respeito aos juízos apresentados, juízos esses tomados de forma livre, sem a interferência externa. Aos réus, foram asseguradas suas garantias constitucionais, apesar de anteriormente, por tantas vezes, o jornal ter ridicularizado as teses da defesa. Mas o desfecho estava colocado: a ampla maioria dos réus estava condenada, com especial destaque a José Dirceu, ex-chefe da Casa Civil no governo Lula e importante liderança do PT. Esse desfecho teria sido a conclusão natural de um processo que possuía contornos (aqui afirmados explicitamente) óbvios, já dados previamente. O mensalão teria se configurado como um escândalo de corrupção tão evidente que apenas uma pessoa desprovida de conhecimentos elementares ou comprometida com os réus poderia chegar a uma conclusão distinta. De fato, essa afirmação é reforçada imediatamente, quando se classificam como “fantasiosas versões” as posições que eram favoráveis aos argumentos da defesa. Posições essas que eram sustentadas por uma patrulha arrogante, maniqueísta e – note-se – ideológica, distantes da “técnica” e do rigor apresentado nas condenações, uma patrulha contaminada pela política, aqui novamente apresentada como negativa, capaz de nublar a razão em favor do interesse. Patrulha que defendia lideranças que, por razões pouco claras no texto do editorial, seriam autoritárias. A conclusão do texto reafirma algo que já vinha sendo desenvolvido em editoriais anteriores, a percepção de que a corrupção seria um mal sistêmico que já teria contaminado a política institucional brasileira (aqui, novamente é invocada a racionalidade como virtude). É destacado o tom heroico do discurso, que identificava o julgamento como uma importante batalha vencida naquela que seria uma longa cruzada contra a corrupção. Se, de um lado, seguem loas à técnica, ao ponderamento, ao formalismo, de outro, todo o julgamento se reduz a uma batalha (essa sim) maniqueísta entre o que é justo e certo e o que é corrupto e mentiroso.

Em síntese, o editorial foi construído a partir de um texto que realiza uma oposição de adjetivos, que dialogam em contraste de modo a categorizar dois grupos em disputa. De um lado, temos o racional, o técnico, o não-político (aqui tomado como algo implicitamente positivo), o não interessado, o justo. Do outro, o ideológico, o contaminado pela política, o fantasioso, aquele que é ou interessado ou estúpido. Uma oposição que não comporta tons de cinza.

Passemos para os comentários acerca dos impactos eleitorais imediatos do mensalão. Comentando as chances reais do petista Fernando Haddad ser eleito, em segundo turno, para a

prefeitura da capital paulista, chama a atenção para o fato de que o julgamento parece não ter afetado a escolha dos eleitores, como se esperassem uma lógica perda de votos pelos correlegionários dos condenados (FSP, 12 out. 2012, p. A2). Como já dissemos, na expectativa de que o próprio partido enquanto tal saísse condenado do banco dos réus. Ao tomar um impacto eleitoral imediato como consequência do julgamento de um escândalo de corrupção como um pressuposto, nos termos que a *FSP* desenvolve, reforça o argumento em favor de questionar a racionalidade da escolha eleitoral feita. Recordemos a precisa crítica de Souza (2017) no que diz respeito à forma como é sustentada ideologicamente essa lógica:

A servidão da classe média e de suas frações mais conservadoras à elite, que as explora e as usa para a reprodução de seu poder cotidiano, é conseguida por meios simbólicos. Em vez do cassetete da polícia, temos aqui a manipulação midiática das necessidades de autolegitimação da classe média transmutadas em defesa da moralidade estreita da suposta corrupção patrimonialista. A crítica da imaturidade das classes populares sob a forma do populismo fecha o pacote do acordo transclassista que se une contra qualquer forma de ascensão popular verdadeira (Souza, 2017, p. 213).

Além disso, a falta de impacto eleitoral, segundo o jornal, teria levado o PT a desacelerar no intento de denunciar o julgamento, por razões pragmáticas: “nesse partido, o cinismo, o ridículo, a cegueira sectária convivem, como é notório, com a visão pragmática das coisas – mais fácil de ser mantida, naturalmente, quando há novas prefeituras, novas alianças e novos nomes para continuar as políticas de sempre” (FSP, 2 nov. 2012, p. A2). Chama a atenção o fato de que, no que diz respeito às consequências do julgamento, é notória a maior preocupação do jornal com relação ao PT, em detrimento de outras siglas envolvidas, que não receberam o mesmo cuidado de análise quanto ao seu impacto eleitoral. Embora a corrupção seja assumida constantemente como um mal geral, não é exagero afirmar que a *FSP* tenha uma escolha clara sobre quem são os primeiros escolhidos a serem retirados do cenário em razão dela.

Embora possa parecer inicialmente contraditório, a posição da *FSP* com relação ao rigor das penas que deveriam ser aplicadas nos condenados do mensalão tenta se descolar daquilo que o próprio jornal classifica como punitivismo. Concretizadas as condenações, chegava o momento de se estabelecerem as dosimetrias das penas pelos magistrados. Em um primeiro momento, o jornal afirmou que “não são tão leves as penas previstas na legislação brasileira para quem comete os ditos crimes de colarinho-branco” (FSP, 20 out. 2012, p. A2). Além disso, o fato de que os réus eram condenados por múltiplos crimes fazia com que suas penas se somassem. A assumida preocupação do jornal com essa questão fica explícita quando afirma que “os condenados no mensalão devem, é óbvio, pagar pelo que fizeram. Mas não, numa

espécie de expiação simbólica, pelas omissões de todo um sistema jurídico e social” (FSP, 20 out. 2012, p. A2). Passadas as condenações, surge então em cena grande preocupação com os aspectos sistêmicos da corrupção.

Dias depois, os editorialistas iam além: na opinião do jornal, penas de prisão deveriam ficar restritas a criminosos que cometessem delitos baseados em violência ou grave ameaça, invocando as péssimas condições do sistema prisional como motivação para tal. Mesmo ao afirmar que “sempre houve corrupção política, mas o governo Lula a praticou em escala sistêmica” (FSP, 25 out. 2012, p. A2), chegam a considerar que as punições drásticas não incluíssem o “inferno das cadeias” (FSP, 25 out. 2012, p. A2). Já em novembro, retoma-se a afirmação de que as prisões brasileiras são inadequadas, mas os governos petistas são criticados por nada terem feito para mudar esse cenário em dez anos de governo (FSP, 15 nov. 2012, p. A2). Mesmo com relação às penas em multa, a posição do jornal é prioritariamente favorável à adoção de critérios tanto mais objetivos quanto fosse possível, ainda que considerando o caráter exemplar desse julgamento (FSP, 10 dez. 2012, p. A2). Chama a atenção a invocação dessa postura antipunitivista após dezenas de editoriais advogando a inevitável condenação dos réus. Nos parece que, atingidos os objetivos esperados pelos editorialistas, o jornal podia reassumir uma postura que representasse maior isenção. Nesses termos, a *FSP* parece mais preocupada com a condenação de fato, em seu caráter simbólico, do que com o cumprimento das penas.

Finalmente, a posição da *FSP* com relação à cassação dos mandatos dos quatro políticos condenados no julgamento – João Paulo Cunha (PT-SP), Valdemar Costa Neto (PR-SP), Pedro Henry (PP-MT) e José Genoino (PT-SP), o último assumiria cargo em janeiro de 2013 – mantém a coerência em privilegiar formalismos acima do contraditório. Para o jornal, a fim de se respeitar os “ditames constitucionais”, o STF não deveria determinar a perda dos mandatos, devido ao equilíbrio entre os poderes e ao dispositivo constitucional criado para evitar o arbítrio de outro poder sobre o Legislativo, que concedia apenas a ele a competência de afirmar a perda de mandatos. Entretanto, para a Folha, não há outra possibilidade que não acatar a orientação do Judiciário:

Caberá aos deputados o ônus de decidir se manterão na Casa os apenados pela Justiça. Preservar os colegas seria um escárnio tão impensável que, mesmo em votação secreta – o que deveria ser alterado –, os deputados sentirão o peso da opinião pública. É incontestável que os condenados pelo mensalão não têm condições – políticas e morais – de permanecer na Câmara dos Deputados. Devem, não há dúvida, ser cassados sem delongas. Mas que se respeitem, como o STF tem feito, os ditames constitucionais (FSP, 25 nov. 2012, p. A2).

Como o STF terminou por decidir pela cassação dos mandatos, o jornal se postou contrário, defendendo que a Constituição, de modo adequado, garantia que esta fosse uma prerrogativa dos próprios parlamentares. Apesar disso, lembrou que seria absurdo que a Câmara de Deputados viesse a descumprir a decisão e que, mesmo sem ela, fosse inevitável o afastamento dos políticos (FSP, 18 dez. 2012, p. A2). Da mesma forma como já apareceu anteriormente, a posição do jornal vai no sentido de que os ritos sejam cumpridos da forma como prevista, mas assume que o desfecho seja único e inevitável. Novamente, basta que os atores sigam o *script* da peça.

Encerrando esse tópico, cumpre analisarmos a forma como o jornal realizou, em três editoriais entre o fim de novembro e dezembro, o balanço do julgamento e de suas consequências. No primeiro deles, afirmou o possível caráter histórico do julgamento e seu potencial transformador naquilo que seria a realidade do sistema político brasileiro. Potencial porque seus efeitos, na opinião do jornal, não estariam dados, mas ainda precisariam ser verificados:

Desde já, porém, criminosos de colarinho-branco, acostumados a uma Justiça que não condenava pessoas influentes, passarão quiçá a refletir sobre as consequências deste inusitado rigor penal. O caráter histórico sempre atribuído ao processo do mensalão será plenamente justificado apenas se lograr converter a regra da impunidade em exceção (FSP, 30 nov. 2012, p. A4).

Já no começo de dezembro, discutia-se no Senado a possibilidade de que a Casa pagasse os valores que os senadores deviam para o Imposto de Renda de 14º e 15º salários entre 2007 e 2011. Segundo os editorialistas, grande parte dos senadores se recusou a receber o benefício, quitando a dívida com recursos próprios. Fica sugerido no texto que o julgamento do mensalão criara uma expectativa de que “os desvios de conduta dos homens públicos brasileiros passem a ser tratados com maior rigor” (FSP, 2 dez. 2012, p. A2), observando que o clima político pós-julgamento pressionava os parlamentares em suas condutas como um todo. Além disso, o editorial comemora o fato de que o pagamento de 14º e 15º salários estivesse em processo de extinção, como um sinal de mudança (FSP, 2 dez. 2012, p. A2).

Mais interessante é o que encontramos no editorial “Denúncias e ameaças”, de 12 de dezembro. Marcos Valério, empresário condenado a 40 anos de prisão sob a acusação de ter sido o operador do esquema do mensalão, em depoimento ao Ministério Público, teria realizado denúncias contra o ex-presidente Lula. Entre outras coisas, recursos do mensalão teriam sido utilizados para o pagamento de suas despesas pessoais; Lula teria autorizado pessoalmente os empréstimos bancários realizados por José Dirceu para financiar o esquema; e teria negociado

com um empresário a transferência de R\$ 7 milhões para o caixa do PT. Os editorialistas assumem a possibilidade das acusações de Marcos Valério terem sido um artifício utilizado por alguém já condenado, mas, apesar disso, o tom do editorial é o da necessidade de que se apurem as suas declarações.

O editorial é encerrado afirmando que “o sigilo bancário dos envolvidos precisa ser quebrado – e só o aprofundamento das investigações poderá atestar a inocência, ou não, dos que, a começar pelo ex-presidente Lula, foram por ora poupados no caso do mensalão” (FSP, 12 dez. 2012, p. A2). Percebe-se a tentativa de se estabelecer discursivamente a percepção de um *continuum* da corrupção, visto que mal chegava ao desfecho aquele que, segundo o jornal, teria sido o maior escândalo de corrupção da história recente do Brasil, porém já se construíam novas denúncias. Denúncias novas, mas envolvendo os mesmos atores que participaram da narrativa que havia sido encerrada. O uso da locução adverbial *por ora* é, nesse contexto, uma escolha claramente intencional: ela deixa claro que Lula, mas não apenas, é uma pessoa que até aquele momento havia sido poupada de uma condenação por corrupção, sugerindo ser apenas uma questão de tempo para que isso acontecesse. Fica claro o que, em nossas hipóteses iniciais, já era cogitado: o signo *corrupção* ainda teria um papel importante a cumprir nas disputas políticas e no enfraquecimento dos governos petistas.

3.7 O FIM DE DILMA, ANO 2

No Natal de 2012, a *FSP* apresentou um editorial que realizava um apanhado de como fora o segundo ano do governo Dilma. Os níveis de aprovação da presidenta, verificados no começo do ano, continuaram elevados. Não apenas isso, mas Dilma se qualificava para representar uma candidatura capaz de se comparar a um possível pleito a terceiro mandato de Lula. A percepção da existência de corrupção em seu mandato recebe destaque pelo editorial, tendo subido de 64% (em agosto) para 69%. Sua relação com o ex-presidente também foi explorada pelo texto. Dilma teria sido beneficiada pelo fato de ter sido “ungida” por Lula, sendo ajudada pelos “expressivos avanços sociais e econômicos que marcaram o período do antecessor” (FSP, 25 dez. 2012, p. A2). O jornal destaca, entretanto, que houve um esforço de transformar a imagem de Dilma, de “mãe do PAC” e herdeira de Lula para uma faxineira da corrupção e gerente competente. As duas afirmações, todavia, são relativizadas. Sobre seu rigor com o ilícito, afirmaram que “o combate à corrupção se limitou a alguns ajustes na mobília ministerial” (FSP, 25 dez. 2012, p. A2). Com relação à suas qualidades gerenciais, os

editorialistas consideraram que a condução econômica era ineficiente e que Dilma deixara de se aproveitar de sua grande popularidade para apresentar reformas estruturais (como da previdência), que seriam fundamentais, embora escapassem daquilo que “afeta a maioria – o emprego e o nível dos preços” (FSP, 25 dez. 2012, p. A2).

Embora questionem a imagem de Dilma como combatente da corrupção, destaca-se que, em nenhum momento do texto, o recente escândalo do mensalão é citado, tampouco é sugerido qualquer tipo de ligação, mesmo que exclusivamente partidária, com a presidenta. Se em 2012 o escândalo, do ponto de vista da *FSP*, passou ao largo pela presidenta, Dilma sentiria o tremor da instabilidade sob os seus pés a partir de junho do próximo ano, anunciando dificuldades para a sua reeleição. Esse será o objeto de nosso próximo capítulo.

4 JUNHO DE 2013, O SURGIMENTO DA OPERAÇÃO LAVA JATO E AS ELEIÇÕES DE 2014

Estabelecido o novo paradigma para o signo *corrupção*, a partir do momento em que simbolicamente o julgamento do mensalão superava o escândalo Collor, iniciou-se uma nova etapa nesse processo de significação. Neste capítulo, dando seguimento à nossa análise, apresentaremos os resultados acerca de dois episódios fundamentais para nosso recorte de pesquisa: os movimentos de junho de 2013 e a eleição de 2014. No primeiro, observaremos a forma como a corrupção foi operacionalizada a partir do momento em que as ruas do Brasil foram tomadas por manifestantes que reivindicavam melhores serviços públicos; no segundo, os impactos produzidos na disputa que opôs as candidaturas de Dilma Rousseff e Aécio Neves à presidência do país.

4.1 OS MOVIMENTOS DE JUNHO DE 2013

Os movimentos de massa que chegaram em seu ápice em junho de 2013 produziram um grande impacto na sociedade brasileira. Movimento quimérico, ainda é fruto de intensos debates acerca de seus significados. Um grande número de pessoas, em centenas de cidades, fora para as ruas protestar contra o aumento das passagens, mas, com o tempo, não apenas contra isso: contra a Copa, contra os problemas dos serviços públicos, contra a corrupção. O episódio como um todo, dada sua complexidade, se apresenta interpretado de muitas formas por aqueles que tentaram compreendê-lo. Uma semente revolucionária de esquerda, sem relação com o avanço da direita no Brasil? Mais um passo no processo que levou ao golpe contra a presidenta Dilma e o avanço da extrema direita? Um movimento de caráter progressista, mas disputado pela nova direita que ganhava força? (Nunes, 2023, p. 46).

Uma interpretação bastante hegemônica sobre Junho de 2013 apresenta a seguinte sequência de acontecimentos: os protestos teriam se iniciado à esquerda, em São Paulo, contra o aumento da tarifa de ônibus; a forte repressão policial do dia 13 de junho criou uma comoção nacional, que fez que as ruas explodissem; a partir daí, por vias da convocação da mídia e de grupos de direita, os protestos teriam se dobrado à direita, especialmente com a inserção de símbolos patrióticos e da agenda anticorrupção (Rolnick; Andrés, 2023, p. 29).

Rolnick e Andrés (2023) pontuam algumas incorreções nesta leitura: ela é excessivamente centrada em São Paulo, não reconhecendo protestos semelhantes que já

aconteciam em Porto Alegre entre os meses de março e abril, também com maior adesão a partir de um episódio de confronto com a polícia; além disso, cartazes pedindo “Educação Padrão Fifa” e outras críticas contra os gastos públicos já haviam aparecido em manifestações anteriores do mesmo ano, predominantemente de esquerda; finalmente, o próprio uso da corrupção como arma política já aparecia em contextos onde as manifestações eram formadas hegemonicamente pela esquerda, denunciando relações escusas entre empresários dos transportes e políticos e falta de transparência nos gastos com a organização do país para sediar a Copa do Mundo (Rolnick; Andrés, 2023, p. 29-30).

As questões são muitas. Apesar disso, conforme afirmou Motta, (2018, p. 436) nos parece certo que este processo talvez tenha sido o primeiro sintoma da insatisfação de setores da sociedade com relação ao “lulismo sem Lula”. Uma insatisfação concentrada fundamentalmente com os gastos públicos, potencializados nos grandes eventos de então – Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo de 2014 –, acentuada pela redução do ritmo de crescimento econômico em 2014 e que acirrou a disputa eleitoral em desfavor do PT.

Escrevendo no calor dos acontecimentos, Singer (2013) apresentou uma interessante análise dos sujeitos que formaram esse processo. A sua hipótese central é a de que foi tanto um movimento de classe média tradicional quanto do precariado (sobretudo jovens de alta escolaridade e baixa renda, fruto da inclusão educacional dos governos petistas, mas não totalmente integrados ao sistema produtivo). Sua marca teria sido a pluralidade ideológica: inicialmente organizados por grupos de esquerda reivindicando o cancelamento dos aumentos das tarifas do transporte público, como bandeira imediata, e o passe livre, como passo seguinte, com a chegada de setores da classe média, tornam-se “um arco-íris com ênfase oposicionista” (Singer, 2013, p. 34), não apenas contra o PT, mas em especial.

A corrupção, enquanto signo, tem um papel central. O autor identifica um esforço à direita no espectro político de impor uma agenda anticorrupção aos movimentos que tomavam o país. Esse esforço parte de alguns princípios: o fato de que a acusação de corrupção é uma arma política clássica na história brasileira, de que o julgamento do mensalão era recente e de que esta é uma bandeira que penetra com bastante facilidade em todas as camadas sociais (como provoca Singer (2013), quem seria a favor da corrupção, afinal?). Entretanto, conforme citamos anteriormente, esta talvez tenha sido uma bandeira superdimensionada.

Naturalmente, os movimentos de junho de 2013 receberam atenção dos editoriais da *FSP*. Nossa hipótese inicial era a de que, a partir do momento que as manifestações se tornaram um arco-íris com ênfase oposicionista, conforme definido por Singer (2013), o jornal teria

ativamente buscado significar o processo a partir de uma perspectiva neoliberal e operando através do signo corrupção como forma de acoessar o governo Dilma.

O primeiro editorial da *FSP* que se refere aos protestos que cobravam redução dos preços das passagens do transporte público data do dia 13 de junho de 2013 e comenta sobre o terceiro dia de manifestações na capital paulista. No texto, o jornal se posiciona de modo absolutamente crítico aos manifestantes. Esses “protestos abusivos, que prejudicam milhões” (*FSP*, 13 jun. 2013, p. A2), são apresentados no começo do texto apontando seus prejuízos materiais e humanos: oito policiais feridos, um número não identificado de manifestantes com a mesma condição, 87 ônibus danificados e mais de R\$ 100 mil em prejuízos em estações de metrô, além dos milhões de paulistanos prejudicados pelos bloqueios no trânsito. As pautas dos manifestantes são tomadas como irreais, defendendo valores corrigidos nas passagens abaixo da inflação no período e, em última instância, aquela que seria a mais irreal das bandeiras do “grupelho”: transporte público gratuito. Os manifestantes seriam, no geral, pessoas “sem algo na cabeça além de capuzes”, que não compreenderiam os preceitos democráticos que não autorizariam a violação do direito de ir e vir em nome do direito da livre manifestação e estariam mais preocupados em “vandalizar equipamentos públicos e o que se toma por símbolos do poder capitalista” (*FSP*, 13 jun. 2013, p. A2). A própria violência policial (apresentada como “suposta” pelos editorialistas) é justificada como prerrogativa do “poder público impor regras e limites ao exercício de direitos por grupos e pessoas quando há conflito entre prerrogativas” (*FSP*, 13 jun. 2013, p. A2). Os métodos e objetivos dos manifestantes são, portanto, duramente criticados:

Cientes de sua condição marginal e sectária, os militantes lançam mão de expedientes consagrados pelo oportunismo corporativista: marcar protestos em horários de pico de trânsito na avenida Paulista, artéria vital da cidade. Sua estratégia para atrair a atenção pública é prejudicar o número máximo de pessoas (*FSP*, 13 jun. 2013, p. A2).

Para o jornal, era chegado o momento de se colocar um “ponto final” nas manifestações: identificar vândalos, processar os responsáveis e, se colocando em risco o cotidiano da cidade de forma mais expressiva, vetar as manifestações e indicar locais mais apropriados para que elas ocorram. No texto, não há qualquer ressalva de legitimidade para o movimento que se apresentava. Mesmo a indignação com a má qualidade dos serviços públicos de transporte, caros e ineficientes, reconhecida pelo jornal como compreensível, seria apenas um pretexto para a ação de “jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária” (*FSP*, 13 jun. 2013, p. A2).

André Singer (2018) entende que o uso da violência policial para reprimir os manifestantes foi determinante para atrair a atenção – e, por que não, simpatia – do grande público para com os manifestantes. O próximo editorial sobre o tema, do dia quinze, apresenta outra abordagem e um ponto de virada diante das manifestações: critica duramente a repressão policial aos protestos do dia treze. Logo na abertura, afirma que a polícia “protagonizou [...] um espetáculo de despreparo, truculência e falta de controle ainda mais grave que o vandalismo e a violência dos manifestantes, que tinha por missão coibir. Cabe à PM impor a ordem, e não contribuir para a desordem” (FSP, 15 jun. 2013, p. A2). Embora sem ocultar a crítica aos métodos dos manifestantes, já presente no editorial anterior, fica claro que o jornal situa a atuação policial como de maior gravidade, conforme o uso dos advérbios *ainda mais*. Também situa as forças de repressão como responsáveis ativas pela desordem, sendo elas os prováveis sujeitos do título do editorial “Agentes do caos”.

Os editorialistas não deixam de classificar as reivindicações dos manifestantes como irreais, lembram que nos três protestos anteriores foram eles os responsáveis por tornar o centro paulistano em “praças de guerra”, mas são categóricos em afirmar que, desta vez, a responsabilidade seria da PM (FSP, 15 jun. 2013, p. A2). Mesmo pessoas não envolvidas diretamente com as manifestações foram feridas pela truculência policial, sendo feito destaque no texto para sete repórteres da Folha. Embora afirme que os jornalistas, como qualquer pessoa, não poderiam ser alvos de indiscriminada violência policial, sem qualquer tipo de estratégia, pontua: “Há uma razão adicional para a força policial não tomar jornalistas por alvo: o trabalho da imprensa oferece um testemunho expurgado do radicalismo sectário que se impregnou nas manifestações contra o aumento das tarifas” (FSP, 15 jun. 2013, p. A2).

Sendo incapazes de exercer adequadamente seu trabalho de denunciar o radicalismo dos manifestantes, os jornalistas não forneceriam, portanto, a construção de apoio na opinião pública para a necessária repressão por parte da polícia a esses indivíduos em específico, já destacados em editorial anterior. Pelo contrário, as forças de segurança foram agentes da desordem por si mesmos: “de promotores da paz pública, policiais transformaram-se em agentes do caos e da truculência que lhes cabia reprimir, dentro da lei, da legitimidade e da razão” (FSP, 15 jun. 2013, p. A2).

Para Mendes (2023), esta transformação discursiva teria um objetivo claro, inclusive com contornos racistas:

No dia 13, o editorial da Folha de S. Paulo disse que era “hora de retomar a Paulista”. Após a violenta repressão aos atos daquela noite, os jornais do dia 14 mudaram a

chave e passaram a condenar a violência policial. A Folha trouxe em sua capa um policial negro batendo com um cassetete nas costas de uma manifestante jovem e branca; já O Globo exibiu um grupo de jovens brancos ajoelhados e de mãos para cima sob a mira das armas da polícia. A função da mudança era gerar comoção. A imprensa percebeu ali uma oportunidade de desestabilizar o governo Dilma. Ora, a violência policial é uma rotina no Brasil e seus alvos preferenciais são a juventude negra das favelas e os manifestantes de esquerda. Essa brutalidade nunca tocou a classe média ou a mídia. Porém, os principais veículos apostaram que era possível explorar a situação, desde que usassem as palavras e imagens certas, para assim romper os limites nos quais as manifestações de direita vinham esbarrando (Mendes, 2023, p. 70-71).

O editorial do dia 18 de junho de 2013 comentou o lançamento do programa Minha Casa Melhor, do Governo Federal, que viabilizava até 5 mil reais para a aquisição de móveis e eletrodomésticos para famílias participantes do Minha Casa, Minha Vida, programa de financiamento de moradias para a população de baixa renda. Embora elogiem a medida, os editorialistas pontuam que é muito maior o número de pessoas que têm visto suas condições de vida serem prejudicadas pelo aumento da inflação e dos juros. O editorial, então, destaca as vaias sofridas pela presença da presidenta na abertura da Copa das Confederações, no sábado passado (FSP, 18 jun. 2013, p. A2). Neste ponto, destaca que, ainda que seja típica a vaia à autoridade nesse tipo de evento, seria um erro desvincular o contexto maior passado pelo país:

Dilma Rousseff resvalará para o autoengano, porém, se desconsiderar que as vaias vieram na semana em que se espalharam pelo país protestos contra altas de preços (tarifas de transportes) e contra o que alguns percebem como mau emprego de verbas públicas (nos eventos esportivos, entre outros). É fato que, no terceiro ano de seu governo, são fortes os sinais de que se rompe a bolha de otimismo que levou Dilma ao Planalto (FSP, 18 jun. 2013, p. A2).

É interessante observar que os protestos que se espalhavam pelo país são aqui caracterizados, pela primeira vez, sem o recurso do emprego de adjetivos de caráter negativo, representando uma nova mudança na sua apresentação pelo editorial. Agora, manifestações contra aumento de preços e mau uso de verbas públicas; antes, apenas desculpas para o cometimento de vandalismo e destruição por parte de grupos radicais pseudorrevolucionários. Destaca-se que o editorial se encerra fazendo eco até mesmo à retórica dos cartazes das ruas:

O que aflige os brasileiros é a perda de poder aquisitivo, com a inflação, e a incapacidade do Estado de apresentar soluções concretas para a crise nas áreas vitais de saúde, educação, segurança e transportes. Mais consumo e mais futebol não resolvem nada disso (FSP, 18 jun. 2013, p. A2).

A mudança de posicionamento do jornal frente às manifestações ficou ainda mais clara no editorial do dia seguinte. Os autores iniciaram sua reflexão pontuando que foi um equívoco

comum subestimar a capacidade das manifestações lideradas pelo Movimento Passe Livre (MPL) ecoarem por setores mais amplos da população – erro, inclusive, que parece ter sido cometido pelos editorialistas e que aqui aparece desenhado com contornos de autocrítica. Neste texto, os episódios de violência cometido pelos manifestantes e eventuais saques são apresentados como episódios pontuais, não a regra. Com relação ao incremento significativo do número de manifestantes, o jornal afirma que:

Por mais que a ação truculenta da Polícia Militar paulista, na quinta-feira, tenha sido decisiva para engrossar a multidão nas ruas, está claro que a reivindicação de reverter os aumentos de tarifa se tornou o veículo de uma insatisfação profunda, ainda que difusa, sem dúvida insuflada pela mordida da inflação nos salários. “Não são só 20 centavos” foi uma das palavras de ordem da passeata de segunda-feira em São Paulo. De fato, eram muitas as bandeiras: de críticas aos gastos com a Copa à defesa de investigações pelo Ministério Público, passando por vagos pedidos por “mais direitos” (FSP, 19 jun. 2013, p. A2).

O jornal segue considerando como economicamente irreal a defesa da gratuidade das passagens no transporte público, bandeira central do MPL. Entretanto, sua análise é de que o movimento canalizou um sentimento de insatisfação difuso que se encontrava, até certo ponto, adormecido. Esse sentimento representaria parte significativa da população. O jornal chega a afirmar que “mal ou bem, a massa falou pela maioria e falou contra os poderes constituídos” (FSP, 19 jun. 2013, p. A2). Nesse sentido, Luis Felipe Miguel (2019, p. 157) afirmou que Junho de 2013 marcou “o aprofundamento da cesura entre o PT e os movimentos populares aos quais ele se propunha a dar voz quando nasceu”. O jornal, por sua vez, amplia essa ideia de ruptura ao considerar esses movimentos como representantes de uma maioria genérica. O que parecia estar sendo identificado, de fato, era maior que do que a ruptura do partido para com os movimentos sociais organizados que ele representaria, e sim um sintoma da perda de força desses próprios movimentos diante da população, uma espécie de crise de identificação. A figura do partido, em primeiro lugar, e do movimento social organizado, em segundo, perdia legitimidade diante de uma população que estaria se autonomizando.

Tendo despertado, o movimento o teria feito em uma profusão de indignações: “a fluidez e a desorganização dos protestos tornam sua pauta caleidoscópica, multifacetada e cambiante. Essa é a sua força, e também sua vulnerabilidade” (FSP, 19 jun. 2013, p. A2). A ausência de lideranças claras dificultaria a capacidade de diálogo de um movimento que, cada vez mais, se voltava contra os poderes constituídos (são citados no texto a presidenta da República, o governador psdbista de São Paulo, Geraldo Alckmin, e o prefeito paulistano petista Fernando Haddad). Ao mesmo tempo em que esse aspecto de caleidoscópio era impulsionador

para a presença massiva de manifestantes, haveria o risco de que, com o tempo, o movimento perdesse força e tivesse pequeno sucesso (FSP, 19 jun. 2013, p. A2). Conforme destacado por Pinto (2019, p. 31), quando afirmou que “o quadro que se apresentava era o de discursos autocontidos, que não se comunicavam com os outros significantes que circulavam nas manifestações. O que restava, portanto, era uma maioria fragmentada de manifestantes, e esse é o fenômeno novo”.

Cumprе salientar que o editorial apresenta, a partir de pesquisa do Instituto Datafolha, o perfil predominante dos manifestantes paulistanos: jovens de classe média com ensino superior. O jornal pondera que, em outros episódios da história recente brasileira, foi a classe média o setor que teria sido capaz, a partir de suas reivindicações, de produzir transformações políticas no país. Insatisfação que, no momento em que se vivia, estava direcionada para o poder constituído:

Ninguém esperava que transcorresse assim, mas tal é a forma que assumiu a tantas vezes prognosticada insatisfação das classes médias com o que há de disfuncional no Estado brasileiro, após dez anos de PT no governo federal e quase duas décadas de PSDB no comando do principal Estado do país (FSP, 19 jun. 2013, p. A2).

Ruy Braga (2016B) analisou essa preponderância da classe média nas manifestações como significativa de um movimento vivido de forma mais ampla por partes desse setor. A classe média tradicional teria se afastado do PT em definitivo e se consolidado em uma posição direitista, movimento já iniciado no contexto do Mensalão e sentindo os impactos do encarecimento do trabalho doméstico com a formalização, a inflação dos serviços causados pelo mercado de trabalho aquecido, a invasão da classe trabalhadora aos ambientes considerados naturais para essa classe média (como shoppings e aeroportos) e a ampliação das vagas nas universidades, aumentando a disputa pelos empregos melhores remunerados. O bombardeio midiático com o escândalo da Petrobrás seria, mais a frente, o estopim para a onda de protestos desse setor nos anos que se seguiram (Braga, 2016B). Laidler (2016), nessa toada, responsabiliza uma certa ausência de perspectiva histórica nesses jovens de classe média:

Em 2013, durante as *Jornadas de Junho*, era clara a fragmentação dos movimentos, nos diversos coletivos, a ausência de vínculos de lealdade em relação ao governo federal, além do desconhecimento dos avanços sociais promovidos por esse governo e seu significado em relação ao passado miserável e antidemocrático do Brasil. A memória dos jovens que se manifestavam era a memória do período recente e aos mandatários eram cobradas, devidamente, as responsabilidades sobre as mazelas permanentes e o divórcio entre o sistema político e a sociedade, cujas demandas por serviços de melhor qualidade e por direitos não tinham meios de serem canalizadas, discutidas e atendidas. Para os atores do campo da oposição do PT, foi o sinal de que

era preciso construir uma narrativa síntese, e retomar a hegemonia ideológica em meio a um vazio marcado por despolitização e ausência de visões sobre a nação (Laidler, 2016, p. 52).

Em “Vitória das ruas”, os editorialistas apontaram como acertada a decisão de diversas cidades em rever os reajustes nos valores das passagens do transporte público, tendo em vista que “o movimento adquiriu tamanha repercussão no tecido social que ceder já se tornava imperativo de bom-senso” (FSP, 20 jun. 2013, p. A2). Cumpria agora aos governantes municipais encontrar os meios para que isso fosse viável economicamente.

No editorial em tela, mais interessante é sua análise do impacto político sofrido por cada segmento. O prefeito petista Fernando Haddad teria sentido as consequências de ser quem havia anunciado o aumento das passagens, considerado pelo jornal como meramente protocolar e de valor razoável, tendo ficado abaixo da inflação. Ainda assim, colheria as consequências de ter produzido o estopim do movimento. O governador psdbista Geraldo Alckmin teria sua imagem abalada junto à população pela forma como a polícia militar paulista, sob seu comando, agiu. Ora truculenta, registrando episódios de violência policial indiscriminada, ora omissa, permitindo que episódios de vandalismo e saques ocorressem. “Entre o excesso e a omissão policial, o comando do Estado parecia oscilar, incapaz de definir-se quanto à alternativa de menor custo eleitoral” (FSP, 20 jun. 2013, p. A2). Nem mesmo o governo federal ficaria incólume:

Ironicamente, para uma administração que conta com índices de popularidade ainda altos, embora em queda, também o governo da presidente Dilma Rousseff (PT) se viu atingido por um sentimento de insatisfação difuso, expressado nas maiores cidades do país. PT e PSDB se veem lado a lado, como faces da mesma moeda, diante de uma sensação de inconformismo geral (FSP, 20 jun. 2013, p. A2).

O que o jornal pontua, no decorrer do texto, é o fato de que se manifestava um sentimento generalizado de insatisfação para com a política institucional como um todo. Mesmo o Congresso e seus “políticos tradicionais” sentiriam os ventos da mudança e a necessidade de se reinventar. De forma coerente com como o jornal tem se posicionado frente à política institucional, a *FSP* é cética: “É mais fácil parar metrópoles como São Paulo e Rio do que tirar do atraso a política nacional” (FSP, 20 jun. 2013, p. A2). Alguns autores indicaram uma instrumentalização antipetista das manifestações, como Laidler (2016, p. 46-47), afirmando que “a imprensa corporativa procurou construir sentidos para as manifestações, que eram a senha para que as forças de oposição iniciassem um processo de desconstrução da legitimidade dos

governos do PT”. Entretanto, nos textos em análise essa instrumentalização parece possuir um sentido mais amplo para a política como um todo.

O editorial do dia 22 de junho apresentou arrazoado sobre a situação do transporte público de São Paulo, apontando quais seriam as medidas econômicas mais racionais para que o crítico problema dos transportes fosse resolvido. Logo na abertura, pontuou que, apesar da “disparatada pauta de reivindicações” (FSP, 22 jun. 2013, p. A2), as manifestações começaram apontando para os problemas da mobilidade urbana e agora cumpria aos governantes escutar essas vozes: “as ruas emitiram um sinal de alerta, que precisa ser ouvido” (FSP, 22 jun. 2013, p. A2). Nota-se o tom de legitimidade ao movimento das ruas, ainda que modalizada com a recorrente crítica aos conteúdos eventualmente descabidos de suas pautas.

Em “Mensagem bem-vinda”, os editorialistas avaliaram o posicionamento da presidenta a partir das manifestações. O tom do texto, de modo geral, é positivo, reconhecendo “discernimento e equilíbrio ao extrair lições dos protestos que se espalharam pelo país” (FSP, 23 jun. 2013, p. A2). Dilma teria se encontrado em situação delicada, tendo em vista que a pauta mais imediata – contra o aumento das passagens – poderia ser apaziguada por prefeitos ao ser atendida. Ocorreria que, a partir desse ponto, o conjunto de reivindicações mais difusas se direcionaria sobremaneira para o Governo Federal, apontando questões não tão imediatamente contornáveis ao mesmo tempo em que tornava essa esfera o alvo primário. Apesar do desafio e de, na opinião do jornal, não ter ousado em suas medidas, “a presidente reagiu ao inconformismo geral com firmeza e disposição para melhorar. Que o sistema político, sacudido pela estridência das ruas, saiba seguir seu exemplo” (FSP, 23 jun. 2013, p. A2).

A crítica da presidenta aos manifestantes que participaram de episódios de depredação, saques e ataques a agentes de segurança foi elogiada em longa porção do texto. Opondo a ausência de crítica clara por parte do MPL à postura firme de Dilma em condenar tais atos, o jornal reafirmou sua crítica aos aspectos que considerava como alheios à democracia. Aos protagonistas de “episódios de violência selvagem” (FSP, 23 jun. 2013, p. A2), restaria o rigor da lei, posição compartilhada pela presidenta e elogiada pelo jornal.

Com relação a esse texto, cabe destacar um ponto: foi a primeira vez que, comentando os movimentos de junho de 2013, a *FSP* fez referência à corrupção em seus editoriais:

Ciente de que o tema da corrupção tende a canalizar a insatisfação subjacente, retomou o tom e a promessa de intransigência do início de seu governo. Nada anunciou de concreto a respeito, mas indicou a intenção de aumentar a transparência das instituições e os mecanismos de controle público (FSP, 23 jun. 2013, p. A2).

Além do parágrafo destacado, não há outra referência direta no texto (ou nos anteriormente analisados) à corrupção, ainda que tenha sido citado em momentos pontuais que manifestantes defendiam o direito de investigação do Ministério Público, tema em discussão no momento. Entretanto, essa era uma questão que, de certa forma, dizia respeito ao direito penal como um todo. A crítica à política institucional, no que tange aos episódios de revolta urbana analisados, restou concentrada na ineficiência do poder público em apresentar serviços públicos de qualidade e no questionamento com relação aos gastos públicos para grandes eventos, pautas que apareciam nas manifestações.

Em “Protesto e contrato”, editorial do 24 de junho de 2013, a *FSP* apresentou uma reflexão a partir do ponto de vista do jornal dos impasses colocados pelas manifestações de junho. O raciocínio inicia com a ponderação de que há algo ausente no discurso de todos os atores políticos que tentam responder as exigências das ruas: nenhum ente federado se encontraria em condições de aumentar investimentos públicos, condição *sine qua non* para que seja possível atender as demandas (FSP, 24 jun. 2013, p. A2).

Se, de um lado, o Banco Central faria esforços subindo juros e intervindo no mercado de câmbios, para tentar conter a inflação e a desvalorização do real, o governo federal não estaria dando a mesma resposta: “sem uma contrapartida convincente do lado da despesa federal, as ações do BC serão incapazes de melhorar o humor de empresários e consumidores. Cumpre que o governo suspenda a maquiagem das contas públicas e se comprometa com a gestão austera dos gastos” (FSP, 24 jun. 2013, p. A2).

O jornal realiza o esforço de tentar argumentar que não haveria de onde cortar gastos para assegurar os investimentos públicos necessários para atender as demandas das ruas.

A limitação maior – intransponível, no curto prazo – está na composição das despesas. [...] Do total dos dispêndios não financeiros do governo federal (uma fatia de 18,2% do PIB, em 2012), 63% correspondem a três rubricas mandatórias: INSS, programas sociais e custeio de saúde e educação. Outros 30% são consumidos com pessoal e gastos administrativos, também difíceis de comprimir. A conta do ajuste acaba recaindo sobre os poucos investimentos federais (meros 7% das despesas) (FSP, 24 jun. 2013, p. A2).

A passagem nos parece mais interessante pelo que oculta do que pelo que desvela. De pronto, são trazidos à baila apenas os “dispêndios não financeiros” da União, uma parcela menor do orçamento total e diretamente relacionada com as condições de vida da população. Dessa conta, a única considerada como passível de ser reavaliado corresponde ao montante para investimentos, já exíguos e que, na solução apresentada pelo jornal neste editorial, precisariam

ser restringidos para, apenas depois, poderem ser ampliados. Seria “inescapável cortar gastos para então recuperar a capacidade de investimento, roteiro impopular e muito difícil de negociar quando a tensão ganha a rua” (FSP, 24 jun. 2013, p. A2).

Se, em editoriais passados, a *FSP* cobrava do poder público uma resposta para os anseios das ruas, aqui ela dava um passo atrás e sugeria, como resposta razoável, justamente a adoção de medidas de austeridade. A consequência inevitável de que esse recuo pioraria ainda mais serviços aos quais setores da população reivindicavam melhorias é ignorada na argumentação. O editorial se encerra afirmando que,

após a paralisia dos últimos anos, o novo contrato exigirá que se retomem as reformas administrativa, tributária e previdenciária. Compatibilizar tal imperativo com a satisfação das demandas em desdobramento na praça é o desafio para o qual a presidente ainda tem de demonstrar envergadura (FSP, 24 jun. 2013, p. A2).

Em síntese: a solução apresentada seria ser capaz de compatibilizar os anseios das ruas por serviços públicos de melhor qualidade ao mesmo tempo em que deveriam ocorrer reformas que 1) reduzissem a capacidade de ação do Estado, com a redução de pessoal, 2) reduzissem a carga tributária sobre a população, com a inevitável consequência de redução da arrecadação e perda da capacidade de investimentos e, por fim, 3) criassem regras mais rígidas na previdência. A *FSP* sugere a antítese daquilo que era reivindicado pelas manifestações como alternativa racional, sob a retórica de sua inevitabilidade do ponto de vista econômico. Defende fundamentos da racionalidade neoliberal tais como apresentados por Brown (2019, p. 30), com “princípios de mercado como princípios de governo onipresentes e o próprio governo reformatado para servir aos mercados”.

Embora o editorial (FSP, 24 jun. 2013, p. A2) pareça, em um primeiro momento, destoar dos sete anteriormente analisados, que davam conta das manifestações de junho de 2013, cumpre salientar que apontamentos em nome da racionalidade econômica eram invocados com frequência. O texto parece servir como uma tomada de posição por parte do jornal que, em um primeiro momento condenou os manifestantes para, em um segundo momento, passar a compreender suas demandas e, neste terceiro, lembrava ao leitor que havia uma agenda econômica bastante específica e cara ao jornal que não seria curvada pela vontade dos manifestantes. O remédio para as pesadas críticas que o Estado recebeu dos manifestantes de junho, que exigiam melhores serviços públicos, era, nada mais, nada menos, do que *menos Estado*, no sentido da razão neoliberal. Fica a impressão de que, conforme a maré reivindicatória ia recuando, era necessário restaurar o *status quo ante* no posicionamento do

jornal, como se o jornal houvesse cedido também às pressões vindas das ruas e, na medida em que elas diminuía, pudesse retornar a defender as bandeiras que eram contrárias ao que os manifestantes reivindicavam.

No editorial do dia 26 de junho, o jornal realizou um movimento de reavaliação também do posicionamento da presidenta, apresentando o primeiro texto do período em que se posiciona de forma predominantemente crítica. Os editorialistas sustentam que, após um movimento inicialmente positivo por parte da presidenta, que se encontrava pressionada em apresentar respostas para as pressões das ruas, ela “logo se desencaminhou” (FSP, 26 jun. 2013, p. A2). As propostas já apresentadas são colocadas em questão, classificadas como “previsíveis e duvidosos projetos sobre austeridade, transportes, educação e saúde” (FSP, 26 jun. 2013, p. A2).

O texto, contudo, se dedica em especial a criticar duas proposições. A primeira delas dizia respeito à proposta de Dilma em apresentar uma constituinte exclusiva para a reforma política. Os editorialistas consideraram que a presidenta transferia para o Congresso a responsabilidade por dar uma resposta à população acerca de sua indignação com a política nacional. Além disso, pontua que dificilmente os parlamentares estariam dispostos a realizar as mudanças radicais que eram esperadas. Ponderam que um plebiscito poderia ser uma alternativa que viabilizaria a proposta, embora considerasse que a ideia de uma constituinte exclusiva seja uma “aventura” (FSP, 26 jun. 2013, p. A2).

O segundo ponto que cumpre destacar é a proposta de tornar corrupção crime hediondo e, portanto, inafiançável, com pena a ser cumprida em regime fechado e de difícil progressão. Para o jornal, a proposta seria descabida, por jogar com um recurso considerado “superlativo antes na aparência do que na realidade” (FSP, 26 jun. 2013, p. A2), apenas como forma de tentar atender anseios populares. Segundo a FSP, “aumentar a severidade das punições não produzirá o que de fato está em falta no país – o rápido e inteiro cumprimento das leis já existentes” (FSP, 26 jun. 2013, p. A2). Como já havia aparecido anteriormente no contexto do julgamento do mensalão, a posição do jornal diz respeito mais ao aumento da eficiência investigativa e da certeza de punição do que do rigor das penas por si só.

Para Singer (2018, p. 125-126), as respostas do governo Dilma, a partir do dia 24 e se estendendo até o começo de 2014, eram um “menu enjoativo”, que acabaria “prenunciando a fase errática que viria pela frente”: defesa da responsabilidade fiscal, estabilidade econômica e controle da inflação, utilizando-se inclusive de cortes que, somados, chegavam a 54 bilhões de reais; além da promulgação da lei nº 12.850, que definiu as organizações criminosas e

regulamentou a delação premiada. Isso para agradar às direitas. Ainda, prometeu melhorias na saúde, educação e transportes, restritos em sua eficácia pelo corte de gastos. Lançou o Mais Médicos, que, graças ao apoio popular recebido – e apesar da revolta da corporação médica –, fora a proposta de maior êxito. Aprovou proposta que destinava os royalties do petróleo e do pré-sal para a educação e parte para a saúde. Isentou impostos sobre combustível e propôs o investimento (não realizado) de 50 bilhões para mobilidade urbana. Por fim, defendeu um plebiscito para criar uma Constituinte exclusiva destinada à reforma política, medida que foi ignorada pelo Congresso e não teve resposta na população, sendo esquecida (Singer, 2018).

No editorial “Brasília se agita”, do dia 27, os editorialistas continuam avaliando a forma como os poderes da República tentavam apresentar respostas para as reivindicações que haviam se espalhado pelo país. De forma sintética, a avaliação do jornal era a de que os poderes se moviam de forma acelerada em busca de respostas, mas, com isso, corriam o risco de resvalar “em medidas de caráter inócuo ou populista” (FSP, 27 jun. 2013, p. A2). Já na abertura, os editorialistas ponderam que a forma acelerada com que os poderes se movem, mais do que demonstração de interesse em responder às vozes das ruas, seria demonstração de sua letargia rotineira. Dentre os três poderes, a *FSP* ponderou que foi o Legislativo aquele que mais se moveu. Aqui reaparece a centralidade da corrupção.

“Quase onipresente nos atos, o tema da ojeriza à corrupção encontrou uma bandeira na recusa da proposta de emenda constitucional nº 37, que limitaria o poder de investigação do Ministério Público” (FSP, 27 jun. 2013, p. A2). A medida, que foi apresentada com elevado apoio de parlamentares inicialmente, foi derrotada na Câmara com 430 votos contrários e apenas nove de apoio. Os editorialistas consideraram que o constrangimento causado pelas marchas populares foi o fator determinante para essa reviravolta (FSP, 27 jun. 2013, p. A2). Ainda acerca da corrupção, novamente o jornal pontuou o equívoco em torná-la crime hediondo. Entre críticas de que o Congresso não estaria sozinho na proposição de “medidas de apelo popular e eficácia duvidosa” (FSP, 27 jun. 2013, p. A2), em que estaria acompanhado pela presidência, o jornal mantinha a expectativa de que mudanças fossem trazidas pelas recentes manifestações: “os políticos foram tirados da inércia. Precisam, como se vê, encontrar o rumo certo” (FSP, 27 jun. 2013, p. A2).

A citada defesa ao direito de investigação do Ministério Público foi duramente criticada por Souza (2017):

Foi a Globo que apoiou, juntamente com a mídia venal, a rejeição da PEC 37, desconhecida da população em geral, antes que o *Jornal Nacional*, na voz de William

Bonner, recomendasse a sua turba dos “camisas amarelas” a sua derrubada em nome do combate à corrupção. A iniciativa, na verdade, era uma medida autoritária de interesse da fração corporativa dominante do Ministério Público, que queria aumentar seu poder e diminuir controles democráticos que são a regra em toda sociedade civilizada (Souza, 2017, p. 2017).

Note-se que os editoriais da *FSP*, por outro lado, parecem ter dado menos atenção para o tema da PEC 37 do que pode ter ocorrido em outros contextos da grande imprensa. Embora tenha aparecido neste e em editoriais anteriores, não foi um tema central.

O editorial do dia 28 de junho criticou falas do então ministro da Fazenda Guido Mantega que, na Câmara, havia afirmado que os protestos não se direcionavam para a política econômica do governo. O jornal utiliza esse gancho para criticar a condução do ministro como um todo, apontando fragilidades que estariam sob a responsabilidade de sua pasta e que teriam impulsionado os manifestantes, caso da “inflação persistente e seu efeito corrosivo sobre a renda” (FSP, 28 jun. 2013, p. A2). Na opinião do editorialistas, “fica a constatação de que o ministro permanece alheio a uma realidade econômica mais desafiadora do que ele parece crer” (FSP, 28 jun. 2013, p. A2).

Em “Infeliz e não sabia”, os editorialistas comentaram a repentina queda de popularidade da presidenta Dilma que, em sua leitura, estava diretamente ligada aos protestos que haviam tomado as ruas em muitas cidades:

Assume proporções dramáticas a queda de popularidade experimentada pela presidente Dilma Rousseff, na esteira das manifestações que tomaram o país nas últimas semanas. Conforme registra o Datafolha, passou de 57% para 30% o percentual dos que consideram “ótimo” ou “bom” o desempenho de seu governo. De 6 e 7 de junho, datas do levantamento anterior, até agora, cresceu de 9% para 25% a proporção dos que consideram “ruim” ou “péssimo” (FSP, 30 jun. 2013, p. A2).

O editorial pondera que essa queda brusca, ao se vincular aos protestos, possui contornos conjunturais, “componente de passionalismo indissociável das grandes manifestações de massa” (FSP, 30 jun. 2013, p. A2). Também aponta a ironia de que a revolta dos manifestantes tenha trazido consequências para a presidência quando, na origem de suas pautas, os alvos dos protestos eram prefeitos (aumentos das passagens) e governadores (truculência policial). Conclui, apesar disso, que ficava claro o fato de que a insatisfação das ruas também se direcionava para a política nacional como um todo.

Aqui reaparece o signo corrupção que, embora não esteja diretamente relacionado à figura da presidenta Dilma Rousseff, é apresentado orbitando a presidência: “ainda que não pesem contra Dilma Rousseff quaisquer acusações de improbidade, a presidente paga o preço

por um sistema corrupto e desmoralizado, a que não teve meios ou energia para se contrapor” (FSP, 30 jun. 2013, p. A2). Como acontecera anteriormente, a corrupção é um signo vinculado à política em um sentido bastante amplo. A presidenta, por sua vez, ou falharia por desinteresse ou por falta de competência para combater essa estrutura (FSP, 30 jun. 2013, p. A2). Ao mesmo tempo em que associava, mesmo que indiretamente, a corrupção à Dilma, elaborava uma imagem de uma presidenta fraca.

Com relação à narrativa apresentada pelos editoriais, a corrupção já grassava como signo central nas manifestações. Se, nas suas primeiras análises, o jornal se restringia a denunciar os problemas nos serviços públicos que eram reivindicados pelos manifestantes, paulatinamente tornou-se mais recorrente destacar o signo enquanto uma bandeira central. Dilma não paga o preço apenas por ser o rosto à frente de um serviço ineficiente de atendimento às demandas populares, mas por um “sistema corrupto e desmoralizado” (FSP, 30 jun. 2013, p. A2), como vimos. Fernandes (2019) identifica uma ruptura nesse aspecto das manifestações de junho de 2013:

Enquanto a maioria das multidões de Junho de 2013 denunciou a crise de representação que incluía o mandato do PT em suas ações reformistas, as multidões mais privilegiadas se concentraram no PT como um símbolo de corrupção e gestão imprópria da economia, de uma forma que efetivamente sinalizou o fim do pacto pacífico entre o governo e a burguesia (Fernandes, 2019, p. 149).

Em “Depois do tsunami”, os editorialistas repercutiram resultado de pesquisa acerca da popularidade também do governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB) e do prefeito da capital paulista Fernando Haddad (PT). Assim como fora observado anteriormente com a presidenta Dilma, ambos os políticos sofreram com quedas significativas nos seus índices de aprovação e com a elevação da rejeição na esteira dos protestos. Segundo o jornal, “confirmar-se a impressão de que mais do que uma simples turbulência motivada pela questão dos ônibus ou do descontrole policial, são os políticos brasileiros de modo geral, naquilo em que todos se parecem, os vitimados pela inundação de junho” (FSP, 1º jul. 2013, p. A2). Passado o tsunami, na metáfora do título, ficava claro que a imagem da política tradicional diante da opinião pública começava a ruir vertiginosamente. Exemplo disso seria o fato de que o número de votos brancos e nulos que apareciam na pesquisa, para a eleição que se avizinhava, haviam dobrado (FSP, 1º jul. 2013, p. A2).

Os autores evitaram, contudo, indicar desdobramentos. Da mesma forma como os políticos no poder sofriam queda de popularidade, havia certo incremento para aquelas figuras que estavam “relativamente alheias à atividade política representativa” (FSP, 1º jul. 2013, p.

A2), como seria o caso do presidente do STF, Joaquim Barbosa. Entretanto, dado o elevado número de indecisos (55% na pesquisa espontânea), o que as pesquisas indicariam seria um futuro em aberto, em que as consequências políticas dos movimentos de junho de 2013 não estavam inteiramente claras. Conforme se encerra o texto, “o cenário mudou e mais do que nunca mostra-se indefinido. [...] Se cabe a ironia, o mais sábio neste momento talvez seja nada saber” (FSP, 1º jul. 2013, p. A2). O fato é que os autores já identificavam um fenômeno que teria consequências significativas para além do período Dilma: o crescimento do potencial político de indivíduos que sustentam uma retórica *antiestablishment*. Indivíduos de fora do mundo político institucional, deputados de pouca relevância no jogo do poder estabelecido ou membros de partidos não competitivos. Em comum, um discurso que privilegia a denúncia da elite política estabelecida, tomada como algoz do povo, ao mesmo tempo em que se colocam como alternativa que melhor representaria esse povo, porque “de fora” dessa mesma elite política (Picussa, 2023).

A proposta apresentada por Dilma de uma constituinte exclusiva para a reforma política, posteriormente substituída em um recuo pela ideia de um plebiscito para discutir alguns pontos antes do pleito de 2014 e que, por fim, fora derrotada por opositores e parcela de aliados, foi objeto de análise no editorial do dia 6 de julho. Nesses episódios, nem mesmo o vice-presidente Michel Temer ou o círculo mais próximo de assessores teriam sido consultados adequadamente, sendo um exemplo da forma como a presidenta conduziria o país:

Tais episódios ilustram um método de atuação que soa como regra no governo federal. Decisões são tomadas ao sabor dos acontecimentos, sem que obedeçam a uma estratégia clara. Parecem produzidas antes por conveniências publicitárias e impulsos pessoais de Dilma Rousseff do que por um projeto capaz de dar continuidade ao desenvolvimento do país (FSP, 6 jul. 2013, p. A2).

Tudo representaria contornos de um governo de condução errática e excessivamente personalista. Não apenas, mas no conjunto o texto apresenta uma presidenta Dilma que parece isolada, em muito por responsabilidade própria. Os editorialistas aproveitam o ensejo para estender a crítica à forma como a condução da economia era feita, “cuja administração é feita no vaivém do varejo, com temerárias doses de voluntarismo e improvisado. São píffios os resultados” (FSP, 6 jul. 2013, p. A2). Caráter errático que, segundo Singer (2018, p. 31), “abriu uma avenida para o antilulismo. Engrenagens que aguardavam a oportunidade desde 2003 puseram-se a funcionar”.

O jornal propõe, então, que

Já é hora de o governo tomar as medidas necessárias para restaurar a confiança e recolocar o país nos trilhos. É preciso enfrentar o inchaço da máquina administrativa, submetida ao loteamento político, e proceder a uma mudança de rumos na economia. Persistir no caminho do fisiologismo, da ação fortuita e do intervencionismo estatal somente adiará o encontro do Brasil com uma nova etapa de crescimento vigoroso e progresso social (FSP, 6 jul. 2013, p. A2).

Embora o texto parta da crítica acerca da forma pela qual o governo Dilma buscou responder às manifestações de junho, o que surge é um arrazoado mais amplo acerca da forma como o governo em questão conduzia o país. Na ocasião da crítica, se repetem as tradicionais sugestões elaboradas a partir da cartilha neoliberal: reduzir a máquina administrativa e o intervencionismo estatal. Dilma – inicialmente técnica e combatente da corrupção – se consolida, na narrativa dos editoriais, como uma presidenta com sérias dificuldades para conduzir o país por falta de competência. É descrita como errática, reativa e de baixo diálogo com lideranças próximas.

Por fim, resgatamos o editorial do dia 7 de julho, intitulado “Retomada”. Neste, é realizado um balanço das respostas até ali apresentadas para o que fora demandado pelas ruas no mês anterior:

Pior seria se não tivesse havido resposta nenhuma. De forma confusa, precipitada ou insuficiente, mas ainda assim real, os governantes e o sistema político brasileiro procuraram reagir à maré de descontentamento que se revelou nas manifestações do último mês. Seria cedo para entrar num espírito triunfalista, entretanto. Nem o desejo dos manifestantes nem a ação administrativa são capazes de tudo. O tempo das reivindicações não é o tempo das medidas de governo, e o tempo das medidas de governo não é o dos processos sociais de horizonte distante. Ainda assim, o curto prazo contabilizou vários êxitos, surpresas e mudanças desde que as manifestações, inicialmente minoritárias e em torno de bandeiras irrealistas, foram ganhando adeptos e causas em grande monta (FSP, 7 jul. 2013, p. A2).

Fica aparente um posicionamento relativamente ambíguo do jornal, que, se, por um lado, não é muito otimista com relação ao realizado por governantes, por outro, reconhece que ao menos algo foi feito e que os tempos para o governo responder às demandas das ruas não são os mesmos das expectativas dos demandantes. Quando situada no contexto maior de nossa pesquisa, toda a avaliação do jornal nesse momento tem ares de um ensaio, como se ainda não fosse totalmente claro para os autores os significados e potencialidades a serem explorados das manifestações, embora se vislumbrasse a possibilidade real de desestabilização do governo federal. Em outras palavras, embora não fosse razoável esperar que as mudanças sociais exigidas pelas manifestações fossem automaticamente atendidas – mudanças que não

necessariamente coincidiam com as sugeridas pelos editorialistas –, não se poderia desperdiçar a oportunidade de endossar as críticas ao governo.

Foi pontuado o passo atrás no aumento das passagens em São Paulo, vitória considerada dúbia, porque produziria atrasos nos investimentos nos transportes (graças aos subsídios necessários para viabilizar o movimento) e que, ao mesmo tempo, serviu para ampliar o horizonte de demandas das ruas ao ser alcançada. É o caso do enterramento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 37, que “teve o condão de resumir, numa sigla até há pouco tempo acessível apenas aos iniciados do meio jurídico e legislativo, a aspiração geral de dar fim à corrupção e à impunidade no país” (FSP, 7 jul. 2013, p. A2). A proposta, que restringiria a capacidade de investigação do Ministério Público, fora derrotada até mesmo por parlamentares que eram antes favoráveis à proposta, em demonstração daquilo que os autores classificam como cinismo. Outra proposta, considerada retrógrada pelo jornal, que fora derrubada e que foi motivo de comemoração pelo texto foi a da “cura gay”, que autorizava pretensos tratamentos para curar a homossexualidade (FSP, 7 jul. 2013, p. A2).

Com relação ao projeto que tornaria a corrupção crime hediondo, se repete a crítica vista em editoriais anteriores, de não ir além do “populismo barato na esfera punitiva” (FSP, 7 jul. 2013, p. A2). O mesmo ocorre com a vinculação de 10% do PIB para a educação, proposta que traria “riscos nada desprezíveis para as finanças públicas” (FSP, 7 jul. 2013, p. A2). Neste ponto específico, resta evidente a disparidade entre o que eram as demandas das ruas e aquilo que de fato era defendido pelo jornal. Se o apoio apresentado pelo jornal parece muitas vezes tímido, é explícito a quebra de expectativas entre o que era reivindicado e o que o jornal defendia. De um lado, manifestantes que pediam por mais serviços públicos; de outro, os editorialistas que criticavam a possibilidade de que fossem produzidos mais gastos em uma máquina administrativa considerada como excessivamente custosa. Mantendo a sua prioridade em defender a qualquer custo a agenda neoliberal, a *FSP*, através de seus editoriais, apresentou um apoio titubeante aos manifestantes que apresentava muito mais a intenção de fazer coro na desestabilização do governo federal, em específico, e na política institucional como um todo, do que realmente colocar-se ao lado do que vinha das ruas.

O texto destaca que a crise do sistema de representação política, um tema central que aparecia nas manifestações, não teria solução breve e não teria chegado a bom termo para as eleições de 2014, mas haveria o saldo positivo de que “a revisão das regras eleitorais ganhou força no debate público” (FSP, 7 jul. 2013, p. A2). Aparece a crítica da ausência de medidas concretas de redução da máquina pública, diminuindo ministérios e cargos de confiança, ações

consideradas simples e que não foram colocadas em prática. Por fim, também se aproximaria da inexistência de medidas concretas em matéria de mobilidade urbana e saúde. Ainda assim, o balanço final, em relação à retomada do “vigor político” da população, é positivo:

O país quer mais. O país quer tudo, é verdade – e não é realista achar que tudo esteja ao alcance da mão, agora, sem custo nenhum. Inegável, entretanto, é ter conquistado algo mais importante: retoma, de pleno e de fato, o seu vigor político – que a ação conjunta de mistificadores, oportunistas e parasitas de todos os partidos entorpecera havia duas décadas (FSP, 7 jul. 2013, p. A2).

A análise dos editoriais relativos ao período dos movimentos de junho de 2013 demonstrou que a *FSP* apresentou posicionamento ambíguo, embora coerente com sua linha editorial. Em um primeiro momento, teceu duras críticas aos manifestantes, tanto pela irrealdade de suas pautas quanto pelos seus métodos. Essas críticas foram, no decorrer dos dias e sobretudo após a violenta repressão policial ocorrida em São Paulo no dia 13, assumindo novos contornos e sendo modalizadas. De críticos, o jornal passa a fazer eco às demandas dos manifestantes, sobretudo a partir do momento em que elas iam se diversificando e se tornando mais amplas, com a entrada de novos atores e se dirigindo também para o governo federal. Os editorialistas se preocuparam em denunciar as falhas na prestação de serviços públicos, apontando as insuficiências do Estado brasileiro sem, contudo, abrir mão de sua linha ideológica que sustenta uma perspectiva neoliberal – daí a contradição de defender mais serviços públicos ao mesmo tempo que defende menos condições de o Estado atender a população.

Com relação aos governantes, ocorreu um movimento inverso, embora mais sutil. Inicialmente mais tolerante – possivelmente por considerar irrealistas as demandas dos manifestantes –, os editorialistas cobram mais posicionamentos no decorrer do tempo, criticando a inércia e a forma errática com que o mundo político respondia às ruas.

Chamou-nos a atenção o fato de que o signo *corrupção* foi, nas Jornadas de Junho, contra nossas expectativas no início da pesquisa, muito menos atuante. Críticas à política institucional como um todo não ficaram ausentes: pelo contrário, as manifestações de junho de 2013 serviram como oportunidade para que o jornal repetisse críticas que já apareceram em nossa análise. Os políticos são descritos como desconectados de seus eleitores e operando uma máquina ineficiente. O signo *corrupção* talvez tenha se mostrado menos aparente por estar implícito, conforme pode ser verificado nos últimos editoriais, sendo tomado como parte de um problema maior, um aparato estatal intrinsecamente ineficiente e corrompido. Essa vinculação entre corrupção e eficiência estatal também foi observada por Singer (2018) e situada em sua

temporalidade, estabelecendo certa continuidade entre a cobertura do mensalão e os protestos de 2013:

O mensalão, amplamente televisionado seis meses antes de junho, deixara o assunto no ar, e a bandeira anticorrupção penetrou no senso comum. Ressurge a ideologia que estabelece vínculo de causalidade entre a corrupção e as carências sociais, buscando convencer a população de que, se a corrupção fosse varrida, haveria recursos para todos viverem bem (Singer, 2018, p. 119-120).

Destaca-se que as críticas apresentadas pelos editorialistas à política como um todo apresentaram, como vimos, um acento direcionado ao petismo, possivelmente contribuindo para o movimento identificado por Altman (2023, p. 113) como legado negativo de Junho de 2013: “o deslocamento majoritário dos setores médios para a oposição e o antipetismo”.

Seja como for, a corrupção retornaria com força a partir de um novo momento que se iniciava, de consequências profundas para o período que analisamos: o surgimento de suspeitas de corrupção na Petrobras e a deflagração da operação Lava Jato.

4.2 ESCÂNDALO NA PETROBRAS E O SURGIMENTO DA OPERAÇÃO LAVA JATO

A operação Lava Jato teve seu ponto de partida em março de 2014, processando, na Justiça Federal de Curitiba, doleiros que operariam no mercado paralelo de câmbio. Essa investigação produziu um resultado de consequências profundas no Estado brasileiro: a investigação de um grande esquema de corrupção no interior da maior estatal brasileira, a Petrobras:

Empreiteiras pagavam propinas a altos executivos da empresa e a agentes públicos por meio de operadores financeiros. Havia evidências de que as empreiteiras contratadas pela Petrobras estavam organizadas na forma de cartel, fraudando assim as condições de concorrência em processos licitatórios. As empresas escolhidas garantiam, por meio dos pagamentos de propinas, negociações diretas da empresa, contratações irregulares, aditivos de contratos e informações sigilosas. Os operadores financeiros recebiam os recursos no exterior e deviam encaminhá-los aos destinatários finais, ou por meio de contas no exterior ou em dinheiro. As diretorias de Abastecimento, Serviços e internacional da Petrobras, ocupadas por indicados do PP, PT e PMDB, respectivamente, foram responsáveis pelo desvio de recursos de propina que variaram entre 1% e 5% dos contratos da empresa. Esses recursos patrocinaram partidos e caciques políticos e tornaram-se o meio principal de financiamento das campanhas eleitorais. O uso indiscriminado de prisões preventivas de executivos de empreiteiras e da Petrobras produziu uma série de colaborações judiciais, ou delações premiadas, por parte dos acusados. O modo de operação do sistema político passou a ser conhecido, e daí à criminalização da política foi um passo (Laidler, 2016, p. 47-48).

As atividades da Lava Jato receberam farta cobertura midiática, tornada assunto central do país na grande mídia. O conteúdo “sigiloso” das investigações vazava para a imprensa em ritmo alucinante, fornecendo muito material para que jornalistas produzissem suas narrativas. A forma como esses vazamentos ocorriam, conforme Semer (2016, p. 110), teve impacto político significativo: fragmentados, parciais e sem qualquer ordem iam conferindo o alicerce, a partir de dados incompletos, para uma narrativa que paulatinamente vai se constituindo com o objetivo de justificar o afastamento de Dilma Rousseff. O começo da Operação Lava Jato marcou a consolidação de uma parceria que traria consequências políticas devastadoras para os governos petistas: a aliança entre Judiciário e mídia com o objetivo de manter o governo federal na defensiva e associá-lo, principalmente seu partido, intrinsecamente à corrupção.

A Lava Jato conseguiu um protagonismo de maior monta quando comparado com escândalos midiáticos de corrupções predecessores. Singer (2018) sustenta quatro argumentos principais para compreendermos essa excepcional relevância política:

- 1) Ter sido precedida pelo mensalão; 2) Ter por base a legislação contra organizações criminosas sancionada por Dilma em agosto de 2013; 3) Ter o apoio da direção da Polícia federal (PF), da Procuradoria-Geral da República (PGR) e do STF, de modo geral orientadas por nomeados do período Lula e Dilma; 4) A audácia do grupo sediado no Paraná, com a prisão de empreiteiros (Singer, 2018, p. 236).

O editorial do dia 21 de março de 2014, intitulado “Sombras na Petrobras” inaugura uma série de textos que discorrem sobre suspeitas de ilícitos na administração da maior estatal brasileira. Tais textos se vinculam com a operação Lava Jato que se iniciava e atacam frontalmente, através da operacionalização do signo *corrupção*, o governo petista de Dilma Rousseff.

O texto em questão discorre acerca de suspeitas de irregularidade na aquisição pela Petrobras da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, no ano de 2006, período em que Dilma presidia o Conselho de Administração da estatal. A “estapafúrdia aquisição”, nas palavras do jornal, teria ocorrido com valores muito além daqueles razoáveis: após a conclusão do negócio, foi pago um montante total de US\$1,19 bilhão “para ficar com uma refinaria que, em 2005, custava menos de 5% desse valor” (FSP, 21 mar. 2014, p. A2).

As suspeitas se tornam ainda mais graves quando surge a notícia, ontem, da prisão pela Polícia Federal de um ex-diretor da área de Refino e Abastecimento da Petrobras, investigado por sua participação na compra da refinaria de Pasadena e acusado de tentar destruir provas e documentos que supostamente o incriminariam num caso de lavagem de dinheiro (FSP, 21 mar. 2014, p. A2).

A passagem destacada faz referência à segunda fase da Operação Lava Jato – embora não cite a operação – e continua vinculando à Dilma o episódio, ao lembrar a posição que esta ocupava na empresa. Os editorialistas concluem que a imagem de administradora rigorosa que a presidenta possuía saía arranhada desse episódio e já apontam para a possibilidade de que, com o prosseguimento das investigações, surjam consequências políticas e penais de maior importância (FSP, 21 mar. 2014, p. A2). Também representa o começo do uso político da prisão preventiva. Explorada fartamente pela imprensa, foi um artifício que fez parte das dinâmicas da operação e que produziu intenso impacto na opinião pública.

Alguns dias depois, em 29 de março, um editorial comentou a instauração de CPI sobre a Petrobras que, entre outras coisas, investigaria a aquisição da refinaria. O jornal afirmou que este deve ser o objetivo central da comissão, embora pontue que a desproporção dos pagamentos pela refinaria e seu valor de mercado “seja menor do que a alardeada” (FSP, 29 mar. 2014, p. A2) e apresentada no editorial anteriormente analisado.

Os editorialistas não são categóricos em afirmar as causas, mas afirmam que o negócio desvantajoso aconteceu por “incompetência, negligência ou cumplicidade” (FSP, 29 mar. 2014, p. A2). Sua tese central, contudo, é clara: todos os males advêm da politização da companhia:

A politização vulgar vai da partidarização mesquinha das nomeações na empresa a sua sujeição a acordos regionais ou internacionais, a lobbies empresariais e à tarefa de remendar a má gestão da economia – como no populismo com o preço dos combustíveis. Além da possível corrupção, o tema principal da CPI deve ser o profundo descaso com os fundamentos do negócio, que causa prejuízo imenso ao país e que não foi de responsabilidade final de meros diretores da empresa (FSP, 29 mar. 2014, p. A2).

Do excerto, podemos destacar dois pontos. Em primeiro lugar, que, ainda que a corrupção apareça como possível, a vinculação da má gestão ao político é dada como certa. Em segundo lugar, o parágrafo se encerra deixando pressuposta a responsabilização da presidência da República, visto que não aceita restringir aos diretores da empresa a culpa pelos episódios de má gestão.

Em “Suja a Jato”, no dia 4 de abril, surgiu a primeira menção à Operação Lava Jato (ainda denominada Lava a Jato). No texto, se comenta o fato do vice-presidente da Câmara de Deputados de então, o deputado petista André Vargas, ter realizado viagem com jato particular do doleiro Alberto Youssef, que era investigado na operação por movimentações de lavagem de dinheiro e que fora preso. Para o jornal, o episódio manchava a imagem da Câmara de

Deputados como um todo (FSP, 4 abr. 2014, p. A2). Nesse sentido, reforça-se a descredibilidade das instituições políticas – Legislativo e Executivo – em oposição ao Judiciário.

Refletindo sobre as disputas em torno da instauração da CPI da Petrobras, o editorial do dia 13 de abril criticou a disputa entre oposição e governistas acerca das pautas dessa investigação. Enquanto a oposição defenderia que a CPI investigasse suspeitas sobre a Petrobras como um todo, o PT (destaca-se que os parlamentares desse partido são apresentados apenas como “o PT” durante todo o texto) tentaria sabotá-la buscando o STF, sob a argumentação de que CPIs precisam dar conta de fatos específicos. Apontando uma contradição petista, os editorialistas lembram que esse mesmo PT defendia que a comissão investigasse também outras suspeitas de corrupção, como a que surgia na ocasião sobre os trens urbanos em São Paulo, sob governo do PSDB (FSP, 13 abr. 2014, p. A2). Na ocasião, os editorialistas argumentam que não se deve descartar

a ideia de que todos esses casos mereçam suas respectivas CPIs. O PSDB tem sido mestre em abafá-las, aliás, no Legislativo paulista. Mas a manobra petista, além do propósito evidente de dispersar o esforço de investigação por focos múltiplos, é contraditória com o recurso ao Supremo (FSP, 13 abr. 2014, p. A2).

Interessante observar que, nesse mesmo editorial, foi realizada uma defesa da importância das CPIs como forma de investigação. Os autores dizem mesmo que seus aspectos políticos não as colocam em pé de inferioridade frente a investigações mais técnicas realizadas pelo Ministério Público ou em inquéritos policiais. Aquela teria o mérito de expor as investigações às claras, com ampla divulgação dos questionamentos, enquanto estas seriam sigilosas ou se deixariam divulgar através de vazamentos seletivos. Em um movimento raro de valorização do político, o jornal chega a afirmar que uma CPI tem “procedimentos próprios, e não mais distorcidos que, por hipótese, os de um inquérito policial” (FSP, 13 abr. 2014, p. A2). Ironicamente, como se veria, a própria Lava Jato se encarregaria de fornecer o ansiado material para a produção jornalística, sem a necessidade de se valer das ações espetaculares de uma CPI. “Desde o início, a Lava Jato estabeleceu uma potente aliança com setores da mídia, os quais, em diversas oportunidades, deram apoio explícito à investigação. Em contrapartida, os veículos tiveram material para alimentar o noticiário por, ao menos, quatro anos” (Singer, 2018, p. 232-233).

Ainda sobre esse texto, é importante observarmos como o sujeito das manobras é “o PT”, aglutinando seus deputados em um bloco que servia, convenientemente, para mobilizar a interpretação do texto no sentido de identificar as acusações ao partido enquanto tal. O mesmo

não ocorre com outros partidos que iam sendo implicados na Lava Jato. O PT, como se verá, passa a ser definido enquanto fonte originária da corrupção, em certo nível da retórica, e ao menos como aquele que elevou a corrupção para patamares nunca vistos até então, em outro nível, quando também se generalizam as associações do signo para com a política institucional como um todo.

O editorial do dia 17 de abril comentou os depoimentos no Congresso de Graça Foster, presidenta da Petrobras, e Nestor Cerveró, ex-diretor internacional da empresa e diretamente vinculado à compra da refinaria. Com relação ao depoimento de Graça Foster, destacou que ela sustentou o argumento de que a compra só se mostrou desvantajosa posteriormente; que os valores pagos foram os equivalentes aos realizados pela Astra, sócia belga na compra; e que informações sobre cláusulas do contrato foram omitidas do Conselho de Administração, prejudicando seu julgamento. O depoimento corrobora o que já havia sido afirmado pela presidenta Dilma anteriormente, segundo a qual, se munida de todas as informações, não teria concordado com a aquisição da refinaria. Cerveró, por sua vez, havia buscado diluir as responsabilidades, argumentando que não havia feito nada sozinho (FSP, 17 abr. 2014, p. A2). A partir do exposto, o jornal afirmou:

Não há como dourar a pílula. O imbróglio Pasadena se produziu com omissão, má gestão e, possivelmente, corrupção. Imagine-se se e quando uma CPI investigar o estouro do orçamento da refinaria Abreu e Lima (PE), cujo custo se aproxima de US\$20 bilhões – oito vezes o previsto (FSP, 17 abr. 2014, p. A2).

Interessante notar que, embora o signo *corrupção* apareça novamente no campo das possibilidades, o próprio jornal resgata outro possível escândalo de superfaturamento para reforçar a argumentação. Ainda assim, se mantém relativa cautela na forma como o signo é apresentado, embora se conserve a leitura condenatória quanto aos defeitos da gestão pública e de sua ineficiência e despreparo. Conforme a Lava Jato saísse de seu aquecimento a adquirisse força total, esse tipo de cuidado em apresentar certa ponderação nas afirmações vai dando lugar à simplificação de mais fácil entendimento para o leitor.

Em 25 de abril, a *FSP* comemorou a decisão da ministra do STF Rosa Weber de não acatar os argumentos governistas que buscavam impedir a CPI da Petrobras no Senado, indicando falta de foco das investigações, que seriam excessivamente amplas. O editorial, em um geral, repete argumentos do período. Destaca-se o fato de que o texto argumenta diretamente que as suspeitas convergem para o aparelhamento da Petrobras pelo PT, especificando o partido na crítica, não a política como um todo (FSP, 25 abr. 2014, p. A2). Aparelhamento que volta a

aparecer no editorial do dia 5 de abril, quando o jornal afirma que “os acontecimentos que cercam a compra da refinaria de Pasadena permanecem obscuros. Os sinais de aparelhamento e desvios na empresa são preocupantes” (FSP, 5 mai. 2014, p. A2). Não sem motivo Singer (2018, p. 246) sustenta que “é plausível a hipótese de que o sistema de grande mídia no Brasil tenha sido ocupado pela ideia de que uma organização criminosa, liderada por Lula, havia tomado o Estado de assalto”. A responsabilização do partido no governo federal torna-se prioritária quando comparada às afirmações de que o sistema político como um todo precisaria ser expurgado.

O jornal se debruçou, no dia 10 de maio, sobre resultados de pesquisa acerca da corrida eleitoral que se avizinhava. Os resultados indicavam que a presidenta Dilma havia conservado sua popularidade, apesar das recentes revelações sobre a Petrobras. Ainda assim, a pesquisa indicava um horizonte onde haveria segundo turno nas eleições, ao mesmo tempo em que a oposição não se tornava sólida:

O desejo de mudança presente em 74% dos entrevistados não se reflete numa adesão às propostas, de resto vagas ou desconhecidas, da oposição. Basta notar que, para 38% do eleitorado, ninguém menos do que Lula seria o nome mais indicado para alterar os rumos do governo. Um oposicionismo à procura de oposicionistas, um situacionismo pouco satisfeito com a situação, estes parecem ser os sentimentos prevaletentes no eleitorado. Não espanta que, como nunca, a inclinação para votar nulo ou em branco se verifique na população. O sufrágio obrigatório, combinado com a propaganda eleitoral, sustenta em boa medida a esperança de candidatos que, por si próprios, não chegam a empolgar ninguém (FSP, 10 mai. 2014, p. A2).

Os editorialistas interpretavam os resultados da pesquisa – elaborada no calor das denúncias referentes à Petrobras – como um caminho de incertezas. Haveria um significativo desejo por mudanças, mas que não se direcionaria de forma clara para ninguém. Ao mesmo tempo, os autores se surpreendiam com o fato de que parte expressiva do eleitorado desejava mudanças através de um retorno do padrinho político de Dilma, o ex-presidente Lula. O uso de “ninguém menos do que Lula” não pode ser menosprezado, na medida em que sugere um misto de surpresa com desprezo pela opção. A pesquisa também indicava uma expressiva tendência ao voto nulo ou em branco, talvez indicando que o noticiário político havia ampliado o sentimento de descrédito da população com a política como um todo. O voto obrigatório fica implicitamente criticado, sugerindo o fato de que as indefinições sobre o futuro aparentes na pesquisa se devessem ao fato de que votariam até mesmo aqueles que não deveriam, por desconhecimento ou fraca análise da realidade. A posição do jornal, isso fica claro, era de que o futuro imediato permanecia em aberto.

O primeiro editorial que se debruça mais cuidadosamente sobre a Operação Lava Jato foi o do dia 21 de maio. O jornal definiu os objetivos da operação como o de apurar “um vultuoso esquema de lavagem de dinheiro com ramificações em partidos como PT, PP, PMDB e Solidariedade” (FSP, 21 mai. 2014, p. A2). Também destacou a participação do doleiro Alberto Yousseff e, para reforçar a escala do esquema, apontou que a Polícia Federal indicava movimentações na casa dos R\$ 10 bilhões (FSP, 21 mai. 2014, p. A2). O editorial também comentou recente decisão do ministro do STF Teori Zavascki de mandar soltar 12 investigados da Operação, sob a justificativa que as investigações envolviam parlamentares e que, portanto, o juiz da primeira instância deveria ter remetido o processo ao Supremo para avaliar as devidas competências. Embora o jornal avalie como correta a interpretação do ministro do STF de que teria ocorrido um equívoco de competências na primeira instância, o oposto é dito sobre a ordem de soltura:

Em ofício enviado ao Supremo, o juiz federal da primeira instância informou que havia providenciado a soltura de Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras. Com sensatez, ponderou, todavia, que os demais investigados mantêm conexões e detêm recursos que facilitariam eventual fuga do país. Alertou, ademais, para o envolvimento de alguns doleiros presos com o tráfico internacional de drogas. Diante das considerações, Zavascki voltou atrás e manteve os mandados de prisão contra 11 investigados. “Sem conhecer [os casos], não quero tomar decisões precipitadas”, afirmou nesta terça-feira (20) de forma extemporânea. Se tivesse pensado nisso dias antes, o ministro teria se poupado de constrangimentos desnecessários (FSP, 21 mai. 2014, p. A2).

Embora não cite nominalmente Sérgio Moro, é interessante observar como o editorial estabelece uma relação de oposição entre o juiz federal e o ministro do STF. O primeiro é tomado como sensato, detentor das informações precisas sobre o processo; o segundo parece agir de forma apressada e desinformada, manifesta-se fora do tempo adequado e, em razão disso, se coloca em situação de constrangimento para si. Corrige seu erro quando acata os argumentos do juiz federal. Em síntese, conforme descrito na abertura do editorial, o “ministro do STF cria confusão desnecessária” (FSP, 21 mai. 2014, p. A2). Nas investigações, Sérgio Moro se mostraria uma figura central. Juiz federal paranaense e líder da Operação Lava Jato, foi ator decisivo no processo que culminaria no afastamento da presidenta. Assumidamente inspirado na operação italiana Mãos Limpas, considerava fundamental uma aliança entre o Judiciário e uma grande visibilidade midiática para a conquista do apoio da opinião pública e o sucesso do combate à corrupção (Miguel, 2016, p. 103). A forma como o jornal relativiza o fato de que formalmente o ministro estava correto, mas no conteúdo da decisão não, inverte a forma

como a *FSP*, muitas vezes anteriormente, defendera o rigor dos procedimentos como fim em si mesmo.

A questão da Petrobras reaparece em editorial do dia 5 de agosto, intitulado “Refinaria de mentiras”. No texto, são apontados indícios de que governistas estariam manobrando para assegurar que os depoentes vinculados ao governo tivessem acesso antecipado às perguntas que seriam feitas nas CPIs em andamento que investigavam a estatal. Também condenava o movimento governista de colocar aliados em posições chaves, como na relatoria da CPI mista, para ter “garantia de poder sobre pauta e agenda de testemunhos” (*FSP*, 5 ago. 2014, p. A2). Como já ocorrera na CPMI do caso Cachoeira, são criticadas as manobras políticas de um processo investigativo inevitavelmente político. Conforme expresso por Barroso (2000), “a fogueira das paixões politizadas da vida parlamentar”, é diferente da “serena imparcialidade de juízes e tribunais”. Passe o excessivo otimismo com relação ao que se esperaria do judiciário, parece clara a correção acerca da lógica parlamentar. Nesse sentido, o não reconhecimento da legitimidade de inevitáveis disputas políticas envolvidas em uma Comissão Parlamentar de Inquérito, por parte da *FSP*, reforça sua posição de descredibilizar o político enquanto tal. Ora, ainda que CPIs possuam um caráter político – e nos parece democrático que o seja – elas são importantes instrumentos para o exercício da função fiscalizatória do Legislativo. Na argumentação do jornal, é uma competência deslegitimada justamente pelo seu aspecto político, considerado assim como insuficientemente técnico.

Estando em contexto de campanha eleitoral, o jornal também destacou que, se a propaganda política era capaz de maquiagem a realidade na apresentação dos candidatos, as CPIs deixavam claro para a população serem um “espetáculo mambembe” (*FSP*, 5 ago. 2014, p. A2). O texto em questão vincula o escândalo diretamente à presidenta Dilma:

A compra da refinaria nos EUA, vale lembrar, subiu à condição de escândalo com ajuda da presidente Dilma Rousseff (PT). Ela, que presidia o conselho da Petrobras à época da malfadada transação bilionária, buscou eximir-se de responsabilidade pelo fiasco atribuindo sua aprovação a um parecer malfeito. A manobra estimulou a conjectura de que, para além de incompetência da direção da estatal, tenha havido irregularidade e má-fé no prejuízo causado pela aquisição (*FSP*, 5 ago. 2014, p. A2).

Como se pode ver, são atribuídas às falas da presidenta a reponsabilidade pelas suspeitas levantadas na aquisição da refinaria em Pasadena. Escândalo que o jornal reitera ainda ser de dimensão não totalmente conhecida e potencialmente danoso para o desempenho da petista nas urnas. Reforça-se, novamente, a imagem de incompetência associada à presidenta. Enquanto parlamentares tentariam obstaculizar o bom andamento das CPIs, consideram os autores que o

Legislativo “mais uma vez se contenta com encenar uma pantomina subserviente” (FSP, 5 ago. 2014, p. A2). Nesse ponto, cumpre destacar que as manobras governistas, condenadas pelo jornal, são generalizadas para o Congresso Federal como um todo, o qual no texto aparece submisso aos interesses do governo federal. O quadro descrito no texto é de clara desmoralização da política.

O editorial do dia 9 de setembro comenta a delação premiada de Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras que teria o potencial de “esclarecer um escândalo de corrupção que, pelos valores envolvidos e pelo número de políticos implicados, encontrará poucos paralelos na história brasileira” (FSP, 9 set. 2014, p. A2). A delação, que ainda precisaria ser comprovada, na ressalva feita pelos editorialistas, citaria 12 senadores e 49 deputados, em um esquema que “abocanharia 3% dos contratos da maior empresa brasileira” (FSP, 9 set. 2014, p. A2). O texto, tomando por base os altos valores envolvidos nessa transação, traça um paralelo entre supostos desvios em apenas um dos contratos da estatal (R\$ 1,2 bilhão), para a construção da refinaria, e todo o valor que teria sido desviado no contexto do “mensalão petista” (R\$ 141 milhões) (FSP, 9 set. 2014, p. A2). Traça-se um paralelo com o objetivo de reestabelecer o patamar daquilo que, anteriormente, era considerado como um dos maiores esquemas de corrupção da história, mas que seria superado, por muito, pelo novo. O texto também arrola uma série de políticos citados na delação, em sua quase totalidade do PMDB (FSP, 9 set. 2014, p. A2). O movimento de inserir o escândalo no decorrer do tempo, de modo a estabelecer comparações entre Lava Jato e escândalo do mensalão se repetirá. Fica claro que este foi um recurso retórico que reforçava a narrativa que situa o PT como ponto aglutinador para um cenário de sistêmica corrupção ao qual estaria submetido o sistema político brasileiro.

O editorial pondera, contudo, as fragilidades desse tipo de instrumento jurídico:

Reconheçam-se, por outro lado, as fragilidades do que se sabe até agora. De que maneira o dinheiro era distribuído? Abastecia campanhas ou contas pessoais? Por que, entre tantos nomes envolvidos, divulgaram-se apenas esses? E por que a um mês da eleição? São perguntas que impõem certa cautela, assim como a própria condição de Paulo Roberto Costa. Ele tem todo o interesse em tentar encurtar sua prisão, o que pode fazer não apenas narrando fatos reais, mas também confundindo a Justiça – hipótese em que os verdadeiros criminosos entenderiam o recado e tratariam de ajudá-lo (FSP, 9 set. 2014, p. A2).

Finalmente, no editorial do dia 17 de setembro, o editorial comenta o futuro segundo depoimento de Paulo Roberto Costa à CPI mista da Petrobras. No texto, os editorialistas lembram que o ex-diretor, em primeiro depoimento, havia negado que a estatal abrigasse um esquema criminoso de desvio de recursos. Porém, em delação após ser preso, apresentou um

cenário muito diferente. Por fim, o jornal questiona a possibilidade real de que os parlamentares, mesmo da oposição, realmente tenham o interesse de esclarecer a questão no segundo depoimento, sugerindo implicação de outros partidos que não da base governista (FSP, 17 set. 2014, p. A2). No texto também retorna a ponderação sobre a possibilidade de sua delação não ser inteiramente verdadeira:

Deu a entender que sabe muito. Trânsito na empresa ele tinha. Começou a trabalhar na Petrobras em 1977. Alcançou a diretoria de Abastecimento, por indicação do PP. Permaneceu no posto de 2004 a 2012, com apoio do PT e do PMDB. Nem por isso é necessariamente verdade o que disse na delação. Segundo se noticiou, o equivalente a 3% dos contratos da estatal eram desviados. Estariam envolvidos governadores, senadores, deputados e ex-ministros de Estado – todos aliados da gestão petista. Factível o esquema é; comprovado, contudo, não está (FSP, 17 set. 2014, p. A2).

Na passagem destacada o esquema fica diretamente vinculado ao Partido dos Trabalhadores. Embora coloque em dúvida a veracidade da delação, o editorial acaba por reforçar o vínculo desse esquema corrupto sem precedentes na história brasileira ao partido no governo. Como artifício retórico, será uma estratégia que se repete: coloca em dúvidas o instrumento da delação premiada, mas pondera que ela é importante para se obter informações inacessíveis de outras formas e, principalmente, explora longamente, no decorrer do editorial, o conteúdo da afirmada suspeita delação. A desproporção das ênfases pretende causar um efeito no leitor que o leva a valorizar o conteúdo do que é delatado, independente das bases materiais que sustentam o que se afirma, nesse processo de significação da corrupção. Embora apresente moderação, o conteúdo da delação basta para se produzir um poderoso efeito de sentido, ao ser repetido à exaustão.

Como podemos observar, as suspeitas lançadas sobre a Petrobras trouxeram o protagonismo do signo *corrupção* de volta para os editoriais. Em um primeiro momento, de forma mais ambígua, ainda destacando as hipóteses de má gestão – especificamente no caso da aquisição da refinaria de Pasadena –, o que serviria para o fim retórico de denunciar a incompetência da gestão pública, tão cara à linha editorial da *FSP*. Com o avanço das investigações, entretanto, os temas dos textos se voltam de forma cada vez mais concreta para a corrupção, mesmo que mantendo ainda preocupações de caráter legalista, o que fica claro nas ponderações relativas à necessidade de que se comprovasse o conteúdo da delação de Paulo Roberto Costa.

Isso não significa, contudo, que já não se estaria elaborando um quadro bastante claro sobre o escândalo, que pode ser descrito de forma sintética da seguinte forma: a Petrobras

comportaria um esquema criminoso que desviara recursos em quantia sem precedentes na história brasileira, esquema que se vincularia diretamente à administração petista e aos seus aliados. Quadro que certamente teria o potencial de produzir um significativo impacto nas eleições que se avizinhavam para os dias 5 (primeiro turno) e 26 (segundo turno) de outubro.

4.3 A ELEIÇÃO DE 2014 E SUAS CONSEQUÊNCIAS

A insatisfação genérica demonstrada nas ruas em 2013, junto com a perda de ritmo no crescimento econômico tornaram as eleições de 2014 mais acirradas que as anteriores, com a oposição capitaneada pelo PSDB sentindo que o desgaste dos petistas oferecia chances reais de vitória. Tendo como candidato o ex-governador e senador mineiro Aécio Neves, o principal bloco de oposição lançou-se à campanha com entusiasmo. No decorrer da disputa, dois fenômenos se destacaram: o crescimento da opinião de direita e a manipulação eleitoral da operação Lava Jato. Foi marcante o incremento de argumentos radicais de direita, muitas vezes inspirados na tradição anticomunista. Em certos lugares, eleitores com camisetas vermelhas foram hostilizados (“Vai para Cuba”) e gestos violentos, e vários grupos se apropriaram de discursos proferidos em 1964 (“Minha bandeira jamais será vermelha”), convidando mais uma vez os militares a livrem o país do comunismo (Motta, 2018, p. 436).

No dia 5 de outubro, ocorria o primeiro turno das eleições presidenciais de 2014, com mais de cem milhões de eleitores indo às urnas. Dilma Rousseff, com 41,59% dos votos, e Aécio Neves, com 33,55%, se habilitaram para o segundo turno (Uol, 2014a).

Passados alguns dias do primeiro turno, a questão das investigações sobre a Petrobras retornou para os editoriais da Folha. Em “Fundo do poço”, no dia 11 de outubro, os editorialistas comentaram o conteúdo das delações do doleiro Alberto Youssef e do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa. Em seus depoimentos, relataram que, na Diretoria de Abastecimento, era cobrado o valor de 2% sobre os contratos para o PT e 1% para PP e intermediários. O PMDB, por sua vez, recebia 1% da Diretoria Internacional, que estava sob seu controle. O PT ainda receberia a integralidade da propina em outras diretorias, que teriam sido objeto de partilha política (FSP, 11 out. 2014, p. A2).

Os autores traçam paralelos com o mensalão em dois momentos do editorial. No primeiro, logo na sua abertura, pontuam que “depois de Delúbio Soares, Silvio Pereira e outros tantos nomes do mensalão, já nem parece o caso de qualificar como estarrecedoras as revelações [...] sobre os desvios de recursos na empresa” (FSP, 11 out. 2014, p. A2). O que se observa é a construção de uma linha de continuidade entre um escândalo e outro, no sentido de sua capacidade de produzir impacto e escandalizar. Colocando em outros termos, seria possível afirmar que o PT teria produzido, no contexto do mensalão, um escândalo tamanho que, desse ponto em diante, nada mais causaria a mesma surpresa na moralidade pública. O segundo

paralelo é traçado mais adiante, quando se destaca o fato de que novamente PT e PP estariam associados em nome da corrupção (FSP, 11 out. 2014, p. A2). Pode-se imaginar o impacto que essas afirmações causariam nos votos no contexto do segundo turno, já que o partido que liderava a corrida era definido como uma espécie de inaugurador dos grandes escândalos de corrupção da história recente brasileira.

O jornal ainda traz o episódio para o contexto das eleições, lembrando que “o caso Petrobras muito provavelmente terá efeitos sobre o cenário eleitoral. Com que intensidade, porém, não se sabe” (FSP, 11 out. 2014, p. A2). Pondera, entretanto, que o PSDB poderia encontrar dificuldades em se colocar como “defensores inflexíveis da ética pública” (FSP, 11 out. 2014, p. A2), tendo em vista o recente escândalo que se abatia sobre o metrô de São Paulo, governado pelos tucanos. Entretanto, os editorialistas não apresentam esperanças de que o impacto eleitoral seja além de eventuais votos, sem vislumbrarem consequências propositivas que, em sua opinião, seriam importantes:

Talvez o melhor que possam fazer os candidatos, nesta altura, seja propor reformas mais amplas do ponto de vista do controle sobre os negócios do Estado e do próprio sistema político, de modo a minimizar o que há de estrutural nos mecanismos de corrupção. Não é fácil; em meio à facilidade das acusações, um interessado silêncio predomina nesse aspecto (FSP, 11 out. 2014, p. A2).

Como é possível observar, mantém-se a postura de incredulidade no que diz respeito às possibilidades de que os problemas brasileiros encontrassem soluções através da política institucional. Também é retomada a faceta moralizante da crítica anticorrupção, na medida em que se questionava a possibilidade da oposição, personificada no candidato do PSDB Aécio Neves, ser capaz de simbolizar uma liderança pela ética na política.

O próximo editorial tratando a questão da Petrobras e do signo *corrupção* apareceu apenas em 28 de outubro, já findo o segundo turno das eleições com a vitória da presidente Dilma Rousseff. O editorial foi bastante contundente. “Às graves distorções econômicas e institucionais impostas à estatal somam-se os testemunhos sobre vasto esquema de corrupção” (FSP, 28 out. 2014, p. A2). O tema do texto diz respeito ao fato de que “as primeiras evidências decisivas sobre um vastíssimo sistema de corrupção na estatal relegaram o debate econômico ao segundo plano” (FSP, 28 out. 2014, p. A2). É interessante observar que a corrupção aparece nesse texto com menos contornos de suposição, sem estar associada a orações que ofereçam espaço para o contraditório. O texto avança criticando fortemente a intervenção política na Petrobras, especialmente a política de controle de preços e a de priorização de fornecedores brasileiros, de caráter desenvolvimentista. A partir daí, os autores lembram que o descontrole

de gastos produziu severo endividamento da empresa que, como destacam, “apenas seu faturamento equivale a 6% do PIB” (FSP, 28 out. 2014, p. A2).

Partindo da corrupção para criticar a política econômica da estatal, o jornal retorna para a corrupção como forma de reforçar sua argumentação:

Não bastasse todos esses problemas, os testemunhos sobre corrupção indicam que os mecanismos de controle da Petrobras não são apenas falhos. A atuação criminosa de pelo menos uma diretoria indica o quanto a estatal está sujeita aos efeitos do nível mais baixo da política e é conivente com o conluio de grandes fornecedores. [...] Politizada, prejudicada financeiramente, sujeita ao arbítrio político, a maior empresa do Brasil foi entregue a interesses privados e partidários bancados pelo governo. É preciso uma devassa na Petrobras (FSP, 28 out. 2014, p. A2).

O retrato estabelecido sobre a Petrobras é francamente negativo, apresentando uma empresa que precisaria de uma devassa para ser resgatada da má interferência da política, tanto na dimensão econômica quanto na dimensão ética. Salta aos olhos nesse editorial como a *FSP* opera o signo *corrupção* como meio para defender uma pauta econômica, servindo como recurso retórico. Ao mesmo tempo, parece que o jornal assumia uma postura mais contundente e virulenta ao caracterizar o escândalo a partir do momento em que se via frustrada a tentativa de encerrar o ciclo petista no poder através das urnas. Com a quarta vitória seguida do partido, os articulistas passavam a ser ainda mais duros no sentido de denunciar o esquema de corrupção que ocorreria na estatal e vincular de forma ainda mais contundente o escândalo ao PT em específico. Esse foi um movimento que dialogava com um contexto maior. Conforme Souza (2016, p. 106), “depois da quarta derrota seguida, as forças conservadoras não só não aceitaram a derrota eleitoral como começaram a flertar com um caminho não eleitoral”. Indo mais além, as quatro derrotas eleitorais seguidas representaram uma profunda frustração na tentativa de se avançar reformas neoliberais profundas no Estado brasileiro através da via democrática (Semer, 2016). Conforme fica claro na análise, os editorialistas cada vez mais utilizam o questionamento acerca das condições de Dilma avançar essas reformas como fundamento de sua crítica.

Importante salientar que, no que diz respeito à vitória eleitoral de Dilma no segundo turno – com 51,64% contra 48,36% de Aécio Neves (Uol, 2014b) – notava-se um recorte social. Conforme Singer (2018):

No segundo turno, a superioridade de intenção de voto em Dilma entre os mais pobres em relação aos mais ricos aumentou de dezessete para 23 pontos percentuais entre 2010 e 2014 e, no sentido inverso (a superioridade dentre os mais ricos em relação aos mais pobres), no caso do PSDB, cresceu de dezoito para 29 pontos entre os dois pleitos [...]. Isto é, a *polarização entre pobres e ricos tinha se tornado mais aguda.*

No segundo turno, Dilma só ganhou no estrato de baixíssima renda (com uma vantagem de nove pontos percentuais) (Singer, 2018, p. 163, grifos do autor).

Souza também destaca essa divisão, apontando que o resultado eleitoral apresentava um país dividido com uma clara divisão de classe e regional. Sul e Sudeste se opuseram ao Norte e Nordeste. Nas grandes cidades, a periferia se opôs ao centro. Apesar da *blitz* midiática que Dilma teria enfrentado enquanto candidata, os resultados desses ataques foram apenas parciais, com uma vitória por margem apertada. O autor sugere que Aécio Neves teria sido um candidato em que o discurso moralizador tenha se mostrado muito pouco crível, não conseguindo catalisar votos contagiados pelo sentimento anticorrupção que se construía (Souza, 2016).

As consequências imediatas de uma eleição renhida e vencida por estreita margem de votos – a mais estreita até então – merecem ser destacadas:

O tema da corrupção e a investigação de políticos envolvidos em atos ilícitos na administração pública estenderam-se para fora da temporada eleitoral. A desconfiança no sistema político e a suspeita sobre a legitimidade das eleições foram intensificadas, após as eleições, pelas lideranças do PSDB, que passaram a fazer inúmeras declarações públicas e a propor ações na Justiça que questionavam a segurança das urnas eletrônicas. O PSDB solicitou à Justiça Eleitoral a auditoria das urnas, colocando sob dúvida o processo eleitoral e os seus resultados. Além disso, encetaram uma intensa campanha pelo *impeachment* da presidenta recém-eleita, com o argumento de que ela estaria envolvida em casos de improbidade administrativa, ocorridos especificamente na estatal Petrobras (Telles, 2019, p. 70-71).

Em “Dilma mudando”, no dia 7 de novembro, os editorialistas se debruçaram sobre a avaliação da vitória eleitoral presidencial. Os autores pontuaram o fato de que a vitória de Dilma havia se dado por uma pequena margem, o que implicaria na necessidade de maior moderação por parte da mandatária que se reconduzia, moderação que não teria sido vista na campanha eleitoral, dada a “arroubos” (FSP, 7 nov. 2014, p. A2). Além do contexto de um eleitorado dividido, o cenário econômico demandaria reorientações. A presidenta foi condenada pelo seu “intervencionismo errático” (FSP, 7 nov. 2014, p. A2), que teria afastado investidores, produzindo inflação e baixo crescimento (FSP, 7 nov. 2014, p. A2). A vitória apertada passa a ser imediatamente uma balizadora para a afirmação de que a legitimidade de Dilma seria menos sólida nesse segundo mandato. As sugestões dos autores eram, nesse sentido, para que a presidenta buscasse moderação, no caso específico, significando uma postura de maior boa-vontade para com a adoção das medidas de austeridade que eram sistematicamente defendidas pelo jornal.

No mesmo texto, foi pontuado o fato de que, enfraquecida politicamente, Dilma teria dificuldades em conduzir sua base parlamentar, que estaria sedenta por cargos e verbas:

Nesse capítulo, a melhor política será o rigor republicano que a presidente encetou no início do primeiro governo, para depois abandonar. Uma real disposição de contribuir para esclarecer e punir as gravíssimas evidências de corrupção na Petrobras emitiria a mensagem correta, ainda que ao preço de atingir as entranhas do próprio governo (FSP, 7 nov. 2014, p. A2).

Observa-se no texto o signo *corrupção* não diretamente relacionado com a presidenta, que é apresentada como alguém com potencial para combatê-la, não como sua autora. Note-se que é mesmo elogiado o “rigor republicano” que marcou o começo do primeiro governo Dilma, quando ainda era elogiada pelo jornal como uma faxineira da corrupção. Por outro lado, fica explicitado o fato de que uma postura de real preocupação em combater a corrupção poderia significar revelar pontos sensíveis no interior do governo, em seu partido e na base aliada, portanto. O “rigor republicano” é apresentado praticamente como uma tomada de posição solitária, de alguém que estaria cercada pela corrupção.

É interessante observar que as manifestações em favor do impeachment de Dilma, que começavam a surgir com o fim da eleição, são descritas pelos editorialistas como “desvario político” de “grupelhos isolados” (FSP, 7 nov. 2014, p. A2). Talvez por se manterem presos à estabilidade institucional, não se observa, nesse primeiro momento imediato após a eleição, posicionamentos que considerem o impeachment como uma alternativa real para a superação do período petista. A narrativa ainda se desenvolve em um sentido de operar a corrupção de modo a manter o governo acuado e enfraquecido, de modo a submetê-lo mais facilmente à adoção de medidas de austeridade fiscal. Uma tomada de posição pelo afastamento da presidenta só seria cogitada mais tarde, a partir do momento em que estava mais consolidada a base social nas ruas para apoiar a ideia.

No dia 9 de novembro, os editorialistas comentaram os dados recentemente lançados e que indicavam piora em indicadores de miséria e controle de desmatamento na Amazônia. Quanto ao primeiro, haveria um crescimento de 3,7%, considerado pequeno pelo jornal, mas significativo em um governo que buscava a eliminação total da miséria até o final de 2014. Com relação ao desmatamento, os números seriam mais alarmantes: crescimento de 122% quando comparado ao mesmo período em 2013 (FSP, 9 nov. 2014, p. A2). A revelação dos dados seria a confirmação de que o governo Dilma havia mentido na campanha eleitoral, ocultando do público dados fundamentais para a avaliação do voto: “não estará errado quem, diante disso, evocar a imagem de um estelionato eleitoral. O governo, afinal, sonegou informações que a população tinha o direito de conhecer antes de decidir seu voto” (FSP, 9 nov. 2014, p. A2). Os dados, obtidos por institutos públicos, teriam sido ocultados intencionalmente

para que a campanha de Dilma pudesse manter a argumentação de que uma vitória da oposição representaria o fim de um ciclo virtuoso no que diz respeito ao combate da desigualdade. A campanha teria sido, na caracterização do jornal, estelionatária. A opção por enfatizar o dado relativo à desigualdade, mesmo que de pequena variação, parece representar um esforço também no sentido de deslegitimar o partido na medida em que ele teria fracassado – e mentido para ocultar seu fracasso – em uma bandeira historicamente cara ao PT.

Apesar da vitória, conforme pontuado por Laidler (2016), ficava claro que Dilma era reconduzida para o segundo mandato, no mínimo, muito desgastada:

A eleição presidencial é, em geral, o momento de maior vigor da legitimidade de um mandatário, novo ou reconduzido. É a renovação do pacto em que o eleitor avalia as propostas que estão em disputa e dá o seu aval a uma delas. O que ocorreu após a eleição da presidenta Dilma Rousseff, no início de seu segundo mandato, foi exatamente o contrário. A presidenta foi reconduzida muito desgastada politicamente por uma confluência de crises que foram aprofundadas pela campanha política. Sua vitória aconteceu por pequena diferença de votos e o cenário era de uma divisão profunda do país, expressa tanto nos programas de governo apresentados na campanha, quanto no eleitorado. O clima político tornou-se mais instável, a coalização de governo menos responsiva, e as opções políticas adotadas no caminho da conciliação aprofundaram a crise econômica e afastaram a presidenta de seu programa (Laidler, 2016, p. 41-42).

No editorial do dia 12 de novembro, intitulado “Paradoxo da Petrobras”, a *FSP* colocou em questionamento o funcionamento das instituições brasileiras. Os autores destacaram que o esquema de corrupção que permeava a Petrobras envolvia tantos políticos e financiadores de campanha que, por força de seus interesses, era real a possibilidade de que esses interesses ocultos de autopreservação se organizassem de modo a não permitir que as investigações avançassem. Seria uma relação em que todos ganhavam: políticos recebiam propina e empresários, contratos vultuosos com a estatal. Como argumento, o jornal pontua que as investigações só começaram a encontrar desdobramentos a partir do momento em que ocorreram acordos de delação premiada, trazendo a verdade enquanto políticos de oposição e base governista se dedicavam ao “teatro mambembe das comissões parlamentares de inquérito” (*FSP*, 12 nov. 2014, p. A2). O texto serve, a partir desses argumentos, como legitimador dos métodos adotados pela Operação Lava Jato, que associava prisões preventivas longas a delações premiadas que poderiam relaxá-las de modo a romper esses supostos acordos de silêncio onde todos ganhariam.

Tamanho é o descrédito para com as instituições que os editorialistas assumiram que o desfecho do caso Petrobras não dependeria apenas de delatores, mas também de forças externas ao país. Os editorialistas destacaram investigações realizadas pelo Departamento de Justiça dos

Estados Unidos e por agência reguladora do mercado de capitais, a partir da legislação estadunidense contra a corrupção de empresas estrangeiras que negociam na bolsa daquele país:

Nesse cenário, o expurgo da Petrobras não poderá, passe o trocadilho, ser apenas para inglês ver. As explicações a respeito do caso e as ações adotadas a fim de corrigir desvios precisarão convencer agentes internacionais para os quais pouco importam os interesses dos políticos brasileiros (FSP, 12 nov. 2014, p. A2).

Da forma como exposta pelo jornal, fica a impressão de que a principal esperança para que haja algum desfecho positivo nas investigações se deva ao fato de que as instituições brasileiras estejam sob a pressão de interesses de instituições estadunidenses. É interessante observar como instituições estadunidenses aparentam ser agentes sem outro interesse que não o desvelamento da verdade, enquanto as instituições brasileiras são espaços contaminados pela interferência corruptora da política. Aqui, reproduz-se o “novo fardo do homem branco”, que coloca os países dependentes como moralmente inferiores aos países centrais, tendo os estes uma espécie de missão histórica em combater a corrupção nas nações moralmente atrasadas e incapazes de fazê-lo por conta própria, conforme exposto por Bratsis (2017). Em seu alinhamento com essa lógica, a *FSP* reafirma essa posição moralmente subalterna com relação aos países centrais, tomados como superiores, mais técnicos, menos sujeitos à corrupção, quando comparados aos países periféricos. No editorial, as instituições estadunidenses aparecem como moralmente superiores como uma condição dada, sem que se explique por seria possível essa afirmação.

O editorial “Corrupção profunda”, do dia 16 de novembro, apresenta-se como um texto bastante rico para compreendermos a significação da corrupção nesse momento histórico. A publicação inicia comentando fase da operação Lava Jato que havia prendido 25 pessoas, incluindo presidentes de grandes empresas, e levado nove pessoas em condução coercitiva para depoimentos. O tom do texto já fica claro no lide, no qual os autores afirmam que “investigadores fazem sua parte no caso da Petrobras, mas governo, estatal e Congresso mantêm inércia próxima da conivência” (FSP, 16 nov. 2014, p. A2). Diferenciando-se do clima apresentado nos editoriais anteriores – de poucas esperanças em relação às instituições brasileiras – o jornal situa, em oposição, Polícia Federal, Ministério Público e juízes de um lado, interessados em desvelar a verdade oculta da corrupção; e políticos e empresários, interessados em sua ocultação (FSP, 16 nov. 2014, p. A2). No texto, voltam a opor a técnica ao político.

Muda também o tom com relação à substancialidade das acusações:

Depreende-se, pois as provas conhecidas são ainda escassas, que não há acusação formal nem processo instaurado, que dirá condenações. Mesmo assim, dadas as evidências publicadas e algumas confissões substanciais, há esperança de que se aproxime um momento decisivo de desmonte de um sistema central de pilhagem envolvendo partidos e governo, além de grandes empresas que defraudam estatais por meio de conluíus (FSP, 16 nov. 2014, p. A2).

Estas acusações já se encontravam em um processo em que, inicialmente tomadas como supostas e possíveis, assumiam cada vez mais materialidade. Nesse ponto, ocorre processo semelhante ao verificado durante o mensalão: ainda não havia condenação alguma, mas tudo levava a crer que a corrupção estava imiscuída na estatal. O uso de “mesmo assim” no parágrafo serve para contemporizar as ressalvas apresentadas na oração anterior. Apenas as investigações em seu estágio inicial já eram suficientes para que se atribuísse, nesse processo de significação, materialidade à corrupção e esperança de que a operação tivesse uma ação transformadora nesse sistema. Provas eram escassas e sequer havia acusações formais – natural no estágio em que as investigações se encontravam –, mas isso era uma questão menor. Importava enfatizar que estava estabelecido um sistema corrupto na maior estatal brasileira e, por extrapolação, no aparelho estatal como um todo.

Em um sentido mais amplo, conforme salientou Miguel (2019), percebe-se, na cobertura da grande mídia como um todo, um processo de radicalização, incluindo-se o tom adotado pelos editoriais da *FSP*, na medida em que a oposição era derrotada pelo PT pela quarta vez seguida:

De 1982 a 2002 temos um padrão evolutivo, em que formas mais abertas de intervenção política são substituídas por formas mais veladas: uma narrativa civilizatória. A partir da crise do mensalão, do primeiro mandato de Lula, porém, o quadro mudou. As campanhas de 2006, 2010 e 2014 foram num crescendo de engajamento eleitoral aberto. [...] Todos os principais veículos de comunicação brasileiros passaram a adotar um padrão menos cauteloso de envolvimento político [...] O que impactou a conjuntura seguinte, mais do que a vitória do PT, foi a derrota de Aécio. Ao se ver batida pela quarta vez seguida, a direita se desiluiu da via das urnas. Rompeu-se o consenso procedimental, aquele que diz que não há alternativa a não ser jogar o jogo democrático (Miguel, 2019, p. 129-160).

A postura do governo, personificada na presidenta Dilma, e da própria estatal diante das investigações, é duramente criticada. Os autores denunciam fala da mandatária, que havia afirmado não ter criado obstáculos para a investigação, o que se seria inevitável, já que, do contrário, “cometeria crime” (FSP, 16 nov. 2014, p. A2). As duas CPIs instauradas no congresso são consideradas como sem efeitos maiores e a contratação de escritório de advocacia pela Petrobras, para auxílio das apurações, é considerada como tardia (FSP, 16 nov. 2014, p. A2).

Nesse sentido, tudo aquilo que era considerado pelo governo como ações para o combate da corrupção era minorado. Não aparece no texto quais seriam as medidas adequadas na perspectiva dos editorialistas, mas é certo que o que era feito era descrito de modo a ser considerado como pouco ou nada além da obrigação do governo. Quando comparado ao fato de que, até então, as críticas do jornal eram direcionadas ao que os autores consideravam como um grande acordo de cumplicidade do sistema político para a manutenção da corrupção, crítica que se estendia a todos os partidos, a invalidação do que era feito – e não era negado, como a maior autonomia da Polícia Federal – chama a atenção. Fica a sensação de que nada que o governo fizesse seria capaz de impedir a sua associação ao signo.

Assim como ocorrera anteriormente, é traçada uma linha de continuidade entre mensalão e escândalo da Petrobras, associados diretamente ao Partido dos Trabalhadores e sua base aliada:

Pelo que já se sabe, figuras de proa dos partidos governistas não se pejaram de saquear a Petrobras mesmo quando seus próceres eram condenados no processo do mensalão. Ao que tudo indica, comportaram-se como bandidos de rua, que mudam seus postos de tráficos quando são acossados pela polícia em sua base de operações (FSP, 16 nov. 2014, p. A2).

Os atores políticos são descritos como criminosos comuns, sendo comparados a traficantes de rua, que nada teriam aprendido com o processo do mensalão. Pelo contrário, apenas reorientaram sua intenção criminosa para a estatal. Os dirigentes partidários nada teriam feito para combater os operadores da corrupção: “em tese inocentes jamais se deram ao trabalho de expurgar os chefes do tráfico de influência e dinheiro destinado a bancar ilegalmente campanhas e adquirir apoio político. No mínimo, permitiram que suas siglas permanecessem casas de tolerância da corrupção” (FSP, 16 nov. 2014, p. A2). É interessante observar que, embora tomados como inocentes (ao menos em tese), os líderes partidários são apresentados como coniventes aos recursos frutos da corrupção por interesses bastante explícitos pelos autores, de financiar campanhas políticas e comprar apoio. Os próprios partidos políticos seriam, no mínimo, “casas de tolerância da corrupção”, nas palavras dos editorialistas.

A corrupção, neste ponto, aparece significada enquanto um mal que estaria colocado nas entranhas dos partidos políticos e escorreria sua influência para a Petrobras, maior estatal do país, alvo dos seus saques. Empresários aparecem como em um consórcio criminoso, interessados em obter vantagens em contratos vultuosos, porém os atores principais da corrupção são os políticos. Estes são apresentados, ainda que de forma difusa, em dois grupos: o primeiro seria dos corruptores propriamente ditos, operadores dos esquemas e que buscariam

vantagens pessoais através do crime; o segundo, das lideranças partidárias, potencialmente a própria presidenta, que, ainda que possam não estar diretamente envolvidos, deixaram de combater o primeiro grupo com a intenção de alimentar campanhas políticas e a compra de apoio através de recursos que se originariam da corrupção. Se, de um lado, polícia, MP e juízes estariam interessados em combater esses malfeitos, de outro, a política institucional se refestelaria na corrupção. Um signo que não apenas orbitaria no entorno da política, mas estaria entranhado e se confundindo com ela.

No dia 19 de novembro, os editorialistas dissertaram sobre alegações de executivos das empresas envolvidas nas investigações que afirmaram ter sido extorquidos para o pagamento de propina. O argumento do então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, de certa forma abraçado pelo jornal, foi o de que “não faria sentido supor que empresários estivessem sendo obrigados a fazer acordos para burlar concorrências da estatal e distribuir entre si os lotes em disputa. Como, questiona o procurador-geral, alguém pode sofrer extorsão para ganhar dinheiro?” (FSP, 19 nov. 2014, p. A2). Na argumentação da *FSP*, contratos da Petrobras eram superfaturados e divididos entre as empresas envolvidas, que pagavam valores milionários para servidores, políticos, intermediários e partidos (PT, PMDB e PP): “nessa narrativa, todos estão satisfeitos” (FSP, 19 nov. 2014, p. A2). Não há, na avaliação do jornal, a possibilidade de se encarar esses grandes empresários como vítimas, na medida em que são tomados como parte integrante do esquema como um todo. Ainda que recebam menos ênfase do que os políticos também seriam associados ao signo.

Novamente é traçado uma linha de continuidade-comparação entre os escândalos do mensalão e da Petrobras: o primeiro, “maior julgamento da história do Supremo Tribunal Federal” (FSP, 19 nov. 2014, p. A2) tornava-se tímido quando se comparavam as cifras. Se no mensalão estipulava-se um desvio de R\$ 141 milhões, agora chegava-se à cifra de R\$ 10 bilhões, com apenas um dos envolvidos (funcionário da empresa) prometendo restituir à justiça o valor de R\$ 250 milhões (FSP, 19 nov. 2014, p. A2). Como aconteceu em momentos anteriores, os editorialistas lançam mão da comparação de valores financeiros para demonstrar a maior escala do escândalo presente, como se o PT, passado seu momento como iniciante na arte de governar, tivesse se aprimorado e se tornado mais voraz.

Assunto semelhante apareceu em editorial do dia 27 do mesmo mês. O argumento central do texto é o de que os valores envolvidos no escândalo indicariam uma superação daquilo que é definido vagamente como “padrões de corrupção vigentes na história do país” (FSP, 27 nov. 2014, p. A2). A partir de um processo de “um brutal e desavergonhado processo

de aparelhamento do Estado” (FSP, 27 nov. 2014, p. A2), o escândalo apresentaria corrupção em uma escala que chegou a surpreender até ministro do STF que teria afirmado, em julgamento: “em que país vivemos? Os bandidos perderam a noção das coisas?” (FSP, 27 nov. 2014, p. A2). Todo o texto se desenvolve com um tom de enfatizar a enorme escala do que se encontrava com o avançar das investigações. Reforçando essa argumentação de “falta de noção”, os editorialistas resgatam um episódio em que a empresa Galvão Engenharia apresentou “propina com recibo” (FSP, 27 nov. 2014, p. A2), um documento no valor de R\$ 8,8 milhões como forma de sustentar que a empresa sofreu extorsão de representantes da Petrobras, tentando evitar que executivos respondessem por corrupção ativa. O cenário descrito é de completo descalabro: “entre prática rotineira e o assalto flagrante, entre o caixa partidário e o benefício pessoal, entre os corruptos e os que se dizem indignados com a corrupção, as distinções se diluem – e caberá à Justiça repor, o mais breve possível, cada coisa em seu devido lugar” (FSP, 27 nov. 2014, p. A2).

Além dos aspectos morais, a *FSP* pontuou as consequências econômicas do escândalo para a economia brasileira. Em editorial do dia 24 de novembro, o jornal pontuou que a crise gerada pelo escândalo aumentou a pressão dos mercados financeiros sobre a estatal e sobre as contas públicas brasileiras:

De súbito, o crédito do Brasil, do governo e das empresas deteriorou-se. Subiram as taxas de juros que investidores demandam para manter ou adquirir títulos brasileiros, dívidas do governo e de empresas; o dólar desvalorizou-se, assim como o preço das ações. A crise acentuou o desprestígio da economia e das finanças nacionais, em tendência de baixa neste ano. Mostrou, ainda que de modo exagerado, como as incertezas pelo escândalo da Petrobras podem contribuir para uma piora adicional das condições do crédito e do investimento no Brasil (FSP, 24 nov. 2014, p. A2).

Esse cenário crítico encontraria remédio na forma como a presidenta Dilma conduziria a política econômica dali para a frente. Em movimento de pressionar o governo para a adoção de uma agenda distinta daquela que marcou o primeiro governo Dilma, elogiou a indicação de que seria nomeada uma “equipe ministerial rigorosa no trato de assuntos econômicos elementares” (FSP, 19 nov. 2014, p. A2). Diante da irracionalidade do que estaria sendo realizado até aquele momento, a reação positiva do mercado às indicações seria “um sinal de que a restauração de um mínimo de racionalidade pode conter os efeitos colaterais do inquérito sobre corrupção na maior empresa do país” (FSP, 19 nov. 2014, p. A2). O signo aparece, portanto, como um critério central da avaliação do governo diante do sistema financeiro, um provocador de tremores que só seriam apaziguados na medida em que o governo se submetesse

à agenda econômica neoliberal. Esse foi, como se evidenciou na pesquisa, um uso recorrente desse processo de significação, o de manter o governo pressionado para que aplicasse as medidas de austeridade que eram defendidas pelo governo. De fato, esse parece ter sido o objetivo central de todo esse processo, ao menos até o momento em que se vislumbrava a possibilidade de afastar o governo e colocar em seu lugar um grupo mais alinhado.

Passado pouco mais de um mês das eleições, a *FSP* retornou ao tema discutindo a questão dos financiamentos de campanha e relacionando-o com o escândalo da Petrobras. O texto inicia destacando o crescimento significativo dos valores gastos pelos então candidatos Dilma Rousseff e Aécio Neves, nesse ano, quando comparados aos gastos dos seus partidos em 2010. Os autores pontuaram o fato de os valores serem espantosos e crescentes, preocupando “mesmo políticos que hoje se beneficiam do modelo” (*FSP*, 28 nov. 2014, p. A2). O argumento central é que os altos custos envolvidos em campanhas, sobretudo presidenciais, acompanhados do fato de que há uma correlação entre gastos e chances de vitória, têm dificultado as campanhas.

O texto então passa para a questão da corrupção:

Ainda pior, os aspectos deletérios do sistema não se esgotam na distorção representada por pagamentos dessa natureza. Talvez mais grave seja o véu de suspeita com que se cobrem as doações feitas por empreiteiras envolvidas na Operação Lava Jato, que investiga esquema de corrupção na Petrobras. Juntas, elas repassaram quase R\$ 73 milhões a Dilma e Aécio. T tamanha ganância decerto não deriva do fervor ideológico das companhias. Trata-se, ao contrário de puro pragmatismo: fazem-se contribuições na expectativa de obter do eleito vantagens indevidas; um investimento, e não doação (*FSP*, 28 nov. 2014, p. A2).

O sistema político, portanto, estaria comprometido com a corrupção desde o momento da campanha. O político eleito, por sua vez, seria uma figura que já surgiria, em função do sistema eleitoral presente, carente de altas fortunas para seu financiamento, em função da crescente competitividade das campanhas, que exigiam elevados valores. Para obter esses valores, estabeleciam-se relações de interesse com grandes empresas, que viabilizavam as caras campanhas eleitorais com o objetivo de obter vantagens através da corrupção. O jornal ainda considera como urgente que se interrompa esse “círculo vicioso”, mas qualifica como pouco produtivas as alternativas que estavam sendo ventiladas então, de financiamento público exclusivo ou proibição de doações por empresas (*FSP*, 28 nov. 2014, p. A2). A argumentação do jornal deixa em aberto qual seria a alternativa possível. De fato, o financiamento de campanhas se mostra como uma contradição tão fundamental no interior do sistema capitalista, que podemos mesmo nos questionar a possibilidade de existir uma alternativa que não comporte

em si mesma uma série de desafios. Talvez para evitar esse debate, mantém em aberto quais seriam essas possibilidades.

No editorial do dia 3 de dezembro, ocorreu a discussão acerca da punição das empreiteiras envolvidas nas investigações da Petrobrás. O lide do texto já aponta com clareza o argumento central: “somente com fiscalização implacável e punições severas o país conseguirá refrear a bandalheira que permeia a administração pública” (FSP, 3 dez. 2014, p. A2). O debate surge em razão do fato de que um dos advogados que defendia empresa investigada pela Operação Lava Jato havia afirmado que deveria haver parcimônia da punição das empresas, tendo em vista que seu peso econômico faria o Brasil parar. Posição que a *FSP* se coloca como absolutamente contrária:

Estão sob escrutínio, de fato, gigantes do setor. Juntas, faturaram mais de R\$ 30 bilhões no ano passado, quase um terço do que ganharam as 300 maiores empresas desse ramo; passam de 200 mil os funcionários empregados por elas. São números grandiosos, sem dúvida. O tamanho das companhias, porém, não pode servir de salvo-conduto para que se envolvam em negociatas – muito menos num escândalo como esse, capaz de apequenar as cifras conhecidas durante o processo do mensalão (FSP, 3 dez. 2014, p. A2).

O argumento do jornal é o de que a única alternativa para que se dê uma resposta adequada ao escândalo seria a Justiça mostrar que, independentemente do impacto eventual para a economia nacional, a corrupção é inaceitável com qualquer empresa. No editorial, os autores se portam com bastante pragmatismo, defendendo que as punições ocorram dentro de critérios técnicos que desconsiderem consequências para além da punição (FSP, 3 dez. 2014, p. A2). Interessante observar que, novamente, o mensalão aparece como paradigma a ser observado.

Para reforçar o argumento acerca da importância de que as empresas sejam punidas, os editorialistas resgatam depoimento de Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, em sessão da CPI mista ocorrida no dia anterior. Nele, Costa afirma que o que se observava na Petrobras era, de fato, prática corrente em todo o país e em todo tipo de obra pública de monta. Nesse momento, o jornal recoloca Dilma e o PT em associação ao signo:

A acusação é gravíssima, “estarecedora”, para usar termo caro à presidente Dilma Rousseff, cujo partido, o PT, comanda o governo federal há 12 anos. Será possível que, nesse tempo, só Costa e o doleiro Alberto Youssef tenham se dado conta de processo tão amplo de dilapidação do patrimônio público. Tanto quanto o argumento em favor da impunidade das empreiteiras, essa ideia beira ao escárnio (FSP, 3 dez. 2014, p. A2).

O quadro é bastante claro. O Partido dos Trabalhadores esteve à frente do governo federal nos últimos 12 anos, período que coincidiu com graves denúncias e investigações de corrupção. Além disso, observou-se a generalização de um modelo em que grandes empresas pagariam propina para ter assegurados seus lucros em contratos com a União. Se um doleiro e um ex-diretor da maior estatal do país tinham informação dessa prática corriqueira, supor que os mandatários do país não tivessem o mesmo conhecimento seria um absurdo. Os governos petistas seriam, no mínimo, cúmplices de grave imoralidade que permeava o Brasil. Na avaliação de Singer (2018),

o depoimento de Costa explicitava aquilo de que, segundo Dallagnol, se falava “há décadas”, ou seja, que a corrupção se alastrava pelas “grandes obras”, mas nunca houvera um testemunho direto de quem operava o esquema. E isso veio à tona justamente quando o PT governava o Brasil. No auge do mensalão, em julho de 2005, Lula dissera sobre o caixa dois: “O que o PT fez, do ponto de vista eleitoral, é o que é feito no Brasil sistematicamente”. Da mesma forma que o mensalão pode ser entendido como a punição exemplar da prática corriqueira do caixa dois, o petrolão foi o inédito desbaratamento do esquema de corrupção que sempre envolvera as estatais. Tanto em um caso como em outro, o lulismo pagou o preço de participar do *modus vivendi* tradicional da política brasileira (Singer, 2018, p. 251).

Conforme o ano se encerrava, os editorialistas assumiam uma postura de balanço do governo que chegava ao fim e de perspectivas para o que se avizinhava. No dia 7 de dezembro, a *FSP* refletiu acerca dos grandes desafios políticos que Dilma enfrentaria dali para frente (*FSP*, 7 dez. 2014, p. A2). Todo o texto gira em torno de três teses.

A primeira parte do elogio à nova equipe econômica escolhida pela presidenta. Ao optar pela ortodoxia, Dilma manifestaria um mea-culpa e faria uma demonstração de personalidade frente aos interesses de seu partido, reconhecendo que os desafios em matéria de economia que surgiam não eram menores e exigiriam mudanças drásticas. A escolha de Joaquim Levy para a Fazenda demonstrava, então, “empenho para corrigir o crescente descontrole na economia” (*FSP*, 7 dez. 2014, p. A2). Escolha essa que era aceita a contragosto “pelos setores mais duros do PT” (*FSP*, 7 dez. 2014, p. A2).

A segunda tese é de que também se abriria uma frente de descontentamento a partir do momento em que, através de uma reforma ministerial, Dilma precisasse acomodar outros partidos que formariam sua base. Pela falta de força política após as eleições, Dilma precisaria ceder espaço que outrora seria ocupado por integrantes do PT a partidos como o PMDB, de seu vice, e de “novos comensais na festa fisiológica, com o PSD, de Gilberto Kassab, em posição destacada” (*FSP*, 7 dez. 2014, p. A2).

Por fim, na terceira tese, Dilma encontraria problemas graves em lidar com as investigações envolvendo a Petrobras:

Dilma terá condições de atribuir plena responsabilidade dos desmandos na estatal a esquemas erigidos em gestões anteriores, separando-se dos escândalos dos anos Lula? O episódio dificilmente teria tomado a dimensão atual não fosse a nota, redigida de próprio punho, em que a presidente expunha suas reservas quanto à compra da refinaria de Pasadena, nos EUA. Fica assim ambígua a situação política de Dilma Rousseff. Se o escândalo pode fortalecer-lhe a autonomia em relação à camisa de força petista, não se sabe que flancos expõe sobre sua conduta ou, muito menos, a de ministros que ainda nem chegou a nomear. Em suma, o velho mito da faxineira tinha sentido quando se tratava de eliminar sujeiras localizadas. O quadro muda quando, para fazer a limpeza, seria necessário trocar as próprias fundações do chão em que se pisa (FSP, 7 dez. 2014, p. A2).

A passagem citada salta aos olhos. Talvez não seja coincidência que, a partir do momento em que Dilma indicava assumir uma postura ortodoxa na economia, em favor daquilo que seguia sendo tradicionalmente defendido pelo jornal, ressurgiu narrativa presente no ano de 2012, conforme apresentamos: a separação da presidenta e do partido, colocados em oposição. Dilma é apresentada como alguém manobrando para transferir as responsabilidades do escândalo para o governo anterior, de Lula, seu padrinho político. O próprio “mito da faxineira” (FSP, 7 dez. 2014, p. A2) é resgatado, embora os autores destaquem que o cenário atual é grave, dada a monta dos escândalos, e exigiria radicais transformações. Seu partido, por sua vez, é caracterizado como “camisa de força petista” (FSP, 7 dez. 2014, p. A2). Assim como aparecia com clareza em 2012, é como se Dilma fosse alguém estranha ao partido, tentando manobrar no interior de uma estrutura à qual a *FSP* é flagrantemente crítica, buscando aplicar políticas dotadas de racionalidade ao qual o PT se opunha. Em um contexto em que o partido se confundia cada vez mais com o signo *corrupção*, é quase como se o jornal acenasse para Dilma com a possibilidade de que ela, mantendo-se no caminho da ortodoxia e demonstrando interesse em punir corruptos e corruptores, ficasse de fora dessa associação.

Reflexão semelhante apareceu no dia 13, quando o jornal comentou tensão envolvendo o procurador-geral da República Rodrigo Janot e o governo. Janot afirmara em evento sobre o tema do combate à corrupção que seria necessária a substituição do comando da Petrobras, então dirigida por Graça Foster, pessoa próxima de Dilma. O Planalto, por sua vez, articulava defesa da presidenta da Petrobras, na pessoa do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. O governo afirmava que não havia qualquer indício vinculando Foster ao investigado, o que o jornal pondera como verdadeiro. Entretanto,

Se se trata de afirmar um combate sem tréguas à corrupção, e ao mesmo tempo de defender a inocência da atual diretoria da Petrobras, é forçoso que, no plano do discurso e da ação, se dissipem os laços de continuidade entre o governo de Dilma e o de Lula. Obviamente, nada seria mais irônico do que ver o atual governo recaindo na famosa tese da “herança maldita” – agora, contra Lula (FSP, 13 dez. 2014, p. A2).

Os editorialistas apresentam, então, a possível inocência de Graça Foster¹³ vinculada à ruptura de Dilma e Lula, novamente realizando o movimento de afastamento simbólico da então presidenta com seu padrinho político. A única forma do governo conseguir sustentar sua inocência seria através da ruptura para com o governo que o antecedeu e, em última instância, para com seu próprio partido.

Já no dia 9, o jornal analisou uma recente pesquisa sobre a popularidade da presidenta. A síntese de seus resultados era a de que 85% dos participantes ouvidos estavam convictos acerca dos crimes cometidos na Petrobras e 68% responsabilizavam Dilma pelo caso, considerando que apenas o governo Collor fora mais corrupto. Ao mesmo tempo, 42% dos entrevistados consideravam o governo Dilma ótimo ou bom, índice semelhante ao observado antes do segundo turno das eleições, demonstrando pouco impacto das revelações acerca da Petrobras na avaliação da qualidade de seu governo. Por fim, foram trazidos os seguintes dados: 46% acreditavam que nunca houvera tanta investigação acerca da corrupção e 40% de que nunca tantos corruptos foram punidos (FSP, 9 dez. 2014, p. A2).

Embora pondere a alta taxa de responsabilização de Dilma pelos episódios de corrupção ocorridos na Petrobras, o jornal parece apresentar certo desconforto com os dados. Nesse ponto, atribui isso a um sentimento de gratidão:

Não que haja excesso de tolerância dos brasileiros com a ladroagem; mais provável é que predomine a gratidão pelos benefícios sociais prodigalizados nos 12 anos de governos petistas. Persistindo a combinação de desemprego baixo e renda razoável com a percepção de que larápios estão indo para a cadeia, a ideia fixa da oposição com o tema reverberará só entre os já convertidos (FSP, 9 dez. 2014, p. A2).

De forma nem tão sutil assim, a *FSP* atribui a boa avaliação do governo Dilma aos setores mais pobres da população, considerando que sua boa impressão era motivada como retribuição aos benefícios sociais conquistados nos governos petistas. A avaliação da opinião da população é colocada em questão na medida em que se pressupõe uma relação – negativa – em que os cidadãos mais pobres são comprados por benefícios sociais, como o bolsa família. Inclusive, mantendo-se este cenário, ataques ao governo utilizando-se da corrupção como

¹³ Destaca-se que Foster jamais recebeu qualquer tipo de condenação em virtude das investigações ocorridas no contexto da Operação Lava Jato e da crise da Petrobras.

instrumento político teriam pouco sucesso, por precisarem se contrapor a essa imagem positiva produzida por um sentimento de gratidão. Nesse sentido, é como se o jornal esperasse que a escolha do eleitor fosse fundada em um critério que estivesse desvinculado dos resultados sentidos em sua vida. Ora, é relativamente previsível que o eleitor procure votar no candidato que mais coisas positivas trouxe para os seus desafios pessoais. Apesar de que essa nunca seja uma transferência automática e tão simples, em um país de brutais desigualdades como o Brasil, o combate à fome, por exemplo, não parece ser um critério menor na escolha de um eleitor. No caso das expectativas apontadas pelos autores do texto, porém, isso não deveria ocorrer. As denúncias de corrupção deveriam, em tese, ser o suficiente para que a população mais pobre não levasse em consideração os avanços sociais produzidos pelo ciclo petista.

Em “Dilma 2.0”, os editorialistas apresentam último texto desse processo de balanço do primeiro governo Dilma e das expectativas para o próximo. O editorial inicia pontuando que presidentes em segundo mandato, ao menos em tese, dão continuidade ao que faziam no primeiro. Entretanto, esse não seria o caso de Dilma, que iniciaria um novo período com mudanças radicais. O jornal afirma, inclusive, que “é como se só agora a presidente inaugurasse de fato o seu governo, o qual teria pouco em comum com o emperrado esforço administrativo dos últimos tempos” (FSP, 28 dez. 2014, p. A2). De modo mesmo irônico, o jornal pontua que talvez Dilma planejasse “desfazer os males legados pela sua antecessora – que, no entanto, foi ela mesma” (FSP, 28 dez. 2014, p. A2). Na prática, como recorrentemente aparece nos editoriais, as responsabilidades pela crise política e econômica são reduzidas à figura da presidenta, deixando de considerar o fato de que o presidencialismo comporta alianças que se organizam em coalizões partidárias, opinião que se generalizou no senso comum da população (Daniel, 2016, p. 106).

O sentido dessa ruptura fica mais claro quando os autores destacam que Dilma estaria realizando movimento de reforma ministerial não apenas para assentar interesses de partidos aliados, aos quais dependeria para ter sustentação, mas também substituindo posições petistas por membros do partido mais próximos a ela do que aos “círculos do poder lulista” (FSP, 28 dez. 2014, p. A2). A possível ruptura de Dilma 2 com Dilma 1, portanto, seria uma ruptura com a herança lulista, por outras vezes destacada nos editoriais. Esse esforço recorrente em separar Dilma de Lula parece se articular com o sentido mesmo das investigações da Lava Jato. Conforme Singer (2018):

Do primeiro vazamento da delação de Costa, em setembro de 2014, até a divulgação das gravações de Lula, na segunda quinzena de março de 2016, a República de

Curitiba se constituiu numa fonte permanente de agressões ao lulismo, lembrando, em alguma medida, o cerco que levou Getúlio Vargas ao suicídio em agosto de 1954. A diferença foi que a República do galeão durou menos de um mês, e a de Curitiba levou dois anos para derrubar Dilma e quatro para condenar Lula em segunda instância, o que aconteceria em janeiro de 2018 (Singer, 2018, p. 245).

Em matéria de economia, o jornal se posiciona de modo favorável à indicação de Joaquim Levy, criticando duramente a gestão de Guido Mantega, opondo “preocupação fiscal” e “realismo tarifário” aos “arranjos e remendos que caracterizaram os derradeiros anos” de Mantega (FSP, 28 dez. 2014, p. A2). Os autores chegam mesmo a dizer que, nesse aspecto, Dilma se pareceria com os resultados possíveis de uma vitória eleitoral de Aécio Neves (PSDB). As dificuldades econômicas as quais o país enfrentava e as escolhas da presidenta são apontadas como possíveis fatores a serem explorados por Lula, novamente retomando a ideia da ruptura, ao afirmar que ele “difícilmente fugiria à tentação de acentuar discordâncias com o governo Dilma, visando a seu próprio retorno daqui a quatro anos” (FSP, 28 dez. 2014, p. A2).

Também se repete a argumentação de que, para preservar seu governo das graves denúncias de corrupção que pairavam sobre a Petrobras, seria inevitável que Dilma realizasse o movimento de responsabilizar seu antecessor pelos episódios. Pondera-se, entretanto, que esse seria um caminho “arriscado e incerto”. Para que Dilma se livrasse do “jogo intimidatório do PT”, precisaria estabelecer “dependência maior das grandes e pequenas legendas de aluguel” (FSP, 28 dez. 2014, p. A2).

Apesar de sutis acenos favoráveis à escolha de Levy e de uma singela expectativa de mudanças em relação ao segundo mandato, o balanço final é predominantemente negativo:

Foi uma presidente da República com reduzidas capacidades de reconfigurar a conjuntura a seu favor. Sem saber a diferença entre liderança e truculência, entre firmeza e teimosia, Dilma tem parecido sempre menor do que os desafios do cargo – os quais, faça-lhe justiça, avalia sem medo nem frivolidade. Na campanha eleitoral, Dilma Rousseff avançou na bandeira de uma reforma política; tem noção, sem dúvida, dos inúmeros problemas que a corrupção provoca no país; está diante de imposições prementes nas áreas previdenciária, tributária e de infraestrutura. Levando em conta seu estilo que não é o do traquejo e da simpatia, talvez não tenha outra saída a não ser enfrentar tais dificuldades com um senso resignado dos limites da própria missão. Dado seu reduzido potencial de “virtù” política, todavia, não há como não considerar exageradas as expectativas de que o faça, durante seu segundo mandato, com o grau de sucesso de que o país precisa (FSP, 28 dez. 2014, p. A2).

Dilma é apresentada como de pouco tato, com pouca habilidade política, embora capaz de reconhecer os desafios do país. Sua personalidade é até mesmo caracterizada como rude. Diante dos problemas que enfrentaria, a *FSP* afirma ter poucas esperanças de que ela tenha sucesso.

Mesmo vencedora, o horizonte que se apresentava para Dilma 2 era desafiador. Os editoriais indicavam um contexto em que Dilma saía vitoriosa, mas fragilizada, sem apoio político, perdendo apoio popular e precisando dar respostas para graves desafios econômicos causados por seu próprio governo. Tudo isso enquanto se desenrolava uma investigação criminal que era descrita, cada vez mais, de modos superlativos, e que estaria vinculada diretamente ao seu partido. A presidenta não era propriamente vinculada ao signo *corrupção*, mas isso não significava que lhe era imputada uma aura de inocência. Pairava no ar, isso sim, um certo clima de incerteza, enquanto o signo *corrupção* lhe orbitava.

“Com a derrota do assalto ao poder executivo do candidato Aécio Neves, reinicia-se o movimento que já havia se formado em junho de 2013. Se não fosse por bem, ou seja, nas eleições, a experiência petista terminaria por mal, ou seja, pelo golpe de Estado” (Souza, 2016, p. 130). 2015, como veremos, marcará o início do ato final desse processo, que culminará com o impeachment de Dilma. Após a construção de uma sólida narrativa midiática em torno do signo *corrupção*, que apenas se agudizará nos próximos dois anos, começam a ser ouvidos ecos mais fortes vindos de setores da população. A Lava Jato avança, enormes protestos são vistos nas ruas e a anteriormente considerada disparatada ideia de um impeachment torna-se cada vez mais razoável, prosseguindo com vigor ao Planalto. O governo Dilma começa a perceber o tremor aos seus pés se convertendo no estrondo de uma estrutura ruindo. É sobre esse período que nos dedicaremos no próximo capítulo.

5 O AVANÇO DA LAVA JATO, A DIREITA NAS RUAS E O PROCESSO DE IMPEACHMENT

Com a quarta vitória seguida do partido, ainda que em eleição apertada, todo o processo começa a se acelerar. Diferentes grupos se articulam no sentido de interromper, mesmo que fora da via democrática, o mandato da presidenta eleita, processo que a *FSP* formará também através de seus editoriais. Neste capítulo, analisaremos a forma como o avanço da operação Lava Jato e a tomada das ruas por opositores do governo aumentaram a pressão sobre Dilma, ao mesmo tempo em que os editoriais se tornavam cada vez mais contundentes. Foi nesse contexto que se desenrolou a abertura do processo de impeachment que levou ao afastamento da presidenta em 2016.

5.1 UM COMEÇO TURBULENTO

O começo do segundo mandato de Dilma foi, da parte do governo, discreto. A equipe econômica avançava em medidas de arrocho orçamentário, aprofundando uma política de austeridade. Na prática, eram aplicadas as propostas que haviam sido apresentadas pela candidatura derrotada nas eleições do ano anterior. Passados 26 dias da segunda posse, a presidenta se manifestou pela primeira vez. A *FSP*, embora ironizando contradições no discurso de Dilma, elogiou o fato de que a mandatária reconhecia a necessidade dos ajustes, tão defendidos pelo jornal. Como contraponto, pontuou que a presidenta atribuía a um período de seca que se abatia no campo a responsabilidade pela queda dos preços de commodities e a alta de alimentos, desconsiderando aquilo que seria da responsabilidade da mandatária. O jornal foi mais duro com relação ao seu comentário acerca da crise na Petrobras, personificando nas lideranças petistas a responsabilidade pela crise: “Dilma reiterou a asserção duvidosa de que ‘nunca um governo combateu com tamanha firmeza e obstinação a corrupção e a impunidade’. Ora, a própria empresa anunciou que as irregularidades ocorreram de janeiro de 2004 a abril de 2012. Governos Lula e Dilma, pois não?” (*FSP*, 29 jan. 2015, p. A2). Era apontada a responsabilidade pelos governos petistas em virtude do fato de que já estavam no governo há tempo suficiente para que essa situação houvesse sido superada. Desconsidera-se a possibilidade de que a própria revelação dessas irregularidades no período petista fosse, de fato, demonstração daquilo que era afirmado por Dilma, de que o combate à corrupção avançava em seu governo.

No dia 3 de março, o jornal comentou a vitória, por ampla margem, de Eduardo Cunha para a presidência da câmara. Os autores destacaram o fato de que Cunha, desafeto do governo, obteve uma vitória ainda em primeiro turno, o que seria prova cabal da fragilidade de Dilma. A argumentação foi reforçada com a constatação de que o deputado tinha, em suas mãos, o poder de instaurar CPIs e avançar pedidos de impeachment, justamente no contexto em que a Lava Jato acontecia (FSP, 3 fev. 2015, p. A2). O jornal reconhecia um poder nas mãos do deputado que, conforme seria verificado posteriormente, mostrar-se-ia devastador para as esperanças de um segundo mandato tranquilo por parte do governo. Sobre esse personagem central para o desfecho do impeachment, são razoáveis algumas considerações trazidas por Singer (2018):

Depois da reeleição, a guerra contra Dilma se tornou aberta. Eduardo Cunha, aproveitando a diminuição da bancada do PT, lança-se, três dias após o pleito, candidato à Presidência da Câmara. [...] Cunha dava início ao enredo explícito que terminaria com a defenestração presidencial. Descrito por amigos, aliados, adversários e inimigos como personagem “sem limites”, o deputado tinha a inteligência, a energia, a liderança, os recursos financeiros, o controle do regimento e a frieza necessários para comandar a guerra contra a presidente. Sem hesitação, rompia o acordo de revezamento para a Presidência da Câmara estabelecido em 2006 com o PT. Como o presidente da Câmara detém o poder constitucional de fazer andar o impeachment, a intenção era óbvia (Singer, 2018, p. 193).

No dia em que o Partido dos Trabalhadores completava 35 anos, seus militantes teriam “poucos motivos para comemorar” (FSP, 6 fev. 2015, p. A2). No texto do dia 6 de fevereiro, os autores se dedicaram em apontar fracassos recentes do governo. A saída de cinco dos sete diretores da Petrobras adiantava o cronograma previamente acertado de trinta dias entre Dilma e Graça Foster para a mudança do comando da estatal. A importância da empresa fazia com que esse movimento fosse “um duríssimo golpe contra a petista” (FSP, 6 fev. 2015, p. A2), visto que o governo demonstrava não ser capaz de conseguir conduzir uma mudança organizada na estatal em meio à crise. Além disso, era aprovada uma nova CPI para investigar o escândalo da Petrobras com boa margem de assinaturas, tendo recebido pronta instauração por parte de Eduardo Cunha, articulador do processo, que buscava utilizar a comissão para enfraquecer o governo. Por fim, a delação de um ex-gerente da Petrobras, Pedro José Barusco Filho, havia indicado que o PT teria recebido até US\$200 milhões em propinas de contratos da estatal entre 2003 e 2013, incluindo a participação do então tesoureiro do partido, João Vaccari Neto (FSP, 6 fev. 2015, p. A2).

Todo o quadro que ia se construindo era desafiador. O substituto para o cargo de Graça Foster nomeado por Dilma também foi criticado em editorial seguinte, em função do fato de que teria desagradado tanto membros do PT, que não o viam como alguém capaz de contornar

a crise, como o mercado, que reagiu com forte queda das ações. Dilma é caracterizada de forma francamente negativa: “Mais uma vez a presidente da República se vê assoberbada por uma crise à qual, por falta de inteligência política e talvez de simples contato com a realidade, só tem contribuído para intensificar” (FSP, 7 fev. 2015, p. A2). Mal se completava o primeiro mês do novo governo e a situação descrita pelo editorial era de extrema dificuldade: incapaz de conduzir a crise, sendo alvo de graves denúncias na Operação Lava Jato e com um opositor de fato – já que seu partido, formalmente, era da base do governo – à frente da Câmara de Deputados.

A percepção da população com relação ao momento vivido pelo governo estaria expressa em pesquisa do Instituto Datafolha que mediu a simpatia partidária da população. O texto do editorial do dia 10 de fevereiro realiza tanto uma crítica à política partidária como um todo, quanto ao Partido dos Trabalhadores em especial. Com relação à primeira, destaca o fato de que 71% dos brasileiros não teriam um partido de preferência, o que representaria o contexto de descrédito para com a política. Com relação à segunda, salienta o fato de que o PT era, desde 1999, o partido que conquistava mais adeptos no país, mas agora se aproximava de índices dos demais:

Esse patrimônio, que parecia bastante sólido após ter resistido ao mensalão, dá sinais de que vai ruir. O fracasso na economia e a percepção do estelionato eleitoral, aliados aos bilionários desvios na Petrobras, levam cada vez menos gente a se identificar com o Partido dos Trabalhadores (FSP, 10 fev. 2015, p. A2).

Na narrativa que era construída, não apenas se apresentava o fracasso de um governo que mal começava seu segundo mandato, como também se indicava a falência do próprio partido, em virtude de dificuldades na área econômica e dois escândalos de corrupção. Destaca-se que o escândalo presente, na Petrobras, seria ainda mais impactante na medida em que teria produzido resultados de perda de apoio não observados no paradigma anterior, o do mensalão. Mantém-se a crítica geral à política partidária, que apareceu tantas vezes em textos anteriores, havendo, porém, uma ênfase cada vez mais clara na crítica ao Partido dos Trabalhadores. Leitura essa que acompanha a análise de Laidler (2016, p. 42), que identifica uma certa narrativa hegemônica na imprensa que responsabilizava a crise que o país vivia pelos gastos públicos e pela corrupção comandada pelo PT. Não é uma questão menor reconhecermos, como observou-se nas fontes e na bibliografia, que essa perda de popularidade, esse impacto na imagem do partido, coincide com o período em que a grande mídia passou a significar a corrupção de forma mais contundente enquanto mal do país e, sobretudo, como consequência dos governos petistas.

Essa interpretação fica reforçada ao analisarmos editorial do dia 22 de fevereiro, em que os autores comentam entrevista de Dilma. O tom do texto é duro e parte de duas críticas principais. Em primeiro lugar, condena o fato de que a presidenta havia argumentado que fora apenas graças à independência concedida ao Ministério Público e à Polícia Federal que esses casos de corrupção se encontravam sob investigação, comentário que já aparecera anteriormente. A segunda crítica, mais severa, dirigiu-se à afirmação de que o esquema de corrupção verificado na estatal era anterior aos governos petistas e, se houvesse sido investigado naquele contexto, não haveria funcionários mantendo esse esquema por duas décadas. O argumento do jornal é o de que, passados dois governos Lula e o primeiro governo Dilma, não haveria razão para atribuir responsabilidades para outros presidentes (nesse caso, o psdbista Fernando Henrique Cardoso) (FSP, 22 fev. 2015, p. A2).

“O cinismo, às vezes, confunde-se com a estultice; entre a falta de sensibilidade política, a fraqueza argumentativa e o desgaste de sua liderança, a presidente Dilma Rousseff rompe o silêncio para criar somente uma sensação de vazio ainda maior à sua volta” (FSP, 22 fev. 2015, p. A2). A impressão que fica é a de que os autores estariam preocupados em assegurar que o signo *corrupção* não escapasse da órbita do Partido dos Trabalhadores, ainda que permitissem que ele irradiasse para a política como um todo, na construção de seu descrédito. O fundamental é que o PT fosse visto como o grande protagonista dessa grave crise moral que, na opinião do jornal, perpassava o país. A crise ficava restrita exclusivamente aos períodos dos governos petistas. Ainda que apresentasse o signo enquanto condição crônica, é fato que formas mais concretas de significação enfatizam os governos de Lula e Dilma e, quando remetem a períodos anteriores, fazem-no apenas de modo a estabelecer uma comparação que reforce o presente. No contexto do mensalão, o escândalo era o maior desde o governo Collor. Após seu julgamento pelo STF, não havia mais necessidade de estabelecer comparações com escândalos de governos anteriores ao petismo e toda a significação ficava restrita ao período.

Exemplo do fato de que, embora com outra acentuação, a narrativa da condenação da política como um todo se mantém pode ser observado no comentário feito pela *FSP* acerca dos membros indicados para aquela que já era a terceira CPI a investigar a Petrobras. O jornal pontuou que os deputados indicados para a comissão haviam recebido financiamento para suas campanhas justamente das empresas que eram investigadas na Lava Jato. O jornal considera que os nomes, longe de serem infelizes coincidências – ou indicações da forma promíscua como grandes empresas asseguram influência na política institucional –, na realidade seriam indicações cuidadosamente feitas para assegurar que a CPI representasse “um aviltamento sem

precedentes” (FSP, 26 fev. 2015, p. A2). Estaria sendo organizado um grande acordo para interromper as investigações ou, ao menos, não estender seus efeitos para o mundo político com impacto mais decisivo.

Com sua popularidade corroída, não apenas por causa dos escândalos na Petrobras, mas também devido aos sinais negativos na economia, a presidente Dilma Rousseff (PT) parece ter optado pela estratégia menos arriscada – que é, igualmente, a menos produtiva. Praticamente desaparece da cena (FSP, 1º mar. 2015, p. A2).

O editorial de 1º de março, com excerto destacado acima, reforçava a imagem de uma presidenta enfraquecida e sem espaço. Criticava o fato de deixar as responsabilidades pelos duros ajustes econômicos para a equipe do Ministério da Fazenda, ao mesmo tempo em que assistia sem reação a uma sequência de derrotas vividas no Legislativo. Após isso, os autores passaram a analisar uma peça publicitária do PMDB de seu vice, Michel Temer, veiculada pela televisão. O vídeo, embora governista e defendendo os esforços do partido em prol do país, não citava o nome da presidenta. Ela representaria um movimento sutil, mas simbólico, de marcar o empoderamento do partido: “Temer e seus correlegionários assumiam a atitude de quem se sente no comando do Estado; uma tomada de posse televisiva, por assim dizer, ainda que só nos quadros relativamente modestos dos ministérios” (FSP, 1º mar. 2015, p. A2). Não apenas a presidenta estaria perdendo espaço, como também haveria um esforço em ocupar esse vazio da parte do próprio partido de seu vice.

Um traço presente na cobertura do mensalão que se mostrava também durante a Lava Jato era o cuidado em se demonstrar preocupação com a legalidade dos processos que se desenrolavam. Pontuou-se que o fato de que o procurador-geral da República Rodrigo Janot havia pedido a abertura de 28 inquéritos para investigar 54 nomes mencionados na Operação Lava Jato, os quais seriam de competência do STF – lista que ainda não era de conteúdo conhecido –, haveria de produzir grandes repercussões políticas. Contudo, foi realizado um arrazoado acerca do fato de que isso não significava a culpabilidade imediata dos nomes que porventura estivessem nessa lista, apenas o começo de um processo jurídico que, esperava-se, deveria ocorrer de forma rápida e transparente (FSP, 5 mar. 2015, p. A2).

Ainda no primeiro trimestre, o editorial do dia 15 de março é bastante cauteloso. No dia em que estavam marcados protestos contra o governo pelo país, os autores pontuavam o fato de que não havia motivo que justificasse o pedido de impeachment de Dilma. A presidenta, apesar de suas dificuldades, estaria agindo de boa-fé e havia sido “eleita de forma legítima” (FSP, 15 mar. 2015, p. A2). Isso não significava a ausência de duras críticas. Pelo contrário, era

destacado o fato de que o governo havia optado por tentar controlar a economia, quando deveria se conter em regular o mercado, produzindo uma crise que, se não fosse rapidamente contida cobraria um preço em uma “combinação apocalíptica de recessão e aumento de preços, impostos e desemprego” (FSP, 15 mar. 2015, p. A2). As suas decisões em matéria econômica, nesse começo de segundo mandato, são até mesmo elogiadas e os autores consideram que qualquer pessoa que assumisse o governo a partir de então precisaria, imperativamente, fazer o mesmo. Quase como se considerasse melhor que caísse sobre Dilma as consequências profundas em impopularidade pelo arrocho econômico, os editorialistas sustentam que “melhor que prevaleça a legitimidade do voto popular” (FSP, 15 mar. 2015, p. A2) e se evite o impeachment, remédio constitucional de utilização “traumática” (FSP, 15 mar. 2015, p. A2). Fica aparente, na estratégia argumentativa do jornal, o movimento de pressionar o governo em direção à austeridade fiscal, ao mesmo tempo em que se indica um alívio dessa pressão na hipótese da adoção efetiva dessa agenda.

Como podemos observar, o cenário descrito pelo jornal, no primeiro trimestre de governo, era desalentador. Dilma era apresentada como alguém enfraquecida e isolada, sofrendo derrotas por todos os lados ao mesmo tempo em que se aprofundava a crise econômica, fruto de sua má gestão no primeiro mandato, e a crise política, com o avanço da Lava Jato. Revivendo o que havia acontecido no contexto do mensalão, o PT era cada vez mais confundido com o signo *corrupção*, ainda que não como única equivalência estabelecida, mas como o elo central nessa constelação sígnica que orbitaria a corrupção. O governo descrito se encontrava acuado, tentando aplicar medidas de austeridade fiscal que eram defendidas enfaticamente pelo jornal como solução para a crise. A relativa tolerância com que a presidenta era tratada pelos editorialistas no começo de seu primeiro mandato dava lugar para críticas severas e um quadro onde ela aparecia como uma figura menor, afundada em uma crise que tinha como ponto central a corrupção. Se o começo de Dilma 2 havia sido turbulento, as coisas apenas piorariam dali para frente.

5.2. O “FORA, DILMA” TOMA AS RUAS

“Em clima pacífico, descontraído e democrático, centenas de milhares de brasileiros, nas mais diversas cidades do país, foram às ruas neste domingo para protestar contra o governo Dilma Rousseff, o PT e a corrupção” (FSP, 16 mar. 2015, p. A2). Assim foram descritas as manifestações ocorridas no dia anterior pelo editorial de 16 de março. As diferenças com a

forma como os editorialistas se portavam diante desses eventos quando comparados aos acontecimentos de junho de 2013 são evidentes. Claramente, o que se via eram manifestantes mais ao gosto do jornal. O texto destaca o número surpreendente de manifestantes que haviam ido às ruas, havendo poucos paralelos na história brasileira (FSP, 16 mar. 2015, p. A2). Em 2013, observamos uma cobertura titubeante, que inicialmente era frontalmente crítica aos manifestantes. Suas pautas eram irreais e seus métodos eram, no mínimo, inconvenientes e, no máximo, violentos. As primeiras descrições iam no sentido de apresentar um grupo de baderneiros, de indivíduos desconectados com a realidade. Isso não se apresenta já nesse primeiro protesto contrário ao ciclo que se iniciava. Os manifestantes são acompanhados de adjetivos francamente positivos de pronto, ao gosto dos editorialistas: pacíficos, descontraídos e democráticos. Agora não são vândalos, mas manifestantes ordeiros que, salvo outro excesso retórico (como defender um golpe militar) eram justos em sua indignação e precisavam ser ouvidos. Ordeiros, mas não menos perigosos para o governo, como se verificaria mais tarde.

Para o jornal, o governo via sua margem de manobra se estreitar após os protestos do último domingo, restando poucas alternativas para a presidenta que não assumir uma atitude diferente e seguir com os ajustes econômicos que eram cobrados pelo jornal. Não pôde nos escapar, contudo, a associação imediata que era estabelecida: os manifestantes protestavam contra Dilma, o PT e a corrupção, colocados como signos equivalentes. Não sem motivo, foi destacado pelos autores o fato de que os manifestantes eram movidos pela indignação contra uma “sensação predominante [...] de conivência com políticos oportunistas e fisiológicos, que fazem do poder um fim em si mesmo, ou um meio para o enriquecimento ilícito” (FSP, 16 mar. 2015, p. A2). Se em junho de 2013 o jornal assumira uma postura inicialmente refratária, para então passar para uma espécie de cauteloso apoio, aqui havia a adesão completa ao que se reivindicava desde o começo. Não há, no texto, espaço para o contraditório. Os ministros que haviam se manifestado na noite anterior, reconhecendo a legitimidade dos protestos (José Eduardo Cardozo, da Justiça, e Miguel Rosseto, da Secretaria-Geral da Presidência), são descritos como “uma dupla contrafeita e abespinhada de ministros” que “repetiram argumentos que por ora soaram vagos” (FSP, 16 mar. 2015, p. A2).

Com relação às manifestações, cumpre uma breve contextualização:

A vitória eleitoral não proporcionou a articulação de um discurso de governo capaz de dar sentido à política do país. O recrudescimento do discurso oposicionista, fortemente determinado pelas acusações de corrupção contra políticos do governo, resultou na popularização de postagens nas redes sociais de textos conservadores, antipetistas e de acusações e impropérios à pessoa Dilma Rousseff bastante agressivos. O governo chegou às manifestações de março de 2015 com o país

totalmente significado pelas oposições. O apoio popular à Dilma estava restrito ao núcleo dos militantes do PT (Pinto, 2019, p. 46).

O governo que se iniciava encontrava-se em um momento, desse modo, de desarticulação, encontrando dificuldades para atribuir sentido à política. Quanto aos manifestantes, observa-se um deslocamento também de caráter geográfico de 2013 para 2015: dos centros históricos das grandes cidades para bairros de classe média alta, o que “espelha o tipo de pessoas esperado nas manifestações” (Pinto, 2019, p. 47). Era um perfil muito diferente, assim como foi muito diferente a forma como a *FSP* se posicionou. Suas pautas não foram questionadas da mesma forma, ainda que se ponderasse, por ora, críticas à ideia do impeachment; os manifestantes vinham de perfis sociais mais abastados do que em 2013, manifestavam-se em regiões mais elitizadas, em um domingo, não perturbando o cotidiano das cidades e em um clima de festa; os editorialistas analisavam as manifestações ao mesmo tempo em que as insuflavam.

Pinto ainda nos apresenta uma interessante análise acerca dos aspectos discursivos das manifestações, que dialoga com os resultados encontrados em nossa análise:

Houve um deslocamento discursivo importante: após 12 anos de governo petista em nível nacional, de inúmeras prefeituras e estados governados desde 1990, o partido reapareceu como um perigo comunista. Nas manifestações, lia-se nos cartazes: “a nossa bandeira jamais será vermelha”; “chega de doutrinação marxista”; “basta de Paulo Freire”; “O Brasil não será uma Cuba”; “O PT é o câncer do Brasil”. [...] Esse foi um novo momento discursivo que canalizou as insatisfações fragmentadas que apareciam desde 2013; era ideologicamente muito bem cortado, recolheu um significante flutuante poderoso – a corrupção –, que carregava em si todos os outros problemas: educação, segurança, saúde. A corrupção tornou-se equivalente a PT e o governo Dilma, e a presidenta torna-se, a partir de então, o novo significante vazio da política brasileira (Pinto, 2019, p. 48-49).

Como observamos, os editoriais exploraram essa confluência discursiva entre o campo da esquerda e a corrupção, na medida em que tornam o PT e sua personificação no poder, Dilma, em sinônimos da corrupção.

O editorial do dia 18 de março avaliou a queda drástica de aprovação do governo (com 13% de aprovação e 62% de rejeição), que se aproximara das piores avaliações históricas, estabelecendo um elo entre esse fato e as manifestações de dias anteriores. Os autores consideraram que a situação que se colocava pela frente, em um governo que ainda teria 45 meses de duração, trazia um futuro desafiador, sobretudo para a economia. A presidenta foi responsabilizada no texto pela má avaliação que havia sido verificada, e o fato de que amplas manifestações haviam tomado as ruas no dia 15 foi utilizado como argumento que “reduz a pó

a interpretação petista de que se trata de orquestração da elite inconformada com a derrota eleitoral do PSDB em outubro” (FSP, 18 mar. 2015, p. A2). Na análise dos editorialistas, esses manifestantes foram classificados como conservadores, situados à direita e centro-direita no espectro político e fundamentalmente democráticos. Apenas algumas minorias desses grupos sustentariam “aberrações como a defesa de um golpe militar” (FSP, 18 mar. 2015, p. A2). Se em 2013 a “minoridade de baderneiros” contaminava os protestos como um todo e eram demonstrações de sua irracionalidade, aqui, os grupos antidemocráticos são tomados como grupos de menor expressão, a serem ignorados em nome das pautas defendidas por essa maioria tomada por ordeira, democrática e alegre.

O Partido dos Trabalhadores cada vez mais passava a ser definido como uma organização em profunda crise. Em editorial do dia 1º de abril, os autores descreveram a sigla como “cada vez mais identificada com casos de corrupção e escândalos semelhantes (ou bem maiores) aos que, tempos atrás, denunciava sem descanso” (FSP, 1º abr. 2015, p. A2). Retomando as denúncias petistas contra a corrupção, tão frequentes no começo de sua história, o editorial coloca o partido em contradição, destacando a ironia de que agora era ele que estava no centro das denúncias. A *FSP* chega a ironizar manifesto assinado pelos 27 presidentes regionais do PT de então, no qual estes defendiam que o partido era perseguido por suas virtudes e que as críticas se dirigiam, em realidade, por erros de alguns filiados. Em virtude disso, afirmam os editorialistas que “o PT se esconde de si mesmo, sem deixar de ser o que é – e gira em círculos, pateticamente” (FSP, 1º abr. 2015, p. A2). Filiados que haviam se envolvido nos recentes escândalos não eram, portanto, apenas indivíduos no interior de uma agremiação maior que haviam recorrido ao crime, mas sintomas de um mal mais amplo que assolava o PT enquanto tal. A partir do momento em que os autores afirmam que o PT estaria se escondendo, mas “sem deixar de ser o que é”, precisamos nos perguntar? Qual o sentido do pronome “o que” na frase? Pois o partido é algo que esconde e que os autores optam, intencionalmente, por não afirmar de forma explícita nessa frase, ainda que reste óbvio dentro do contexto. O PT pode tentar esconder, mas ele *é* corrupto enquanto tal. Em outro momento, os autores pontuam que a justificativa para a perda de popularidade do partido se encontraria no “envolvimento reiterado em escândalos de corrupção” (FSP, 7 mai. 2015, p. A2).

Observa-se, como já foi feito por outros autores, um movimento claro de identificação do signo *corrupção* com o partido, já iniciado no contexto do mensalão, mas que, a essa altura, encontrava-se consolidado discursivamente:

Desde o Mensalão, que começou com a denúncia do deputado Roberto Jefferson à *Folha de S. Paulo* em 6/7/2005, a grande imprensa atuou majoritariamente e enfaticamente em dois níveis: na busca por identificar o PT à corrupção, como se esta fosse uma prática exclusiva do partido, e na fabricação da imagem do salvador da pátria, que só pode vingar quando se produz o caos e o descrédito da representação política tradicional. A estratégia não teve êxito imediato, pois o PT, apesar de tudo, venceu as eleições de 2010, mas prosseguiu com o estouro do escândalo da Petrobras e finalmente atingiu seu objetivo. Reproduziu, ao mesmo tempo, a lógica binária mais rasteira: quem apontasse distorções e arbitrariedades no julgamento do Mensalão, quem acusasse abusos e ilegalidades na Lava Jato e, após a aprovação do processo de impeachment, quem falasse em golpe e exigisse o respeito às regras democráticas só podia ser defensor do PT e conivente com a corrupção. Posto na defensiva, o discurso crítico precisava sempre começar com a ressalva óbvia sobre a necessidade de punir quem tivesse culpa, independentemente do partido a que pertencesse (Moretzsohn, 2016, p. 131).

Qualquer trégua possível envolvendo o partido havia desaparecido, dando lugar a um movimento de naturalização dessa identificação que vinculava o PT à corrupção e os colocava como signos gêmeos. O fato de que recorrentemente se destaca nos textos a contradição que o partido, antes descrito como um paladino da moral, agora teria se tornado uma legenda de esquerda caída na vala comum da corrupção, permite identificar com segurança o movimento de desmoralização da esquerda e do campo progressista como um todo, conforme observado por Laidler (2016, p. 62). O próprio movimento narrativo de descrever a presidenta e seu partido em uma verdadeira espiral descendente da crise parece como um prenúncio que sugere desfechos mais drásticos, ainda que não cogitados abertamente no momento, como o impeachment. O fato é: o processo de significação tornava, avançada a crise, corrupção e PT em signos gêmeos.

Os protestos do dia 12 de abril foram cobertos no dia seguinte pela *FSP* em tom ainda mais laudatório do que ocorrera no episódio anterior. Conforme temos observado, parece acertada a afirmação de alguns autores no sentido de que a grande mídia realizava um movimento de maximização dos sentidos das manifestações, de generalização de suas bandeiras e de potencialização de sua adesão. Martins (2020) afirma que

a cobertura midiática favoreceu os defensores do *impeachment*, atribuindo extrema relevância aos protestos, apresentados sempre como mobilizados pelo conjunto da sociedade, massivos etc. Os meios lançaram mão da repetição exaustiva de argumentos, sem exposição do contraditório (Martins, 2020, p. 112).

Fazendo-se a ressalva de que os números foram muito menores, mas, ainda assim, massivos, os autores afirmaram o aspecto positivo de que o conservadorismo avançava, trazia mais pluralidade ideológica e combatia o “triumfalismo petista” (*FSP*, 14 abr. 2014, p. A2) que até então existiria. Como já havia sido verificado em anos anteriores, o jornal sistematicamente

se preocupou com as profundas dificuldades que a oposição ao PT encontrava para fazer sua força ser sentida. Esse sentimento agora era substituído no texto por uma espécie de alívio. Com relação ao conteúdo do que se reivindicava:

O “Fora, Dilma” pode ser entendido como um desabafo antipetista. Traduzido, em termos institucionalmente graves, no lema do impeachment, encontra apoio em 63% da população [...]. Até agora, nada nas investigações tem incriminado a petista. A figura de *Dilma surge quase como metáfora de um estado de corrupção sistêmica* que a operação Lava Jato escancara. [...] Se a questão é derrubar a presidente, o fato específico não surge de modo dramático e identificável. Se a questão é outra – a luta contra a corrupção, contra as distorções do esquerdismo –, há muito a fazer (FSP, 14 abr. 2014, p. A2, grifos nossos).

Há a ponderação de que Dilma não possuía acusações formais contra si, mas os autores reconhecem o fato de que a presidenta havia se tornado um símbolo agregador, um alvo da luta contra a corrupção. A ressalva não aparece em momento algum do texto no que diz respeito à instituição PT, que o jornal parece acolher com tranquilidade como sinônimo para corrupção. A reflexão que já foi apresentada acerca do vínculo desse processo de significação da corrupção associado a um ataque conjunto à esquerda como um todo também aparece abertamente aqui, no muito que se haveria de fazer para enfrentar as “distorções do esquerdismo” (FSP, 14 abr. 2014, p. A2). Em termos retóricos, observa-se novamente o uso – de fato, tornado um padrão textual – de se fazer uma breve ressalva, para indicar certa moderação, mas com poucos argumentos e pouco desenvolvimento. Isso para, em seguida, arrolar-se, longamente e de forma praticamente acrítica, os argumentos dos opositores do governo, argumentos que eram reforçados pelas menções constantes que associavam corrupção ao PT. Em termos de efeito de sentido, as ressalvas eram anuladas.

Com relação a essa vinculação com o campo da esquerda, Telles (2019) destaca que

o antipetismo e o antipartidarismo – encontrados entre os manifestantes – não procedem simplesmente de uma reação à corrupção. Eles são do mesmo modo provenientes da divergência dos participantes dos protestos com os projetos das políticas de redistribuição de investimentos aos grupos mais pobres. O antipetismo se conforma também como resistência de parcelas de cidadãos às políticas de intervenção do Estado para a promoção de maior igualdade, inclusão social, redistribuição de rendas e expansão dos direitos das minorias, agenciadas pelo governo federal (Telles, 2019, p. 85).

A generalização que a FSP fazia da corrupção também com o campo da esquerda servia, indiretamente, para reforçar seus argumentos em defesa da agenda neoliberal. Se a esquerda é corrupta, com que autoridade sustentaria suas críticas às propostas de austeridade às quais o

jornal se filiava? Indo mais além, sua defesa de um Estado forte não seria apenas a desculpa para que tivessem mais recursos à disposição de desvios corruptos?

O “problema de foco” (FSP, 14 abr. 2014, p. A2) dos manifestantes que era denunciado pelo jornal (cobrando um impeachment que não tinha base material ou defendendo um combate à corrupção personificado em alguém sem acusações) não pôde nos permitir desconsiderar o fato de que há, sim, uma estruturação simbólica muito diferente da dispersão vista em 2013:

Ao contrário do que aconteceu nos dois anos anteriores, [as manifestações] tinham um mote ao redor do qual se articulava o discurso: “*impeachment* de Dilma Rousseff”; toda e qualquer outra questão era decorrente dessa questão central. Desapareceram a fragmentação discursiva, os temas sociais, políticos e econômicos. Também desapareceram das ruas todos os grupos alinhados à esquerda do governo, como os anarquistas, os Black Blocs, os partidos políticos e movimentos sociais populares. [...] Sejam eles novos ou velhos manifestantes, o importante a reter, a título de conclusão, é que a novidade nas ruas de 2015 em relação a 2013 era um novo discurso articulado dando sentido à política. Na trajetória que o produziu, desapareceram vestígios de luta por direitos, por melhores salários, por melhores serviços públicos, por passe livre nos transportes públicos, ou por performances simbólicas contra o capitalismo. As grandes manifestações foram lideradas por moradores de bairros nobres, de classe média e média alta, antipetistas, muito dispostos a bater painelas e usar uma linguagem vulgar para se referir à presidenta da República e lutar por seu *impeachment* (Pinto, 2019, p. 51).

Essa coerência discursiva reforçou o processo de significação da corrupção, na medida em que foi estabelecendo um consenso reiterado através dos editoriais acerca de seu significado. Como consequência, os resultados políticos desse processo de significação tornam-se cada vez mais poderosos. O PT era o partido da corrupção e Dilma a sua líder. Pouco importava se ela estava ou não implicada em alguma acusação, a responsabilidade maior era sua.

Nesse processo de significação, a *FSP* lançou mão, com frequência, de um esforço retórico em situar o signo em associação ao PT no decorrer do tempo. Isso ocorreu nas muitas vezes em que, por exemplo, se estabeleceu um elo entre os escândalos do mensalão e a Operação Lava Jato. Temos mais um exemplo disso no editorial do dia 17 de abril, no qual se comentava a prisão de João Vaccari Neto, então tesoureiro do PT, em decorrência das investigações da Lava Jato. Partindo da fundamentação do juiz Sérgio Moro para o pedido de prisão preventiva (interromper o ciclo delitivo), os autores afirmaram que:

Há outro ciclo, e outra reiteração, no fato de se tratar do segundo tesoureiro do PT a ser posto atrás das grades. Depois de Delúbio Soares, celebrizado no mensalão, o PT ostentou no mesmo cargo um militante mais articulado – e fez questão de mantê-lo em suas funções até quando já era tarde demais. Chega a ser espantoso que o partido não tenha dado sinais de nenhum aprendizado, nenhuma cautela, nenhuma revisão de atitudes desde o escândalo anterior. Ou melhor, a legenda parece ter aprendido algo sobre arrecadação. Nos anos de 2007 e 2009, o PT amealhou R\$ 8,9 milhões e R\$ 11,

2 milhões, respectivamente. Depois da chegada de Vaccari, igualmente em anos não eleitorais, a soma se elevou para R\$ 50,7 milhões (em 2011) e R\$ 79,8 milhões (em 2013). Uma proeza de gestão, sem dúvida, cujos obscuros fundamentos se revelam implacavelmente (FSP, 17 abr. 2015, p. A2).

O exposto descreve, a partir da comparação entre as prisões dos dois tesoueiros, um partido que não apenas se manteve corrupto, mas se aprimorou. Para isso, faz-se uso dos valores que o partido teria recebido de forma ilegal. No contexto em que se inseria, era um ciclo de corrupção que precisaria ser rompido, na medida em que, como fora apontado em outro texto, havia produzido, entre outras mazelas, uma crise financeira sem precedentes na história da Petrobras, fruto de “imprudência inaceitável, incompetência descomunal e corrupção voraz” (FSP, 26 abr. 2015, p. A2). Mais do que isso, era preciso interromper uma organização criminosa que se tornava cada vez mais eficiente em sua capacidade de arrecadar recursos vindos de fontes obscuras. A experiência petista no poder era reduzida a um partido que tinha por objetivo enriquecer através da corrupção e que, quanto mais tempo permanecia no poder, mais eficiente se tornava para atingir tal intento.

O caminho para a ruptura desse ciclo era apontado em editorial no dia 19 de abril. O Tribunal de Contas da União (TCU) havia concluído que o governo federal havia descumprido a Lei de Responsabilidade Fiscal ao atrasar repasses para bancos públicos que, portanto, haviam arcado com recursos próprios gastos da União, maquiando assim os resultados das contas de 2013 e 2014. Essa manobra, popularizada sob a expressão de “pedaladas fiscais”, além de permitir que o Ministério Público Federal processasse os gestores envolvidos, abria caminho para a possibilidade de que fosse viabilizado juridicamente um processo de impeachment da presidenta (FSP, 19 abr. 2015, p. A2).

O substrato jurídico que o jornal considerava ausente para que fosse justificado o impedimento de Dilma, que era clamado nas ruas, começava a adquirir forma, entrava em cena e bastava que avançasse o julgamento das contas e fosse comprovado o que era apontado. O apontamento do Tribunal de Contas foi conveniente para que os editorialistas pudessem conservar a coerência discursiva no interior da racionalidade neoliberal. Ainda que o PT fosse o partido da corrupção, ainda que Dilma fosse uma presidenta considerada como inapta e responsável pela crise que se vivia no país, ainda que a população em massa estivesse pedindo por sua saída, faltava a formalidade jurídica que justificaria o afastamento e permitiria a adesão explícita por parte do jornal (muito em breve não mais).

O interesse expresso pelos editorialistas não parecia ser apenas em pôr fim a um ciclo de corrupção identificado com os governos petistas, mas impedir mesmo que fosse possível um

recomeço. Exemplo disso aparece nos comentários à pesquisa de opinião do dia 21 de junho, em que o ex-presidente Lula, pela primeira vez desde a campanha para a reeleição, em 2006, aparecia em segundo lugar (atrás do último candidato psdbista, Aécio Neves). No texto, os autores parecem comemorar o esvaziamento da popularidade de Lula, tido como esperança petista para a próxima eleição (FSP, 23 jun. 2015, p. A2). O PT, enquanto partido eleitoralmente mais vitorioso da história recente do Brasil, na medida em que acumulava quatro vitórias seguidas ao pleito presidencial, precisava ser definitivamente inviabilizado e precisavam ser enterradas quaisquer esperanças de que, com o auxílio de sua principal liderança histórica, pudesse viabilizar um ressurgimento após a derrota que se avizinhava fora das urnas. Fica claro que a *FSP* estava interessada em interromper completamente todo o ciclo petista no poder. Era o momento de buscar mudanças, alternativas.

Não há uma linearidade absoluta nessa narrativa, contudo. Como se dando um passo atrás de cautela, a *FSP* comentou entrevista de 7 de julho na qual a presidenta se defendia das acusações que vinha sofrendo. Ainda que criticando as escolhas de palavras usadas pela presidenta para se defender, o jornal apresenta um arrazoado em que afirma que o impeachment, como alternativa para a solução da crise, ainda prescindiria de condições jurídicas e políticas. Quanto às primeiras, seria preciso que o TCU reprovasse em definitivo as contas do governo, em função das pedaladas fiscais, ou que a Lava Jato avançasse e ficasse demonstrado que a campanha de Dilma havia recebido recursos irregulares, caso em que o Tribunal Superior Eleitoral caçaria sua chapa. Ainda que considerem a situação jurídica como indefinida, apontavam como provável um desfecho nesse sentido. Por fim, no que diz respeito aos aspectos políticos, quais sejam o da formação de um consenso por parte dos parlamentares de que o governo não possuiria condições de prosseguir, esta seria uma situação ainda mais delicada para Dilma, na medida em que enfrentaria a feroz oposição de Eduardo Cunha na Câmara. Sugerindo moderação, o editorial se encerra afirmando que “impeachment é solução traumática que convém evitar enquanto houver alternativa” (FSP, 8 jul. 2015, p. A2). Apesar disso, a leitura do editorial não deixa de causar a impressão de que esse recuo funcionaria muito mais como recurso retórico para se apresentar como moderado – postura que a *FSP* buscar apresentar explicitamente – do que como possibilidade real de uma guinada discursiva em outro sentido.

Da mesma forma, o avanço massivo contra PT e Dilma não impede o jornal de seguir associando a corrupção à política institucional em um sentido mais amplo. Exemplo claro disso pode ser observado no editorial em que o jornal comenta a ruptura definitiva de Eduardo Cunha com o Executivo, após seu nome surgir em delação na Lava Jato. O presidente da Câmara havia

afirmado se sentir vítima de uma perseguição por parte do Executivo e, em razão disso, anunciava a ruptura, embora o próprio jornal considere que ele já se portava como membro da oposição.

Os autores consideram improvável que, dado o curso das investigações, a delação do nome de Cunha passasse pela influência do governo de alguma forma. Mais que isso, consideram que o deputado “atua antes como agente do caos legislativo, arauto da discórdia institucional e mensageiro da causa própria” (FSP, 19 jul. 2015, p. A2). Críticas semelhantes apareceram posteriormente, quando novas denúncias contra o deputado iam surgindo e a possibilidade de que ele fosse afastado do cargo ia se materializando. Cunha é então descrito como alguém que, diante de seus pares, tinha o mérito de ser duro contra o Executivo e de estar fustigando o governo, mas que parecia se isolar quanto mais a corrupção era associada a ele. (FSP, 28 jul. 2015, p. A2). O mesmo pode ser observado na crítica que o jornal apresenta aos sabotadores que não teriam coragem de adotar as “medidas amargas” (FSP, 24 jul. 2015, p. A2) que eram necessárias para o país sair da crise, apontados como “os líderes do Congresso e do Judiciário, o ministro da Casa Civil, o titular do Planejamento e a própria presidente da República, cuja inépcia se ressalta a cada decisão importante que tem que tomar” (FSP, 24 jul. 2015, p. A2). Na defesa da agenda econômica do jornal, o poder público como um todo era incapaz de enfrentar o que era preciso e o fato de o bloco liderado por Cunha impor sucessivas derrotas legislativas ao governo não era menosprezado.

De modo semelhante, o Tribunal de Contas da União, responsável por julgar as contas do governo, é apresentado com contornos de desconfiança. Os editorialistas lembram que, apesar do nome, é um órgão auxiliar do Legislativo, com vagas ocupadas por indicados desse poder e do Executivo, ainda que gozando de vencimentos e vitaliciedade equivalentes aos dos membros do Judiciário. Seria, portanto, um órgão de Estado marcadamente político, conseqüentemente, como já argumentado muitas vezes pelo jornal, suspeito de razoáveis desconfianças no que diz respeito aos seus objetivos e decisões. A desconfiança apontada pela *FSP* paira na capacidade do TCU julgar as pedaladas fiscais apontadas pelo governo de forma técnica e “sem se envolver na teia de pressões e interesses em que ora se acha enredado” (FSP, 25 jul. 2015, p. A2). Apesar do contexto em que se insere, o editorial não indica uma preferência explícita pela aprovação ou reprovação das contas e sim um zelo pelo rigor técnico da análise. Postura que, de resto, já se mostrou presente em outros contextos.

Mas a Lava Jato avançava e, com ela, novo sinal daquele ciclo de corrupção apontado pela *FSP* anteriormente aparecia: José Dirceu era novamente preso, como o fora no mensalão.

A prisão, considerada previsível, nem por isso é avaliada como de consequências políticas menores. Para um partido que tentava se livrar das acusações de corrupção, a prisão de uma importante liderança, como Dirceu, tinha grande impacto. Novamente, para afirmar a existência de um ciclo contínuo de corrupção associado ao PT, foi destacado pelos autores a afirmação do juiz Sérgio Moro de que Dirceu não apenas participara do mensalão, como também era um importante articulador do esquema de desvios na Petrobras. Mais: havia sinais de que teria feito isso mesmo após o julgamento do mensalão (FSP, 4 ago. 2015, p. A2).

Para o jornal, a prisão devolvia a crise para o partido no governo e a afastava momentaneamente do PMDB de Cunha. Entretanto, havia mais um mérito aqui, tendo em vista que impossibilitava a afirmação de Cunha de que sofria perseguição política por parte do PT. Ora, se uma das maiores lideranças históricas do partido estava sendo presa, não seria possível sustentar que o governo perseguia o presidente da Câmara através das investigações. “Melhor assim. Quando se trata de combater a corrupção no país, a Justiça precisa ser implacável com todos os partidos. Sem exceção” (FSP, 4 ago. 2015, p. A2).

A partir do texto, temos uma narrativa que identifica uma liderança partidária do PT como criminoso contumaz, incapaz de deixar de praticar corrupção mesmo quando já enfrentava um julgamento em razão dela (FSP, 4 ago. 2015, p. A2). Nesse sentido, Dirceu era praticamente uma figura paradigmática do que representava o PT, esse partido da corrupção. Não importava que já tivesse se envolvido em um escândalo anterior, que tivesse mesmo sido condenado à prisão naquele contexto, Dirceu seria incapaz de deixar de praticar crimes, a corrupção era sua razão de ser. Em outro nível, mais amplo, o editorial apontava para a expectativa de que o signo fosse expurgado da política enquanto tal, quanto mais avançasse a operação Lava Jato.

Esses acontecimentos não seriam o suficiente, na avaliação do jornal, para que bom senso se alastrasse no Congresso. O jornal comentou, em 6 de agosto, o avanço de “pautas bombas” na Câmara de Deputados sob a liderança de Eduardo Cunha. Essas seriam medidas legislativas que, fundamentalmente, tinham por objetivo gerar custos pesados sobre um governo que já vivia dificuldades financeiras. A medida em questão, que equipararia os vencimentos na Advocacia Geral da União e na Polícia Federal aos do Judiciário, em um esforço para enfraquecer ainda mais um governo combatido, seria um atropelo de um “traidor desgovernado” (FSP, 6 ago. 2015, p. A2) nos esforços de se alcançar o equilíbrio fiscal. Indicando mesmo uma maior preocupação com a defesa da agenda de ajustes do governo Dilma, o texto coloca novamente em questão a possibilidade de que o impeachment fosse viável, destacando que não

eram atendidos seus pré-requisitos (existência de crime de responsabilidade e vontade política). Cunha é descrito como alguém unicamente interessado em manobrar o Congresso para operar suas chantagens (FSP, 6 ago. 2015, p. A2). O que aparenta é uma preocupação por parte dos editorialistas na possibilidade de que o avanço dessas medidas legislativas torna a situação ainda mais insustentável. O petismo deveria ser apeado do poder, mas não de qualquer forma. Era preciso que se avançasse no sentido de buscar medidas de austeridade fiscal, reformas profundas no Estado brasileiro.

Nessas idas e vindas, no entanto, uma coisa era certa: a crise política estava estabelecida. “O país já caiu no poço da crise política – e ele se mostra cada vez mais profundo” (FSP, 7 ago. 2015, p. A2).

5.3 IMPASSE

“Impera o caos em Brasília, com Dilma e o PT a persistir nos erros, o Congresso em tumulto e tucanos a acreditar na miragem de nova eleição” (FSP, 8 ago. 2015, p. A2). No vácuo de poder que o jornal observava no país avançando o segundo semestre de 2015, toda sorte de futuro era ansiada por aqueles que pretendiam ocupar o lugar de Dilma, figura que seguiria alheia às crises econômica e política que enfrentava e que era “a causa principal dos problemas” (FSP, 8 ago. 2015, p. A2). A renúncia era descartada pela própria presidenta. O afastamento através do impeachment ainda era uma dúvida, considerando que nem o TCU havia vaticinado a reprovação das contas, nem o substrato político parecia assegurado, especialmente quando setores da oposição, no PSDB, não desejavam que o sucessor do mandato em crise fosse Michel Temer. Para alguns tucanos, o ideal seria que a chapa Dilma-Temer fosse cassada pelo Tribunal Superior Eleitoral, em virtude das denúncias de caixa 2 advindas da Lava Jato, abrindo possibilidade de uma nova eleição, ao qual o candidato derrotado Aécio Neves era visto como favorito. Para a *FSP*, eram esforços de “vergar as regras da democracia para encurtar o caminho até o poder” (FSP, 8 ago. 2015, p. A2). Nesse sentido, parecia interessar mais aos editorialistas que o PSDB também se somasse ao esforço da oposição em justamente construir um substrato político sólido que viabilizasse o impeachment na medida em que as contas do governo fossem definitivamente reprovadas pelo TCU.

Enquanto crise política e crise econômica se alimentavam mutuamente, o jornal parecia nutrir uma esperança – vaga – de que fosse encontrado um caminho de pacificação. Os editorialistas lembravam que o aprofundamento da crise parecia levar o Brasil para um passado

que se imaginava superado, “no qual as recorrentes agitações financeiras contaminavam o ambiente de negócios e ditavam o próprio andamento da economia” (FSP, 9 ago. 2015, p. A2). A solução? “As principais lideranças nacionais precisam chegar a um consenso em torno de uma agenda mínima, capaz de evitar turbulências e prejuízos ainda maiores” (FSP, 8 ago. 2015, p. A2). Em um cenário em que a crise anunciada pela própria Folha era vista como fora de controle e em crescente aprofundamento, suas preocupações de caráter econômico pareciam acenar para uma normalidade que se tornava cada vez mais efêmera. Em defesa de sua agenda, propunha ao mundo político uma grande aliança em prol da aprovação de medidas de austeridade, tomadas como incontornáveis, de bem geral. Não sendo ainda assegurada a via do impeachment, seria melhor que o mundo político estivesse unido no sentido de defender medidas de austeridade fiscal que eram a prioridade do jornal.

Nesse sentido, a única esperança para Dilma, segundo editorial de 16 de agosto, seria se portar como um governo de transição para 2018. Os autores enxergavam o afastamento da possibilidade do impeachment em função de prorrogações de prazos para defesa por parte do TCU, bem como valorizavam a apresentação da Agenda Brasil pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, um pacote de reformas que, esperava-se, traria algum retorno de estabilidade econômica para o país. O impeachment é novamente lembrado como um “recurso traumático” (FSP, 16 ago. 2015, p. A2). É difícil ter certeza se esse era mais um recurso discursivo para apresentar ponderação por parte do jornal ou se era de fato aquilo que os editorialistas buscavam. De uma forma ou de outra, fica claro que a sua prioridade maior era a da defesa da agenda econômica que a política institucional dificultava que fosse aplicada, por incompetência do governo no poder e pela dificuldade de a oposição entender que isso seria mais importante do que acossar o governo com pautas bomba. Mais protestos eram marcados para o domingo em que se publicavam essas linhas.

No dia 16 de agosto, novamente viram-se multidões “criticando a administração federal, condenando a corrupção, execrando Lula e o PT ou pedindo o afastamento da presidente” (FSP, 17 ago. 2015, p. A2). Os autores reconheciam que as manifestações não haviam perdido força e mantinham a presidenta “nas cordas”, mas “não a nocauteiam – pelo menos por enquanto” (FSP, 17 ago. 2015, p. A2). Parecia se manter a esperança de que Dilma conquistasse o apoio do PMDB, que fazia acenos de trégua, para que pudesse “governar com a nova coalizão que procura formar e em resposta a uma realidade econômica dramática” (FSP, 17 ago. 2015, p. A2). Depois de terem perdido força, as manifestações voltavam a crescer empurradas pela conjectura que se colocava:

O isolamento parlamentar de Dilma – agravado pela ruptura de Cunha no final de julho e o afastamento de Temer no começo de agosto –, a piora da situação econômica – recessão intensa e provável perda do grau de investimento – e as denúncias da Lava Jato contra Lula levariam à retomada das mobilizações de rua em 16 de agosto. Após uma queda de presença em abril, o número de participantes volta a aumentar, recolocando o tema do impeachment (Singer, 2018, p. 174).

Contudo, fica claro na análise que a ênfase na corrupção ia perdendo força nos editoriais e dava lugar para uma esperança de que fosse possível encontrar uma saída de normalidade para a crise, normalidade que poderia viabilizar futuramente as reformas que eram defendidas pelo jornal e que não encontravam espaço em um contexto em que iniciativas do governo eram obstaculizadas no Congresso. Ainda que por um breve período, nessa espécie de fase, os editorialistas assumiram posição mais titubeante em relação ao Executivo, embora firme na defesa de sua agenda econômica.

O jornal chega mesmo a afirmar que a crise política se encontrava em “compasso de espera” (FSP, 19 ago. 2015, p. A2), apesar das manifestações do dia 16. A renúncia de Dilma, recentemente cobrada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso como “gesto de grandeza” era vista como extremamente improvável. Além disso, os autores pontuavam a preocupação com o dia seguinte ao afastamento de Dilma, ao questionar “quantos manifestantes anticorrupção estariam dispostos a dar um voto de confiança ao PMDB?” (FSP, 19 ago. 2015, p. A2). A força de Cunha era igualmente colocada em questão, na medida em que a Procuradoria Geral da República avançava denúncia contra o presidente da Câmara conforme se fortaleciam as denúncias de corrupção contra ele. Embora questione o quanto de apoio político de seus pares seria perdido com esse avanço, a *FSP* sugere que, prosseguindo esse cenário, Cunha renuncie, de modo que a “Câmara dos Deputados não se confunda com a de uma figura no banco dos réus” (FSP, 21 ago. 2015, p. A2). Esse argumento foi reforçado no começo de outubro, quando surgiram informações que Cunha possuía contas não declaradas na Suíça (FSP, 2 out. 2015, p. A2). As duras críticas produzidas em sequência ao presidente da Câmara parecem indicar que o jornal considerava Eduardo Cunha uma figura de carga simbólica perigosa. Enquanto defendiam o combate à corrupção, dependiam de alguém cada vez mais associado ao signo na liderança desse processo. O jornal, de forma distinta a muitos dos manifestantes que iam às ruas contra Dilma, reconhecia a contradição interna do processo que se desenrolava.

A fase titubeante da Folha encerra com os protestos em apoio à Dilma, ocorridos no dia 20 de setembro. Nesse contexto, a *FSP* retorna ao ataque contra o governo. Começa afirmando

que, mesmo com número relevante de participantes, não se comparavam às manifestações contrárias ao governo e prossegue:

Num pleno dia útil – o que já contrasta, negativamente, com a civilidade do final de semana –, os atos em favor de Dilma contaram com a conhecida máquina de entidades atreladas ao sistema petista, como a CUT e a UNE, a que se somaram outras agremiações, como o PSOL e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. Esta última circunstância contribui para que, na análise de quinta-feira (20), a qualidade das manifestações, mais que sua dimensão numérica, seja posta em destaque (FSP, 22 ago. 2015, p. A2).

As falas presentes nesses atos foram criticadas em seu conteúdo. As críticas contra a política econômica do governo eram apontadas e, ao serem dirigidas para o Ministro da Fazenda Joaquim Levy, condenadas por se dirigirem ao “pouco de governo que ainda resta no Planalto” (FSP, 22 ago. 2015, p. A2). O fato de Dilma estar assumindo um rumo de governo diferente daquele esperado por sua base era visto como uma evidência da contradição observada nas manifestações governistas, em que o Executivo parecia se isolar de ambos os lados, sem contentar oposição e nem mesmo seus apoiadores. Os manifestantes “juntaram-se, num dia que era de trabalho para a maioria da população, os últimos adeptos de um sistema no qual, provavelmente, nem sequer acreditam de fato” (FSP, 22 ago. 2015, p. A2). Suas bandeiras eram, em conteúdo e na forma como era defendidas, deslegitimadas pelos autores.

Traçar um paralelo entre esse editorial e os textos em que se comentavam as manifestações pró-impeachment evidencia as diferenças gritantes de abordagens para os dois grupos. Os apoiadores governistas são vistos como “políticos”, membros de organizações de uma “máquina de entidades”, não cidadãos brasileiros. A escolha por realizar a manifestação em um dia da semana é duramente criticada, pela sua ruptura com a normalidade do cotidiano. As próprias convicções políticas dos manifestantes são colocadas em questão, deixando em aberto saber quais então seriam as suas intenções reais. Augsten (2019, p. 83) afirma que a *FSP*, em seus textos, acaba por consolidar “um acento apreciativo positivo aos sujeitos que estão ‘lutando pelo fim da corrupção’, como os da esfera jurídica. Ao passo que os acentos negativos estão fundamentalmente identificados com o âmbito político”. Tendo em vista que já estava consolidado o processo de identificação da política com o signo *corrupção*, os apoiadores do governo eram definidos enquanto atores políticos e, por consequência, coniventes com os malfeitos que se apresentavam. Já os movimentos contrários, da mesma forma como os atores da Operação Lava Jato, eram defensores do Brasil, pessoas individualmente desinteressadas. Um processo de idealização dos manifestantes bem identificado por Souza (2016):

A partir de março de 2015, ocorreu uma idealização completa das manifestações, celebradas como rebelião pacífica, democrática e popular. Famílias com a camisa do Brasil e bandeira em punho expulsaram as bandeiras de partidos. A televisão explicava que as manifestações contra o governo eram espontâneas e apartidárias, enquanto as manifestações a favor do governo eram organizadas por militantes partidários. A mentira da “espontaneidade” se juntou à desqualificação dos partidos que possuem efetiva penetração popular (Souza, 2016, p. 125).

Nesse contexto, não havia mais espaço para defesas do governo nas ruas. Todo aquele que se posicionasse favorável ao governo, que criticasse os procedimentos adotados pela Operação Lava Jato era um político e, portanto, alguém simbolicamente associado à corrupção. De uma forma ainda mais radical do que aquela vista durante o julgamento do mensalão, a única opção racional seria aquela que se coloca contrária ao governo e ao PT, identificado como partido da corrupção. Nessa disputa discursiva, todos os adjetivos negativos estão situados de um lado, enquanto os adjetivos positivos estão de outro. O mais que seria possível era a manutenção de um governo absolutamente acuado, afastado de suas bandeiras históricas e funcionando como um período de transição até as eleições de 2018, aplicando medidas de austeridade impopulares e assumindo os custos políticos desse intento, inviabilizando a recondução do PT ao governo federal por uma quinta vez.

Retornando ao partido, a *FSP* comentou, em 8 de setembro, o sucesso do boneco Pixuleko nas manifestações à direita. A imagem, uma caricatura de Lula representado como presidiário, era vendido como boneco, em adesivos e estampas de camisetas durante as manifestações. Seu nome fazia referência à suposta forma como João Vaccari Neto se referia à propina. Os autores traçaram um paralelo com esse boneco e o período em que o PT recolhia fundos com a venda de bandeiras e adesivos do partido por militantes voluntários. Hoje, isso seria algo impensado para um partido que

se profissionalizou a caminho da Presidência – e que, instalado no poder, protagonizou os maiores escândalos de corrupção que se tem notícia, nos quais desvios de dinheiro público e recursos de campanhas eleitorais andaram ruinosamente juntos. [...] Não admira que o número de simpatizantes do PT seja cada vez menor, ou que exista uma debandada de prefeitos dispostos a tentar a reeleição em 2016 por outra sigla. A imagem da legenda está cada vez mais associada à dos esquemas ilícitos que abrigou, e seus principais nomes pouco fazem para mudar esse quadro. Entende-se, pois, o sucesso do Pixuleko. Mesmo que nada esteja provado contra Lula, o boneco vestido de presidiário sintetiza a ojeriza que seu partido desperta em camadas crescentes da sociedade (*FSP*, 8 set. 2015, p. A2).

Se, nas décadas de 1980 e 1990, o PT era descrito como um partido de base orgânica, que se financiava pelo esforço de seus próprios militantes, que era combativo e tentava se

diferenciar da política tradicional, agora os sinais se invertiam. O partido havia se profissionalizado e, nesse processo, profissionalizado a corrupção. Enquanto isso, eram os manifestantes que enfrentavam o PT nas ruas que ocupavam, nessa narrativa, o papel que outrora fora do partido. Com o fim dessa “fase heroica” do PT, surgia um novo partido, mergulhado na corrupção, assemelhado aos demais, mas pior, porque traidor de suas origens. O partido havia caído na vala comum da corrupção, perdido sua essência que havia conquistado tanto apoio em anos anteriores; era um símbolo do que existia de pior na política institucional brasileira, a corrupção.

Os fundamentos do impeachment eram, por fim, materializados, e o impasse começava a chegar ao fim. O TCU acabava por, de forma unânime, rejeitar as contas do governo em 7 de outubro de 2015, em função das pedaladas fiscais, e encaminhar a decisão para veredito do Congresso. Isso constituía o fundamento jurídico necessário para que Dilma fosse eventualmente afastada do cargo por crime de responsabilidade, na opinião do jornal. Outro revés fora sofrido um dia antes, quando o Tribunal Superior Eleitoral aceitou ação movida pelo PSDB que pedia a impugnação da chapa Dilma-Temer em virtude de denúncias de abuso de poder econômico e político na última eleição. Segundo os editorialistas, “em meio a um conjunto heterogêneo de argumentos formulados pelo PSDB, remanesce o gravíssimo caso das doações eleitorais das empreiteiras ligadas ao esquema da Petrobras. E aqui as investigações da Lava Jato chegaram a uma proximidade perigosa do gabinete presidencial” (FSP, 8 out. 2015, p. A2). Como se reforçando a decisão do TCU, o jornal pontuava, no dia 9, as consequências econômicas profundas causadas por anos de “imposturas do gênero”, referindo-se às pedaladas, que aconteciam “desde o final da década passada” (FSP, 9 out. 2015, p. A2). Por todos os lados, o governo era açoitado por derrotas e a possibilidade de que o mandato de Dilma se encerrasse ia esvanecendo e dando lugar aos rumores de um fim precoce com sua derrubada do poder.

Cunha era igualmente criticando pelos editorialistas. A *FSP* comentou, em 13 de outubro, o avanço das investigações da Lava Jato, o crescente número de denúncias em torno de seu nome e a denúncia formal da PGRR no STF pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. A partir disso, considerava que

Acuado por gravíssimas suspeitas, Cunha perdeu as condições de zelar pelo prestígio e pelo decoro da Câmara, não tem credibilidade para decidir sobre o impeachment de quem quer que seja e, principalmente, carece de legitimidade para ocupar um cargo que o deixa em segundo lugar na linha de sucessão da Presidência da República (FSP, 13 out. 2015, p. A2).

No processo de significação da corrupção no período em que analisamos, fica claro que o jornal assumia uma posição quase que igualmente crítica a Eduardo Cunha. Pondera-se, contudo, que esse movimento em específico acontece de forma bastante personalizada na figura do deputado, não havendo a mesma ênfase com que se a atribuía a corrupção ao PT ao seu partido, o PMDB. Da mesma forma, o signo corrupção se desloca para o personagem Eduardo Cunha, não para, por exemplo, a proposta de um impeachment ter sucesso. O presidente da Câmara era um obstáculo para as expectativas que a *FSP* parecia nutrir acerca da forma como a crise seria superada. Não parece equivocado considerar que, em nome da coerência que se esperava para a narrativa apresentada pelo jornal, fosse importante lançar mão da estratégia de se sacrificar alguns atores em nome da punição de outros. Cunha, portanto, seria o bode expiatório que sustentaria a imagem de imparcialidade do jornal. Não fosse a sua presença liderando todo esse processo, seria muito mais fácil para os editorialistas construir uma narrativa mais sólida na crítica ao governo. Ele era a ponta solta nessa construção discursiva.

O surgimento de documentos que comprovavam a existência de contas na Suíça de Cunha, onde o deputado ocultava recursos obtidos através da corrupção, era considerado sinal da sua “derrocada” (*FSP*, 17 out. 2015, p. A2). Se o destino do presidente da Câmara parecia selado para o jornal, o mesmo editorial ocupa a outra metade do texto em lembrar que as investigações da Lava Jato se aproximavam de Lula, retornando o foco para seu alvo preferencial na significação da corrupção. A *FSP* denuncia, então, manobras que poderiam ser adotadas em breve: Lula poderia ganhar tempo, escapando de iniciativas judiciais de primeira instância se fosse nomeado para um cargo ministerial; Cunha, por sua vez, poderia ser poupado se reduzisse seu ímpeto em atacar. Por isso os autores afirmam que “num ambiente de corrupção generalizada, acusadores e acusados, aliados e adversários trocam de papel sem que seus discursos e lemas tenham qualquer relevância” (*FSP*, 17 out. 2015, p. A2). O recurso de se adicionar críticas ao PT em um texto que denunciava o presidente da Câmara não permite que haja dúvida sobre qual era o foco dos autores. O partido da corrupção precisava ser derrotado em definitivo.

As manobras citadas, especificamente no que diz respeito a Cunha, pareciam se materializar, sob pesada crítica do jornal, a qual apontava que a terceira CPI da Petrobras, com o seu relatório, previa poupar todos os políticos citados pela Lava Jato, incluindo Cunha (*FSP*, 21 out. 2015, p. A2). Outra crítica aparece em 23 de outubro. Primeiro, os autores condenam o fato de membros do movimento pró-impeachment e anticorrupção terem apresentado novo pedido de afastamento da presidenta para Eduardo Cunha, ignorando a forma como o deputado

estava implicado com a corrupção. Depois, afirmam que “consta que [...] um acordo sórdido avança por baixo dos panos: Cunha se encarregaria de barrar investidas contra Dilma, ao passo que articuladores do Planalto protegeriam o peemedebista diante do Conselho de Ética” (FSP, 23 out. 2015, p. A2). Também quanto a Lula, reforçava-se a forma como a Operação Lava Jato se aproximava da liderança petista. Novas investigações apontavam um esquema envolvendo recursos irregulares recebidos por uma empresa de marketing esportivo em nome de um de seus filhos, Luis Cláudio Lula da Silva (FSP, 30 out. 2015, p. A2). Por mais que a crise fosse profunda, a má disposição para enxergar o mundo político por parte dos editorialistas fazia com que houvesse ainda algum temor de que, passado o tempo, nada acontecesse em nome de um apaziguamento onde todos os envolvidos seriam salvos.

Em 13 de novembro, os editorialistas comentaram material do PT distribuído para sua militância com o objetivo de contra-atacar as narrativas que se construía ao seu redor. No documento, se afirmaria que o partido sofria uma perseguição política e que havia recebido doações de grandes empresas como faziam todos os partidos. Não era essa a posição do jornal, que acompanhava o que se investigava na Lava Jato:

O que caracteriza as práticas apuradas na Lava Jato, porém, é que um sistema de doações legais funcionou, ao que tudo indica, como simples etapa em sofisticado processo de lavagem de dinheiro. Foram os cofres da estatal [Petrobras], e não de empresas particulares, a fonte utilizada para alimentar o caixa do PT, com “pixulecos” confessos e sobras milionárias servindo para desfrute particular de alguns (FSP, 13 nov. 2015, p. A2).

Os autores ponderam que essa seria uma “dinâmica de pilhagem [...] suprapartidária” (FSP, 13 nov. 2015, p. A2). Mas o PT se diferenciaria dos demais partidos por aspectos morais, na medida em que “se faz de única vítima de uma conspiração de classe” (FSP, 13 nov. 2015, p. A2). Pontue-se também o uso da expressão “pixuleco” pelo texto, dialogando com os manifestantes pró-impeachment e naturalizando seus signos. Novamente apontando cinismo moral por parte do partido, o texto se encerra de forma contundente:

A política do interesse ético geral substitui-se agora pela política da identidade: “somos perseguidos pelo que somos”. Não se trata de ser ou não ser, de perseguir ou não perseguir. Trata-se do que o partido dos Trabalhadores faz e fez, desde que se apoderou de um Estado a que destrói com voracidade, cinismo e prepotência (FSP, 13 nov. 2015, p. A2).

A associação do partido com a corrupção já é vista como naturalizada, como fora de discussão. Se o parágrafo opõe alternativas de possibilidade (“ser ou não”, “perseguir ou não

perseguir”), com relação ao partido estar vinculado à corrupção, neste, há apenas uma relação de tempo – “faz e fez”, colocando o PT como corrupto desde sempre – que não abre margens para dúvidas quanto à sua condenação. Conforme pontuado por alguns autores, essa postura da *FSP*, reproduzida por outros meios também, colabora ativamente para a construção dos governos petistas como responsáveis pela corrupção (Miguel, 2016, p. 109). A defesa da hipótese da perseguição política seria apenas argumento cínico lançado pelos petistas como forma de tentar sustentar o indefensável, que seu partido era o grande responsável por aquele que seria o maior esquema de corrupção na história brasileira e que vinha sendo revelado pelas investigações da operação Lava Jato.

A prisão do senador petista Delcídio do Amaral, líder do governo no Senado e aprovada nesta Casa em 25 de novembro, trazia a esperança de que esse cenário fosse saneado. No contexto da Lava Jato, surgiram gravações que implicavam o senador em uma tentativa de fuga de Nestor Cerveró, ex-diretor da Petrobras preso na operação. O objetivo seria o de impedir que Cerveró firmasse acordo de delação premiada. Para o jornal, “confirma-se a sensação de que, no Brasil de hoje, a condição política ou econômica privilegiada já não equivale a um passaporte para a impunidade” (*FSP*, 27 nov. 2015, p. A2), saneamento que seria da expectativa da maior parte da população. Pela primeira vez em uma pesquisa do Instituto Datafolha, a corrupção aparecia como preocupação principal dos brasileiros, o que ocorria em um cenário onde “nunca se conheceram tantos e tamanhos esquemas de pilhagem como agora [...]. A população nitidamente se cansou dessa indecência” (*FSP*, 1º dez. 2015, p. A2). A importância da opinião pública é pontuada no texto, ao se afirmar que “seja como for, em meio ao desalento pode-se vislumbrar uma esperança. Como diz Sergio Moro, magistrado encarregado da Lava Jato, ‘o que o juiz pode fazer é muito limitado sem o apoio da opinião pública’. O Datafolha atesta que a Justiça jamais teve tanto apoio” (*FSP*, 1º dez. 2015, p. A2). O texto do editorial destoa da visão mais formalista que verificamos em outros momentos, na medida em que destaca o papel da opinião pública para o sucesso do que o Judiciário fazia. Ora, esse é um poder que, em tese, não deveria operar através de pressões populares, mas a partir de avaliações ponderadas do cumprimento da lei. No contexto em que se vivia, entretanto, esse apoio vindo das ruas e representado nas manifestações contrárias ao governo era destacado pelos editorialistas.

Entre o começo de agosto e começo de dezembro de 2015, observamos, nos editoriais da *Folha de S. Paulo*, constituir-se um impasse. De um lado, parecia que a crise política arrefecia, ainda que o governo seguisse pressionado pelas ruas. A Lava Jato avançava e se aproximava cada vez mais do governo. Além disso, surgiam as bases materiais para que um

processo de impeachment pudesse avançar. Por outro lado, o jornal chegou a nutrir breve esperança de que fosse encontrada alguma solução capaz de avançar a agenda econômica defendida sem uma medida tão radical como o impeachment. O próprio Eduardo Cunha, verdadeira liderança da oposição ao governo, era duramente criticado pelo jornal e associado à corrupção. Esse impasse, porém, duraria pouco, visto que seria, por fim, aberto o processo para o afastamento da presidenta. Daí em diante, as coisas se tornariam mais simples.

5.4 A ABERTURA DO PROCESSO DE IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

“Pelas mãos suspeitíssimas do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), deflagrou-se o processo de impeachment de Dilma Rousseff (PT)” (FSP, 3 dez. 2015, p. A2). O editorial do dia 3 de dezembro apontava que Cunha, ciente do seu poder de chantagem, aguardava que o governo o blindasse no Comitê de Ética e lançava a cartada derradeira da abertura do processo de impeachment como forma de pressão. O próprio Partido dos Trabalhadores estaria dividido: enquanto a cúpula partidária desejava romper com Cunha, “buscando alguma sintonia com a opinião pública” (FSP, 3 dez. 2015, p. A2), o governo, temendo retaliações, “fazia esforços para contornar as flagrantes evidências contra o potencial algoz” (FSP, 3 dez. 2015, p. A2). Com a prevalência da orientação partidária, Cunha teria reagido, dando abertura ao processo de impeachment.

A contradição do que se desenrolava foi destacada pelo jornal:

Em nome dos padrões de seriedade e ética que o petismo tem dado tantas mostras de desprezar, eis que o processo de impeachment de Dilma se inaugura por obra de um político denunciado na Operação Lava Jato, acusado de corrupção e flagrado em pleno controle de contas bancárias na Suíça – a respeito das quais mentira de forma deslavada na CPI da Petrobras. Já se disse muitas vezes que a hipocrisia é uma homenagem que o vício presta à virtude. Aqui rompeu-se por fim a hipocrisia, e é do vício contra o vício que se trata (FSP, 3 dez. 2015, p. A2).

Não eram polos opostos que se enfrentavam, portanto, mas equivalentes. O cenário descrito seria mais constrangedor na medida em que se via um político significado como corrupto enfrentar a presidenta de um partido que se apresentava como a personificação institucional da corrupção. Quase como se esse sistema de corrupção houvesse crescido de tão descontrolada forma durante os governos petistas que agora ameaçava ruir o governo por não

conseguir mais funcionar de modo harmônico. Corruptos enfrentavam corruptos, na leitura do jornal.

Apesar de ter colocado em questão, por vezes, a razoabilidade do impedimento de Dilma, a partir da abertura do processo, sua postura muda. Ainda comentando o movimento de Eduardo Cunha, os autores fazem coro ao seu argumento de que o impasse colocado com relação ao impeachment havia paralisado o país e, por isso, ele precisaria avançar. O próprio impeachment, enquanto processo em si mesmo, é descrito com preponderância de adjetivos positivos. “Que se decida de uma vez, renovando a legitimidade da presidente Dilma Rousseff, ou negando-a em favor de uma solução pacífica, institucional e democrática – por traumática que seja” (FSP, 3 dez. 2015, p. A2). Em favor do avanço de medidas de austeridade, era defendido pelo jornal que o processo avançasse e tivesse algum desenlace, retirando o país do impasse ao qual estaria submetido até então.

Singer (2018) observou que o contexto de abertura do impeachment demonstrou sinal de fragilidade de Lula, “um dos raros momentos em que Lula perdeu o controle do PT” (Singer, 2018, p. 264). O ex-presidente teria sido contra a ruptura com Cunha, por entender que não havia esperanças para Dilma, no plenário, para sobreviver ao processo. Para ele, segundo os editorialistas, seria melhor que se tivesse chegado a algum termo que pudesse impedir a iniciativa do processo, mesmo que com isso fosse necessário blindar Cunha no conselho de ética da Câmara. O cerco da Lava Jato sobre Lula, acossado igualmente nos editoriais da *FSP*, cobrava seu preço em perda de influência interna e, assim, ocorria aquilo que ele temia. A ruptura havia se tornado total e, sem o apoio do presidente da Câmara dos Deputados, o afastamento de Dilma começava a se materializar.

Com a abertura do processo, membros do PT começavam a ajuizar ações no STF de modo a tentar reverter a situação ou ganhar tempo. A *FSP* considerou esses procedimentos esperados, mas tomou o cuidado em pontuar que o campo de ação do tribunal deveria ser bastante restrito. Ao STF competia evitar que ocorressem violações à Constituição ou à processualidade formal do impeachment, mas não deveria se manifestar “quando estiver em discussão o próprio mérito do processo, as credenciais de Eduardo Cunha ou suas motivações inconfessáveis” (FSP, 3 dez. 2015, p. A2). Tal como ocorrera no mensalão, a *FSP* se mantém defensora de que procedimentos formais sejam assegurados, o que, por si só, bastaria para lhe conferir legitimidade. No que diz respeito ao desfecho em si, “nesse caso, a arena apropriada para travar o debate é o Congresso Nacional. Cabe a este Poder, e não ao Judiciário, concluir um julgamento que, custa lembrar, é essencialmente político” (FSP, 3 dez. 2015, p. A2). A

afirmação repetida em textos anteriores de que haveria a necessidade de um fundamento jurídico sólido que comprovasse crime de responsabilidade ia dando lugar ao entendimento de que os aspectos jurídicos diziam respeito à forma, não ao conteúdo do processo. A forma deveria ser preservada, o conteúdo do processo era relativo, pertenceria a essa arena de indeterminações e interesses obscuros tantas vezes descritas pelo jornal como o campo político. Crítica a essa abordagem foi apresentada por Semer (2016):

A neutralidade que melhor define e estigmatiza o impedimento é a consideração descortinada em premissas de votos, discursos e entrevistas dos ministros, de que a tutela judicial se restringiria à salvaguarda do rito. Ao não apreciar tipicidade do crime de responsabilidade nem tutelar abusos de relatório que transborda denúncia, o STF ressuscitou a teoria dos atos *interna corporis*, que deixara de lado em anos a fio de ativismo (Semer, 2016, p. 108).

Mal era aberto processo de impedimento e um episódio simbólico, mas não menos pitoresco, ocorria. O vice-presidente Michel Temer enviou para Dilma uma carta no dia 7 de dezembro, vazada para a imprensa. Na carta, queixava-se do seu relacionamento e afirmava ter sido preterido pelo governo, como que magoado pelo papel menor que ocupava, diferente daquele que esperava. O teor do texto, abordado naquele contexto como até mesmo cômico ou absurdo, não tinha por isso menor importância, embora isso fosse menos claro no período e talvez tenha sido subestimado pelos editorialistas. Conforme afirmou Singer (2018),

A missiva, subestimada à época [...] dizia muito mais do que parecia. Temer fazia uma revisão do relacionamento com a presidente em que misturava, propositadamente para confundir, questões fulcrais e episódicas, mas justificando com razões de Estado a traição que cometera contra a mandatária eleita (Singer, 2018, p. 265).

O jornal, escrevendo no contexto, fez uma crítica bastante dura à carta, até mesmo ridicularizando Temer:

Se se tratava de acenar com a possibilidade de exercer uma liderança política nacional – conciliadora ou disruptiva, pouco importa – na atual crise, o vice-presidente sem dúvida se apequenou. Sua carta adota um tom choroso, incluindo reclamações risíveis, como a de não ter sido convidado a participar de um encontro com o vice-presidente dos EUA, Joe Biden. Fica-se a impressão de que o apreço pelo protocolo palaciano, pelo beija-mão e pelos cargos de segundo escalão supera, no espírito de Temer, a devida consideração das emergências nacionais. [...] Michel Temer escreveu uma carta dolorida, magoada, até sincera. Mas o país poderia ter sido poupado dessa página constrangedora de correio sentimental (FSP, 9 dez. 2015, p. A2).

O jornal sustenta ainda que Temer deve ter buscado com a carta um esforço de se mostrar como alternativa de liderança, em um contexto em que era o principal beneficiário pelo

impeachment de Dilma, sem que com isso pudesse “explicitar excessiva avidez pelo cargo” (FSP, 3 dez. 2015, p. A2). Independente da forma como o documento seja avaliado, é fato que uma ruptura simbólica estava estabelecida a partir de então, o que se reconhecia pelos editorialistas. Com a carta, ficava explicitado o começo do processo de desmoronamento do governo, com uma ruptura no interior da própria chapa eleita em 2014. Dilma não podia contar com o apoio de seu vice e na Câmara um processo de impedimento avançava sob a liderança de um adversário assumido.

Um duro editorial de capa foi publicado no dia 13 de dezembro, em virtude de o jornal temer o risco de que a permanência de Cunha contaminasse o processo e retirasse sua legitimidade. Intitulado “Já chega” (FSP, 13 dez. 2015, capa), o texto arrola as pesadas acusações de corrupção que pairavam sobre o deputado e o fato de que todo o desenlace para a abertura do processo de impeachment tenha se dado em virtude de interesses pessoais. Segundo os autores, a permanência de Cunha trazia o risco de que fosse alimentada “a falsa versão de que tudo não passaria de lamentável confronto entre ele e Dilma Rousseff” (FSP, 13 dez. 2015, capa). Ora, embora não fosse a expectativa manifesta pelo jornal, ficou claro nos editoriais que essa era exatamente a narrativa que era construída. A partir do momento em que o processo se tornava concreto, contudo, era preciso estabelecer sua legitimidade. Pedindo o afastamento imediato de Cunha, afirmavam que era “imperativo abreviar essa farsa, para que o processo do impeachment, seja qual for seu desenlace, transcorra com a necessária limpidez” (FSP, 13 dez. 2015, capa).

A *FSP* chega a indicar a presença de Cunha como fator determinante para a baixa adesão dos protestos ocorridos em 13 de dezembro que apoiavam o impeachment, significativamente menores que os anteriores. Mas não seria só isso: os editorialistas consideram que as poucas esperanças identificadas na população com relação a um eventual governo Temer eram a produtora da dificuldade em “despertar esperança com a troca de poder” (FSP, 15 dez. 2015, p. A2). Talvez por temerem a instabilidade que poderia surgir no dia seguinte ao impeachment, se os manifestantes seguissem nas ruas contra Temer e o PMDB após terem visto a derrota de Dilma e do PT, os editorialistas apresentam certo receio pelo desenlace. A pressa em apontar a necessidade de que Cunha fosse afastado desse processo pretendia, portanto, assegurar que o eventual afastamento de Dilma trouxesse estabilidade. Na medida em que o presidente da Câmara estava intimamente vinculado ao signo *corrupção*, era preciso que se construísse, de alguma forma, uma imagem moralmente mais positiva para o impeachment. Como estava

colocado, era uma disputa entre corruptos, uma queda de braço entre membros de uma mesma lógica criminosa.

As manifestações contrárias ao impeachment e favoráveis à permanência de Dilma no poder, que saíram em defesa do governo em 16 de dezembro, haviam demonstrado, pelo contrário, acúmulo de forças, inclusive com maior número de participantes. Em editorial, a Folha traçou paralelos entre os dois eventos recentes. Lembrou que, embora não houvesse o mesmo consenso social formado no período Collor, o que produzia certa divisão social, a avaliação do atual governo pela população seria predominantemente negativa, independente das manifestações em apoio à Dilma. Pontuou que os favoráveis ao impeachment sofreram redução de número, mas que já haviam protagonizado eventos massivos anteriormente. Com relação aos protestos contra o impeachment, criticou o fato de ser formado também por entidades sindicais com laços com o PT, que “desqualificariam qualquer aparência de espontaneidade do evento” (FSP, 18 dez. 2015, p. A2), definindo o suposto espontaneísmo dos opositores ao governo como mérito em si. Espontaneísmo que é duramente colocado à prova por alguns autores:

Assim foi, meses e meses a fio. Manchetes convocando manifestações contra o governo; vazamentos de investigações em articulação com a operação Lava Jato; editoriais, artigos, entrevistas, pesquisa. As quatro famílias [Marinho, das Organizações Globo; Civita, do grupo Abril/Veja; Frias, do Grupo Folha; e Mesquita, do Grupo Estado] seguidas pelas demais [Alzugaray, da Editora Três/Istoé; Saad, da Rede Bandeirantes; e de influência regional, como os Sirotsky, da RBS], operaram como numa rede nacional oficial do golpe, numa articulação inédita na história do jornalismo no país – a competição, ícone maior do capitalismo e do discurso de todos esses meios, foi deixada de lado em prol de uma colaboração aberta para derrubar o governo (Lopes, 2016, p. 121).

Ao ver assegurada a instauração do processo de impeachment e avançando a Lava Jato, os editorialistas da Folha voltaram ao movimento de generalizar o signo *corrupção* para a política como um todo, sem com isso abrir mão de uma ênfase ao PT. No dia 13 de janeiro de 2016, os autores comentavam recentes delações que implicavam políticos de muitos matizes (FSP, 13 jan. 2016, p. A2). São citados: Jaques Wagner, ministro chefe da Casa Civil de Dilma; Renan Calheiros (PMDB); Lula (PT); Fernando Collor (PTB), Aécio Neves (PSDB); e mais “figuras não identificadas do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB)” (FSP, 13 jan. 2016, p. A2). O jornal pondera que, por certo, delações não significam atestado de culpabilidade, mas reflete que, no momento em que se vivia, nada seria implausível. O retrato era tão generalizado que os autores chegam a afirmar que “talvez não sejam necessários tantos nomes assim para colocar todo o sistema político brasileiro em estado de falência ética generalizado” (FSP, 13

jan. 2016, p. A2). A política como um todo deveria se manter na defensiva, já que seguia sendo colocada como intrinsecamente corrupta. A operação Lava Jato evidenciava não apenas a falência ética do governo petista, mas também o colapso moral de todo o sistema político brasileiro.

Havia alvos preferenciais, como já dissemos: o PT, Dilma e Lula. Em 30 de janeiro, o jornal comentou suspeitas de que duas grandes empreiteiras implicadas na Lava Jato, OAS e Odebrecht, teriam realizado melhorias em imóveis vinculados ao ex-presidente: um triplex no Guarujá e um sítio em Atibaia, respectivamente. O jornal descreveu a forma como teriam acontecido os pagamentos e os aspectos que tornavam toda a situação suspeita. Ponderava que, em função dos pequenos valores envolvidos – quando comparados às grandes cifras que apareciam até aqui na operação –, seria possível que se argumentasse que eram “meros mimos, agradados, iniciativas de relações públicas” (FSP, 30 jan. 2016, p. A2).

Depreende-se que isso diz mais sobre uma cultura de relações entre política e empresas absolutamente corrompida do que como um atenuante para os supostos episódios. Cenário generalizado que, como expresso em outro texto, “de Pasadena a Atibaia, de Brasília a Curitiba, a crise brasileira prossegue com baixas para todos os lados” (FSP, 19 fev. 2016, p. A2). Dias depois, ao comentar o aniversário de 36 anos do partido, o jornal afirmará que o discurso petista de que era vítima de perseguição, negando esses e outros episódios, era apenas sua “versão habitual e inverossímil” (FSP, 27 jan. 2016, p. A2) e, ainda, que “não há como sustentar a tese de que Lula é vítima de uma conspiração, quando sobejam os sinais de que empreiteiras o beneficiaram de variadas maneiras” (FSP, 12 mar. 2016, p. A2). O ex-presidente Lula, portanto, ao menos no campo simbólico, encontrava-se condenado e completamente associado ao signo *corrupção*. As denúncias envolvendo o triplex e o sítio em Atibaia eram apenas a confirmação material daquilo que já se sustentava narrativamente há anos pelo jornal.

Além disso, não se pode subestimar o efeito de sentido desse episódio para o próprio impeachment, especialmente por Lula ser a principal liderança histórica do partido e padrinho político de Dilma. Embora fossem casos não vinculados à presidenta, o noticiário com frequência embaralhou as situações, numa clara intenção de enfraquecer a presidenta com acusações que não diziam respeito a ela. Vinculando Dilma e Lula, as denúncias de corrupção sobre o ex-presidente emanariam na sua direção, aproximando o signo da presidenta mesmo quando ele não era diretamente vinculado a ela. A confusão também se prestava a outro propósito. Dilma não estava sob processo de impeachment por corrupção, mas aproximar o

signo dela cumpria o papel de reforçar os argumentos de que seu afastamento era necessário, de construir uma aura maior de culpabilidade:

A mídia buscava toda oportunidade para incriminar Lula. A obsessão com a história do triplex no Guarujá e do sítio em Atibaia, com seus pedalinhos e seu barco de alumínio, é desses episódios que mereceriam entrar para o anedotário da imprensa. Era uma forma de embaralhar as coisas: constitucionalmente, a caracterização dos crimes que podem conduzir a um impeachment é muito precisa, mas o noticiário misturava tudo, como se os casos de corrupção investigados pela Lava Jato pudessem se encaixar nas hipóteses legais para o afastamento da presidente (Moretzsohn, 2016, p. 132-133).

Dilma recebe nova atenção após a prisão de João Santana, marketeiro das três últimas campanhas petistas ao Planalto e considerado conselheiro e próximo de Dilma. Entre os mais de cem presos que a Lava Jato havia produzido em dois anos, Santana era a figura mais próxima de Dilma. Esse fato abria novamente o flanco no Tribunal Superior Eleitoral, ainda que o jornal pondere que os recursos recebidos através da Odebrecht e de um lobista, possivelmente extraído de contratos superfaturados com a Petrobras, poderiam não necessariamente estar vinculados à campanha de Dilma em 2014. Em termos práticos, essa dúvida poderia importar pouco: “vai além de formalismos jurídicos, ademais, a corrosão que ameaça o mandato da presidente. Os humores da política e da rua são afetados pelo acúmulo de crises e suspeitas que compõem o quadro de um governo prisioneiro das escolhas erradas do passado” (FSP, 24 fev. 2016, p. A2). A imagem de seu marketeiro de campanha preso teria forte impacto simbólico, segundo o jornal. O jornal chega mesmo a destacar que o formalismo jurídico, tão caro aos editorialistas, poderia importar pouco em um cenário em que Dilma se via cercada pelo signo *corrupção* por todos os lados.

Com a delação de Delcídio do Amaral, ex-líder do governo no Senado, Dilma passaria a viver aquilo que a *FSP* considera como seu pior momento até então. Delcídio teria afirmado que tanto a presidenta, quanto Lula, não apenas tinham conhecimento sobre os desvios que aconteciam através de contratos com a Petrobras, como também teriam trabalhado de modo a tentar ocultar que fossem revelados. Sendo ainda apenas uma delação, é feita a ressalva de que se precisaria ainda aguardar o aparecimento de provas. Isso não seria importante em seu impacto político quando, somado aos resultados do PIB de 2015 que eram divulgados (retração de 3,8%), apresentando para o Brasil “uma das piores crises econômicas de sua história” (FSP, 4 fev. 2016, p. A2), teria tudo para ser poderoso combustível a incendiar as manifestações contra o governo que estavam marcadas para o dia 13 de março de 2016. Nesse contexto, os autores consideram que nem mesmo a “intolerável presença” (FSP, 4 fev. 2016, p. A2) de

Cunha seria capaz de jogar a favor do governo. A opinião pública estaria disposta a tolerar Cunha para o fim maior de afastar Dilma.

Em 4 de março, ocorre um episódio de forte apelo simbólico: o ex-presidente Lula foi conduzido, de forma coercitiva, a depor acerca das acusações que recebia no contexto da Operação Lava Jato. O argumento do juiz Sérgio Moro era o de impedir que ocorressem manifestações e tumultos, o que não foi evitado. A *FSP*, ao comentar o episódio, mostrou-se contrária à forma como ocorreu a condução, na medida em que ela abria margem para que o campo petista explorasse o uso da força “para que Lula pudesse reforçar, com renovado calor e reanimada audiência, o discurso da vitimização” (*FSP*, 5 mar. 2016, p. A2), retórica que o jornal imputa como “inconvincente e inadequada” (*FSP*, 5 mar. 2016, p. A2), em um momento em que tantos fatos apontavam para o Partido dos Trabalhadores e seus líderes. Somados os três episódios: prisão de João Santana, iminente delação de Delcídio e condução coercitiva de Lula, iniciava-se um período em que, “em ritmo frenético, as peças se movem” (*FSP*, 8 mar. 2016, p. A2) e o impeachment começaria a avançar. Especificamente acerca da condução coercitiva, é importante salientar que

A condução coercitiva é uma “excepcionalidade”, a ser usada em caso de a pessoa chamada não comparecer para depor, o que não era o caso, pois Lula não havia sido intimado. O uso da condução coercitiva sem intimação prévia faz parte das medidas de exceção que setores do Judiciário autorizaram, implícita ou explicitamente, à Lava Jato (Singer, 2018, p. 270).

À beira do colapso, é interessante a cobrança feita pela *FSP* contra Dilma no que diz respeito à reforma da previdência, tão cara ao periódico. Os autores apresentam que Dilma teria cedido à ala que defendia o adiamento da apresentação da proposta, considerando sua profunda impopularidade, para se concentrar em assegurar os votos que impediriam sua cassação. Em nenhum momento do texto, de fato, é negado que, ainda que considerada como incontornável, a apresentação de tal proposta em um contexto de conflito com o Congresso poderia ser a pá de cal para as chances da presidenta. Ainda assim, os editorialistas sustentam que a presidenta deveria passar para “a adesão imediata e definitiva à agenda de reformas, entre elas a da Previdência, que podem colocar de volta nos trilhos um país que descarrilha” (*FSP*, 13 fev. 2016, p. A2). Se isso ocorreria às custas de seu mandato, pouco importa, quase como se Dilma fosse convocada a ser a mártir da agenda neoliberal.

O jornal defende, portanto, que, mesmo em um contexto em que o governo lutava para tentar se salvar em um processo de impeachment no qual encontrava desafios por todos os lados e em que a denúncia de corrupção havia se tornado constante, era preciso que Dilma recobrasse

esforços em aplicar medidas de austeridade impopulares e de elevado custo político. Custo político que não poderia ser cobrado em um momento em que se contava, voto a voto, quantos deputados estariam contrários ao impeachment na Câmara.

A centralidade da pauta econômica na crítica da *FSP* dialoga com a hipótese levantada por Braga com relação aos fundamentos para o impeachment:

Vale destacar que as forças golpistas derrubaram o governo não pelo que Dilma Rousseff concedeu aos setores populares, mas por aquilo que ela não foi capaz de entregar aos empresários: um ajuste fiscal ainda mais radical, que exigiria alterar a Constituição Federal, uma reforma previdenciária regressiva e o fim da proteção trabalhista (Braga, 2016A, p. 60).

Ao contrário de algumas posições, como a de Souza (2016), que costumam atribuir a um desconforto com o processo de inclusão social dos governos petistas as causas profundas para o golpe, Braga (2016) destacou o fato de que Dilma era apeada do cargo mais pelo que havia deixado de fazer, ou seja, medidas paralelas à série de ajustes fiscais defendidos pelo jornal. Agenda que avançaria a partir da posse de Temer como interino e que justifica o raciocínio de que “o impeachment não é apenas o ponto de chegada do golpe em curso. Ele consiste, na verdade, em seu ponto de partida” (Quinalha, 2016, p. 133). Em nossa análise, essa parece uma hipótese acertada. O desconforto dos editorialistas com o governo se concentrava fundamentalmente no fato de que a presidenta não havia tido a força ou a vontade suficiente para avançar nessas reformas e medidas de austeridade, não em um ressentimento com avanços sociais na parte de baixo da sociedade brasileira fundamentalmente.

O desfecho, então, se aproximava. Viria o dia 13 de março de 2016 e, com ele, aquela que seria definida como “a maior manifestação política que se tem registro na história do país” (FSP, 14 mar. 2016, p. A4). Neste dia, “na decisiva manifestação [...] os 3,6 milhões de pessoas que se manifestaram em 326 municípios recobriram o golpe parlamentar de um apoio social decisivo para o sucesso da empreitada” (Singer, 2018, p. 295-296).

5.5 O FIM DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF

Com as manifestações de 13 de março, era dado o “recado cabal” (FSP, 14 mar. 2016, p. A4) que faltava. Maior do que todas as manifestações anteriores, “um impressionante contingente de brasileiros convergiu às ruas, de forma pacífica, bem-humorada e eloquente, num ato de definitiva rejeição” (FSP, 14 mar. 2016, p. A4). Essa rejeição não estaria apenas

direcionada ao governo em questão, mas para todo um sistema político baseado na corrupção. Não bastasse isso, o PMDB anunciava o desembarque do governo.

O fator determinante para o crescimento das manifestações teria sido “a revelação dos laços entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e as principais empreiteiras envolvidas na Operação Lava Jato” (FSP, 14 mar. 2016, p. A4). A corrupção cumpria um papel central para que as chances do governo sobreviver ao impeachment se tornassem muito pequenas. Finalmente, o fato de que políticos do PSDB também haviam sido hostilizados seria a prova de que os manifestantes não eram meramente insatisfeitos com a derrota das urnas, mas de fato um movimento contra a corrupção (FSP, 14 mar. 2016, p. A4). Essa argumentação apresentada pelo jornal contrapunha posicionamentos governistas que responsabilizavam a chapa tucana derrotada em 2014 por parte da responsabilidade do que se via nas ruas, nas manifestações de insatisfação. O próprio jornal, como visto, identifica uma ligação entre a força das manifestações de então e as denúncias contra Lula. De fato, o antilulismo se mostrara um sentimento determinante nessa aglutinação:

Os “camisas amarelas” levaram milhares de bonecos infláveis de Lula presidiário, o Pixuleco, para as avenidas. Embora o objetivo imediato fosse o impeachment, depois da publicidade dos dias anteriores, muitos foram incensar Moro a reforçar o pedido de prisão do ex-presidente. [...] A fixação dos manifestantes na figura de Lula – embora o impeachment fosse o móvel imediato – revela que a unidade daquele bloco heterogêneo era o antilulismo. Para eles, o ex-presidente representava aquele que, por ter apoio popular, podia instalar um regime criminoso no Brasil (Singer, 2018, p. 276-277).

Nem havia se recuperado desse duro golpe e o governo era atingido por mais um: a delação de Delcídio do Amaral era homologada pelo STF. Tornada pública, seu conteúdo incriminava Dilma e Lula, Michel Temer, Renan Calheiros, Aécio Neves entre outros. Ainda seria preciso, segundo os editorialistas, “passar por um processo de depuração no Judiciário” (FSP, 16 mar. 2016, p. A4), na medida em que continuava sendo apenas uma delação. Mas, tendo sido homologada no Supremo e vindo a público, ganhava importância e impacto simbólico. O jornal reconhece que as graves acusações seriam exploradas pela oposição, ignorando aquilo que não fosse do seu interesse, para reforçar o processo de impeachment. Processo esse que “Dilma parece ter cada vez menos condições de se defender” (FSP, 16 mar. 2016, p. A2). Considerando o cuidado em apresentar as acusações, não parece exagero afirmar que seu conteúdo não foi explorado apenas pela oposição no Congresso, mas pelo próprio jornal, que tomou o cuidado em editorial ao dar ênfase à sua dimensão e suas consequências para o impedimento de Dilma.

No campo simbólico, ocorreria, no dia 16 de março, o episódio que, segundo a *FSP*, era a sentença de fim de um governo. Dilma nomeara Lula ministro de governo e, logo após isso, era divulgada gravação entre ambos interceptada que, segundo o jornal, possuiria conteúdo comprometedor e reforçaria a tese de que a nomeação acontecia exclusivamente para evitar que Lula fosse preso pela Lava Jato e Sérgio Moro. Segundo os editorialistas, “a dupla superou, com certeza, tudo o que já se tinha visto no PT e arredores em matéria de cinismo, de imprudência e provocação” (*FSP*, 17 mar. 2016, p. A2), tudo isso depois de manifestações sem precedentes na história brasileira. “Já se dizia que, com a nomeação de Lula, o governo Dilma Rousseff chegava ao fim. Talvez a frase deva ser encarada, a partir dos próximos dias, de forma mais literal do que se pensava” (*FSP*, 17 mar. 2016, p. A2). A imoralidade derradeira havia sido realizada, praticamente uma confissão de culpa. Dilma tentara salvar o maior líder do partido da corrupção, trazendo-o para o governo e o blindando da Lava Jato em Curitiba. A narrativa apresentada pelo jornal já era a de um caminho sem volta. Sobre o episódio, o jornal ainda afirmou em outro momento:

Parece pouco dizer que a presidente Dilma Rousseff (PT) acertou um tiro no pé ao abrigar seu padrinho no Palácio do Planalto. A acomodação de Lula na Casa Civil representou muito mais que isso: foi provavelmente o erro mais grosseiro de um governo pródigo em decisões deploráveis do ponto de vista político, econômico e moral (*FSP*, 21 mar. 2016, p. A2).

A forma como a revelação das gravações ocorrera foi criticada em editorial no dia seguinte ao vazamento, em 18 de março. Sérgio Moro fora descrito como alguém que, talvez contagiado pelo apoio popular, havia se excedido. Moro havia divulgado conversas envolvendo pessoas que estavam fora da sua alçada e, embora as remetendo para o STF, o sigilo já estava levantado. Também houve o vazamento de conversas irrelevantes e que, portanto, deveriam ter sido excluídos. Mais sintomático ainda, o áudio em questão fora gravado após a ordem judicial de suspensão das interceptações. Os autores fazem dura crítica ao juiz e recomendam moderação, para que não desmoralize o Judiciário. Contudo, é feita uma ressalva: “Não se trata de relativizar o peso das notícias acerca da Operação Lava Jato, ou de minimizar o efeito político e jurídico das gravações telefônicas divulgadas nesta semana” (*FSP*, 18 mar. 2016, p. A2).

Seus efeitos, de fato, já eram sentidos. Miguel (2016, p. 110) observou que “os abusos dos juízes, procuradores e delegados eram subnoticiados; mais do que isso, as denúncias de abusos já eram enquadradas como prova de conivência ou complacência com a corrupção”. De fato, conforme pudemos notar em nossa análise, as críticas são absolutamente tangenciadas e

mesmo quando ocorrem, ocorrem com ressalvas. Menos do que as formas, o que importava era o conteúdo daquilo que era produzido através das investigações em Curitiba.

A Lava Jato avançava e novas revelações seguiram produzindo impacto. No editorial do dia 25 de março, foi comentada a publicação de uma lista da empresa investigada Odebrecht. Nela apareciam mais 300 nomes de 24 partidos. A despeito do caráter pitoresco dos apelidos utilizados para identificar os políticos (“nervosinho”, “drácula” etc.), seu impacto, segundo o jornal, era “devastador” (FSP, 25 mar. 2016, p. A2). Não havia certeza se todos os citados haviam recebido propina da empresa e chamava a atenção que constavam partidos governistas e de oposição. Tamanho caráter “ecumênico” era observado na lista, que se temia que, em razão disso, o mundo político se organizasse para paralisar as investigações da Lava Jato. Para os autores, era um reforço para a tese de que “todo o sistema político brasileiro se vê comprometido pela ilegalidade e pela drenagem do dinheiro público através de contratos de obras públicas” (FSP, 25 mar. 2016, p. A2).

Tanto a situação de Dilma era considerada como definida, que o jornal já demonstrava preocupações com a forma como seu desfecho seria descrito. Em editorial no dia 27 de março, criticou duramente a presidenta por afirmar em entrevistas que o que se desenrolava era um golpe de Estado. Para o jornal, não poderia ser golpe algo que estava previsto em lei. Em razão disso, os autores indicavam a preocupação de que todos os ritos fossem seguidos adequadamente, de modo a assegurar a normalidade jurídica (FSP, 27 mar. 2016, p. A2). A negação da mera possibilidade de se discutir o processo como um golpe era barrada em massa pela grande mídia:

Jornalistas respeitáveis, raras vozes à contracorrente na grande imprensa, não tiveram dúvidas em afirmar que o processo era uma farsa e um golpe. Mas a regra do noticiário era rejeitar essa qualificação, através de um artifício tipicamente diversionista, que desviava a atenção da questão concreta: alegava-se que o impeachment era um instrumento constitucional, ignorando-se espertamente a obrigatoriedade legal de existência de crime de responsabilidade. Depois, passou-se a atribuir essa qualificação à “narrativa petista”, como se tudo dependesse de uma questão de enfoque (Moretzsohn, 2016, p. 120).

Na avaliação do jornal, o desespero levava Dilma a oferecer cargos ministeriais no varejo, em um esforço de tentar obter o mínimo de votos que poderia evitar seu impedimento. É destacado o fato de que o Ministério da Saúde fora oferecido para o Partido Progressista, agremiação com mais integrantes sob investigação da Lava Jato – mas, nem por isso, protagonista de suas análises em editoriais. O que a presidenta faria seria um ato de desespero, ao “converter a Presidência da República em aríete contra o derradeiro moinho de vento petista,

vociferando a palavra de ordem ‘não vai ter golpe’ sob aplausos da claqué restante” (FSP, 1º abr. 2016, p. A2). Seus apoiadores eram descritos como uma claqué. Suas atitudes, desesperadas. Seus escrúpulos perdidos em nome de uma pueril tentativa de salvação. Tudo no texto do editorial descreve uma personagem derrotada, mas talvez ainda incapaz de perceber isso. Realizavam-se movimentos para tentar reverter o pior desfecho, mas eles eram vãos e de pouco efeito.

No que diz respeito à narrativa que era construída pelos editoriais, o rompimento do jornal com a possibilidade de Dilma permanecer no cargo já estava consolidado. Se se havia mostrado titubeante em algum momento, era bastante claro, com o passar dos editoriais, que a posição do jornal era favorável ao afastamento da presidenta. Poder-se-ia discutir questões técnicas, a presença de Cunha, as tentativas do governo de evitar a derrota na Câmara, mas o fato é que toda a narrativa ia no sentido de tratar o impeachment como uma inevitabilidade. Ainda assim, apesar de já ser um movimento discursivo claro, a tomada de posição explícita foi publicada em editorial de capa no dia 3 de abril, formalizando essa posição:

A presidente Dilma Rousseff (PT) perdeu as condições de governar o país. É com pesar que este jornal chega a essa conclusão. Nunca é desejável interromper, ainda que por meios legais, um mandato presidencial obtido em eleição democrática. Depois de seu partido protagonizar os maiores escândalos de corrupção de que se tem notícia; depois de se reeleger à custa de clamoroso estelionato eleitoral; depois de seu governo provocar a pior recessão da história, Dilma colhe o que merece (FSP, 3 abr. 2016, capa).

Dilma e o PT eram cartas a serem descartadas. Mas há mais um ponto importante na argumentação do jornal: Temer tampouco teria apoio suficiente da população. Por isso, a solução ofertada pelos editorialistas era a de que ambos renunciassem para que “o poder retornasse ao povo a fim de que ele investisse alguém de legitimidade requerida para promover reformas estruturais e tirar o país da estagnação” (FSP, 3 abr. 2016, capa). Nesse texto, o jornal tomava publicamente uma posição. Afirmava que continuaria buscando o equilíbrio e a pluralidade de visões em sua cobertura, mas, ao reconhecer que a saída do impeachment poderia não ser suficiente para devolver a normalidade que poderia permitir o avanço das reformas defendidas pelo jornal, colocava-se “entre os que preferem a renúncia à deposição constitucional” (FSP, 3 abr. 2016, capa). De um jeito ou de outro, o governo precisava terminar. O protagonismo na corrupção e a crise econômica cobravam seu preço e o segundo governo Dilma estava com os dias contados.

Apesar dos desejos manifestos da alternativa pela renúncia, como sabemos, o desfecho foi outro. No editorial do 17 de abril, dia da votação na Câmara – que, em termos processuais, significaria a autorização de abertura de processo por crime de responsabilidade a ser julgado pelo Senado –, os autores deixavam clara qual era a interpretação da “ampla maioria da população” (FSP, 17 abr. 2016, p. A2) sobre o que acontecia:

O governo Dilma Rousseff acabou. Está exaurido pela própria incompetência política, pelo incomparável desastre econômico que criou, pelo desvelamento de todo o sistema de corrupção que o PT instaurou no centro do poder. O país definha, e a presidente e seu partido são responsáveis por isso (FSP, 17 abr. 2016, p. A2).

Há, no texto, um responsável óbvio pela corrupção: o PT. Foi ele quem instaurou esse “sistema de corrupção”, foi o partido o responsável por aquilo que era considerado o maior escândalo de corrupção da história, quem teria traído suas origens de defensor da moralidade para não apenas mergulhar na vala comum da política, mas tornar-se a vanguarda da corrupção. O responsável pela corrupção era o PT e, por isso, os governos petistas precisavam terminar. Se Dilma não era formalmente acusada de estar envolvida em quaisquer tipos de atos ilícitos associados à corrupção, isso não importava. Ela pertencia ao partido da corrupção e era bom para o país que o seu quarto governo subsequente chegasse ao fim de forma precoce.

Conforme já era esperado, o editorial do dia seguinte dava conta de posicionar o jornal em relação ao desfecho da votação na Câmara. A derrota de Dilma teria ocorrido por “expressiva maioria” (FSP, 18 abr. 2016, p. A2). Enquanto apresentavam seus votos, os deputados se justificavam muitas vezes através daquilo que os editorialistas apontavam como “considerações extravagantes” (FSP, 18 abr. 2016, p. A2) e, com frequência, com “um quase sempre cínico discurso de combate à corrupção, como se disso o processo cuidasse” (FSP, 18 abr. 2016, p. A2). A partir desse momento, estaria aberto um interregno que aguardaria o afastamento definitivo da presidenta pelo Senado. Para a Folha, era urgente que isso acontecesse com agilidade, pois não haveria sentido a permanência de Dilma. Há o cuidado em se defender, novamente, a importância de que se sigam todos os ritos que assegurariam a legitimidade jurídica do impeachment. Mas, ainda assim, era um capítulo concluso e estava aberto um “período de transição” (FSP, 18 abr. 2016, p. A2).

O signo *corrupção* não desaparecia, naturalmente. Derrotada Dilma, haveria agora espaço para que ele se deslocasse com mais liberdade para outros personagens com maior ênfase. Desses, como já era manifestado em textos passados, o principal seria Eduardo Cunha:

Coloca-se com urgência, aliás, a necessidade de que um dos mais notórios articuladores e beneficiários da batalha do impeachment, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) seja levado à barra da Justiça. A Operação Lava Jato continuará – é o que se espera – a investigar e punir muitas figuras do cenário político; reformas eleitorais e econômicas terão de ser empreendidas em caráter emergencial (FSP, 18 abr. 2016, p. A2).

Curiosamente, o signo *corrupção* não é relacionado à Dilma em nenhum momento do texto. Conforme destacamos, os editorialistas chegam mesmo a pontuar o fato de que não era sobre isso que o processo tratava, mesmo que sustente muitas vezes que essa era uma das razões para o fim do governo em outros momentos. Os repetidos esforços narrativos em associar a corrupção ao PT e à Dilma, que auxiliaram na construção de uma narrativa que tornava o fim do ciclo petista uma quase inevitabilidade, poderiam descansar temporariamente. Retorna no texto a ênfase à preocupação com um sistema político corrompido enquanto tal e se apresenta a esperança de que a Lava Jato seja capaz de avançar nesse expurgo. Embora, em termos jurídicos, Dilma só fosse completamente afastada do seu cargo em 31 de agosto, em votação no Senado, no que diz respeito à significação da corrupção, o prosseguimento da análise para além da votação da Câmara tem pouco sentido. O PT estava derrotado, Dilma fora afastada do cargo e se iniciava um novo ciclo, de transição. Inclusive, a corrupção continuará sendo um signo central e o entendimento sobre sua significação é fundamental para a compreensão do período Temer. Não é esse, contudo, o nosso objetivo.

Perene na argumentação do jornal, como vimos no decorrer da análise, é a preocupação que as reformas econômicas defendidas pelo jornal fossem tocadas adiante, sempre com urgência, sempre em nome da salvação nacional. Estivesse à frente do governo Dilma, Temer, ou um novo candidato surgido da nunca realizada eleição presidencial fruto de uma dupla renúncia, o que importava é que a agenda neoliberal seguisse adiante. No editorial do dia seguinte, de fato, expressava-se uma espécie de cartilha orientadora para Temer, que assumiria a presidência em breve. Em caixa sintetizando os argumentos, pode-se ler: “Antecipar, tanto quanto possível, a redução da taxa de juros; Realizar concessões e privatizações; Promover aumento de impostos, algo inevitável; Reduzir despesas obrigatórias do governo; Rever reajustes de salários e benefícios de servidores federais; Fazer uma reforma da Previdência” (FSP, 19 abr. 2016, p. A2). Nos parece seguro afirmar que esse foi o sentido mesmo do golpe ocorrido em 2016.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fim do governo Dilma, após o impeachment, representou o encerramento de um ciclo e o começo de outro. Passe o fato de que o seu segundo mandato fora marcado pela adoção de medidas de austeridade – que corroeram suas bases de apoio –, o que se viu no governo Temer foi um violento e acelerado processo de desmonte das estruturas estatais e jurídicas de apoio à população mais pobre e aos trabalhadores. Com o fim de seu mandato e a chegada da eleição de 2018, cobrava-se um preço pela descredibilização na qual a política se encontrava: Bolsonaro foi eleito e, durante quatro anos, realizou um dos mais desastrosos e reacionários governos da história brasileira.

Mas, para se chegar aí, houve um personagem absolutamente central: a corrupção. Esse signo, tão importante para entendermos as dinâmicas da política brasileira, sempre pronto para ser apontado para quem quer que seja o adversário da vez, foi o protagonista do longo processo que levou ao colapso da experiência petista. Tentando entender a forma como a *Folha de S. Paulo* se portou nessa dinâmica, buscamos analisar seus posicionamentos editoriais no decorrer do período que vai de 2012 até 2016 especificamente relativos à forma como se significava a corrupção. A partir dessa análise, obtemos algumas conclusões, sintetizadas a seguir.

Desde o princípio de nossa análise, foi constante a associação entre o signo *corrupção* e a política institucional. A argumentação se moveu em um sentido de vincular ambos os signos de modo que adquirissem um efeito de sentido praticamente idêntico, vinculando a prática da corrupção ao cotidiano da política. Esse movimento aconteceu em um claro sentido de reforçar a linha editorial do jornal, qual seja a da defesa intransigente das virtudes do mercado, no interior da racionalidade neoliberal, e a crítica à ineficiência do Estado. A corrupção seria, portanto, mais um sinal do comprometimento da esfera pública e institucional em atender as demandas da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que essas necessidades nem sempre ficam claramente definidas e, muitas vezes, são apresentadas de forma vaga. Isso ocorria, aparentemente, como forma de sustentar a importância de medidas impopulares, como as reformas trabalhista e previdenciária, enquanto necessidades pretensamente de todos.

De fato, isso se mostra evidente quando analisamos os recuos retóricos que eram realizados pelos editorialistas na medida em que Dilma indicava assumir medidas de austeridade fiscal, sobretudo a partir da sua reeleição. A corrupção, nesse caso, aparece muito mais como um signo operacionalizado como forma de pressionar o governo no aprofundamento dessas medidas do que ser significada enquanto uma marca em si de seu governo. Quando

ocorriam acenos que sugeriam a possibilidade de Dilma liderar esse movimento de reformas, o jornal recuava, mesmo que parcialmente. Quando ela parecia não possuir a força necessária para essas empreitadas, as críticas retornavam com força total, lançando mão constantemente do signo *corrupção* como instrumento de condenação moral do governo.

No interior dessa narrativa, o julgamento do escândalo do mensalão no STF, seguido da condenação dos principais réus, funciona como ato de abertura dessa elaboração signica. A cobertura editorial se dedicou em vincular estreitamente o esquema ao Partido dos Trabalhadores e na figura do então ex-presidente Lula, em especial. À medida que realizavam essa associação, os editorialistas reforçavam constantemente o caráter paradigmático do que se observava: se antes o governo Collor aparecia como a referência da corrupção após a redemocratização, servindo mesmo como referência de comparação para outros episódios, a partir do mensalão, o novo paradigma instituído era o dos governos petistas.

Narrativamente, essa cobertura editorialista foi importante. Estabeleceu-se então a ideia de que os governos petistas representavam a corrupção essencialmente. Ainda que o signo fosse constantemente associado à política institucional como um todo, é seguro dizer que no que diz respeito aos governos petistas essa marca é reforçada, constantemente recebendo destaque. Nos editoriais, foi encontrada recorrentemente a prática de apontar a corrupção como problema geral da institucionalidade brasileira, ao mesmo tempo em que o Partido dos Trabalhadores era o único partido nominalmente citado ou, quando não era o caso, o partido que recebia maior ênfase. Não parece exagero considerar que esse movimento foi parte de um contexto maior que construiu a imagem do PT como um partido imiscuído com a corrupção fundamentalmente. Ainda que Dilma tenha esboçado um ensaio republicano, como discutimos no decorrer do texto, e até mesmo tenha fortalecido a independência das instituições de Estado responsáveis por combater a corrupção, o fato de ser o governo em questão era o suficiente para reduzir as responsabilidades pelos crimes que ocorreriam. Passado o mensalão, toda suspeita de corrupção seria comparada ou inserida em uma linha de continuidade que se iniciava nos governos petistas.

Com relação à cobertura das manifestações de junho de 2013, ela se mostrou ambígua e titubeante. Inicialmente crítica, condenou em bloco aquilo que os manifestantes defendiam e as formas como realizavam suas reivindicações. As demandas por uma maior participação do Estado na mobilidade urbana, inicialmente, e por melhores serviços públicos como um todo, em um segundo momento, eram apresentadas como fruto de uma visão até mesmo inocente de mundo, que não reconhecia as limitações financeiras do Estado tal como defendidas pelo jornal.

Os métodos dos manifestantes faziam com que fossem definidos como uma turba, que realizava protestos que atrapalhavam o cotidiano das cidades, em dias de semana e em horários de pico, muitas vezes lançando mão de episódios de violência. Entretanto, a partir do momento em que a violência repressiva policial fez com que os manifestantes angariassem simpatia de porções cada vez maiores da sociedade, ao mesmo tempo em que as pautas dos manifestantes se tornavam cada vez mais amplas e genericamente referenciadas a uma crítica ao Estado mais ampla, a *FSP* passou a assumir um apoio cauteloso, dando uma guinada na forma como o episódio era discutido nos editoriais.

É interessante salientar que a corrupção, apontada em outras análises como um signo central nessa segunda fase das manifestações de junho de 2013, recebeu pouca ênfase pelo jornal. Talvez por rescaldo da desconfiança inicial que os autores apontavam com relação aos manifestantes, talvez por estar mais preocupada em apontar direcionamentos de quais seriam as medidas realmente necessárias para serem tomadas pelo poder público como forma de aplacar essas reivindicações, o fato é de que a corrupção foi um signo, especificamente nos editoriais, de menor importância.

Se com o mensalão iniciava o primeiro ato da significação da corrupção enquanto intimamente associada aos governos petistas, o desencadear da Operação Lava Jato seria a abertura do seu segundo ato. A partir das investigações que se desenrolavam em Curitiba, acerca de suspeitas de corrupção na Petrobras, maior estatal do país, e grandes empreiteiras que tinham contratos com ela, encontramos uma exaustiva cobertura editorial acerca do tema. Desse momento em diante, a significação da corrupção se dirigia cada vez mais em direção ao Partido dos Trabalhadores e suas lideranças históricas.

Antes, os editorialistas ainda pontuavam o fato de que a corrupção era um mal da política institucional como um todo e, em especial, dos governos petistas. A partir da Lava Jato, essa significação adquire cada vez mais contornos de simplificação. O que importava era destacar que o maior escândalo de corrupção da história do Brasil, que superava inclusive o paradigma anterior – também do próprio partido – em uma escala muitas vezes maior, ocorria em razão do fato de que o PT era um partido praticamente entrelaçado com práticas criminosas na política. A própria virulência com que o governo era atacado nos editoriais adquire uma dimensão ampliada a partir desse momento.

As eleições de 2014 ocorreram em um contexto em que o jornal denunciava aquilo que surgia na Lava Jato e vinculava cada vez mais as responsabilidades pelo que aparecia nas investigações aos governos petistas. Ainda assim, Dilma recebeu menor ênfase enquanto

associada à corrupção do que em nossa hipótese inicial, mas grande pressão para que se distanciasse do seu partido e de Lula e assumisse uma agenda econômica de austeridade nos termos do neoliberalismo. Assim como já indicamos nessas considerações finais, ocorre que a preocupação do jornal se encontra principalmente concentrada na ideia de assegurar que, se eleita, Dilma adotasse o conjunto de medidas econômicas que eram defendidas pelo jornal.

Iniciado o segundo governo Dilma, começa uma franca cobertura nos editoriais de cunho crítico. A presidenta era considerada como despreparada, fraca politicamente e cada vez mais aparecia associada à corrupção ao qual o PT era responsabilizado. Isso ocorria tanto como forma de manter a pressão sobre o governo e a necessidade de se defender a austeridade fiscal quanto como um reconhecimento de que seu governo não era realmente capaz de aplicar as reformas que o Brasil precisaria. Se no começo do primeiro governo Dilma encontramos ainda uma espécie de generosidade discursiva para com a presidenta, a forma como ela é descrita no segundo é amplamente negativa. Ressalvas e concessões se tornaram cada vez mais raras, até o ponto de praticamente desaparecerem. Toda a cobertura editorial é crítica e o signo corrupção ganha centralidade na argumentação dos autores.

Nesse contexto ocorreram as manifestações, em 2015 e 2016, que apresentavam fortes críticas à corrupção, pediam o afastamento de Dilma e a prisão de Lula. A cobertura nos editoriais foi francamente favorável aos manifestantes e até mesmo ampliava os seus significados e as suas pautas, análise que ficou ainda mais clara quando se compara a forma como esses protestos eram definidos e o tom predominantemente crítico da cobertura dos protestos pró-Dilma e anti-impeachment. A narrativa apresentada colocava em oposição os brasileiros, em um sentido amplo, que seriam contrários à corrupção petista, e o próprio partido e seus apoiadores, vistos como espécie de cúmplices. Os métodos dos manifestantes contrários ao governo eram elogiados, considerados como organizados e pacíficos, utilizando finais de semana como forma de não atrapalhar o cotidiano das cidades e reivindicando pautas que seriam legítimas. As descrições desses grupos são até mesmo laudatórias, em uma simplificação profunda das suas contradições e marcados contornos maniqueístas. O marcado tom de ponderação que se apresentou no decorrer da análise, mesmo que usado apenas como recurso retórico para legitimação de suas críticas, transforma-se drasticamente e cede lugar para uma narrativa novelizada e simplificadora.

Estabelecida a crise em definitivo, o jornal demonstrou preferência por um desfecho que fosse diferente do impeachment, defendendo a renúncia da chapa Dilma-Temer como forma de que fossem provocadas novas eleições presidenciais. Apesar disso, os autores

mantiveram a valorização da hipótese do afastamento. Nesse ponto, a figura do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, é digna de nota. O parlamentar foi profundamente criticado nos editoriais, talvez como forma de demonstrar uma pretensa isenção por parte do jornal, ao eleger aquele que poderia ser o bode expiatório fora do governo que legitimaria o impeachment como instrumento para a superação da crise e o combate à corrupção em um sentido mais amplo. O fato de Cunha estar liderando o bloco opositor que se articulava para a derrubada do governo recentemente eleito eventualmente era descrito como uma espécie de mácula para todo o processo, mas sem que isso significasse de modo algum a ilegitimidade desse processo. Por fim, aproximando-se a data da votação pelo afastamento na Câmara, o jornal decide se posicionar em editorial favorável pelo impeachment. Nesses momentos finais, a vinculação do signo *corrupção* com o PT já aparecia quase que completamente sem matizes. O partido e a corrupção era uma mesma coisa.

Finalmente, cumpre destacarmos que todo o processo de significação da corrupção pelos editoriais da *Folha de S. Paulo* foi coerente com aquilo que definimos teoricamente como uma racionalidade neoliberal. Isso fica bastante claro quando analisamos alguns pontos. Em primeiro lugar, durante todo o período analisado, encontra-se um elevado apreço pelos formalismos jurídicos como suficientes para a verificação da justiça do que ocorria. Desde o processo do mensalão, as acusações apresentadas pelas defesas de que haveria perseguição política disfarçada de combate à corrupção foi apresentado como equivocada, na medida em que eram cumpridas as etapas formais do processo tal como previsto em lei. A partir disso, a argumentação das defesas sequer era levada em consideração muitas vezes, tomando os réus como condenados a priori e suas culpabilidades apresentadas como autoevidentes. Os acusados de corrupção eram sempre corruptos em si, faltando apenas o cumprimento de ritos formais para que a adjetivação fosse possível sem margem de erro. Ainda no âmbito da elevada preocupação com os formalismos jurídicos, observa-se uma tendência a apresentar maior otimismo com relação ao Judiciário enquanto poder capaz de punir, de forma técnica, a prática da corrupção que estaria alastrada pelo Estado brasileiro. Esse formalismo cedeu espaço apenas nos momentos finais do processo de impeachment de Dilma, quando o jornal já passava a reconhecer – de modo também bastante formal – que o julgamento que acontecia no Congresso Federal era também político. Ao fazê-lo, ficava implícito que não era necessário que as acusações sofridas por Dilma – não vinculadas com a corrupção – fossem necessariamente verificadas, na medida em que era um processo sujeito às paixões do momento.

Além disso, não podemos esquecer a ênfase dada às medidas de austeridade fiscal defendidas pelos editorialistas. Esta é uma constante nos textos analisados, recorrentemente denunciando a falta de comprometimento com uma agenda econômica bastante específica, neoliberalizante, apresentada pelos autores como a alternativa racional para a realidade brasileira. Em momentos de maior crise, o recurso da operacionalização da corrupção como forma de pressionar a gestão eleita tornava-se bastante intenso. Em momentos em que a crise arrefecia, a defesa desses valores seguia sendo constante. De fato, por vezes os editorialistas chegam a apontar essa agenda como a solução para superar a encruzilhada em que o país se encontraria e, quando o afastamento parecia inevitável, chegam mesmo a defender que Dilma aplique as reformas necessárias independentemente do custo político que eventualmente teriam no sentido de abreviar o seu governo.

Como tantas vezes aconteceu na história brasileira, não é possível compreender a forma como a *FSP* se posicionou diante da crise dos governos Dilma, crise que levou ao seu fim através de um golpe político-institucional, sem levar em consideração os usos do signo corrupção. A presente pesquisa reforça a análise corrente na bibliografia de que a corrupção seja uma constante na vida política de nosso país, sempre pronta para ser usada como arma contra o governo em questão quando o conjunto de interesses representados pelos diferentes veículos da grande mídia são postos em xeque. De Vargas à Dilma, chegando no governo Bolsonaro, a corrupção teve sempre um papel importante para entendermos as formas como as crises políticas se desenrolam, politicamente, judicialmente e em seu aspecto fundamentalmente moral. Além disso, nossa pesquisa permite concluir com segurança que as especificidades dos governos petistas fizeram com que ficasse em evidência o fato de que a racionalidade neoliberal fosse um valor central na agenda da *Folha de S. Paulo*. Mais do que significar a corrupção através de uma crítica em si mesma, esse processo foi, em realidade, um instrumento para pressionar o Estado brasileiro no sentido do atendimento de medidas de austeridade defendidas pelos seus autores. A defesa dos valores do neoliberalismo foi uma das principais armas nessa arena de lutas que foi (e continua sendo) a significação da corrupção.

O fim do governo Dilma e o começo do governo Temer não representou o desaparecimento do signo corrupção. De fato, ele seguiu sendo central na análise do jornal, embora em outros termos, como continua sendo em nossos dias, na medida em que a corrupção segue sendo uma arma de denúncias poderosa, agora associada ao ex-presidente Bolsonaro, sem esquecermos os já iniciais apontamentos em direção ao terceiro governo Lula. Disso depreende-se que há um campo vasto para o estudo da corrupção na política brasileira pós-

golpe de 2016, através não apenas do uso da mídia tradicional, mas também de um mapeamento da forma como signo é operado nas redes sociais. Uma agenda de pesquisas que continue avançando nesse sentido tem muito a esclarecer sobre nosso tempo presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES CONSULTADAS:

BRASIL. *Decreto-Lei n° 2848, de 7 de dezembro de 1940*. Código Penal Brasileiro. Rio de Janeiro, 7 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 25 mar. 2021.

BRASIL. *Lei complementar n° 135, de 4 de junho de 2010*. Altera a Lei Complementar n° 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato. Brasília, 4 jun. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp135.htm. Acesso em: 29 mai. 2022.

FOLHA DE S. PAULO. *Acervo Folha*: <https://acervo.folha.com.br/index.do>.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Entenda o caso*. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso>. Acesso em: 3 fev. 2023.

UOL. *Eleições 2014*: apuração de 1º turno. 2014a. Disponível em: <http://placar.eleicoes.uol.com.br/2014/1turno/rs>. Acesso em: 16 mar. 2024.

UOL. *Eleições 2014*: apuração de 2º turno. 2014b. Disponível em: <http://placar.eleicoes.uol.com.br/2014/2turno/>. Acesso em: 16 mar. 2024.

BIBLIOGRAFIA:

ALTMAN, Breno. Ruas em transe: a insurgência das camadas médias contra o petismo. In: ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria Caraméz. *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. São Paulo: Boitempo, 2023, epub.

AUGSTEN, Patrícia. *A significação jornalística da justiça: uma análise da cobertura da Lava-Jato na Folha de S. Paulo*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), Escola de Comunicação, Artes e Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

BÁCCARO, Liége; NASCIMENTO, Elvira Lopes. *O gênero editorial na perspectiva do interacionismo sóciodiscursivo: o contexto de produção*. In: V Encontro Científico do Curso de Letras - O Desafio das Letras FACCAR, 2007, Rolândia-PR. Anais do V Encontro Científico do Curso de Letras - O Desafio das Letras FACCAR. Rolândia-PR: FACCAR, 2007. v. 1. Disponível em: http://www.faccar.com.br/eventos/desletras/hist/2007_g/textos/15.htm. Acesso em: 5 mar. 2020.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2009

BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Editora 34, 2016.

BARROSO, Luís Roberto. Comissões Parlamentares de Inquérito e suas competências: política, direito e devido processo legal. *Revista Jurídica Virtual*, Brasília, vol. 2, n. 15, ago. 2000.

BOITO JR., Armando. A corrupção como ideologia. *Crítica Marxista*, Campinas, v. 24, n. 44, p.9-19, fev. 2017.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BRAGA, Ruy. O fim do lulismo. In: JIKINGGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise*, 2016a.

BRAGA, Ruy. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (orgs.). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016b.

BRATSIK, Peter. Corrupção e capitalismo. *Crítica Marxista*, Campinas, v. 24, n. 44, p.9-19, fev. 2017.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CARMELINO, Ana Cristina; PERNAMBUCO, Juscelino. Dois gêneros do discurso, na visão de Bakhtin: editorial e romance. In: FIGUEIREDO, Maria Flávia; MENDONÇA, Marina Célia; ABRIATA, Vera Lúcia Rodella (orgs.). *Sentidos em Movimento: Identidade e Argumentação*. Coleção Mestrado em Linguística 3. Franca: Unifran, 2008.

CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In: BOURDIEU, Pierre (org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis, Vozes, 2003.

CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis: Vozes, 1998.

DANIEL, Vanessa Cristhina Zorek. *A democracia nas ruas: o caso das manifestações do Brasil*. Dissertação de mestrado em Sociedade, culturas e fronteiras – UNIOESTE, Foz do Iguaçu, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, Sabrina. *Sintomas Mórbidos*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

FERREIRA, Fabrício. “Folha de S. Paulo”, “O Globo” e a afirmação de uma direita neoliberal na Nova República. *Revista nuestrAmérica*, v. 7, n. 13, p. 66-81, jan./jun. 2019.

FRAGA, Diego José Nogueira. Mídia, *Experts* e Neoliberalismo: outras vozes no jornal Folha de São Paulo. *Revista Novos Rumos Sociológicos*, v. 9, n. 16, p. 81-112, ago./dez. 2021.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A democracia sequestrada: mídia e poder no Brasil atual. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 67-92, jul. 2016.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Usos da Corrupção. *Estadão*. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/usos-da-corrupcao/>. Acesso em: 9 jul. 2021.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LAIDLER, Christiane Vieira. O golpe parlamentar e a agenda que não ganha eleição. In: FEIXO, Adriano de; RODRIGUES, Thiago (orgs.). *2016: o ano do golpe*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016.

LEITE, Paulo Moreira. *A outra história do mensalão: as contradições de um julgamento político*. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

LOPES, Mauro. As quatro famílias que decidiram derrubar um governo democrático. In: JIKINGGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise*. São Paulo: Boitempo, 2016.

MAESTRI, Mário. *Revolução e contra-revolução no Brasil [1530-2018]*. Porto Alegre: FCM, Coleção Coyacan, 2019.

MARTINS, Helena. *Comunicação em tempos de crise: economia e política*. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

MASCARO, Alysson Leandro. *Crise e golpe*. São Paulo: Boitempo, 2018.

MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENDES, Mateus. A revolução colorida brasileira. In: ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria Caraméz. *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. São Paulo: Boitempo, 2023, epub.

MICHAELIS: *Dicionário Brasileiro da Língua Brasileira* (online), 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=corrup%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 23 mar. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. *O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. Quatro poderes e um golpe. In: FEIXO, Adriano de; RODRIGUES, Thiago (orgs.). *2016: o ano do golpe*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. A mídia e o golpe: uma profecia autocumprida. In: FEIXO, Adriano de; RODRIGUES, Thiago (orgs.). *2016: o ano do golpe*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). *O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: a Quinta República (1985-2016)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

NUNES, Paula. Sobre Junho de 2013 e o movimento negro brasileiro contemporâneo. In: ALTMAN, Breno; CARLOTTO; Maria Caraméz. *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. São Paulo: Boitempo, 2023, epub.

PICUSSA, Roberta. *Outsiders: um conceito de difícil operacionalização na Ciência Política*. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 31, n. 23, nov. 2023.

PINTO, Céli Regina Jardim. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). In: ROCHA, Camila; SOLANO, Esther (org.). *As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

QUINALHA, Renan. “Em nome de Deus e da família”: um golpe contra a diversidade. In: JIKINGGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise*. São Paulo: Boitempo, 2016.

RIBEIRO, Jorge Claudio. *Sempre alerta: Condições e contradições do trabalho jornalístico*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

ROLNICK, Raquel; ANDRÉS, Roberto. Desculpe o transtorno, é sobre a caixa preta das cidades. In: ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria Caraméz. *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. São Paulo: Boitempo, 2023, epub.

ROMANCINI; Richard; LAGO, Cláudia. *História do jornalismo no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2007.

ROSSI, Clóvis. Independência: formidável artigo jornalístico. In: *Um país aberto: reflexões sobre a Folha de S. Paulo e o jornalismo contemporâneo*. São Paulo: Publifolha, 2003.

SANTOS, Rhenan Pereira. Passado em disputa: a contribuição da teoria dos gêneros do discurso para os atuais desafios da historiografia. *Revista discente Ofícios de Clio*, Pelotas, v. 5, n. 8, p. 301-320, jan./jun. 2020.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

SEMER, Marcelo. Ruptura institucional e desconstrução do modelo democrático: o papel do Judiciário. IN: JIKINGGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise*. São Paulo: Boitempo, 2016.

SINGER, André. *O lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André. Brasil, Junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos, Edição* 97, v. 32, n. 3, p. 23-40, nov. 2013.

SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

TASCHNER, Gisela. *Folhas ao vento: Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TELLES, Helcimara. Corrupção, legitimidade democrática e protestos: o boom da direita na política nacional? In: ROCHA, Camila; SOLANO, Esther (orgs.). *As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2011.

VOLÓCHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Editora 34, 2017.

APÊNDICE 1: LEVANTAMENTO DE EDITORIAIS

2012			
Data	Título	Subtítulo	Análise inicial
1º/1/2012	Dilma, ano 1	A administração se saiu bem em vários aspectos, mas falta arrojo para desatar nós que emperram a economia e elevar o padrão da educação	Balanço de primeiro ano de governo Dilma. Ministros caíram por corrupção, mas Dilma foi uma “faxineira severa”. Critica a ausência de reformas estruturais. Espera que nesse novo ano Dilma realize reformas em sua administração que rompam com o fisiologismo.
3/1/2012	O custo dos desvios	Mapeamento de R\$3,2 bilhões de verbas desviadas em 2011, segundo dados da PF, mostra que é preciso reforçar combate à corrupção.	Condena os altos volumes desviados no ano anterior. Defende a necessidade de uma polícia treinada e de um Judiciário célere para combater a corrupção.
24/1/2012	Sucesso acanhado	Sem medidas de impacto, Dilma Rousseff contorna crises, acena para a oposição, evita contrariar interesses e obtém recorde de avaliação	Comenta a elevada popularidade do primeiro ano do governo Dilma (superando FHC e Lula). Afirma que a os afastamentos de ministros por suspeita de corrupção foram compensados em sua popularidade pela sua fama de “faxineira’ da corrupção e gestora exigente”.
25/1/2012	Paradoxo na Petrobrás	-	Elogia a nomeação de Graça Foster para a presidência da Petrobrás, vista como técnica e gestora dura. Aponta como problema da Petrobrás de longa data a sua contaminação política.
27/1/2012	República pela metade	No furor da disputa por cargos, líder peemedebista eleva o tom com a presidente Dilma Rousseff e perde a parada – mas não a vaga	Comenta o afastamento do diretor do Departamento Nacional de Obras contra as Secas. Reforça a ideia de que Dilma é uma faxineira da corrupção, mas sugere que esses afastamentos podem ser usados para encontrar novos aspirantes aos cargos prontos a lhes jurarem fidelidade.

3/2/2012	Entra e sai	Troca do ministro das Cidades não altera a prática do Executivo de conceder feudos administrativos aos partidos políticos de sua base	Demissão do ministro das cidades Negromonte (PP). O ministério é visto como propriedade do PP, apesar dos supostos critérios técnicos de Dilma.
13/2/2012	Muita inocência	No caso da demissão do presidente da Casa da Moeda, PTB e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, eximem-se de responsabilidades óbvias	Presidente da casa da moeda (Denucci, PTB) demitido por suspeita de contratos irregulares com fornecedores. Dilma loteia cargos com apoiadores, o que desmente sua imagem gerencial. O partido e o Ministro se eximem. Aponta a responsabilidade de Mantega e afirma que o cargo não é apenas técnico.
13/2/2020	Ficha Limpa em jogo	-	Comenta o julgamento no STF da constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa. Defende que o ideal seria que a lei só fosse aplicada após condenações transitadas em julgado.
17/2/2020	Dilema na Petrobrás	Graça Foster, ao assumir direção da empresa, promete fidelidade incondicional a Dilma Rousseff; preços de derivados são primeiro teste	Questiona se a “fidelidade incondicional” de Graça Foster à Dilma não prejudicaria na tomada de decisões que fossem positivas para a empresa, mas negativas politicamente ao governo.
18/2/2012	Vitória da Filha Limpa	Decisão do STF considera lei aprovada em 2010 constitucional e põe fim aos questionamentos que cercavam sua aplicação	Comemora a votação favorável à constitucionalidade da lei. Afirma que a decisão vai ao encontro do anseio por moralidade na política. Pondera que a lei tem, paradoxalmente, um aspecto paternalista, porque tutela a escolha dos eleitores e porque “não dá garantia alguma de progresso real, pois nem só de criminosos se faz a má política”.
25/2/2012	Faxina completa	Exigência óbvia, ficha limpa nas nomeações para cargos nos governos municipais e estaduais não deveria necessitar de leis específicas	Comenta a ideia de se criarem leis em SP para haver uma equivalente à lei da Ficha Limpa para nomeações. Afirma ser absurdo, já que pessoas condenadas não

			deveriam se quer ser cogitadas para esses cargos. Conclui que o Brasil “é um país em que uma lei tão esdrúxula se faz, de fato, necessária”.
27/2/2012	Contas de chegar	-	Crítica o “desvio” de recursos que deveriam ser redirecionados para o FGTS para se cumprir a meta de superavit primário de 2012. Afirma que esse tipo de movimento têm sido recorrente, “subterfúgios” que tornam as contas menos transparentes.
28/2/2012	Impunidade no poder	Lentidão no julgamento de políticos e autoridades não é fruto só do chamado foro privilegiado, mas de toda uma cadeia de ineficiências	Crítica o foro privilegiado pela morosidade nos julgamentos de políticos, embora considere que, em tese, ele não deveria ser um problema. Responsabiliza também o MP, a PF e o STF.
2/3/2012	Religião eleitoral	-	Crítica o impacto da agenda religiosa na eleição da capital paulista. Afirma que isso seria razoável se significasse um debate sério, mas é uma desculpa para uma “barganha mais impura” com cargos, o que também ocorre no governo Dilma (exemplo do Ministério da Pesca).
17/3/2012	Crise e acomodação	Planalto e Congresso estão de novo às turras, mas clima ameno na economia e popularidade de Dilma criam espaço para entendimento	Comenta as tensões entre governo e PMDB surgidas pelas sucessões às presidências do Congresso. Lembra a popularidade de Dilma e o fato dela ter saída ileso e com fama de “faxineira” da queda de ministros.
18/3/2012	Novo Código Penal	Urge reformar a legislação criminal brasileira para restabelecer o princípio de proporcionalidade entre penas, crimes e valores	Comenta a elaboração do Novo Código Penal. Defende que as penas respeitem a proporcionalidade da gravidade dos crimes. Elenca corrupção como um crime merecedor de penas elevadas. Defende redução das penas de crimes de menor periculosidade.

23/3/2012	Rebeldia e desalento	A opinião pública vê-se relegada a segundo plano a cada momento em que os atores políticos se entregam a negociações fisiológicas	Comenta derrotas sofridas pelo governo no Congresso Nacional pela própria base governista, como forma de pressionar Dilma. Critica as saídas fisiológicas e coloca em questão a fama “gerencial” da presidenta.
30/3/2012	Oposição na míngua	-	Comenta a renúncia de Demóstenes Torres à liderança dos Democratas no Senado, após a PGR abrir inquérito para investigar indícios de crimes na sua relação com Carlos Cachoeira. Afirma a fragilidade da oposição.
12/4/2012	Surpresas na CPI	Congresso prepara inquérito sobre caso Cachoeira; PT vê chance de neutralizar processo do mensalão no Supremo, mesmo com riscos	Comenta a abertura de CPI sobre o caso Carlinhos Cachoeira. O PT pretende utilizar a investigação para criar “um anestésico para a reabertura das feridas do mensalão no Supremo Tribunal Federal”.
14/4/2012	Partido da corrupção	Acima de conveniências partidárias, elucidação do caso Cachoeira e julgamento do mensalão são de interesse crucial para toda a sociedade	O PT espera utilizar a CPI para desagregar o DEM e lançar uma cortina de fumaça sobre o julgamento no STF. “A corrupção [...] não discrimina nenhum dos principais partidos brasileiros”. Toda a sociedade brasileira espera que seja detalhada a verdade e sejam punidos os responsáveis.
20/4/2012	As regras do jogo	Entrevista do dono da Delta não faz segredo das relações espúrias entre políticos e empreiteiras sob manto legal de doações de campanha	Comenta entrevista da Delta para a Folha. Doações de campanha buscam vantagens para os doadores. A corrupção brasileira é sistêmica.
23/4/2012	Dilma cresce	Aprovação da presidente chega à melhor marca, o que propicia à sucessora emancipar-se em parte de seu criador político, Lula	Dilma tem uma elevada aprovação, apesar dos escândalos. Os ministros derrubados serviram tanto para sua imagem de implacável com a corrupção quanto para construir ministérios à sua imagem. Lula insuflou a CPI de Cachoeira assumindo o risco de atingir Dilma.

27/4/2012	Comissão de fumaça	-	A CPI de Cachoeira surge em um contexto de otimismo econômico e atacando um opositor: em favor do governo. Há disputa entre Lula e Dilma. Collor na CPI é a “nota irônica” de que todos têm algo à esconder.
5/5/2012	Blindagem na CPI	Mais que nunca a sociedade está de um lado e os interesses do establishment político, tanto do governo quanto da oposição, de outro	Comenta os desdobramentos da CPI do caso Cachoeira. Os parlamentares estariam arrastando as tarefas para o clima arrefecer. A opinião pública não tem interesses em blindagens da oposição ou do governo.
11/5/2012	Vale-tudo na CPI	Investigação corre perigo de descarrilar ao desviar foco de Cachoeira e Demóstenes Torres para jornalistas e o procurador Roberto Gurgel	Critica os rumos da CPI mista do caso Cachoeira, com “doses crescentes de desatino”. Condena os ataques à jornalistas e ao procurador Roberto Gurgel. Afirma que a CPI, muito cedo, vai “degenerar em circo”.
13/5/2012	Julgar o mensalão	Supremo Tribunal Federal tem a responsabilidade de concluir em 2012 processo sobre o maior escândalo político em duas décadas	Comenta o relatório de cem páginas de Joaquim Barbosa sintetizando o processo do mensalão no STF. Sintetiza o escândalo. O STF precisa correr para evitar prescrições.
18/5/2012	Arreglo na comissão	Governo e oposição ensaiam acordo espúrio que confirma prognósticos de omissão e cumplicidade nos mal iniciados trabalhos da CPI	Afirma que a CPI termina “em pizza” já no seu começo. Apenas personagens secundários seriam investigados. Apresenta os indícios que envolvem o governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB).
21/5/2012	O grande aprovador	-	Comenta sobre o enriquecimento suspeito de Hussain Aref Saab, chefe do Departamento de Aprovação de Edificações do município de São Paulo. Relaciona com a discussão no Senado sobre a criminalização do enriquecimento ilícito.
22/5/2012	Salários na Justiça	STF decidirá se divulgação de ganhos de servidor público, já aprovada para a prefeitura paulistana, deve	Comenta julgamento do STF sobre a disponibilização dos salários dos magistrados e servidores do Judiciário na internet. Defende a

		vigorar também para o Judiciário	divulgação dos salários de todo servidor público.
25/5/2012	Delta, a incógnita	CPI do caso Cachoeira resiste à ideia óbvia de seguir trilha de dinheiro que vai de Goiás ao Rio e outros Estados, enlaçando vários partidos	Sugere que o “sigilo intrigante” da CPI de Cachoeira indica “segredos capazes de abalar a República”, elencando indícios.
27/5/2012	Avanço penal	Propostas para anteprojeto de Código Penal acertam no princípio geral, mas pontos como enriquecimento ilícito precisam de mais debate	Comenta a discussão do novo Código Penal no Senado. Defende a proporcionalidade das penas. Assinala a controvérsia do crime de enriquecimento ilícito, por inverter o ônus da prova.
29/5/2012	Lula contra Gilmar	Choque de versões quanto a encontro do ex-presidente com ministro do STF eleva temperatura e ansiedade com o julgamento do mensalão	Critica a reunião de Lula e Gilmar Mendes, às vésperas do julgamento e questiona o teor da conversa.
31/5/2012	Difícil de acreditar	Explicações de Demóstenes Torres a respeito de ligações com Cachoeira não o eximem da acusação de óbvia quebra do decoro parlamentar	Questiona as explicações dadas por Demóstenes, no Conselho de Ética do Senado, sobre uma ligação para Cachoeira.
1º/6/2012	Recato no Supremo	Excessos cometidos por ministros do STF nos últimos dias, após encontro de Lula com Gilmar, vêm confirmar a deterioração de padrões	Aborda novamente a reunião entre Lula e Gilmar. Lembra que ela ocorre ao mesmo tempo em que se desenvolve a CPI do caso Cachoeira (que atinge Demóstenes, amigo de Gilmar) e se aproxima o julgamento do mensalão. Afirma que o decoro do STF está em queda.
2/6/2012	O preço da CPI	-	A CPI do caso Cachoeira começa a se acelerar. Afirma que Lula está utilizando a CPI, mas pode ser um equívoco. Lembra a possibilidade de que respingue no governo.
7/6/2012	Ética às claras	Congresso está mais perto de retomar, enfim, a iniciativa de acabar com o sigilo na votação de perda de mandato de deputados e senadores	Defende o fim do voto secreto no Legislativo, ao menos em alguns casos. Afirma que o voto secreto deve proteger o cidadão, não seu representante.
9/6/2012	Data marcada	Sete anos depois, é tempo de o STF julgar o mensalão, definir culpas individuais e	Comemora a confirmação da data para o começo do julgamento. Espera que os

		permitir ao país superar o nefasto episódio	juízes julguem com a isenção que suas vitalicidades garantem. Lembra da conversa entre Lula e Gilmar. Considera que o julgamento pode ser bom para Dilma e que deve ocorrer mesmo contra a conveniência de Lula e do PT.
15/6/2012	Palmas para todos	CPI do caso Cachoeira se converte em espetáculo constrangedor, enquanto legalidade das investigações da PF sofre contestação	A recepção aos depoimentos dos governadores Maconi Perillo (Goiás, PSDB) e Agnelo Queiroz (DF, PT) são criticadas. É lembrada a suspeita de abusos por parte da PF.
15/6/2012	Procuram-se vagas	-	Retoma o caso Hussein Aref Saab. Aponta irregularidades. Afirma que há um sentimento de que a corrupção se alastrou por todo o país e que não surpreende mais ninguém. Defende que corruptores também sejam punidos.
17/6/2012	Reforma penal	Comissão de especialistas inicia revisão da lei que define crimes e penas; risco agora é o Congresso reincidir no seu populismo habitual	Comenta a conclusão do anteprojeto do novo Código Penal elaborado pelo Senado. Critica a tentativa de estender o tipo penal de corrupção para relações entre particulares.
23/6/2012	Impeachment de Lugo	Senado do Paraguai aprova deposição do presidente em 30 horas, com óbvio cerceamento do direito de defesa do acusado	Comenta o impeachment do presidente paraguaio. Diz que Lugo foi inábil politicamente durante todo seu mandato, mas que o impeachment deveria servir para punir violações da lei.
26/6/2012	Paraguai soberano	Apesar de cercear direito de defesa, impeachment do presidente foi constitucional; é abuso dos países vizinhos pretender impor sanções	Defende a legalidade do impeachment de Lugo.
2/7/2012	O poder de investigar	-	Defende o direito do MP conduzir investigações por conta própria, sob o argumento de que beneficiaria o combate à corrupção.
4/7/2012	Lixo amontoado	CPI do Cachoeira deveria usar indícios contra	Afirma que a CPI do caso Cachoeira deveria convocar o

		prefeito petista no TO para mostrar algum ânimo de investigar, que parece estar em férias	prefeito de Palmas, Raul Filho (PT), por vazamento de uma conversa sua com Cachoeira sobre lixo.
11/7/2012	A última sessão	Evidências de promiscuidade e conduta inadequada bastam para que o Senado condene Demóstenes Torres, hoje, em julgamento político	Defende a cassação de Demóstenes Torres e aponta a incoerência de seu histórico como suposto paladino do combate à corrupção.
13/7/2012	CPI na míngua	Caso Cachoeira entra em refluxo após cassação de Demóstenes, mas comissão ainda deve investigação mais séria da construtora Delta	Considera que a CPI está fadada a não dar em nada após a cassação de Demóstenes, que saciaria a opinião pública, e da falta de interesse de agentes políticos em investigar algo que pode atingir inúmeras siglas.
13/7/2012	Bola da vez	-	Comenta a confirmação do recebimento de propina por parte de João Havelange e Ricardo Teixeira. Associa com o PT. Defende que sejam feitas investigações, mesmo sendo entidades privadas.
17/7/2012	Fora dos trilhos	Suspeitas de sobrepreço na ferrovia Norte-Sul reeditam episódio de 25 anos atrás e mostram enraizamento de corrupção em obras públicas	Relaciona a suspeita presente com àquela de 25 anos atrás. Cita o governo Dilma. Aponta que não haverá surpresa se confirmada a corrupção.
19/7/2012	É dando que se recebe	-	Pontua que o PP passou a receber mais emendas parlamentares a partir do momento que Maluf apoiou a candidatura de Haddad em São Paulo. Afirma que o governo federal utiliza a máquina pública para apoiar os projetos de Lula, ao qual Dilma deveria o cargo
29/7/2012	À espera do mensalão	Complexidade do processo e teor das provas dificultam condenações pelo Supremo, cuja decisão emitirá um sinal sobre o futuro da corrupção	Afirma que o mensalão é o maior processo enfrentado pelo STF. Diz ser o maior escândalo de corrupção depois do Collorgate. Contextualiza o mensalão. Afirma que faltam evidências inequívocas de que o objetivo do mensalão era comprar apoio no Congresso. Afirma que o STF não pode se tornar

			um tribunal de exceção, mas que o julgamento vai “fixar um parâmetro histórico apto a coibir futuros abusos no exercício do poder”.
1º/8/2012	Ajuste de longo prazo	Crise desacelera arrecadação federal, enquanto despesas seguem em alta; governo deveria oficializar uma meta adaptável para o superavit	Às vésperas do começo do julgamento, cobrou do governo a reforma da Previdência, o limite dos reajustes do salário mínimo à inflação e regras que restrinjam o crescimento da folha de pagamento.
3/8/2012	Largada sem brilho	Dias Toffoli perde a melhor oportunidade de isentar-se do julgamento do mensalão, que consumiu primeiro dia com uma questão de ordem	Crítica o começo do julgamento, “com excesso de palavras, preciosismo e animosidade”. Cobra o afastamento de Dias Toffoli por suspeição.
11/8/2012	O todo e as partes	Defesa dos réus do mensalão multiplica objeções a provas na tentativa de minar a coerência da narrativa robusta da acusação	Embora considere natural, critica as tentativas da defesa de desqualificar a acusação. Breve defesa do direito ao contraditório. Ataca Dias Toffoli. Afirma que o “palavrório da defesa” só convenceria, quando muito, leigos. Conclui afirmando a condenação.
15/8/2012	Pedagogia mensaleira	Tentativa da defesa de envolver Lula no julgamento do STF se resume a artifício retórico contra a acusação e não terá efeito prático	Crítica as tentativas da defesa de Roberto Jeferson de implicar Lula no mensalão.
17/8/2012	CPI com cabresto	Comissão parlamentar do caso Cachoeira decide não quebrar sigilo de firmas de fachada que atuavam com a construtora Delta no Sudeste	A CPI do caso Cachoeira foi “fabricada nas oficinas do lulismo” para atacar opositores. A expectativa era de que nada de substancial saísse da CPI.
18/8/2012	Sem cartas marcadas	Divergências quanto aos procedimentos revelam certa descoordenação, mas também convicções genuínas entre os ministros do STF	Crítica a falta de coordenação prévia ao julgamento, que levou a problemas de ordem procedimental.
20/8/2012	Supremo blá-blá-blá	-	Crítica a retórica prolixa e empolada dos ministros. Sugere que Lewandowski é lento por sua intenção de absolver. Afirma que Barbosa

			possui um “narcisismo pueril”.
24/8/2012	Surpresas e dúvidas	Supremo precisa eliminar incerteza sobre voto do ministro Peluso no mensalão e definir se eventual empate contará a favor dos réus	Aponta surpresa pelos votos de Lewandowski e incertezas pela iminente aposentadoria de Peluso.
29/8/2012	Cartas na mesa	Primeiras condenações no caso do mensalão surgem por votos de ministros indicados pelo PT – clara manifestação de independência do STF	Elogia os debates e considera que o fato de ministros indicados pelos governos petistas terem votado por condenações é prova de independência. Sugere lealdade de Toffoli ao seu passado próximo do PT.
30/8/2012	O voto de Peluso	Ministro se despede do STF com uma decisão dura contra os réus do mensalão; João Paulo Cunha é o primeiro político a ser condenado	Elogia o voto duro do ministro que se aposentava. Considera incômoda a situação do resto do processo ser julgado por dez ministros. Termina com uma visão otimista do desfecho do julgamento.
1º/9/2012	Menos impunidade	Julgamento do mensalão no STF suscita sensação de mudança no tratamento da corrupção que ainda precisa se confirmar no longo prazo	Questiona que o julgamento irá criar uma nova forma de tratar a corrupção. Afirma que o poder de quem pratica a corrupção impede o aparecimento de provas inquestionáveis, bastando o conjunto de indícios. Pondera que parte da população não se importa com a corrupção quando vota em um candidato, enquanto desejam penas severas para o crime.
3/9/2012	Depuração criminal	Novo Código Penal reduz pela metade o total de normas sobre crimes no país; Senado agora precisa promover amplo debate sobre o projeto	Elogia o projeto elaborado pelo Senado e elenca pontos falhos do antigo e inconsistências do atual. Defende pena de prisão apenas para crimes cometidos com violência.
8/9/2012	Estertores da CPI	Decisão de interromper investigação sobre o caso Cachoeira durante 1º turno das eleições é novo golpe na credibilidade do Legislativo	Afirma que a CPI foi adiada porque depois sobraria pouco tempo para as investigações. Culpa sua origem atípica (interesse de Lula). Peças centrais não foram investigadas corretamente. Afirma que ela serviu para

			diminuir ainda mais a credibilidade do Legislativo.
10/9/2012	Fogo cruzado	Primeiras condenações no julgamento do mensalão levam o STF a reafirmar sua independência frente a pressões contraditórias	Afirma que o STF tem mostrado independência no julgamento, sem temer condenar figuras importantes ou ser punitivista. Considera que o STF pode se fortalecer,
11/9/2012	Limpeza e transparência	-	Considera positiva a primeira aplicação da Lei da Ficha Limpa. Lembra que ela surgiu da contrariedade da população com a corrupção. Defende que candidatos precisem declarar, em tempo real, seus doadores.
16/9/2012	Dúvidas no ar	-	Comenta sobre a rápida nomeação de Teori Zavascki ao STF. Embora lembre que a escolha foi elogiada por juristas, sugere que pode influenciar no julgamento do mensalão.
19/9/2012	Fecha-se o cerco	Joaquim Barbosa, do STF, diz não haver dúvida sobre compra de apoio parlamentar pelo PT, o que já prenuncia condenação geral de políticos	Destaca que Barbosa acredita que os recursos foram usados para compra de votos e que os ministros têm votado com o relator. Prevê a condenação do núcleo político. Comemora o fim da certeza de impunidade.
22/9/2012	Ridículo	Nota de líderes partidários governistas sobre mensalão repete cinismo e contradições de um bando de políticos unidos pelo apego ao poder	Faz um ataque virulento ao PT e à base governista pelas suas críticas ao mensalão. Ironiza o fato do PT ser de esquerda.
1º/10/2012	Questões de estilo	Joaquim Barbosa, no plenário do STF, e Teori Zavascki, em sabatina no Senado, adotam atitudes que podem afetar o prestígio da instituição	Crítica a forma como Barbosa se manifesta no plenário e o fato de que Zavascki foi evasivo em sua sabatina no Senado quando perguntado sobre o julgamento do mensalão.
2/10/2012	Fim da farsa	Ministros do STF confirmam juízo de que mensalão implicou desvio de verbas públicas para comprar apoio de políticos no Congresso.	Destaca a confirmação pelo STF de que houve compra de apoio no Congresso com recursos públicos no primeiro governo Lula. Critica os que discordam. Destaca que o núcleo político tem sido condenado e que,

			provavelmente, esse será o destino de Genuíno e Dirceu.
6/10/2012	Excesso de zelo	Na tentativa de justificar a absolvição de José Dirceu, voto de Lewandowski no mensalão colhe efeito contrário ao pretendido	Critica duramente o voto do ministro pela absolvição de Dirceu. Considera que seu voto traz descrédito à Justiça.
7/10/2012	Indefinição na urna	Disputa tem número recorde de candidaturas ameaçadas, o que cria insegurança para quem vota e desvirtua efeitos da Lei da Ficha Limpa	Critica o elevado número de candidaturas sub judice nas eleições municipais como um ataque ao direito de escolha do eleitor. Afirma que seria melhor que a Lei da Ficha Limpa impedisse apenas candidatos com condenação transitada em julgado.
11/10/2012	Vitória republicana	Condenação de José Dirceu pelo Supremo não atinge só o governo Lula, pois ainda resta muito a combater em matéria de corrupção no país	Comemora a condenação dos petistas no julgamento. Afirma que apenas com falta de discernimento ou interesse político não se enxergaria sua culpabilidade. Afirma que a corrupção corrói o sistema democrático e que ainda há muito a ser feito, mas que o julgamento trouxe “a esperança de que tal luta não será em vão”.
12/10/2012	Pauliceia descolada	Dianteira de dez pontos do petista Haddad na pesquisa Datafolha para o 2º turno indica efeito eleitoral até aqui modesto do mensalão	Afirma que o mensalão produziu pouco efeito na eleição e que o eleitor paulistano seu voto passa longe dos eventos em Brasília.
15/10/2012	CPI na vala comum	-	Destaca o acordo entre PT e PMDB para encerrar a CPI sem maiores investigações. Afirma que era previsível que ela tivesse esse desfecho. Destaca que a CPI não cumpriu os objetivos de desviar o foco do mensalão e atacar opositores previstos por Lula (apontado como idealizador da CPI).
20/10/2012	As penas de cada um	Punições dos condenados no mensalão devem ser dosadas com equilíbrio, pois não se trata de fazer que paguem pela impunidade geral	Afirma que as penas para crimes de colarinho branco não são pequenas e que os condenados no julgamento do mensalão devem receber penas justas e não servirem de “expição simbólica”.

25/10/2012	Para quem precisa	Penas de prisão deveriam, em tese, caber a criminosos violentos; para os demais, como no mensalão, conviriam severas penas alternativas	Defende que penas de reclusão devam ser aplicadas apenas para crimes violento. Afirma que sempre houve corrupção no Brasil, mas que o governo Lula tornou a prática sistêmica. Defende a não necessidade da prisão dos condenados no julgamento do mensalão.
28/10/2012	Longo caminho	Dosagem das penas acarreta impasses e delongas no processo do mensalão; debate prolongado vai ocupar semanas, se não meses	Afirma que os ministros estão encontrando dificuldades para equilibrarem a dosimetria das penas e que isso pode arrastar o processo de cumprimento da condenação e, em alguns casos, produzir prescrições.
2/11/2012	PT na encruzilhada	Atitudes distintas sobre o julgamento do mensalão se confrontam na cúpula do partido, que adia manifesto em defesa dos condenados	Afirma que há uma divisão no interior do PT sobre como se portar frente às condenações. Critica a postura que enfrenta e questiona o julgamento. Aponta que o baixo impacto do mensalão no resultado das eleições municipais tende a fazer com que predomine os “interesses da acomodação”.
3/11/2012	Torniquete na CPI	Comissão parlamentar do caso Cachoeira encerrará trabalhos sem aprofundar investigações sobre teia de gastos da construtora Delta	Prenuncia o desfecho da CPI do caso Cachoeira. Reafirma a falta de interesses de investigações mais profundas e o uso que Lula tentou dar para atacar oposição e desviar a atenção do mensalão. Afirma que o documento final da CPI “certamente acrescentará nova mácula à já desgastada reputação do Poder Legislativo”.
12/11/2012	Deputados faltosos	Carência de rigor da Câmara permite que parlamentares se ausentem de uma parte significativa das votações sem descontos nos salários	Critica a facilidade com que faltas são abonadas e cita seu longo recesso.
14/11/2012	Loteiam-se cargos	Novo arremedo de reforma ministerial amplia inchaço da máquina pública federal e subordina interesses do país ao apetite fisiológico de siglas	Afirma que o PT ampliou a prática de loteamento político do Estado e que o crescimento de ministérios busca atender o interesse de partidos. Conclui afirmando

			que a vida política brasileira se subordina aos interesses partidários em “deitar as mãos em cargos e verbas públicas”, sugerindo, no fim corrupção.
15/11/2012	Prisões desumanas	Ministro da Justiça está certo ao denunciar as péssimas condições penitenciárias, mas só palavras não serão capazes de transformá-las	Aponta como inoportuna a correta crítica de Cardozo sobre a situação das prisões brasileiras, logo após a condenação de Dirceu. Responsabiliza os governos petistas pelo quadro.
16/11/2012	Sem paralelo	-	Elogia o ministro Carlos Ayres Britto, que se aposentava e que havia presidido o STF durante o julgamento do mensalão.
20/11/2012	Doações obscuras	-	Critica as doações de campanhas ocultas feitas para os candidatos nas campanhas municipais. Considera legítima a tentativa de cidadãos e empresas influenciarem a política, desde que às claras.
22/11/2012	CPI da insensatez	-	Critica o relatório final da CPI do caso Cachoeira. Menciona que ela pede indiciamento de pessoas que não foram investigadas. Espera que as correções retirem esses erros.
23/11/2012	Nova fase no STF	Posse de Joaquim Barbosa na presidência do Supremo Tribunal Federal convida a esforço de pacificação de ânimos exaltados na corte	Comenta a chega de Barbosa à presidência. O considera vencedor no julgamento do mensalão. Espera que ele combata o corporativismo, o nepotismo e os privilégios do Judiciário.
25/11/2012	Poderes independentes	Deputados condenados pelo mensalão não podem preservar mandatos, mas decisão de cassação deve ser da Câmara, não do Supremo	Defende que a Câmara deve decidir pela cassação dos condenados pelo mensalão, não o Supremo, em nome da independência dos poderes. Caracteriza o STF como não enviesado ou arbitrário. Orienta que os deputados devem ser cassados.
26/11/2012	Investigações tolhidas	-	Critica a tentativa de tolher o direito à investigação do MP. Elogia seu papel no combate a corrupção e cita o mensalão. Questiona se é coincidência

			isso ocorrer após o julgamento.
27/11/2012	Porto inseguro	PT de Lula e Dirceu sofre novo revés com operação da Polícia Federal; Dilma busca ganhar pontos com a exoneração rápida de vários envolvidos	Comenta a deflagração da Operação Porto Seguro no escritório da presidência em São Paulo. Relaciona a investigação com o “velho PT” de Lula e Dirceu, comenta que Dilma prontamente demitiu os suspeitos e considera que “para Dilma podem trazer mais vento na popa”, se for firme.
30/11/2012	Processo histórico	STF termina de definir penas para os réus do mensalão; condenações de criminosos influentes precisam deixar de ser um fato excepcional	Comenta as penas aplicadas aos condenados no julgamento do mensalão. Critica o abrandamento da pena de Jefferson. Deseja que as condenações sirvam de exemplo de que a impunidade dos crimes de colarinho-branco está chegando ao fim.
2/12/2012	Calote parlamentar	Pagamento de 14º e 15º salários a senadores já é escandaloso; quitação de dívida de Imposto de Renda pela Casa aumenta o absurdo	Critica o fato de que senadores tiveram dívida de IR pelo 14º e 15º pagas pela Casa. Lembra o mensalão e a expectativa de boas práticas após o julgamento
5/12/2012	Herança maldita	Sucessivos escândalos de corrupção solapam imagem de Lula; ex-presidente ainda deve explicações satisfatórias sobre todos esses episódios	Afirma que o caso Rosemary Noronha ilustra o legado deixado por Lula. Afirma que se não houveram provas no mensalão que o incriminassem, houveram suspeitas de conivência. Embora o caso Rosemary seja considerado pequeno, ilustra o aparelhamento do lulismo. Afirma que Lula se esconde novamente “atrás da barreira de fumaça criada pelos correligionários”.
10/12/2012	O equilíbrio das penas	Pelo caráter histórico do julgamento, fixar critérios objetivos é mais importante do que a exaltação punitiva no processo do mensalão	Defende que prevaleça um senso de proporção adequado e não a imposição de multas exemplares.
12/12/2012	Denúncias e ameaças	Novas revelações de Marcos Valério não podem ficar sem investigação, mas cautelosa, porque não se	Comenta as acusações de Marcos Valério acerca do envolvimento de Lula e Okamoto no mensalão, pedindo cautela. Encerra o

		exclui que ataque a Lula seja manobra	editorial sugerindo que as investigações do mensalão podem não ter acabado e pedindo quebra de sigilos bancários.
18/12/2012	Conflito desnecessário	STF excede funções ao cassar deputados condenados pelo mensalão, mas Câmara se equivoca ao cogitar descumprir a decisão judicial	Crítica a decisão do STF em ordenar a cassação. Afirma que isso, no futuro, pode ser utilizado por um Supremo enviesado, como já o foi no passado. Afirma que a Câmara está obrigada a cassar os mandatos.
20/12/2012	A última negociata	CPI que investigou ligações de políticos com Cachoeira foge de pedir indiciamento de suspeitos, desfecho lamentável, mas previsível	Crítica o relatório final da CPI do caso Cachoeira, que não indiciou ninguém, afirmando ser previsível. Crítica a versão anterior do texto. Cita a negociação do PSBD para livrar indiciados entre os seus.
21/12/2012	O dilema da prisão	Encarceramento de condenados no mensalão deveria ser decisão do plenário do Supremo, e não de um único ministro	Comenta o pedido da procuradoria-geral da República pela prisão dos condenados do mensalão que, por ser feita no primeiro dia do recesso, cabe ao plantonista (Barbosa). Elogia Barbosa e orienta que ele deva seguir o que tem sido feito aguardar o trânsito em julgado.
25/12/2012	As marcas de Dilma	De “mãe do PAC” a gerente do governo e comandante da “faxina”, a imagem da presidente sofre desgaste pela hesitação diante de reformas	Faz um avaliação do governo Dilma. Crítica sua imagem de “faxinar” a corrupção e de ser boa gestora.
31/12/2012	Oposição na muda	-	Comenta pesquisa eleitoral, apontando a fragilidade do PSDB e o fortalecimento de uma ideia geral de oposição ao PT. Associa Lula ao mensalão.

2013

Data	Título	Subtítulo	Análise inicial
7/1/2013	Saia justa no PT	Depois de negar repetidas vezes o mensalão, o partido esboça discreta reformulação de discurso	Crítica a postura do partido no documento de convocação para seu congresso. Duvida da capacidade do partido rever

		após o fim do julgamento no STF	os métodos que produziram corrupção
11/1/2013	Apenas uma fração	Procurador-geral afirma que esquema do mensalão era muito mais amplo e que a denúncia incluiu somente o que era possível provar	Comenta as afirmações do procurador-geral. Sugere a possibilidade de uma investigação que envolva Lula
13/1/2013	Desperdício estatal	Governos nas três esferas precisam rever prioridades e evitar esforços que reduzam a eficiência e dificultem o planejamento de longo prazo	Questiona a capacidade do Estado gerir grandes projetos e os associa à corrupção.
13/1/2013	Máscaras da virtude	-	Comenta o sucesso das máscaras de Barbosa para o Carnaval. Sugere uma ambiguidade natural do brasileiro.
17/1/2013	Presságios	A provável eleição de Renan Calheiros e Henrique Alves às presidências do Senado e da Câmara emite um sinal desolador sobre o Congresso	Comenta as suspeitas de corrupção que pairavam sobre os dois candidatos favoritos às presidências da Câmara e do Senado e sugere que os parlamentares tenham preferência por esse perfil.
27/1/2013	Um protesto no Senado	-	Elogia as candidaturas de oposição a Calheiros, mesmo que quixotescas. Menciona o hábito de uma proteção clientelista de suspeitos de corrupção. Sugere reformas para o Legislativo.
1º/2/2013	Congresso rebaixado	Escolha de políticos do PMDB sem estatura para presidir o Senado e a Câmara mergulha em descrédito um Legislativo perdulário e domesticado	Crítica as escolhas de Calheiros e Henrique Alves para o Senado e a Câmara.
5/2/2013	O círculo do poder	PMDB conquista o comando da Câmara e do Senado, condição propícia para manter o Executivo refém, com a ajuda do voto secreto	Crítica a definição dos nomes no Senado e na Câmara. Destaca a escolha de Cunha para liderança do PMDB.
6/2/2013	Corrupção Futebol Clube	-	Comenta escândalos de corrupção no futebol, com a manipulação de resultados e suspeitas na escolha dos países sede da Copa do Mundo.

8/2/2013	Justiça recatada	Pressuposto de insuspeição do Judiciário terá reforço com a proibição de magistrados em eventos de classe patrocinados por terceiros	Critica a participação de magistrados nesses eventos que chegam a incluir o sorteio de “brindes” (como carros) financiados por empresas.
9/2/2013	Palavra final	Presidente da Câmara dá declarações dúbias sobre cassação de mensaleiros, mas já parece apostar no alongamento dos prazos	Afirma que a demora para o afastamento pode representar uma forma de “insubordinação branca” ao STF.
15/2/2013	Delação contestada	-	Defende o instituto da delação premiada e sugere a sua regulamentação. Aponta mais vantagens do que desvantagens. Afirma que as delações devam ser sempre voluntárias.
19/2/2013	O preço da ineficiência	Congressista brasileiro é o segundo mais caro em um estudo que analisou 110 países, mas legisladores não cumprem deveres básicos	Critica a atuação do Congresso, considerado ineficiente, e a compara com seu alto custo.
23/2/2013	A volta do mensalão	Joaquim Barbosa conclui sua parte do acórdão e mantém pressão no STF para que julgamento chegue ao final e sentenças sejam cumpridas	Afirma que Barbosa manteve a celeridade do julgamento na publicação do acórdão e que o STF deve evitar recursos protelatórios ilegítimos.
2/3/2013	Pizza à paulistana	-	Critica o engavetamento do processo na corregedoria da Câmara de São Paulo contra o vereador Aurélio Miguel (PR), acusado de receber propinas para a liberação de alvarás e de enriquecer no mandato.
4/2/2013	Para brasileiro ver	Pagamento de 14º e 15º salários a parlamentares era condenável, mas fim da benesse pouco melhora a imagem do Congresso	Aponta como insuficiente para a economia dos gastos da Câmara o fim dos salários adicionais.
9/3/2013	Iluminar o lobby	-	Defende a proposta de se regulamentar o lobby como forma de autorizar grupos de pressão e reduzir a corrupção.
21/3/2013	O cravo e a ferradura	Após fim de 14º e 15º salários, Câmara acerta ao limitar horas extras, mas já recria gastos com cotas	Afirma que os seguidos escândalos da Câmara não permitem acreditar que as ações fossem fruto de boa-fé.

		de deputados e cargos para PSD	
25/3/2013	Na própria casa	Restrições de direitos de empregados domésticos são distorção a ser eliminada; Senado Federal precisa dar cabo dessa discriminação	Defende a PEC das domésticas, aponta a realidade brasileira como herança colonial (embora relativize o racismo) e afirma ser uma tendência histórica de um país que se moderniza o menor acesso a esses serviços para a classe média.
28/3/2013	Linhas cruzadas no PT	-	Critica a intenção de setores do PT em democratizar a mídia, que busca permitir que a “banda podre do PT” pratique corrupção sem críticas.
31/3/2013		-	Critica Barbosa por não conceder prazo de mais cinco dias para a defesa no julgamento do mensalão. Afirma que não houve juízo de exceção no julgamento e que o direito a ampla defesa foi respeitado.
3/4/2013	Recaída franciscana	A deletéria antecipação da corrida eleitoral de 2014 leva a presidente Dilma Rousseff a reciclar o jogo fisiológico e o loteamento de ministérios	Traça um paralelo entre o loteamento de ministérios como exemplo da vitória do fisiologismo e o mensalão como “abandono de princípios éticos em troca de apoio político”.
22/4/2013	Novo round no STF	Publicação de acórdão do mensalão é nova etapa no julgamento complexo; exame dos recursos dá garantia adicional de imparcialidade	Afirma reiteradamente as causas da imparcialidade do julgamento.
24/4/2013	Trilhos tortos	-	Cita problemas graves da ferrovia Norte-Sul. Afirma que os vícios da obra são antigos e não foram reparados pelo PT (menciona o mensalão).
29/4/2013	Último recurso	Ao aceitar os chamados embargos infringentes, Supremo Tribunal Federal pode mudar a sorte de alguns condenados do mensalão	Comenta a possibilidade de condenados, graças aos embargos infringentes, cumprirem a pena em regime semiaberto. Não se posiciona com clareza.
14/5/2013	Portos e porteiros	Responsabilizado por impasse na votação da MP portuária, líder do PMDB na Câmara expõe sem	Afirma que Cunha, líder do PMDB, e seu partido estão insatisfeitos por não

		pudor desagradado com o Planalto	receberem ministérios “de porteira fechada” de Dilma.
27/5/2013	Coalização do atraso	Ainda a 16 meses do pleito presidencial, Congresso paralisa reformas para elevar o preço da fatura por apoio à reeleição de Dilma Rousseff	Afirma que a base governista é uma coalizão para obter nacos do Estado, não um grupo em torno de um projeto comum. Afirma que o PMDB, “sócio majoritário da aliança”, endossaria uma CPI da Petrobrás.
31/5/2013	Certo, só que errado	Defesa da independência do Congresso pelo senador Renan Calheiros convenceria mais se interesse do PMDB não falasse tão alto	Questiona o fisiologismo da base parlamentar através de Calheiros.
2/6/2013	Um Plano Dilma	Como a presidente pode preparar a economia para retomar o crescimento e aplainar terreno do próximo governo, seja dela ou não	Elenca seis propostas que deveriam ser cumpridas por Dilma para preparar o Brasil para o próximo governo e permitir que o Brasil voltasse a crescer.
9/6/2013	Turbulência à frente	Pesquisa Datafolha detecta queda na popularidade da presidente Dilma, que em seu terceiro ano de mandato ainda não galvanizou o país	Aponta que Dilma começou a ter queda de popularidade e afirma que isso ocorreu por inaptidão da presidenta em saber usar a confiança das urnas em ações concretas que revertam em capital político.
13/6/2013	Retomar a Paulista	Avenida vital de São Paulo se tornou território preferido de protestos abusivos, que prejudicam milhões para chamar a atenção do público	Primeiro editorial sobre os protestos. É crítico às manifestações. O direito de ir e vir tem que ser respeitado. Afirma que a prefeitura deva vetar protestos “potencialmente mais perturbadores”. Convoca a força da lei para combater atos de vandalismo.
15/6/2013	Agentes do caos	Contra manifestantes, PM paulista agiu com inaceitável violência, que lhe cumpria coibir; paradoxalmente, ajudou a parar São Paulo	Condena a violência policial do dia anterior, que feriu inclusive jornalistas. Afirma que jornalistas não devem ser alvos porque podem expor o radicalismo sectário das manifestações. Chama a polícia de covarde e afirma que ela atrapalhou mais a cidade do que a manifestação.
18/6/2013	Protestos e vaias	Muda o clima político no país; governo Dilma não tem respostas para inflação nem para saúde,	Comenta as vaias recebidas por Dilma no Mané Garrincha na abertura da Copa das Confederações.

		educação, segurança e transportes	Responsabiliza a política econômica da presidenta e aponta o fim do clima de otimismo. Relaciona o acontecimento com os protestos contra as passagens e contra o mau uso de verba pública.
19/6/2013	Incógnita nas ruas	Apesar de cenas isoladas de vandalismo, protestos mobilizam a classe média insatisfeita com desempenho de vários níveis de governo	Muda o tom ao comentar as manifestações. Cita que há uma multiplicidade de pautas, inclusive a defesa do poder de investigação do MP. Aponta que a manifestação tem perfil de jovens de classe média e classe média alta. Afirma que o movimento é descentralizado, mas positivo para partidos de esquerda. Afirma ser a forma como a insatisfação da classe média se manifestou após dez anos de PT no Brasil e quase vinte de PSDB em São Paulo.
20/6/2013	Vitória das ruas	Série de manifestações força prefeitos e governadores a rever tarifa; capitulação evidencia profundo desgaste, mas também bom-senso	Aponta a vitória do MPL com a redução dos aumentos. Afirma que várias bandeiras surgiram e que nenhuma força política majoritária colhe benefícios do que aconteceu. Comenta as consequências políticas para Haddad e Alckmin (mais desfavorável ao segundo). Afirma que mesmo Dilma, ainda com alta popularidade, sofreu com a insatisfação difusa. Afirma que os protestos não têm força suficiente para transformar o atraso da política nacional (citando o Congresso).
22/6/2013	Destruir São Paulo	Não basta ampliar corredores de ônibus, é preciso dar-lhes mais velocidade e tirar espaço de carros; ampliar metrô custa dez vezes mais caro	Retoma as origens dos protestos, com as reivindicações por mobilidade urbana. Aponta propostas para transformar o transporte de São Paulo.
23/6/2013	Mensagem bem-vinda	Presidente reage em tom conciliador aos protestos, mas firme ao repúdio à violência; promessas	Elogia a reação de Dilma aos protestos. Afirma que as pautas migraram para o governo federal. Destaca que Dilma retomou o tom

		serão objeto de um vago “pacto”	anticorrupção por saber que esse é um tema sensível. Comenta outras propostas de Dilma em tom predominantemente elogioso.
24/6/2013	Protesto e contrato	Insatisfação nas ruas aponta limites da política econômica brasileira, que exigem novo pacto para recompor poder de investimento do Estado	Critica a condução da economia de Dilma e afirma que os limites da capacidade de investir criam um limite para as propostas para que se contorne a crise surgida com as manifestações. Afirma a necessidade de reformas estruturais.
25/6/2013	CPI dos ônibus	Câmara Municipal debate hoje abertura de investigação sobre transportes públicos em São Paulo; setores do PT já trabalham contra comissão	Defende que os vereadores de São Paulo usem uma CPI que investigue os transportes públicos na cidade como forma de dar uma resposta aos protestos.
26/6/2013	Confusão constituída	Dilma turva o debate com proposta extemporânea de constituinte exclusiva; plebiscito pode desatar o nó da reforma política, contudo	Critica as propostas de Dilma para combater a crise. Afirma que tornar a corrupção crime hediondo é uma medida ineficiente e afirma que a proposta de uma constituinte exclusiva para a reforma política é uma tentativa de jogar a responsabilidade para o Congresso de uma resposta para a sociedade. Define as propostas de Dilma como balburdia.
27/6/2013	Brasília se agita	De forma frenética, Poderes buscam dar respostas aos protestos, mas correm o risco de se perder em medidas de caráter inócuo ou populista	Comenta as reações no STF e principalmente no Congresso aos protestos. Discute a derrota da PEC 37, motivada pela “quase onipresente nos atos” bandeira anticorrupção. Afirma que Dilma deveria se preocupar em reduzir ministérios, diminuir o número de cargos de confiança e por fim ao projeto de trem-bala ligando São Paulo ao Rio.
28/6/2013	Otimismo consumado	Mantega exagera ao dizer que protestos não tomam por alvo a política econômica que é pano de fundo da insatisfação e desconfiança	Critica o otimismo de Mantega, apesar das manifestações, e sua condução na economia.

28/6/2013	Muito além das catracas	-	Comenta a sabatina de lideranças do MPL à Folha/UOL. Critica seu minimalismo de bandeiras (restrito ao transporte público) e questiona a forma como o direito ao transporte público é defendido pelo movimento. Critica sua falta de posicionamento claro frente à atos de vandalismo.
29/6/2013	Não é só pelo dinheiro	Saúde e educação decerto necessitam de mais recursos, mas verbas adicionais serão desperdício se poder público não melhorar gestão	Apresenta sugestões para educação e saúde. Afirma que os recursos do pré-sal não serão suficientes para dar conta dos aumentos propostos. Afirma que não basta investir mais dinheiro nessas áreas sem melhorias significativas da gestão. Sugere que o Brasil já gasta um valor com educação equivalente aos países desenvolvidos (ignora o gasto por aluno e o nível que a educação brasileira se encontra hoje com relação à desses países). Considera imperativo não se criar novos impostos.
30/6/2013	Infeliz e não sabia	Forte queda da popularidade de Dilma Rousseff mostra que insatisfação extrapolou questões específicas e voltou-se contra o sistema político	Comenta a queda brusca de popularidade da Dilma e considera como uma prova de que os protestos se tornaram mais amplos em termos de pauta. Afirma que Dilma paga o preço por um sistema corrupto, mesmo sem ter acusações contra si. Critica a política econômica de Dilma.
1º/7/2013	Depois do tsunami	Datafolha registra queda expressiva na popularidade de Alckmin e Haddad; prognósticos para 2014 tornam-se mais difíceis	Comenta a queda de popularidade de Alckmin, Haddad (mais expressiva) e Dilma e o crescimento de figuras desvinculadas no momento à cargos administrativos. Afirma que há um cenário político de indefinição como consequência das manifestações.
3/7/2013	O soneto e a emenda	Açodamento para realizar plebiscito impede debates	Afirma que há pouco prazo para uma reforma política que

		que a consulta deveria suscitar e traz risco de reforma política apenas piorar sistema atual	seja aplicada em 2014. Sugere possíveis alterações.
5/7/2013	Desmoralização a jato	Uso de aviões da FAB por presidente da Câmara e do Senado expõe alheamento aos clamores por ética e austeridade na esfera pública	Utiliza o fato de Calheiros e Alves terem solicitado aviões da FAB para fins recreativos para afirmar que as manifestações de junho reivindicavam a reabilitação de padrões éticos na esfera pública.
6/7/2013	Fora de compasso	Derrotas sofridas por Dilma Rousseff expõem estilo errático de sua gestão, que precisa assumir novos rumos na política e na economia	Utiliza a implosão da ideia da reforma política, inclusive por aliados, para criticar o estilo de governo de Dilma e afirma que a presidenta sofreu um revés grave com as manifestações.
7/7/2013	Retomada	Ainda que, até agora, pouco tenha sido feito de proveitoso, protestos levaram políticos a procurar respostas para demandas das ruas	Faz um balanço sobre as consequências das manifestações de junho a partir das respostas do Legislativo e do Executivo. Considera terem sido poucas, mas saúda algumas, como a derrota da PEC 37 em favor do combate à corrupção. Considera que a grande consequência foi o retorno do “vigor político” no Brasil.
11/7/2013	Privilégio ambíguo	Impunidade de políticos não decorre do foro privilegiado, mas de Justiça ineficiente; abolir mecanismos produzirá efeitos desfavoráveis	Critica a proposta de abolir o foro privilegiado. Considera que ele permite um julgamento mais imparcial e, na verdade, reduz o número de instâncias que esses políticos poderiam recorrer para adiar a prisão. Considera que o mensalão é indício de uma nova era em que a lei presente será melhor aplicada.
1º/8/2013	Agosto de risco	Não bastassem os sinais de deterioração da economia brasileira, presidente vê-se ameaça de perder o controle sobre a política	Supõe que Dilma enfrentará ainda mais dificuldades para lidar com sua base no Congresso agora que viu sua popularidade despencar. Comenta a liberação de emendas e relaciona com a corrupção.
8/8/2013	Combater a corrupção	Meta do CNJ cobra rapidez no julgamento de	Afirma que uma maior celeridade nesses

		ações por desvio de recursos públicos, mas tribunais têm ritmo mais lento que o esperado	juízos é uma decisão de efeito simbólico que ajuda a reduzir o sentimento de impotência da população. Destaca que políticos condenados são barrados pela Lei da Ficha Limpa.
9/8/2013	Delação mais premiada	-	Comenta de forma favorável a proposta do Distrito Federal de premiar com dinheiro denúncias de casos de corrupção no governo.
10/8/2013	Um STF diferente	Pela primeira vez na história, corte condena um senador da República; entendimento dos ministros pode alterar decisões sobre o mensalão	Aponta como positivo o novo entendimento de que cabe ao Congresso, e não ao Judiciário, decidir sobre perdas de mandatos.
15/8/2013	Mensalão, de novo	Enquanto ministros do STF retomam julgamento, senadores dão sinal de que estão dispostos a combater impunidade no Legislativo	Concorda com a afirmação de Barroso em sua estreia no STF de que a corrupção precisa ser combatida com mudanças institucionais, mas afirma que não bastam reformas, sendo necessário esforços investigativos e punitivos.
21/8/2013	O tempo da ética	Parece distante a perspectiva de que se instaure cultura empresarial anticorrupção como a defendida por executivo da Siemens	Comentando suspeita de corrupção na construção de uma linha de metrô pela Siemens envolvendo governos tucanos em SP, desvia a argumentação para o PT e o mensalão.
30/8/2013	Eles se merecem	Câmara decide manter em seus quadros deputados condenados pelo STF a mais de 13 anos de prisão; Casa precisa extinguir voto secreto	Faz críticas duras ao Congresso e a sua imagem na população. Menciona o mensalão.
1º/9/2013	Não pode ficar assim	Decisão da Câmara de manter mandato de parlamentar reacende algumas das indignações vistas nos protestos de junho	Continua a crítica do editorial anterior. Aparentemente muda de posicionamento quando à cassação de mandatos, culpando os ministros do STF que transferiram a responsabilidade para o Congresso. Critica a votação secreta para afastamento de parlamentares.
4/9/2013	Populismo judicial	-	Critica o fato de Barroso ter suspenso a sessão da

			Câmara que manteve o mandato de Natan Donadon e afirma que o STF não pode ser o superego da nação.
6/9/2013	Véu da impunidade	Debate sobre o fim do voto secreto é contumaz resposta a escândalos; Congresso precisa levar proposta adiante, sem manobras	Defende que o voto secreto no Congresso seja abolido, mesmo que parcialmente.
11/9/2013	Julgar serenamente	Debate sobre embargos infringentes deve seguir a transparência e o equilíbrio que prevaleceram até aqui no julgamento do mensalão	Comenta a polêmica sobre o julgamento ou não dos embargos infringentes no processo do mensalão. Defende que continue havendo a mesma serenidade e equilíbrio que teria pautado o julgamento. Defende que os réus do mensalão não deveriam ser encarcerados.
13/9/2013	Dois remédios	Congressistas propõem fim do voto secreto e cassação imediata de mandatos dos condenados pela Justiça, mas histórico sugere ceticismo	Aponta que a prerrogativa de que apenas o Legislativo possa cassar mandatos é uma salvaguarda de abusos do Judiciários mas, ao fim do texto, sustenta que talvez seja melhor a medida de cassação automática, questionando a capacidade dos congressistas tomarem essa decisão.
14/9/2013	Fins bem lucrativos	Novo escândalo no Ministério do Trabalho mostra que continuam frágeis os canais de controle das parcerias do governo com ONGs	Usa o argumento de que o Estado brasileiro é incapaz de impedir esse tipo de desvio e que não têm uma estrutura de controle sobre contratos. Cobra uma reforma administrativa.
16/9/2013	O dilema do decano	Pronunciamentos severos de Celso de Mello contra os mensaleiros contrastam com suas opiniões sobre recursos a que os réus teriam direito	Aponta a responsabilidade de Celso de Mello desempatar a decisão sobre os embargos, embora lembre que eles atinjam aspectos secundários. Afirma o risco de um sentimento de impunidade caso Dirceu não seja preso em regime fechado.
18/9/2013	Investigação nos trilhos	-	Critica a Assembleia Legislativa de SP por não abrir CPI que investigue o escândalo nas licitações de trens e metrô.
19/9/2013	Não é pizza	Decisão que prolonga ainda mais processo do	Embora aparente compreender a decisão,

		mensalão pode ser antipática, mas é preço da prevalência de instituições sobre o arbítrio	condena-a. “A corrupção festeja essa vitória processual”.
28/9/2013	Mensalão tucano	Caso de desvios cometidos em Minas Gerais tem sua primeira condenação; Justiça, em todas as instâncias, precisa acelerar o processo	Critica a morosidade do julgamento do mensalão tucano, embora, mas traçando constantes paralelos com o mensalão petistas.
14/10/2013	Capitanias sobre rodas	-	Afirma que a sanção de Dilma a hereditariedade das licenças de taxistas é mais um exemplo da raiz patrimonialistas do Brasil e da tradição de apropriação privada de bens públicos.
18/10/2013	Cartel vacinado	-	Critica o governo Alckmin por peça publicitária em que afirmava querer investigar a fundo o escândalo dos metrô e trens. Afirma que isso não ocorre de fato.
22/10/2013	A ficção da saúde	-	Comenta uma série de desvios de recursos por clínicas médicas privadas que fraudavam recibos de atendimentos para o SUS. O signo corrupção não aparece no texto.
25/10/2013	As trilhas do cartel	Documentos vindos da Suíça acentuam suspeitas de corrupção nas licitações de metrô e trens de São Paulo durante gestões do PSDB	Comenta o esquema de formação de cartel para as licitações, mas afirma que ainda não há indícios de corrupção envolvendo agentes públicos.
31/10/2013	O trem tucano	Nas investigações sobre CPTM, um escândalo engata-se a outro, e a omissão das autoridades paulistas tem garantido a impunidade geral	Critica o engavetamento de denúncia e cobra que haja investigação para que os tucanos não fiquem impunes.
1º/11/2013	Receita da corrupção	Novo escândalo milionário na cidade de São Paulo envolve ocupantes de cargos de confiança nas gestões de Kassab e Haddad	Afirma ser surpreendente o volume de dinheiro subtraído no escândalo (R\$ 500 milhões). Afirma que atinge sobretudo a administração anterior (Kassab), mas cita Haddad.
5/11/2013	Corrupção descarada	Grupo de fiscais envolvido em escândalo	Comenta que surpreende o sentimento de impunidade

		esbanjava riqueza e imaginava-se intocável; investigação do caso não pode escolher alvos	dos fiscais envolvidos no escândalo. Pede que a Controladoria do Município, criada por Haddad, não faça distinções na hora de investigar.
9/11/2013	Kassab se complica	Em conversas gravadas com autorização da Justiça, fiscais sugerem que o ex-prefeito tinha conhecimento de esquema de corrupção	Além de implicar Kassab no escândalo, pede que as investigações se aprofundem em buscas de outros agentes políticos, afirmando ser suprapartidário o esquema.
13/11/2013	Mensalão, parte 3	STF retoma hoje análise de recursos; Câmara não pode ousar descumprir decisão sobre perda de mandato de parlamentar condenado	Comenta que começarão os cumprimentos das penas dos réus do mensalão. Afirma, novamente, que a Câmara não pode descumprir decisão judicial, mesmo discordando, quanto à cassação dos mandatos.
14/11/2013	Corrupção transversal	Acusação contra braço direito de Haddad reforça percepção de que a chamada máfia do ISS articulava-se de maneira suprapartidária	Comenta os indícios que podem ligar o esquema à gestão Haddad e a vereador, reafirmando o possível caráter suprapartidário do esquema.
15/11/2013	O fim é o começo	STF decide executar penas do mensalão; que esse julgamento seja um passo na mudança consistente dos costumes políticos e jurídicos	Comenta as execuções das penas, apresenta uma cronologia do mensalão e faz um balanço da investigação.
17/11/2013	Voto secreto em extinção	-	Comenta o avanço da PEC que propõe o fim do voto secreto no Legislativo. Faz críticas ao Congresso.
19/11/2013	Raposas no galinheiro	Esquema de propina em São Paulo reforça importância de autonomia nas investigações e maior transparência na atuação dos auditores fiscais	Liga o esquema à vereadores. Defende a autonomia dos órgãos de controle, elogiando a criação da Controladoria geral do Município por Haddad.
21/11/2013	O outro mensalão	STF não pode mais atrasar julgamento da ação sobre esquema de corrupção do PSDB em Minas, praticado na campanha eleitoral de 1998	Afirma que o STF deve julgar com a maior celeridade que o devido processo legal permitir e que não pode dar margem para que se afirme que seu rigor depende da coloração partidária.
7/12/2013	Ficções legais	Obras e edificações em situação irregular são norma no país, que	Afirma que a corrupção retira a credibilidade da fiscalização, fazendo com que se conviva

		convive com casos de corrupção e falta de fiscalização adequada	com obras e prédios irregulares.
11/12/2013	Doações às claras	Proibir a participação de empresas no financiamento de campanhas não aprimora o sistema, que demanda mais fiscalização e transparência	Critica a ideia de se proibir a doação de empresas para campanhas, afirmando que é legítima a tentativa de influenciar a política, desde que feita às claras.
12/12/2013	Mudança de patamar	Figuras de primeiro plano na administração tucana são citadas como receptoras de propina, e caso de cartel em São Paulo vai para o STF	Cita a ligação do primeiro escalão do governo Alckmin e de deputados (estaduais e federais) com o esquema. Cobra que o STF julgue como no caso do mensalão.
14/12/2013	Corrupção sem fim	Denúncia sobre máfia do ISS na Prefeitura de São Paulo se avolumam, e contradições não lhes retiram plausibilidade	Comenta sobre a amplitude do esquema e o alto número de empresas envolvidas.
24/12/2013	Interesses partidos	Base de Geraldo Alckmin no Legislativo usa conhecidas estratégias de blindagem e atrasa investigação sobre cartel em São Paulo	Aponta a contradição entre as afirmações de Alckmin cobrando celeridade nas investigações e a morosidade da Assembleia Legislativa, blindando o governo.
31/12/2013	Contra a corrupção	Embora tenha avançado em casos importantes de desvio de recursos públicos, Justiça deve celeridade em episódios de menor repercussão	Comemora os avanços no combate à corrupção ocorridos no ano, espera que o mensalão tucano seja julgado em 2014 e cobra que haja a mesma dedicação em processos de menor envergadura.

2014

Data	Título	Subtítulo	Análise inicial
4/1/2014	O dinheiro de volta	Procuradoria-Geral da República tenta agilizar a recuperação de bilhões desviados para o exterior em escândalos de corrupção	Cita os valores que o MPF busca recuperar e cita o quanto isso representaria em gastos públicos (20% dos gastos com a Bolsa Família em um ano, por exemplo).
9/1/2014	Mensalão executado	Apenas detalhes burocráticos atrasam prisão do deputado federal João Paulo Cunha (PT-SP); maioria dos condenados já cumpre suas penas	Comenta a execução das penas e afirma que os embargos infringentes não cumpriram o papel de "proteção perpétua das sentenças". Considera absurda a possibilidade do deputado trabalhar nessa

			função enquanto no semiaberto.
15/1/2014	O legado encolheu	-	Critica os atrasos e as obras incompletas para a Copa do Mundo. Cita que houveram desvios e irregularidades.
18/1/2014	Apurações cerceadas	Resolução do TSE que limita a atuação de promotores e procuradores nas eleições deste ano em nada colabora para garantir lisura do pleito	Afirma que o MP tem experiência no combate à crimes eleitorais e que o fato da medida ter sido bem vista por políticos é prova de sua inadequação
21/1/2014	Poluição na política	Relação de Kassab com empresa de inspeção veicular continua turva, a despeito de recente absolvição da acusação de favorecimento	Questiona a absolvição de Kassab na primeira instância.
24/1/2014	Corrupção à francesa	São dois os casos suspeitos que sugerem relação de promiscuidade entre a empresa Alstom e governos do PSDB	Abre o editorial deixando em aberta a culpabilidade. Afirma que o governo Alckmin parece ter interesse apenas retórico na investigação.
30/1/2014	Cerco à corrupção	Nova legislação oferece ao país ferramentas para o combate à exasperante promiscuidade entre agentes públicos e empresas privadas	Elogia a iniciativa legal de criar mecanismos para facilitar a punição de empresas envolvidas com corrupção. Afirma que falta ainda regulamentar a norma.
1º/2/2014	Fraudes municipais	-	Comenta a descoberta de outro esquema de auditores fiscais da Prefeitura de São Paulo, agora envolvendo o IPTU. Argumenta que esses eventos reforçam a ojeriza da população ao aumento de impostos, que ficaria em más mãos.
4/2/2014	Abuso parlamentar	Senadores pedem reembolso por despesas injustificáveis; situação precisa ser examinada pela corregedoria e pelos Ministério Público	Critica as despesas reembolsadas por parlamentares sob o argumento de que eles já recebem muitas regalias, além de destacar que muitas dessas despesas são suspeitas, pelos altos valores apresentados.
7/2/2014	Metrô a portas fechadas	Não há provas da hipótese governista de sabotagem em trens de São Paulo; fato é que problemas se repetem no sistema de transporte público	Comenta a situação de falhas nos trens de São Paulo e, ao fim, menciona os prejuízos causados no Metro por contratos faturados.

10/2/2014	Campanhas e finanças	-	Comenta relatório da ONG Transparência Brasil acerca de doações privadas para campanhas e se posiciona contra a proibição de doações privadas, cobrando mais transparência e um limite de valores.
11/2/2014	Triste e injustificável	Não existe, em um Estado democrático de Direito, causa que legitime o emprego da violência, razão da morte do repórter Santiago Andrade	Separa os manifestantes em dois grupos (democráticos e violentos) e questiona que a onda de protestos iniciada em 2013 irá desencadear em um país melhor.
12/2/2014	Segunda chance	Cassação de mandato do deputado presidiário Natan Donadon precisa ser o início de programa de redução de danos à imagem da Câmara	Afirma que ele provavelmente será cassado nessa segunda votação, mas apenas porque o fim do voto secreto aumentou a pressão da opinião pública sobre como votará cada deputado.
18/2/2014	Vícios parlamentares	Em prática recorrente e inaceitável, legisladores gastam recursos públicos de forma abusiva sem que descabro seja investigado	Amplia a crítica do editorial do dia 4/2 para outras instâncias do Legislativo. Condena a dificuldade de parlamentares punirem seus colegas.
20/2/2014	Denúncia sem políticos	Investigação de escândalos de corrupção envolvendo prefeitura de governo de São Paulo avançam; por ora autoridades são preservadas	Afirma que há indícios de que políticos tenha se beneficiado e, no caso municipal, também relaciona ao PT e PMDB. Critica políticos que apenas negam envolvimento ao invés de auxiliar nas investigações.
21/2/2014	A manobra de Azeredo	Ex-presidente do PSDB usa renúncia como artifício para retardar análise do mensalão tucano e minimizar efeitos político-eleitorais do caso	Orienta o STF a impedir manobras pensadas apenas para retardar o processo.
26/2/2014	O detalhe e o essencial	Prisão de Roberto Jefferson é fim de um ciclo no processo do mensalão; decisão do STF sobre formação de quadrilha não vai alterar o principal	Retoma a afirmação do fim de um ciclo ao comentar a prisão de Jefferson. Afirma que a decisão sobre a ocorrência ou não de formação de quadrilha é uma questão acessória.
1º/3/2014	Jogo de suspeitas	Quando cada ministro do STF desconfia de intenções e motivos ocultos de seus colegas, é a instituição inteira que se desmoraliza	Faz críticas duras à Barbosa por questionar os votos de seus colegas e reafirma o caráter histórico do julgamento.

3/3/2014	Chinelos da impunidade	-	Comenta o início da ação criminal de Rosemary Noronha. Afirma que ela serviu na época como exemplo de como o PT (ou setores no partido) “não conhecia limites para a corrupção”.
5/3/2014	Trabalho para o STF	Longe do mensalão petista ou tucano, presidentes de comissões na Câmara de Deputados enfrentam problemas na Justiça	Afirma a corrupção e seu campo semântico tornou-se parte do vocabulário do brasileiro. Critica o baixo clero e afirma que ele não se contenta com pouco.
13/3/2014	Inimigo íntimo	No presidencialismo do Brasil, oposição ao governo federal parte da própria base aliada, sempre ávida por cargos e de olho nas eleições	Afirma que a condução política de Dilma fez com que sua base aliada aprovasse uma comissão externa para acompanhar as investigações de suspeita de recebimento de propina por funcionários da Petrobrás. Duvida da eficácia da comissão, por seu claro interesse político [aqui já se desenha mais claramente o quadro do colapso político causado pelas tensões entre PT e PMDB].
14/3/2014	Não há quem aguente	Em mais um exemplo de uso ilegítimo de verbas públicas, recursos de propaganda institucional são destinados à promoção eleitoral disfarçada	Afirma que Campos, Alckmin e o governo federal utilizam verba publicitária para fazer campanha eleitoral antecipada, inclusive pagando publicitários responsáveis pelas suas campanhas.
15/3/2014	De Minas a Pequim	Aécio Neves (PSDB) recorre à Justiça para tentar bloquear buscas na internet, um gesto que não se coaduna com a convivência democrática	Usa o PT como exemplo em um editorial criticando o candidato do PSDB, imaginando um cenário em que o PT fizesse o mesmo que Aécio para ilustrar o absurdo de se censurar buscas na internet associando seu nome à corrupção. Ilustrativo da narrativa que naturaliza o PT como sinônimo de corrupção [supõe ser conhecimento compartilhado pelo seu leitor que o PT é corrupto, por exemplo]. Associa o autoritarismo à esquerda.
21/3/2014	Sombras na Petrobrás	Nebuloso processo de aquisição de refinaria nos	Primeiro editorial fazendo referência a compra da

		EUA no mínimo arranha a imagem de administradora rigorosa atribuída a Dilma	refinaria de Pasadena. Descreve inconsistências no processo e nos valores da compra. Lembra que Dilma era presidente do Conselho de Administração da Petrobras. Afirma que isso mancha a sua imagem de boa gestora, mas, com o avanço, das investigações, pode ter consequências políticas.
29/3/2014	CPI profunda	É difícil acreditar que a investigação parlamentar possa trazer respostas, mas são importantíssimas as perguntas sobre a Petrobrás	Comenta a instauração da CPI da Petrobrás, mas duvida de sua eficiência. Afirma que Pasadena seja o objeto mais interessante da investigação. Afirma que a discrepância dos valores da compra e menor do que o mencionado, mas não descreve os valores (como fez no editorial errado). Aponta a politização da empresa como culpada e também cita a sua má gestão, responsabilizando indiretamente Dilma ao dizer que não é culpa de meros diretores.
31/3/2014	Passo atrás	Por ampla maioria, STF decide remeter caso Azeredo à primeira instância; corte precisa de regras objetivas para lidar com tais manobras	Crítica a decisão do STF em remeter o processo à primeira instância, reconhecidamente uma manobra jurídica.
4/4/2014	Suja a jato	-	Comenta o empréstimo de um jato particular do doleiro Alberto Youssef para o vice-presidente da Câmara, André Vargas (PT). Primeira menção à Operação Lava Jato.
9/4/2014	A Copa como ela é	Cansada de falsas promessas e desperdício de recursos públicos, população já não considera que Mundial foi um bom negócio para o país	Aponta as suspeitas de superfaturamento em obras como um dos fatores para a reprovação popular.
13/4/2014	Manobras com CPIs	Governistas tentam impedir, com sofismas, investigação na Petrobrás; casos em SP e PE, contudo, também merecem sofrer escrutínio	Defende a necessidade de se instaurar uma CPI para investigar irregularidades na Petrobrás. Defende CPIs enquanto tais. Afirma haverem indícios de irregularidades sistemáticas

			na Petrobrás. Crítica os esforços do PT em evitar a CPI, mencionando outros partidos.
17/4/2021	Petrobras no limbo	Presidente da estatal e pivô da desastrosa compra de refinaria nos EUA pouco fizeram no Congresso para afastar necessidade de CPI	Crítica os depoimentos de Graça Foster (presidenta da Petrobras) e Nestor Cerveró (ex-diretor internacional) no Congresso. Afirma que há indícios de que Pasadena envolveu não apenas má gestão, mas corrupção.
21/4/2014	Brechas ocultas	-	Afirma que doações ocultas de campanha são utilizadas para atender interesses escusos, mas se posiciona contra a proibição do financiamento privado de campanha, exigindo apenas mais transparência.
25/4/2014	Caixa de Pandora	Com decisão de ministra do STF, frustra-se manobra para impedir CPI da Petrobras com foco preciso, que o Senado precisa instalar já	Questiona explicações dadas e aponta indícios de irregularidades. Sugere que o PT aparelhou a Petrobras. Defende a instauração da CPI e cobra “solidez técnica” da oposição.
29/4/2014	100% político	Lula desvaloriza decisão do STF sobre o mensalão como apenas 20% jurídica, uma conta de quem se acredita salvador da pátria e do PT	Crítica a afirmação de Lula, afirmando que ele ataca todo o STF. Sugere que ele deseja ser candidato. Afirma, como forma de crítica, que Lula é “100% político”.
4/5/2014	CPI em dose dupla	É verdade que os sinais de aparelhamento e desvios na Petrobras são alarmantes, mas duas comissões para investigar já é demais	Afirma que Calheiros manobra para reduzir danos à candidatura de Dilma.
9/4/2014	Para todos os lados	Instalação de CPIs da Petrobras e do carte de trens se submete ao interesse eleitoral, o que gera dúvidas sobre resultados concretos	Lanças suspeitas sobre as gestões tucanas em São Paulo e afirma que não se espera uma CPI na Assembleia Legislativa, graças à maioria governista.
10/5/2014	Disputa de incertezas	Forte desejo por mudanças, registrado em pesquisa do Datafolha, ainda não se incorpora nas candidaturas à Presidência da República	Parece relativizar o impacto do escândalo da Petrobras até aquele momento nas pesquisas eleitorais.
20/5/2014	Estação suspeita	Novas informações aumentam desconfiança	Afirma que há fortes indícios de envolvimento do alto

		em relação a licitações do Metrô em São Paulo, para aparente prejuízo dos cofres públicos	escalão dos governos tucanos, fazendo vista grossa à formação de cartel em troca de grandes montantes.
21/5/2014	Competência e imprensa	Ministro do STF cria confusão desnecessária ao mandar soltar investigados na Operação Lava Jato, decisão da qual logo recuou	Apresenta “o juiz federal” (Moro, não citado) como sensato, em contraposição à Zavascki, atrapalhado.
27/5/2014	Política mafiosa	Greve de ônibus paulistanos traz à superfície investigação sobre presença de deputado petista em reunião com membros de facção criminosa	Comenta a acusação psdbista de que o deputado estadual Luiz Moura (PT) teria se encontrado com membros do PCC. Afirma que o PT perdeu a “aura de paladino da moralidade pública”, mas que pode estar caindo na “contaminação mafiosa”.
30/5/2014	Bloqueio chapa-branca	Maioria governista consegue vitória na CPI mista sobre a Petrobras, em manobra para que investigação não munição oposição na disputa eleitoral	Comenta a nomeação de parlamentares chapa-branca para barrar avanços na CPI. Afirma que o mesmo ocorre em São Paulo com o PSDB e que nenhum grupo político pode reclamar da manobra, apenas a população.
31/5/2014	Papel histórico	Mérito de Joaquim Barbosa em suas decisões no STF e no CNJ superam os problemas de um comportamento inadequado à corte	Comenta a aposentadoria de Barbosa. Atribui a sua individualidade a responsabilidade pelo desfecho do julgamento da AP 470. Elogia a determinação de Barbosa em condenar os réus do mensalão. Aponta a tensão representada na sua figura do desejo de democratizar a Justiça com a sanha punitivista.
10/6/2014	Padrão Fifa?	Práticas da entidade máxima do futebol diante de casos de corrupção não correspondem ao que a população espera do setor público brasileiro	Critica a conivência com a corrupção na Fifa, que não tomaria medidas para combatê-la.
12/6/2014	Vai ter Copa	Apoiar a seleção brasileira não significa ignorar os muitos problemas do país; eventual sucesso em campo nada diz sobre os governos	Afirma que o “clima de Copa” demorou a chegar no Brasil, principalmente pela insatisfação popular com o governo (menciona a corrupção). Dissocia a Seleção Brasileira do governo.

14/6/2014	Sem triunfalismo	Primeiros dias da Copa do Mundo dissipam preconceitos e expectativas exageradas; vitória da seleção ajuda a mobilizar torcedores	Condena as vaias à Dilma ocorridas na abertura da Copa.
27/6/2014	Mundial de problemas	Suspeitas de corrupção e violação de direitos levam dirigente da Fifa a considerar revisão da escolha do Qatar como sede da Copa de 2022	Contrapõe a dureza da punição contra a mordida dada por Suárez à falta de preocupação em apurar as suspeitas de corrupção para a escolha do Qatar como sede da Copa de 2022.
9/7/2014	Pátria sem chuteiras	Derrota brutal da seleção brasileira diante da Alemanha talvez possa representar o fim de uma era dentro e fora do futebol	Comenta a derrota humilhante contra a Alemanha. Faz a ressalva de que o futebol pode estar perdendo importância para a população. Aponta que o país tem maiores desafios para enfrentar além do futebol.
11/7/2014	Ficha não tão limpa	Deficiências estruturais da Justiça Eleitoral prejudicam correta aplicação da lei de iniciativa popular que torna políticos inelegíveis	Critica o fato de que dificuldades burocráticas dificultam a aplicação de uma lei que busca devolver a moralidade à política.
17/7/2014	Nova manobra tucana	-	Comenta a renúncia de Clésio Andrade (PMDB) como forma de remeter seu processo no julgamento do mensalão tucano para a primeira instância. Critica o STF por permitir esse tipo de manobra que municia o PT para afirmar que seu escândalo recebeu tratamento diferente ao dado ao PSDB.
27/7/2014	O pouso do tucano	Ainda que tenha sido feito de maneira legal na gestão de Aécio Neves, aeródromo contradiz discurso de ética e eficiência administrativa	Critica a falta de explicações convincentes de Aécio sobre o aeroporto em Cláudio nas terras de seu tio-avô e afirma que mancha a imagem que ele tenta construir que alia ética com eficiência na gestão. Não aparece o signo corrupção.
1º/8/2014	As pistas de Aécio	-	Critica as respostas dadas por Aécio sobre a questão do aeroporto e destaca que sua família foi beneficiada com a construção.
5/8/2014	Refinaria de mentiras	Diálogo gravado menciona armação na CPI e	Comenta matéria da Veja afirmando que houve

		aprofunda descrédito quanto à vontade de investigar o nebuloso negócio da Petrobrás	vazamento das perguntas que seriam feitas na CPI da Petrobrás. Afirma que o empenho do governo em neutralizar a CPI pode indicar a gravidade do escândalo e seu potencial eleitoral.
9/8/2014	Máfias municipais	É vital que o poder público demonstre capacidade de reagir e interromper o ciclo de impunidade, como faz na denúncia contra fiscais do ISS	Máfia do ISS. Elogia a criação da Controladoria geral do Município por Haddad e cobra que empresas também sejam responsabilizadas.
15/8/2014	Contas sob suspeita	Afastamento provisório de Robson Marinho pela Justiça é medida que visa preservar imagem de corte que fiscaliza uso de recursos públicos	Comenta o afastamento do conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo suspeito de receber propina da Alston. Afirma que ele não foi condenado, mas que seu afastamento é positivo para a imagem da instituição.
25/8/2014	Evolução fiscal	Controladoria de São Paulo dá bom exemplo de combate à corrupção com estrutura enxuta; com fim da máfia do ISS, cidade colhe resultados	Concorda com fala de Haddad de que o aumento significativo da arrecadação no município é reflexo do combate à corrupção. Elogia a estrutura da Controladoria e a compara com os Tribunais de Contas, mais caros, menos eficientes e envolvidos em escândalos.
8/9/2014	Morosidade eleitoral	Lentidão da Justiça faz com que candidatos ora inelegíveis continuem em campanha, o que gera prejuízos para os eleitores	Afirma que a indefinição causada por candidaturas barradas na Lei da Ficha Limpa que recorrem a recursos prejudica o processo eleitoral, pelo destino incerto de seus votos.
9/9/2014	Petrobras como prêmio	Ex-diretor da estatal indica políticos que estariam envolvidos em esquema de corrupção; delação ainda precisa ser comprovada	Comenta delação de Paulo Roberto Costa. Afirma que este pode ser um escândalo de corrupção sem precedentes na história brasileira. Parece indicar cautela, na medida em que a delação precisa ser comprovada.
17/9/2014	Silêncio conveniente	Ex-diretor da Petrobras dará novo depoimento no Congresso, mas políticos não têm interesse real em	Comenta a nova convocação para que Paulo Roberto Costa deponha na CPI mista da Petrobrás. Afirma que os parlamentares, no contexto

		levar adiante investigação rigorosa	da eleição, não terão interesses em uma investigação profunda.
8/10/2014	CGU em apuros	-	Afirma que Dilma reduziu os recursos destinados à CGU. Afirma que candidatos deveriam realizar a manutenção dos avanços no combate à corrupção antes de criar novas medidas.
11/10/2014	Fundo do poço	Escândalo na Petrobras adquire grandes proporções às vésperas do segundo turno; efeito eleitoral do episódio ainda é incerto	Afirma que as delações de Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef podem ter consequências eleitorais, por implicar o PT (também cita PP e PMDB). Afirma que a corrupção é estrutural. Sugere que Aécio não possui moral para se apresentar como campeão anticorrupção. Sugere cautela com as informações da delação, que ainda precisam ser comprovadas.
28/10/2014	Devassa na Petrobras	Às graves distorções econômicas e institucionais impostas à estatal somam-se os testemunhos sobre vasto esquema de corrupção	Aponta o peso econômico da Petrobras no país. Critica a forma como Dilma vinha conduzindo a empresa. Menciona as suspeitas de corrupção e afirma que a Petrobras se viu submetida ao “nível mais baixo da política”.
2/11/2014	As raposas dos alvarás	-	Comenta sobre a ocorrência de cobrança de propina no contexto da CPI dos Alvarás na Câmara Municipal de São Paulo, para que empresários não fossem incomodados. Afirma que a população brasileira não suporta mais a corrupção.
7/11/2014	Dilma mudando	Se eleitorado dividido ao meio recomenda moderação ao novo governo, estado crítico da economia obriga a adotar orientação diversa da atual	Afirma que defender o impeachment de Dilma é um desvario de grupelhos isolados e o fato de que isso não está no horizonte é uma demonstração de solidez democrática. Orienta que a oposição não haja no “quanto pior melhor”.
9/11/2014	Indigência política	Governo Dilma divulga com atraso dados negativos sobre miséria e	Acusa Dilma de estelionato eleitoral pela divulgação do aumento da miséria e dos

		desmatamento que teriam sido prejudiciais à campanha de reeleição	desmatamentos só ter ocorrido após a eleição.
11/11/2014	Sem mais delongas	Após adiar por seis vezes análise sobre cassação de André Vargas, Comissão de Constituição e Justiça precisa tomar uma decisão	Critica a manobra de adiar a votação para burlar a Lei da Ficha Limpa. Condena o PT por antes ter tratado o deputado como um fardo e agora passa a defendê-lo.
12/11/2014	Paradoxo da Petrobras	Dimensão de escândalo na estatal parece ser maior obstáculo a sua elucidação; estímulo às apurações vem de órgãos internacionais	Afirma que as investigações avançam graças às delações, não às CPIs. Considera que a pressão internacional (dos EUA) foi decisiva para a investigação, que não se desenvolveria se dependesse dos políticos brasileiros.
16/11/2014	Corrupção profunda	Investigadores fazem sua parte no caso da Petrobras, mas governo, estatal e Congresso mantêm inércia próxima da conivência	Contrapõe PF, MPF e juízes, interessados em combater a corrupção, aos políticos e à estatal, coniventes. Compara os envolvidos a traficantes. Afirma que lideranças partidárias nada fizeram para impedir os crimes.
19/11/2014	Corruptos e corruptores	Executivos admitem pagamento de propina, mas alegam extorsão; procurador-geral parece ter razão ao considerar tese implausível	Duvida das afirmações dos empresários de que participavam do esquema porque eram extorquidos. Afirma que o escândalo da Petrobras será financeiramente muito maior do que o mensalão.
24/11/2014	Petrobras em descrédito	Escândalo na estatal acentuou o desprestígio da economia e das finanças do Brasil, mas é possível conter efeitos colaterais da crise	Afirma que o escândalo de corrupção agravou uma situação que já era negativa pela política adotada por Dilma. Aponta um novo modelo de gestão como saída para superar essa crise.
27/11/2014	Perdendo a noção	Quantias declaradas no caso Petrobras causam espanto, mesmo quando se conhecem os padrões de corrupção vigentes na história do país	Reforça a escala sem precedentes da corrupção na Petrobras. Afirma que a situação é tal que o quadro está confuso, cabendo a justiça colocar “cada coisa em seu devido lugar”.
28/11/2014	Doações escandalosas	Custo cada vez mais elevado das campanhas, bancado sobretudo por empresas, torna urgente mudança no modelo de financiamento	Cita a doação de empreiteiras envolvidas na Operação Lava Jato para Dilma e Aécio.

2/12/2014	Terra comprometida	Ação contra fraudes agrárias alveja irmãos de ministro da Agricultura, um feudo do PMDB; Incra se mostra conivente com esbulho	Afirma que não essas fraudes não seriam possíveis sem a participação de funcionários corruptos.
3/12/2014	Teias da corrupção	Somente com fiscalização implacável e punições severas o país conseguirá refrear a bandalheira que permeia a administração pública	Critica a postura das grandes empreiteiras em tentar evitar punições por terem grande impacto econômico. Sugere que, dada a recorrência com que isso ocorre em licitações pelo país, Dilma e o PT deveriam saber o que ocorria.
6/12/2014	O Metrô faz água	Mais que acaso, corrupção, defeitos de projeto e obras morosas são sintomas do mal que esclerosa o sistema metroferroviário de São Paulo	Atribui à corrupção parte importante da culpa pela lentidão na expansão da malha metroviária da grande São Paulo. Menciona as duas décadas em que os tucanos estão no poder.
7/12/2014	Planalto de pressões	Dificuldades políticas de Dilma se agravam às vésperas de seu novo mandato, às voltas com escândalos da Petrobras	Avalia o impacto do escândalo no ovo governo Dilma. Afirma que sua fama de faxineira da corrupção não se justifica mais e só era possível quando a corrupção era localizada.
9/12/2014	Um alerta para Dilma	-	Comenta pesquisa de opinião em que 42% avaliam seu governo como ótimo ou bom ao mesmo tempo em que 68% consideram que Dilma tem responsabilidade pela corrupção na Petrobras. Sugere que a popularidade se justifica pelos benefícios sociais (como o Bolsa Família).
11/12/2014	Desgoverno estatal	Controlador-geral da União se despede com críticas ao descontrole em empresas como a Petrobras, mas não encontra ouvidos no Planalto	Embora concorde com a importância da CGU, afirma que apenas uma mudança de mentalidade administrativa das empresas estatais e de economia mista, com o fim de nomeações políticas e a adoção de quadros técnicos.
13/12/2014	No limbo	Seria irônico se, na esteira dos desmandos em série que vêm à tona na Petrobras, a tese da "herança maldita" se voltasse contra os anos Lula	Considera que Dilma precisa fazer uma ruptura com a herança Lula para manter a coerência no discurso de combate à corrupção.

17/12/2014	Petrobras, o deboche	Circunstâncias e detalhes no escândalo da estatal mostram sensação quase delirante de impunidade dos que a conduziram	Resgata detalhes do escândalo para afirmar um clima de impunidade generalizado.
28/12/2014	Dilma 2.0	Pressionada pelo caso Petrobrás e pelos resultados econômicos, presidente tenta se diferenciar de si mesma no novo mandato	Comenta as transformações que começaram a ocorrer no caráter do governo Dilma. Afirma que, para salvar sua imagem, é inevitável que Dilma transfira responsabilidades pelo escândalo para Lula e que ambos se afastem. Afirma que Dilma faz acenos à direita.

2015

Data	Título	Subtítulo	Análise inicial
4/1/2015	Delação aprovada	-	Comenta a amplitude do uso da delação premiada e afirma que ela permite que se atinjam altos escalões do poder. Descreve as principais críticas, mas se posiciona favorável ao seu uso.
7/1/2015	Petrobras na berlinda	Preço do petróleo em queda põe em xeque bilionário programa de investimentos da estatal e amplia o potencial de danos em cadeia	Comenta que a nova queda do preço do barril de petróleo faz com que o projeto do pré-sal fique em risco. Cita a Operação Lava Jato como fator complicador.
7/1/2015	30 anos sem integração	-	Critica o atraso de décadas da ferrovia Norte-Sul. Responsabiliza a corrupção e destaca que empresas envolvidas em escândalo de 1987 hoje estão envolvidas com o escândalo da Petrobras.
11/1/2015	Mais um passo	-	Comenta as novas regras para fiscalização das contas dos partidos e campanhas. Afirma que um sistema eficiente de fiscalização evitaria o pagamento de propinas através de doações eleitorais, como os delatores afirmam ter feito na Lava Jato.
14/1/2015	As armas de Marta	Ainda que movidas por uma lógica eleitoreira, críticas da senadora ao PT são corretas/ é	Concorda com as críticas feitas por Marta, aponta que o partido perdeu sua credibilidade após repetidos escândalos de corrupção, mas

		sintomático que partido simplesmente silencie	afirma que ela faz essas críticas por interesse próprio, sem abondar o lulismo.
18/1/2015	As crises da Petrobras	Governo tenta evitar que escândalo contamine outras empresas; socorro não pode incluir impunidade e favores com recursos públicos	Afirma que a política de reserva de mercado favoreceu a corrupção. O escândalo teria recaído sobre uma empresa já em crise. Defende que as empreiteiras só sejam “salvas” se seus proprietários forem duramente punidos.
23/1/2015	Disputa deprimente	Rivalidade entre candidatos à presidência da Câmara dos Deputados se traduz em negociações fisiológicas e lances aloprados	Afirma que os deputados estão sendo comprados com promessas de Cunha e Chinaglia pela presidência da Câmara. Conclui dizendo que os deputados representam apenas seus interesses, não os do povo.
29/1/2015	Mudança de verdade	Dilma adere ao programa de ajuste, mas confunde ao dizer que a nova política mantém rumo que levou o país ao equilíbrio	Questiona a afirmação de Dilma de que nunca se combateu tanto a corrupção e vincula o escândalo da Petrobrás exclusivamente aos governos petistas (jan.2004-abr.2012).
30/1/2015	Poço sem fundo	Primeira estimativa sobre rombo na Petrobras indica recorde de incompetência; estatal precisa de mudança completa em sua gestão	Afirma que a empresa se encontra em profunda crise financeira e menciona a corrupção, embora com responsabilidade menor.
31/1/2015	Triste alternativa	Confronto entre Cunha e Chinaglia pela presidência da Câmara só confirma o estado de enfraquecimento institucional do Legislativo	Critica os altos custos nas campanhas dos deputados à presidência, cobra fiscalização e sugere que podem estar ocorrendo compras de votos. Menciona a possibilidade (então remota) de um impeachment.
1º/2/2015	STF na agenda	-	Comenta a reabertura dos trabalhos no STF e a ansiedade dos envolvidos com a Operação Lava Jato. Afirma que o amadurecimento das instituições pós-mensalão produz um clima de otimismo para que não fiquem impunes.
3/2/2015	Derrota custosa	Eleição de Eduardo Cunha para presidência da Câmara evidencia a fragilidade da base aliada de Dilma neste início de segundo mandato	Lembra que Cunha, desafeto de Dilma, tem nas mãos o poder de abrir CPIs e avançar processos de impeachment, o que é ainda mais sensível para

			o governo tendo em vista a Operação Lava Jato.
4/2/2015	Com quem anda	-	Comenta a eleição de presidentes das Assembleias Legislativas com pendências judiciais contra a administração pública e afirma que os deputados estaduais não se sentiriam representados por alguém idôneo.
6/2/2015	Duros golpes	Dilma sofre forte desgaste ao longo da semana, e situação do PT se complica ainda mais com desdobramentos do escândalo da Petrobras	Comenta a renúncia de diretores da Petrobrás, a abertura de CPI na Câmara para o escândalo da Petrobras e a denúncia de que o PT teria recebido U\$ 200 milhões em propina. Conclui dizendo que o PT tem pouco para comemorar em seu 35º aniversário.
7/2/2015	Desastres em série	Nomeação do novo presidente da Petrobras conseguiu provocar desconfianças tanto no mercado financeiro como no aparelho petista	Critica a escolha de Aldemir Bendine para a Petrobras, presidente do Banco do Brasil. Considera que Dilma se mostra incapaz de lidar com a crise.
8/2/2015	Geral e irrestrito	Pesquisa Datafolha mostra degradação acentuada da avaliação de Dilma, Alckmin e Haddad; governantes precisam mudar de conduta	Comenta a queda profunda de popularidade, atingindo níveis piores do que de junho de 2013. Afirma que essa insatisfação corresponde a um “junho invisível”, provocado por um surto de desconfiança pós-eleitoral.
10/2/2015	Todos iguais	Pesquisa Datafolha mostra que 71% dos brasileiros não têm partido de preferência, um recorde; número de simpatizantes do PT desaba	Responsabiliza o fracasso na economia, estelionato eleitoral e a corrupção na Petrobras pela queda de popularidade.
11/2/2015	Correção na Saúde	-	Afirma que, apesar da Petrobras, a saúde aparece como uma preocupação maior do que a corrupção, segundo Datafolha (26% contra 21%).
12/2/2015	Bolsa parlamentar	-	Critica a aprovação no Congresso da liberação automática das emendas parlamentares, consideradas fontes históricas de corrupção. Afirma que os parlamentares

			puxaram o cobertor curto do orçamento só para si.
14/2/2015	O galo canta	Embalado pela vitória na disputa pela presidência da Câmara, Eduardo Cunha avança o sinal e impõe pauta ultraconservadora	No fim do texto questiona se Cunha continuaria “cantando de galo” sob “os riscos de denúncias em alguma operação da Polícia Federal”.
22/2/2015	Do silêncio ao vazio	Declarações da presidente sobre o caso Petrobras preocupam pela fraqueza argumentativa e pelo descompasso	Faz críticas pesadas às falas de Dilma acerca da Petrobras e considera absurdo fato de que ela aponta as origens do escândalo nos governos FHC.
23/2/2015	Investigação parada	-	Sugere que o PSDB paulista se aproveitou do escândalo da Petrobras para parar as investigações sobre o escândalo do Metro e da CPTM.
26/2/2015	CPI privatizada	Comissão nasce com a reputação arruinada pela presença de deputados que receberam doações de empreiteiras investigadas	Afirma que as escolhas foram tomadas de forma cuidadosa e que representa uma profissionalização na neutralização de CPIs. Afirma que a nova CPI da Petrobras é de um aviltamento sem precedentes.
1º/3/2015	Poder diáfano	Deterioração do poder da presidente Dilma Rousseff se reflete na sutil coreografia do programa televisivo apresentado pelo PMDB	Faz duras críticas à postura de Dilma, que teria optado por desaparecer no contexto do escândalo da Petrobras. Comenta as ambiguidades de um programa televisivo do PMDB.
3/3/2015	Contágio a jato	Economia sente efeitos do escândalo da Petrobras, com interrupção de crédito e empresas; governo busca saídas pouco republicanas	Aponta consequências econômicas nas empresas envolvidas com a Lava Jato ou com investigadas.
5/3/2015	A lista de Janot	Pedido de abertura de inquérito no Supremo representa apenas o fim da primeira etapa de uma longa jornada no Judiciário	Comenta a entrada da lista de Janot no STF e aponta ansiedade pela revelação de seus nomes. Defende a presunção de inocência dos investigados. Sugere que o julgamento será ágil, pela experiência com o mensalão.
6/3/2015	Oportuno e oportunista	Ao rejeitar medida provisória sobre desoneração, Renan defendeu interesses próprios, mas também pôs freio nos exageros do governo	Afirma que Calheiros rejeitou medida provisória por interesses próprios, inclusive de que o governo a defendia da Lava Jato, mas considera a medida acertada, porque Dilma estaria exagerando no

			envio de MPs e porque o tema – fim de desonerações da folha de pagamento – merece melhor discussão.
9/3/2015	Os sócios reagem	Renan e Cunha voltam-se contra a lista de Janot, como se o problema estivesse no dever que o Ministério Público tem de investigar	Repudia as críticas de Calheiros – a quem a presunção de inocência deveria ser ponderada – e Cunha contra Janot e a lista dos indiciados. Nega que Janot favoreça Dilma, já que a lista inclui ministros.
10/3/2015	Panela de pressão	Vaias durante discurso de Dilma prolongam radicalização eleitoral e mostram que cresce a insatisfação com seu governo	Comenta as vaias e a atribui às medidas econômicas, que seriam amargas para todos, ainda que necessárias, e que gerariam insatisfação até em seus apoiadores, se sentido traídos.
11/3/2015	Doação como álibi	Suspeitos argumentam que receberam recursos de forma legal durante eleições, mas daí não decorre que sua origem seja de fato lícita	Defende que é do interesse dos investigados desviar o foco da investigação para doações de campanha, que seriam utilizadas como álibi de que o dinheiro foi legitimamente recebido. Sugere que os inquiridos não devam se concentrar apenas nas doações.
13/3/2015	Derrota positiva	Negociação entre governo e Congresso sobre correção da tabela do Imposto de Renda mostra que há espaço para debater ajuste da economia	Comemora a tensão entre Congresso e Dilma, o que forçaria um ajuste mais fino das medidas propostas pelo governo.
15/3/2015	Cedo ou tarde demais	Embora mereça as mais duras críticas, Dilma foi eleita de forma legítima; não existem, por ora, razões para impeachment	Faz duras críticas ao governo Dilma, mas, se coloca de forma contrária ao impeachment, afirmando que não há base legal para um impeachment, mas incompetência ou estupidez. Defende os ajustes econômicos da presidenta como inevitáveis a qualquer governante que ocupasse o cargo.
16/3/2015	Nas cordas	Depois de manifestações históricas em todo o país, governo Dilma vê estreitar-se como nunca sua margem de manobra	Faz forte elogio às manifestações do dia anterior. Reafirma críticas ao governo Dilma. Indica novamente que ela precisa realizar ajustes que são necessários, mas

			impopulares (o que soa como uma alternativa politicamente suicida). Aponta que sua margem de manobra diminui e que, agora, ela corre contra o tempo para reverter esse sentimento.
17/3/2015	Riscos futuros	Dilma muda o tom, mas não reconhece erros cruciais de seu 1º mandato; contribui, assim, para prolongar o impasse e a crise do governo	Concorda com as medidas sugeridas por Levy, mas afirma que a animosidade das ruas e do Congresso podem ser um impeditivo. Critica pronunciamento de Dilma por não assumir erros.
18/3/2015	Cada vez pior	Presidente vê impopularidade atingir 62%, um dos maiores índices já registrados, como consequência de seus próprios erros no 1º mandato	Comenta o crescimento brutal de sua popularidade. Aponta o surgimento de manifestantes de assumidamente de direita pela primeira vez em anos, mas minora seus setores mais extremistas. Aponta as mentiras na campanha e os escândalos de corrupção como fatores centrais.
20/3/2015	O roto e o rasgado	Enfrentamento entre Cid Gomes e deputados federais presididos por Eduardo Cunha constituiu espetáculo deplorável, mas revelador	Destaca as implicações de Cunha com a Lava Jato e sugere que Cid Gomes buscava interesses pessoais com a discussão que gerou seu afastamento do Ministério da Educação.
21/3/2015	Arroubou orçamentário	Congresso amplia fundo partidário, medida que, na contramão do que seria recomendável, incentiva a multiplicação de legendas	Destaca que o fundo partidário foi multiplicado por três em um contexto de ajustes orçamentários e afirma que o Congresso legisla em causa própria, não do país.
22/3/2015	Do silêncio à ação	Se quiser demonstrar empenho verdadeiro no combate à corrupção, Dilma pode incentivar investigações sobre o setor elétrico	Sugere que Dilma apoie investigações sobre seu ministro de Minas e Energia do primeiro mandato, suspeito de receber propina da Camargo Corrêa na obra de Belo Monte. Afirma que é um movimento necessário para que as falas de Dilma se confirmem e o combate à corrupção torne-se política de Estado. Sugere que instaure inquérito administrativo de imediato.
26/3/2015	Audácias do PMDB	Líderes do partido, notório pelas práticas fisiológicas,	Afirma que o PMDB defende a redução de ministérios ao

		adotam discurso em prol da redução de ministérios, mas não dão o primeiro exemplo	mesmo tempo que ocupa sete, muitos candidatos ao desaparecimento. Sugere que seja uma forma de enfraquecer agremiações rivais [interessante não ser cogitada a possibilidade de simples desestabilização do governo Dilma, com menor margem de negociação com outras siglas].
29/3/2015	Não são só ministérios	Proposta sobre redução do número de pastas, para ter sentido prático, precisa comportar debate sobre ampla reforma gerencial	Minimiza os impactos financeiros de uma redução de ministérios. Afirma que a maioria deles foram criados para atender interesses de partidos aliados. Cobra uma reforma da gestão mais profunda.
30/3/2015	Justiça tarda e falha	Prescrição, atrasos, incúria e engavetamento beneficiam políticos do PSDB acusados de irregularidades, inclusive no dito mensalão tucano	Faz críticas aos movimentos que têm atrasado o julgamento do mensalão tucano e beneficiado réus com a prescrição.
31/3/2015	Receita de fraude	Descoberta de esquema bilionário de sonegação fiscal reforça necessidade de aumentar mecanismos de controle e transparência	Operação Zelotes. Afirma que o montante desviado é maior que o do escândalo da Petrobras. Aponta que o escândalo não tem envolvimento de políticos, mas apenas de empresários e funcionários e conselheiros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.
1/4/2015	Girando em círculos	Manifesto de petistas retoma a antiga arrogância do partido, enquanto surgem propostas para ocultar o desgaste da sigla	Afirma que o PT é identificado cada vez mais com a corrupção. Critica a afirmação de que o partido é perseguido por seus acertos, não por seus erros.
7/4/2015	Pedagogia e demagogia	-	Afirma ser imprudente a forma como Dilma vincula avanços na educação aos recursos do pré-sal, tendo em vista que a Petrobras está mergulhado em escândalos de corrupção e, por isso, terá dificuldades para fazer investimentos nos próximos anos.
11/4/2015	Baderna e confissão	Em sessão tumultuada, respostas vagas de	Critica episódios de desrespeito a João Vaccari

		tesoureiro do PT na CPI da Petrobras praticamente equivalem a uma admissão de culpa	Nato na CPI da Petrobras. Considera que sua reticência para responder as perguntas foi uma confissão de culpa.
12/4/2015	Corrupção sistêmica	Excesso de intervenções do Estado na economia oferece oportunidade a todo tipo de falcatura, como mostram diversos exemplos recentes	O editorial associa a intervenção do Estado com a corrupção, fazendo críticas ao “gigantismo estatal”, à sua ineficiência, ao desenvolvimentismo etc. Muito ilustrativo da posição da FSP sobre o Estado e a corrupção. É a razão neoliberal escancarada.
14/4/2015	De março a abril	Manifestações perdem força no intervalo de uma mês, mas, com reprovação ainda muito alta, governo não se livra da pressão das ruas	Avalia as manifestações de 12/4, menores mas ainda significativas. Pondera que Dilma não é acusada de corrupção, embora tenha se tornado um símbolo de “um estado de corrupção sistêmica que a operação Lava Jato escancara”. Afirma que a condução do país tem sido transferida para o PMDB. Considera que a pressão das ruas continua, mas se modera, e avalia esse refluxo de modo positivo, dando a impressão que, no momento, a FSP prefere uma presidenta refém do que um impeachment.
15/4/2015	Sombras sobre a CGU	Suspeita de que órgão de controle atrasou abertura de processo para beneficiar reeleição de Dilma constitui retrocesso democrático	Considera que a possibilidade da CGU ter adiado a abertura de investigação para depois do segundo turno contraria as falas frequentes da presidenta de que órgãos de controle tem autonomia em seu governo.
16/4/2015	A saga do balanço	Petrobras precisa divulgar neste mês demonstrativo patrimonial de 2014, para começar o quanto antes sua difícil recuperação	Cita a corrupção como fator de redução patrimonial da empresa.
17/4/2015	Ciclo delitivo	Prisão de mais um tesoureiro do PT reforça a ideia de que o partido não aprendeu com punições decorrentes do esquema do mensalão	Sugere que o PT não apenas não aprendeu com a prisão de Delúbio Soares no mensalão, mas aprimorou a corrupção, dado o aumento significativo da arrecadação de doações eleitorais.
19/4/2015	Sem passo atrás	TCU conclui que governo Dilma descumpriu a Lei de	Comemora a “vitalidade das instituições de Estado” pela

		Responsabilidade Fiscal; se prevalecer essa decisão, gestores devem ser punidos	decisão do TCU de apontar o descumprimento da LRF em manobras para melhorar artificialmente as contas, adiando repasses para bancos públicos e fazendo com que eles arcassem com despesas próprias, constituindo-se empréstimos, o que caracterizariam pedaladas fiscais. Afirma que, se o TCU indicar a rejeição das contas pelo Congresso, Dilma pode sofrer processo de impeachment. Elogia a LRF.
26/4/2015	Falta pedir desculpas	Balanço da Petrobras registra prejuízo bilionário provocado por anos de inépcia e corrupção; Lula e Dilma ainda devem explicações	Responsabiliza a corrupção por parte da situação financeira desastrosa da Petrobras. Parabeniza o novo presidente da Petrobras pelo pedido de desculpas e cobra que Lula e Dilma façam o mesmo.
28/4/2015	A fundo perdido	Partidos políticos recebem enormes somas de dinheiro, mas Justiça não fiscaliza o uso desses recursos com o rigor que seria necessário	Critica o crescimento do fundo partidário e seu mal uso. Cobra do TSE a reprovação de contas com irregularidades.
29/4/2015	Reação aconselhada	-	Elogia a abertura de consulta pública para o estabelecimento de novas regras de funcionamento do Carf, em evidência com a Operação Zelotes. Afirma que o governo só tem interesse em melhorar esse sistema porque são desvios que ocorreram antes do dinheiro entrar nos cofres públicos (e, fica subentendido, não poderiam ser roubados).
2/5/2014	Ruptura anunciada	Marta Suplicy desliga-se do PT em momento de agudo descrédito de todo o sistema partidário; caso pode gerar nova interferência	Considera que o momento vivido pelo PT é de tamanho descrédito que houve mais comemorações pelo afastamento da senadora do que questionamentos acerca de seus interesses por trás do movimento.
7/5/2015	Nunca antes na história	Panelaço durante o programa do PT mostra o quanto a sigla se	Afirma que o desgaste na imagem do partido se deve fundamentalmente ao

		desgastou; partido tentou proteger Dilma e terminou por expor Lula	envolvimento do partido com escândalos de corrupção e o fim de sua imagem de arauto da moralidade política.
13/5/2015	Meta anticorrupção	Pelo segundo ano seguido, tribunais têm desempenho mais lento que o esperado ao julgar casos de desvio de recursos públicos	Critica o fato de que julgamentos envolvendo crimes de corrupção com menor repercussão midiática costumam ser julgados com mais lentidão. Afirma que colocar esses processos em dia não desafogara o Judiciário, mas terá efeito moralizador.
15/5/2015	Mais um passo	Delação premiada de empresário apontado como chefe de cartel de empresas promete novos avanços nas investigações da Lava Jato	Defende o instituto da delação premiada e afirma que ela permite a criação de um ciclo virtuoso em que, quanto mais se investiga e pune, mais fácil ficar investigar e punir escândalos futuros.
26/5/2015	O PT se esvazia	Fruto de seus próprios desvios, partido enfrenta ameaça de defecções entre políticos paulistas e abandono da militância	Afirma que políticos petistas começam a migrar para outros partidos por medo de que o antipetismo dificulte suas eleições nos próximos pleitos. Também considera que o PT tem perdido militantes por causa dos escândalos de corrupção que fizeram com que o partido entrasse em contradição com suas bandeiras históricas.
27/5/2015	Dilema existencial	Deputados e saneadores do PT oscilam entre satisfação que devem a seus eleitores e o compromisso com a retomada econômica do país	Coloca os recentes escândalos de corrupção como um dos fatores para tornar os ajustes econômicos menos palatáveis.
6/6/2015	Passos lentos	Depois de anos, chamado mensalão tucano conhece pequeno avanço processual; atraso registrado até hoje já ultrapassa o tolerável	Condena o atraso do julgamento e destaca o risco de prescrições. Faz referência ao mensalão petista.
15/6/2015	Legado de dívidas	-	Critica os déficits nas construções e reformas de estádios para a Copa e o fato de Lula ter defendido a proposta de 12 cidades sedes. Sugere que o recente escândalo de corrupção na

			Fifa apenas lança mais suspeitas sobre a lisura desse processo – interessante que não se afirma quais são as suspeitas, ainda que sejam de corrupção; a questão está implicitamente colocada como dada.
18/6/2015	Dilma e o faz de conta	Ao cobrar explicações da presidente, TCU mostra o quanto as instituições ainda podem fazer para zelar pelo dinheiro público	Critica Dilma e afirma que ela descumpriu a LRF.
19/6/2015	Confronto na CPI	A manutenção de versões conflitantes no escândalo da Petrobrás só interessa a quem quer tumultuar o futuro julgamento do caso	Critica as tentativas de Lula interferir na CPI da Petrobrás. Afirma que o governo e o petismo vêm sofrendo revezes, como com a convocação de Paulo Okamoto (lança suspeitas sobre ele e lembra que é ligado às finanças pessoais de Lula).
23/6/2015	No volume morto	Enquanto Datafolha mostra recorde negativo de Dilma e perda de capital eleitoral de Lula, ex-presidente escancara críticas ao governo federal	Destaca que Dilma tem popularidade próxima a de Collor às vésperas do impeachment. Aponta tensão entre Lula e Dilma e críticas do ex-presidente ao excesso de “más notícias” da gestão petista (incluindo-se a corrupção).
28/6/2015	Novo desalento	Ausência de plano de longo prazo, isolamento político de Dilma e irresponsabilidade do Congresso ajudam a piorar quadro econômico	Elenca a corrupção como um dos fatores para o enfraquecimento de Dilma, dificultando levar a cabo sua agenda econômica.
1º/7/2015	Lógica torturada	Ao dizer que não respeita delator, Dilma demonstra incoerência, mistura ditadura com democracia e ataca mecanismo processual	Afirma que, caso o delator tenha mentido e Dilma não tenha se envolvido com corrupção na Petrobrás, ela pode ficar tranquila, pois não será condenada.
7/7/2015	Compasso de espera	Sem defender abertamente o impeachment, principais lideranças tucanas mantêm um mínimo de equilíbrio na convenção do PSDB	Comentando as possibilidades de impeachment, afirma que as denúncias da Operação Lava Jato ainda carecem de provas, mas afirma que as pedaladas fiscais ainda serão julgadas pelo TCU e, posteriormente, encaminhadas para o Congresso.

8/7/2015	Dilma reage	Presidente contesta críticas em entrevista; embora sua situação jurídica e política seja muito difícil, faltam as condições para afastamento	Afirma que um impeachment só é possível se for verificado crime de responsabilidade e falta de condições mínimas para governar. Elenca fatores que demonstrariam a abundância do fator político e aponta a iminência de que o fator jurídico também se materialize. Encerra dizendo que impeachment é uma solução traumática e que precisa ser evitada “enquanto houver alternativa”.
11/7/2015	Doação ou propina	Alegação de que contribuição eleitoral se deu de modo legal não impede que sua origem seja ilícita; investigação precisa avançar nessa frente	Afirma que o argumento da doação de campanha legal é utilizado por políticos de todos os partidos. Cobra celeridade para que se investiguem essas suspeitas no âmbito da Operação Lava Jato.
16/7/2015	Ação e reação	Críticas de Color e Renan a operação da PF, ao que tudo indica, não têm fundamento; numa república, ninguém está acima da lei	Considera que as buscas e apreensões representam apenas o combate à corrupção dentro de plenas garantias processuais.
19/7/2015	Em causa própria	Acusado por delator, Eduardo Cunha rompe com o governo Dilma, desfere bravatas e aposta no caos institucional como forma de defesa	Considera improvável a afirmação de Cunha de que o governo estivesse manobrando a Operação Lava Jato para atingi-lo. Afirma que Cunha desconhece os princípios da imparcialidade e da impessoalidade.
23/7/2014	Questão de prioridade	Renan cogita manobra para atrapalhar trabalhos do MPF; políticos que não são alvo de investigações não podem aceitar a instrumentalização	Considera que Calheiros vá atrasar a sabatina (e, conseqüentemente, a nomeação) do próximo Procurador Geral da República como estratégia para atrasar os trabalhos da Operação Lava Jato, tendo em vista que o senador consta na lista de investigados.
24/7/2015	Para onde vamos?	Dilma precisa decidir-se sobre o rumo a seguir e agir resolutamente, sem dar espaço aos sabotadores que se abrigam em seu governo	Afirma que o ajuste econômico tem sido atrapalhado por sabotadores e que Dilma precisa ser firme e afastá-los do governo quando for o caso, mas não explica como ela poderia afastar os

			presidentes da Câmara e do Senado (arrolados como sabotadores). Defende reformas, como a da Previdência.
25/7/2015	Luzes sobre o TCU	Tribunal de Contas, órgão auxiliar do Congresso, precisa manter equilíbrio técnico e evitar julgamento político do governo Dilma	Afirma que parlamentares têm a expectativa de utilizar a reprovação das contas por “pedaladas fiscais” para avançar um processo de impeachment contra Dilma. Cobra um julgamento técnico e que resistam às pressões.
28/7/2015	As bases de Cunha	Em seis meses, renovadas acusações de corrupção fazem diminuir de a forma expressiva o apoio que o presidente da Câmara recebe	Afirma que Cunha recebeu tanto apoio dos deputados porque era visto como alguém capaz de atingir o Executivo, embora esse apoio esteja diminuindo agora que a Operação Lava Jato avança sobre ele.
29/7/2015	Quanto pior, pior	Mudança de perspectiva da nota de crédito do país aumenta importância de consenso político capaz de reerguer economia nacional	Afirma que a queda da nota do Brasil se deu por causa das instabilidades entre Executivo e Legislativo, pela Operação Lava Jato e pelo “comportamento pernicioso do Congresso”. Considera que Dilma é incapaz de mobilizar o Congresso em prol de sua agenda e critica a oposição do “quanto pior, melhor”.
31/7/2015	A outra ponta	Com novas revelações da Lava Jato, abre-se mais uma frente de investigação; falta que os políticos se expliquem às autoridades	Comenta a nova fase da Lava Jato que avançou sobre o setor elétrico, investigando contratos na usina Angra 3 e que levou a prisão do almirante da reserva Othon Luiz Pinheiro da Silva. Cita outras obras. Afirma que a investigação parece mais ter fronteiras claras, tamanha a escala da corrupção.
1º/8/2015	Hora cinzenta	Dilma recorre a governadores para evitar que Congresso eleve ainda mais gasto público, mas nada garante que estratégia funcionará	Afirma que os parlamentares têm “batido recordes de impostura e patifaria no trato das contas públicas”.
3/8/2015	Papéis trocados	No mundo de Eduardo Cunha, CPI que investiga escândalo da Petrobras procura defender	Critica Cunha e o PMDB por instrumentalizar a CPI da Petrobrás para “abafar e

		suspeitos e tenta atacar acusadores	desmoralizar a investigação” em proveito próprio.
4/8/2015	Dirceu, de novo	Encarceramento do ex-ministro da Casa Civil era esperado, mas ainda assim provocou súbitas mudanças no panorama político	Considera que o escândalo de corrupção se desloca para o PT com a 17ª fase da Operação Lava Jato e a prisão de José Dirceu, o que concederia “alívio momentâneo” ao PMDB. Cobra que, em se tratando de corrupção, a justiça seja “implacável com todos os partidos”.
6/8/2015	Desconcerto	Deputados oposicionistas e até governistas se prestam ao papel de coadjuvantes do presidente da Câmara nas ameaças contra o Planalto	Critica Cunha por estar operando um movimento de desestabilização do governo federal, com pautas bombas, uso de CPIs e ameaças de impeachment, para proveito próprio. Se surpreende que tantos no Congresso estejam dispostos a apoiar Cunha.
7/8/2015	Poço sem fundo	Crise política se agrava com inauditos índices de rejeição a Dilma e siglas abandonando a base; PT parece alheio a essa realidade	Aponta que Dilma tem a menor rejeição da série histórica. Sugere que Temer possa estar se apresentando como substituto adequado à Dilma.
8/8/2015	Vácuo de legitimidade	Impera o caos em Brasília, com Dilma e o PT a persistir nos erros, o Congresso em tumulto e tucanos a acreditar na miragem da nova eleição	Pinta um quadro onde a crise política e econômica fugiu completamente ao controle de Dilma. Critica o PSDB por desejar nova eleição, o que seria apenas um atalho para a chegada ao poder.
9/8/2015	Passado à vista	Crise econômica se agrava; lideranças do país precisam chegar a um consenso em torno de agenda capaz de evitar grandes turbulências	Afirma que a crise econômica e a crise política estão se impulsionando mutuamente e aponta para uma iminente recessão.
10/8/2015	Janot se fortalece	Procurador-geral obtém expressivo apoio dos colegas em eleição interna; espera-se que o Senado não tarde em aprovar sua recondução	Retoma a hipótese de que Calheiros desejaria retardar a recondução de Janot, embora apresente argumentos que indicam não considerar que isso seja de seu interesse. Pessoaliza a Operação Lava Jato na figura de Janot, apresentado como peça central.
16/8/2015	De Itamar a Dilma	Sem temer a perda de uma popularidade já esvaída, a presidente tem a última	Afirma que há uma “percepção de que a corrupção grassou como nunca na administração

		chance de abraçar reformas inadiáveis para o país	do PT". Considera que o clima de calma pode mudar a qualquer momento no Planalto por causa da Operação Lava Jato. Afirma que não estão atendidos os requisitos para um impeachment.
17/8/2015	Ainda nas cordas	Apesar de mudanças recentes no comportamento de políticos e empresários, Dilma continua pressionada pelos protestos nas ruas	Destaca que os protestos eram, entre outras coisas, contra a corrupção. Considera que não foram tão fortes a ponto de "nocautearem" a presidenta, mas a mantém nas cordas.
19/8/2015	Em busca da unidade	Apesar de discurso mais incisivo da oposição após protestos de domingo, a crise política prossegue em compasso de espera	Comentando a eventualidade de um afastamento de Dilma (por renúncia ou por impeachment), questiona se os manifestantes anticorrupção estariam dispostas a dar um voto de confiança ao PMDB.
21/8/2015	A consciência de Cunha	Presidente da Câmara pretende manter cargo mesmo com denúncia no STF; caso se torne réu, situação será insustentável	Comentando a denúncia de corrupção e lavagem de dinheiro contra Cunha pela PGR, afirma que, se recepcionada pelo STF, torna a presença de Cunha na presidência da Câmara insustentável.
22/8/2015	Os dois lados da crise	Manifestações contra o impeachment de Dilma Rousseff terminam por comprovar o isolamento político da presidente	Considera que Dilma está isolado "dos dois lados", tendo em vista que mesmo em manifestação em seu apoio se ouviu severas críticas à sua guinada na política econômica.
25/8/2015	Sem bananas	A rigor, lei que define crimes de responsabilidade permite impeachment por quase qualquer motivo, mas não se deve banalizar o instituto	Embora considere que são amplos os motivos que poderiam produzir o impeachment, afirma que apenas sendo eles muito sólidos essa deveria ser uma alternativa pensada, sob pena de produzir instabilidades e manchar a imagem do Brasil.
26/8/2015	Desforra de Pessimildo	Dilma Rousseff reconhece que errou diante da crise econômica no ano passado, mas atenua o mea-culpa com um enredo pouco crível	Critica as falas de Dilma, embora elogie o fato dela acenar para o apoio a reformas (como a da Previdência), o que poderia a reconectar com as ruas.

27/8/2015	De todos os lados	Turbulências e iniciativas contraditórias conferem imprevisibilidade ao clima político; instituições, pelo menos, têm atuação sólida	Invoca eventos das últimas 24 horas, como a denúncia de que recursos da Petrobras foram desviados para a campanha de Dilma e a aproximação da Lava Jato do círculo dilmista (Gleise Hoffmann), para pontuar que a situação política brasileira entrou em um ponto de imprevisibilidade.
31/8/2015	Em busca de provas	STF confirma validade de depoimentos de doleiro e reafirma importância da delação premiada como instrumento de investigação	Defende o instituto da delação premiada como forma de combate ao crime e considera que a sociedade brasileira vai, com o tempo, aprender a compreender seu funcionamento.
7/9/2015	De olho no Carf	-	Operação Zelotes. Afirma que a operação tem produzido menos alarido do que a Operação Lava Jato, porque a segunda se dá em maior ritmo e envolve políticos. Considera que pelas elevadas somas, as operações deveriam receber tratamento igualitário. Recomenda que a Operação Zelotes aprenda com a celeridade da Operação Lava Jato.
8/9/2015	O PT pelo avesso	Mesmo que nada esteja provado contra Lula, boneco Pixuleko sintetiza a ojeriza que seu partido desperta em fatias crescentes da sociedade	Compara o uso da venda de réplicas do boneco com o começo da história petista, quando militantes compravam adesivos e bandeiras para financiar a atividade partidária. Considera que a imagem do PT está cada vez mais associada à corrupção.
28/9/2015	Asas de um tucano	-	Ironiza as frequentes viagens, em aviões oficiais, de Aécio Neves ao Rio de Janeiro enquanto governador de Minas.
30/9/2015	Lava Jato no plural	Fatiamento da operação é defensável, mas deve ser conduzido com cuidado para que o mero formalismo não comprometa as apurações	Considera não ser exagero classificar a operação como “maior investigação de corrupção da história do país”. Considera acertado o fatiamento da operação, mas lança dúvidas sobre suas consequências.

2/10/2015	Conexão suíça	Descoberta de contas de Eduardo Cunha no exterior torna mais problemática sua permanência no comando da Câmara dos Deputados	Considera que o avanço das investigações dificulta a presunção de inocência e Cunha. Afirma que ele deve renunciar caso seja aberto contra ele processo penal no STF, mas considera que a imagem do Legislativo se contamina.
4/10/2015	Cerco à pedalada	Sob risco no TCU, Dilma edita com atraso medida para coibir manobra que mascarou a expansão do gasto público em 2014	Considera iminente a reprovação das contas de 2014 pelo TCU por pedaladas fiscais, que classifica como crime previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.
5/10/2015	Ladeira abaixo	Erros de Dilma e corrupção derrubam Brasil em ranking de competitividade, mas deficiências notadas no país são mais amplas e enraizadas	Responsabiliza a corrupção por parte da queda desses rankings.
6/10/2015	Manobra protelatória	Governo Dilma tenta adiar o exame das contas de 2014 pelo TCU, o que não deve impedir uma inédita e merecida derrota no tribunal	Para contrapor o argumento do governo de que pedaladas já eram cometidas antes, compara os valores (média de R\$ 300 milhões entre 1999 e 2010 e R\$ 3,6 bilhões em 2013 e R\$ 3 bilhões em 2014). Pondera que, se é inevitável a condenação pelo TCU, não é o impeachment, porque há dúvidas de que mesmo infrações graves ao Orçamento justifiquem impeachments.
8/10/2015	Acossada	Derrotas sofridas pelo governo federal no TSE e no TCU evidenciam a extensão da fragilidade política da presidente Dilma Rousseff	Considera que a pressão das ruas começa a fluir para os tribunais. Reafirma ser discutível que a reprovação de contas configure motivo jurídico para o impeachment. Considera mais grave a possibilidade de impugnação da chapa pelo TSE, o que poderia se materializar com o avanço das investigações da Lava Jato (doações de empresas ligadas ao esquema da Petrobras).
9/10/2015	Terra arrasada	Embora louvável, rejeição das contas pelo TCU só ocorreu após desastre que	Considera que enquanto as contas públicas iam bem, o TCU fez vista grossa

		derrubou a economia do país e o apoio político ao governo	(incluindo-se governos anteriores). Cobra aperfeiçoamentos legais.
13/10/2015	Sem condições	Acúmulo de evidências sobre participação de Cunha em irregularidades torna inviável sua permanência no comando da Câmara	Arrola os indícios de culpa de Cunha e considera que a situação se tornou insustentável. Afirma que ele não tem mais legitimidade para decidir sobre um processo de impeachment, representar a Câmara e se situar na segunda posição da linha de sucessão.
15/10/2015	A voz do STF	Supremo cumpre importante papel ao procurar garantir que não pairam dúvidas sobre legalidade de eventual processo de impeachment	Comemora que o STF tenha barrado tentativa de realizar ritos não previstos em lei para o processo de impeachment (abrindo o processo através do plenário). Considera ser um processo muito traumático e, por isso, não deve haver dúvidas sobre a sua validade jurídica.
17/10/2015	Blindagens à vista	Num ambiente de corrupção generalizada, conduzem-se obscenas negociações para proteger quem se sente ameaçado pela Lava Jato	Critica duramente Cunha e faz menção negativa à hipocrisia da oposição. Destaca que a Operação Lava Jato se aproxima de Lula e comenta possível caminho de blindagem com sua nomeação a um ministério.
20/10/2015	Prevenir, não antecipar	-	Faz crítica ao número elevado de réus mantidos em prisão preventiva na Lava Jato e considera este um problema generalizado do Brasil.
21/10/2015	Com “i” de infância	CPI da Petrobras na Câmara é a terceira a caminho de nada; relator do PT propõe isentar Eduardo Cunha e outros políticos da Lava Jato	Crítica a ausência de políticos no relatório final da CPI, que estaria “criticando o mensageiro” ao atacar delatores.
23/10/2015	Disputa inglória	Na batalha do impeachment, forças do governo e da oposição se igualam ao preservar Cunha em nome do mais elevado oportunismo	Critica membros de movimentos pró-impeachment de entregarem pedido a Cunha ignorando o fato de que ele é suspeito de corrupção. Aponta a possibilidade de um acordo onde Cunha seria blindado na Conselho de Ética e barraria pedidos de impeachment.

30/10/2015	O cerco se fecha	Suspeitas de corrupção e investigações chegam mais perto do ex-presidente Lula, que aos poucos perde o manto de intangibilidade	Considera que o cerco está se fechando ao redor de Lula com o avanço da Operação Lava Jato e que o ex-presidente perde a aura de intangibilidade que ele manteria desde o mensalão.
4/11/2015	Duplo desgaste	Índice de popularidade de Haddad mostra que inação em áreas cruciais e sua associação com o PT cobram alto preço eleitoral	Considera que a sua proximidade com Lula é um dos fatores para sua baixa popularidade, ao atrair o “repúdio que se volta contra um apodrecido sistema de poder”.
4/11/2015	História sem fim	-	Critica a lentidão com que o mensalão tucano se move. Faz referência ao mensalão petista. Aponta para os riscos de prescrição (algumas já aconteceram).
6/11/2015	Petrobras capturada	Para além dos desvios bilionários, prevalência de interesses corporativistas diversos reforça urgência de modernizar a estatal	Responsabiliza funcionários e diretores, além dos escândalos de corrupção, por produzirem a situação atual da empresa ao defender seus interesses.
8/11/2015	O dito e o não dito	A ser examinado pelo Conselho de Ética, caso de Eduardo Cunha renova truques comuns há pelo menos quatro séculos	Critica os argumentos utilizados por Cunha para negar que as contas na Suíça eram suas.
11/11/2015	Carga política	Nova greve de caminhoneiros bloqueia estradas e inferniza a vida dos cidadãos, na tentativa de angariar apoio por causa do impeachment	Critica duramente a greve dos caminhoneiros, tanto na forma como está acontecendo quanto em seus objetivos (pouco claros e que defendem o impeachment de Dilma).
13/11/2015	Aula de cinismo	Cartilha do PT insiste em fazer do partido uma vítima de conspirações, versão fantasiosa acolhida por cada vez menos gente	Critica material do partido para a militância por classificar o PT como vítima de uma conspiração. Considera o PT o grande responsável pela corrupção na Petrobras. Encerra dizendo que o partido “se apoderou de um Estado a que destrói com voracidade, cinismo e prepotência”.
14/11/2015	Triplo sequestro	Rompendo tardiamente com Eduardo Cunha, o PSDB esboça uma correção de rumos, de olho nas movimentações do PMDB	Critica aquele que seria o “maior partido de oposição” pelo seu afastamento tardio de Cunha. Afirma que o partido defendeu a ética apoiando alguém com contas

			suspeitas no interior, que seguiu a fórmula do “quanto pior, melhor” para atacar o PT e que negou a política de FHC ao se opor à Levy.
17/11/2015	Só à luz do dia	STF suspende mecanismo que permitia as chamadas doações ocultas, regra que o Congresso aprovou na contramão da democracia	Pondera que a decisão não colocará fim no caixa dois, mas que tornará a prática mais difícil.
19/11/2015	Por um triz	Ao menos por enquanto, governo federal conseguiu esfriar a crise política e desarmar a irresponsável pauta-bomba do Congresso	Considera que as denúncias de corrupção sobre Cunha enfraqueceram o presidente da Câmara, o que contribuiu para a acalmaria momentânea.
24/11/2015	O lento trem do PSDB	-	Critica a morosidade com as investigações no escândalo dos trens em SP e afirma que ela reforça o argumento daqueles que consideram que a Justiça é mais dura quando o PT está envolvido.
27/11/2015	Mais um passo	Prisão do senador Delcídio do Amaral atesta que, no Brasil de hoje, ninguém está automaticamente salvo de ser punido pela Justiça	Sustenta a ideia de que a prisão do senador petista rompe com a imagem de um país de poderosos e ricos saem impunes. Afirma que houve uma “exegese sofisticada” para permitir sua prisão, que uma alternativa teria sido inaceitável e que as garantias individuais devem prevalecer [todo o argumento parece construído em flagrante contradição].
28/11/2015	Crise sem fim	Capítulos da Operação Lava Jato nesta semana prolongam paralisa do governo federal e ampliam fontes de turbulência política	Afirma que foi criado em torno do PT um “sistema de corrupção e desgoverno”. Comenta que a Operação Lava Jato se aproxima de Lula (pelas denúncias de dinheiro entregue a sua nora) e de Dilma (pelo acordo de delação premiada de Cerveró, ex-diretor da Petrobrás no contexto da compra da refinaria de Pasadena). Considera que as delações em sequência tornam a Operação em uma crise sem fim para o governo.

30/11/2015	Palco iluminado	-	Começa criticando o relatório final da CPI que investigava o esquema de corrupção no Carf, da Operação Zelotes, e desenvolve a argumentação afirmando, com exemplos recentes, como as CPIs perderam a força que tinham nos anos 1990.
1º/12/2015	Desalento esperança	Em pesquisa Datafolha, corrupção surge como principal problema do país, o que deve impulsionar mudança de atitude	Pondera que é difícil saber se a corrupção aumentou ou diminuiu, já que é um crime que permanece oculto se cometido com sucesso, mas nunca houveram tantos escândalos. Considera que o crescimento da aversão à corrupção é um fato de maturidade democrática. Enaltece o apoio da população ao combate à corrupção pelo Judiciário e cita Sérgio Moro.
3/12/2015	O vício contra o vício	Processo de impeachment se abre em meio à chantagem e às suspeitas em torno de Cunha, mas desfecho do caso poderá tirar país da paralisia	Afirma que o processo só foi aberto pela negativa do PT em apoiar Cunha no Conselho de Ética da Câmara. Comenta a contradição de um corrupto liderar um processo contra um partido corrompido. Encerra com uma expectativa aparentemente otimista sobre o impeachment.
4/12/2015	Forma, não conteúdo	Deputados governistas buscam STF para tentar barrar o impeachment; tribunal precisa se abster de analisar questões de mérito	Comentando as ações judiciais que começam a se desenrolar para barrar o impeachment, considera que sejam naturais, mas cobra que o STF apenas julgue a forma do julgamento e não o seu mérito, o que caberia exclusivamente ao Congresso. Conclui por afirmar que o impeachment é um processo essencialmente político, o que contraria a forma como vinha sendo apresentado nos editoriais anteriores (há um deslocamento para o político do que antes era um processo político e jurídico).
6/12/2015	Jogos contra o crime	-	Defende a ideia de que se crie um sistema de recompensas para quem denuncie crimes

			contra os cofres públicos. Afirma que a complexidade dos atuais esquemas criminosos não permite que se chegue aos líderes sem instrumentos como esse e a delação premiada.
7/12/2015	Sem recesso	Cálculos menores dão o tom nas discussões sobre o impeachment, mas o cronograma não pode se sujeitar a essas conveniências	Comenta as disputas entre Dilma e Cunha e entre Dilma e Temer. Acha natural que todos os atores estejam atentos aos humores da opinião pública. Considera inaceitável que o recesso seja utilizado para que a crise econômica se amplie e cobra que o processo de impeachment seja desenvolvido o quanto antes.
9/12/2015	Carta infeliz	Exposição de queixas pessoais deixa Michel Temer apequenado na atual crise, mas reanima os peemedebistas descontentes	Critica duramente a carta de Temer, inclusive em seu conteúdo, e considera que o vice-presidente se apequena em um momento em que deveria se apresentar como articulador capaz na crise.
9/12/2015	Perigos na Lava Jato	-	Critica o excesso de prisões preventivas e afirma que o Judiciário esteja incorrendo em hipercorreção.
10/12/2015	Prudência suprema	Decisão de ministro do STF suspende processo de impeachment até que a corte decida quais procedimentos devem ser observados	Elogia a prudência do Supremo em suspender o processo de impeachment até que seu rito seja bem definido, evitando anulações posteriores. Considera isso razoável tendo em vista a gravidade do desfecho e o fato de quem preside o processo ser Cunha.
13/12/2015	Já chega	[é um 3º editorial, de capa]	Considera a presença de Cunha insustentável, não apenas pelas enormes suspeitas de corrupção, mas por submeter um processo de impeachment como “achaque em benefício próprio”, reduzindo o impeachment a uma disputa pessoal contra Dilma. Considera imperativo que ele se afaste para que o processo tenha “a necessária limpidez”, independente de seu desfecho.

15/12/2015	Sem empolgação	Baixa adesão em protestos contra Dilma realizados no domingo deve diminuir ritmo do processo de impeachment na Câmara	Considera que, além do pouco tempo de preparação, contribuíram para a baixa adesão dos protestos o fato de que quem lidera o processo de impeachment ser Cunha e de que o substituto de Dilma ser Temer.
16/12/2015	O papel de cada um	Por omissão do Legislativo, STF precisa decidir quais ritos dever ser seguidos no processo de afastamento da presidente Dilma Rousseff	Elogia o fato do STF estar preocupado em estabelecer adequadamente os ritos do processos e critica o Congresso, poder competente, para fazê-lo.
18/12/2015	Jogo de comparações	Atos favoráveis e contrários ao impeachment da presidente Dilma se alternam, mostrando a complexidade da crise	Faz algumas críticas aos protestos em defesa da presidenta, embora avalie que fazem parte da democracia. Afirma que não se formou ainda a quase unanimidade que antecedeu o impeachment de Collor, considerando que a atual crise política é de outra natureza e será mais longa [de fato].
20/12/2015	Rito organizado	Ao fixar regras equilibradas e transparentes para o processo de impeachment, STF dá maior legitimidade às decisões parlamentares	Elogia a forma como o rito foi estabelecido pelo STF, inclusive pela sua transparência.
22/12/2015	Recesso de resultados	Oposição a Dilma opta por prolongar uma crise dolorosa para facilitar o impeachment; Congresso mais uma vez dá as costas ao interesse do país	Faz duras críticas ao Congresso, mas sobretudo à oposição, pela opção de saírem em recesso de seis semanas em meio a um processo de impeachment.
24/12/2015	Luz nos bastidores	Cunha procura Lewandowski para discutir impeachment; presidente do STF dá transparência ao encontro e garante ordem institucional	Considera que Cunha se manterá na defesa de seus interesses, mas apresenta a esperança de que o Supremo seja o bastião da ordem institucional.

2016

Data	Título	Subtítulo	Análise inicial
6/1/2016	Do doce para o azedo	Ao afirmar que o PT se labuzou, Jaques Wagner ocasiona birras no partido e mostra o quanto parte da sigla insiste na belicosidade	Crítica afirmação que teria sugerido que o “assalto ao dinheiro público” foi feito a contragosto pelo PT.

13/1/2016	Acerto geral	Com mais delações, cresce cada dia o número de envolvidos no escândalo da Petrobras, comprometendo quase todo o sistema político	Afirma que a Lava Jato demonstra como a corrupção não tem limites no Brasil. Cita delações contra Jaques Wagner, Calheiros, Lula, Collor, Aécio e membros do governo FHC. Não nega que o escândalo tenha começado nos governos tucanos, mas afirma que o PT amplificou a exploração com a “voracidade do neófito”. Comenta as implicações de Lula por Cerveró. Afirma que o sistema político brasileiro está em “estado de falência ética generalizado”.
15/1/2016	Ladeira abaixo	Queda do preço do petróleo e alta do dólar agravam dificuldades da Petrobras, que precisa passar por mudanças profundas	Sugere a venda da BR Distribuidora, tendo em vista que ela seria “marcada pelo apadrinhamento político e pela corrupção”.
27/1/2016	Há lobbies e lobbies	Relações obscuras desveladas pela Operação Zelotes, da PF, evidenciam que é urgente regulamentar a atividade de grupos de pressão no país	Defende que a regulamentação permitiria delimitar de forma mais precisa o que é pressão legítima, tráfico de influência ou corrupção.
30/1/2016	Mimos incômodos	Obras da OAS e da Odebrecht em imóveis que beneficiariam Lula indicam relações para além dos limites impostos pela ética	Comenta a denúncia de reformas no apartamento do Guarujá e no sítio em Atibaia. Considera que o estado da corrupção sistêmica pode fazer com que vissem as obras como meros mimos e ações de relações públicas com o Executivo.
4/2/2016	A merenda, de novo	Venda de comida para escolas de SP é novamente envolvida em suspeitas de corrupção; investigação atinge figuras do governo Geraldo Alckmin	Considera que as suspeitas de corrupção podem gerar um problema para Alckmin em 2018 no seu próprio quintal.
17/2/2016	Tática ‘fubanga’	Sem convicção, PT recorre a evasivas para abordar as dificuldades de Lula, no plano ético, e as de Dilma, na política econômica	Critica a forma como PT tem respondido às acusações contra Lula e à política econômica de Dilma.
19/2/2016	Guerra de trincheiras	Com vitória apertada na eleição do líder do PMDB na Câmara, Dilma ganha	Afirma a generalização dos escândalos de corrupção pela política nacional.

		algum alento em meio ao desgaste geral das forças políticas	
20/2/2016	Folha, 95	Jornalismo crítico, pluralista e apartidário nunca foi tão justificado, em meio à grave crise e às incertezas no próprio meio da imprensa	Afirma que o Brasil vive um dos maiores escândalos de corrupção da história e que, em momentos de profunda crise como o que o país vive, é ainda mais necessário um jornalismo como o da Folha. Se coloca acima da polarização.
21/2/2016	Paradoxo penal	Nova posição do STF sobre prisões tem o objetivo meritório de combater a impunidade, mas abala a segurança jurídica do país	Afirma que a proibição de prisão em segunda instância beneficia sobretudo os crimes de corrupção, mas defende que a alteração, em nome da segurança jurídica, seja feita através do Legislativo.
24/2/2016	A alma do negócio	Ainda insuficiente para definir ação contra Dilma na Justiça Eleitoral, prisão de seu marqueteiro agrava corrosão da imagem petista	Enfatiza o vínculo de Santana com os governos petistas, pondera que ainda não há fato que ligue as suspeitas sobre o marqueteiro à Dilma, mas sugere corrupção.
25/2/2016	O bolso e o coração	Casos amorosos de políticos têm relevância quando afetam a impessoalidade da administração pública e o dinheiro dos contribuintes	Comenta suspeitas de ilícitos envolvendo relacionamentos de Calheiros e FHC.
27/2/2016	Salve-se quem puder	Em meio à crise econômica, a ajustes impopulares e ao próprio descrédito, PT busca inutilmente se dissociar do governo Dilma Rousseff	Afirma que o PT tem pouco a comemorar no seu 36º aniversário, tendo em vista os escândalos de corrupção que está mergulhado.
1º/3/2016	Padrinho às avessas	Preocupado com seus próprios problemas, Lula se afasta ainda mais de Dilma e procura se desligar do governo que ajudou a eleger	Afirma que Lula concluiu seu mandato sendo considerado o melhor presidente da história por 71% dos brasileiros, mas que hoje isso mudou. Considera que ele não se preocupa e não pode defender Dilma, porque recaem suspeitas sobre si na Lava Jato.
2/3/2016	Pressão e demissão	Expectativas lulistas de impunidade se desmascaram com troca no Ministério da Justiça,	Sugere que o pedido de demissão de Cardozo do Ministério da Justiça é prova do cinismo petista, que gostaria de controlar a PF e

		órgão ao qual a Polícia Federal se subordina	uma operação que se tornou “pesadelo para petistas e aliados”.
4/3/2016	Isolada e à deriva	Delação de Delcídio ainda precisa ser corroborada, mas, dada sua estreita conexão com o governo, já provoca efeitos devastadores	Afirma que a delação do ex-líder do governo no Senado implica diretamente Lula e Dilma. Considera este o pior momento do governo em seu segundo mandato. Afirma que o Cunha perdeu o foco e que as atenções estão voltadas para o afastamento de Dilma.
5/3/2016	Vitimização	Lava Jato fecha o cerco em torno de Lula, mas aparato policial utilizado teve como efeito indesejável acirramento de ânimos	Comenta a condução coercitiva de Lula. Afirma que ela reiterou o peso das suspeitas. Aponta que houve quem criticasse o recurso da condução coercitiva, mas não se posiciona negativamente sobre a medida. Critica os argumentos da defesa de Lula e do petismo de perseguição.
6/3/2016	Está no preço	País vive recessão exacerbada pela impotência do governo, o que leva os mercados a celebrar o enfraquecimento de Dilma Rousseff e Lula	Apresenta o mercado como um agente desinteressado e desprovido de juízos morais, apenas preocupado em “converter informações disponíveis em preços que orientem as decisões de investidores, empresários e consumidores”. O enfraquecimento do governo, portanto, refletiria dentro da racionalidade do mercado na valorização da moeda brasileira e das ações das companhias nacionais.
8/3/2016	Pressa, sem atropelo	Acontecimentos dos últimos dias voltam a acelerar discussões sobre impeachment, que precisam se resolver quanto antes	Comenta os desdobramentos e aprofundamento da crise. Afirma que a crítica a condução coercitiva é um “exagero retórico”. Comemora a aceleração da crise político, sob o argumento de que o Brasil não pode ficar refém dela.
12/3/2016	Trio de horrores	Com erros diversos, peça da Promotoria paulista contra ex-presidente Lula acumula merecidas críticas de todos os lados	Faz críticas pesadas à peça da promotoria que pedia a prisão de Lula, comentando que a aversão a ela se tornou uma quase unanimidade.

			Ironiza os erros de português e a confusão de Hegel com Engels.
13/3/2016	Liderança aviltada	Dilma deveria resistir às pressões do PT e, quanto antes, apresentar ao Congresso um projeto de reforma da Previdência	Critica a reticência de Dilma em propor uma reforma da previdência e considera que esse é o único caminho para salvar sua biografia. Afirma que o PT teme rachar a base que pode dar sustentação contra o impeachment. Não apresenta argumentos que contradigam essa suposição e, portanto, praticamente pede que Dilma sacrifique seu mandato para a aprovação da reforma.
14/3/2016	Recado cabal	Crise política do governo Dilma Rousseff se agrava com a maior manifestação política de que se tem registro na história do país	Comemora aquela que seria a maior manifestação política da história, em que “um impressionante contingente de brasileiros convergiu às ruas, de forma pacífica, bem-humorada e eloquente, num ato de definitiva rejeição”. Seria a rejeição não apenas de um governo incompetente, mas “fundamentado na mistificação ideológica e nutrido pela corrupção”. Apenas a “cegueira habitual da militância” criticaria a natureza do escândalo.
16/3/2016	Avalanche	Delação do senador Delcídio, agora reconhecida pelo STF, despeja nova carga de acusações contra o governo Dilma, cada vez mais fraco	Afirma que a delação de Delcídio “aumenta de forma considerável o volume já impressionante de provas e indícios colhidos pela Operação Lava Jato. Considera que a oposição vai se livrar de seu conteúdo comprometedor para usá-la contra o governo e sugere que Dilma já não tem mais condições de se defender do processo de impeachment.
17/3/2016	É o fim	Associando-se em manobra cínica para fugir do alcance da lei, Dilma e Lula dão novos motivos para a oposição pedir impeachment	A nomeação de Lula, considerando o vazamento da gravação entre Dilma e Lula, seria “artifício desesperado para manter a corrupção impune, a Justiça

			paralisada e o privilégio intacto”. Faz críticas muito fortes à Dilma por causa do evento e considera que seu governo chega ao fim.
18/3/2016	Protagonismo perigoso	Em meio à crise, a Justiça deve dar o exemplo, mas o juiz Sérgio Moro se deixou levar por um cálculo político incompatível com o cargo	Começa o editorial elogiando Moro, mas depois critica sua fala de que se sentia tocado pelo apoio popular às investigações, lembrando que ele não participa delas. Critica o conteúdo das conversas de Lula em que o juiz levantou o sigilo e o fato de que a conversa de Dilma e Lula aconteceu após ele ter pedido a suspensão das interceptações. Cobra que o Judiciário dê exemplo.
20/3/2016	A comissão e as ruas	Deputados encarregados de votar o relatório do processo de impeachment se reúnem em conjuntura marcada por escândalos e manifestações	Afirma que o cenário mudou agora que a comissão especial foi implementada desde a abertura do impeachment e que as pedaladas fiscais perderam força frente ao “conjunto da obra”. Afirma que o sistema petista sofreu sua derrocada moral e política. Apesar de apontar o crescimento da defesa de Dilma, considera que sua vitória é cada dia mais impossível.
21/3/2016	Tiro pela culatra	Ainda que Dilma pretendesse salvar seu governo ao nomear Lula para a Casa Civil, o mais provável é que o gesto ajude a afundá-lo	Comenta a queda da popularidade de Lula e a maioria de críticos à sua nomeação para a Casa Civil no Datafolha. Faz críticas ao ex-presidente, acusando-o de tentar interferir nas investigações.
23/3/2016	Incidentes perigosos	Polícia e manifestantes têm responsabilidade incontornável na manutenção de clima pacífico na atual conjuntura	Pede calma nos protestos a favor e contra o impeachment e afirma que o clima no Brasil é apaixonado, mas predominantemente pacífico.
25/3/2016	Lista explosiva	Relação de beneficiados pela Odebrecht atinge políticos de todos os matizes, ampliando números de interessados num nefasto acordo	Afirma que a lista da Odebrecht escancara que a corrupção se generalizou em partidos de todas as cores e teme que, a partir dela,

			ocorra um esforço de abafamento da operação.
26/3/2016	Cai a última bandeira	Após décadas de avanços, Brasil volta a concentrar renda, fruto do populismo irresponsável praticado nos últimos anos	Considera que o PT perdeu a bandeira de defensor da moralidade política após o mensalão e que agora cai a última, da busca pela igualdade social.
27/3/2016	Dizer o óbvio	Em desespero para se manter no poder, Dilma apela à fantasiosa ideia de que seu eventual impeachment representaria um golpe	Faz duras críticas à afirmação de Dilma de que está sendo vítima de um golpe. Baseia o argumento no fato de que o impeachment é previsto na Constituição.
29/3/2016	Atração irresistível	Decisão do PMDB de romper com o governo atesta quanto o partido considera provável o impeachment e exercerá forte efeito sobre indecisos	Considera que o PMDB debanda do governo pela certeza de que o impeachment afastará Dilma e que os cargos que sobrarão com sua saída, e que Dilma utilizará para tentar cooptar parlamentares, serão de pouca ajuda.
30/3/2016	Os donos da festa	Rompimento do PMDB com o governo segue tendência da população, mas partido nem por isso pode se imaginar absolvido pela sociedade	Afirma que o PMDB desembarca do governo principalmente para tentar se salvar, mas considera que a população não irá perdoar o fato de que ele fez parte do governo que produziu essa crise e de que conta com figuras como Eduardo Cunha.
1º/4/2016	Liquidação no Planalto	Dilma se curva mais à baixa política, promove saldão de ministérios e transforma palácio em palanque para tentar barrar impeachment	Faz duras críticas a negociação de cargos para barrar o impeachment e afirma que Dilma cede à partidos corruptos.
3/4/2016	Nem Dilma nem Temer	Editorial de capa	Editorial de ruptura. Afirma que Dilma não tem mais condições de governar o país, incluindo a acusação de que seu partido se envolveu no maior escândalo de corrupção da história. Pede que ela renuncie, porque considera que não há base jurídica indiscutível para o impeachment e para poupar o país do trauma desse processo. Cobra renúncia de

			Temer e o afastamento de Cunha.
5/4/2016	Merenda indigesta	-	Comenta avanço na apuração no escândalo da merenda no Estado de São Paulo sob governos tucanos. Lança suspeitas de que o governo esteja ocultando documentos que poderiam servir como provas.
7/4/2016	Eleição constitucional	Nos debates sobre eventual novo pleito para presidente, é preciso separar manobras diversionistas daquilo que a legislação de fato permite	Afirma que é inconstitucional chamar novas eleições gerais, sendo cláusula pétrea a previsão constitucional de eleições periódicas. Defende que Dilma e Temer renunciem para que novas eleições sejam chamadas dentro de 90 dias.
8/4/2016	Crise ininterrupta	Delações de executivos da empreiteira Andrade Gutierrez atingem não só Dilma Rousseff, mas também seu vice, Michel Temer	Considera que as novas delações implicam ainda mais Dilma e Temer, além de outros políticos (como Aécio). Considera que o impeachment de Dilma não resolverá a crise política. Defende novamente a renúncia de Dilma e Temer.
9/4/2016	As surpresas de Cunha	Presidente da Câmara dos Deputados deveria anunciar com antecedência o mecanismo de votação do impeachment no plenário	Crítica Cunha na condução do impeachment e condena o fato de que o Presidente da Câmara pretende decidir as dinâmicas da votação do impeachment em cima da hora.
12/4/2016	O legado de Dilma	Independentemente do futuro da petista, seus erros em diversos setores da economia deixarão uma herança de destruição incomparável	Crítica o legado de Dilma, mas todas as críticas dizem respeito a sua condução da economia, sem mencionar a corrupção.
13/4/2016	Dilma e o pêndulo	Cenário segue indefinido, mas mudança no clima do Congresso agora indica tendência de aprovação do impeachment pela Câmara	Cita a derrota de Dilma na comissão. Considera que a balança tem pendido desfavoravelmente para Dilma e afirma que os "loteamentos de cargos" liderados por Lula não parecem ser suficientes para salvar a presidente.
15/4/2016	Clima de coexistência	Apesar das muitas paixões em jogo, país se se prepara	Faz algumas críticas ao temperamento de Dilma.

		para a votação do impeachment pela Câmara dos Deputados em ambiente pacífico	Considera que o Brasil vive uma cisão política de caráter pacífico e espera que se mantenha assim no contexto da votação.
16/4/2016	O papel do Supremo	STF julga ações relacionadas ao impeachment, eliminando dúvidas e reduzindo o campo para questionamentos após a votação deste domingo	Elogia o fato do STF ter se dedicado às minúcias do procedimento e se abstido de comentar seu conteúdo. Claramente defende uma postura onde o STF apenas deve garantir o cumprimento das etapas formais, deixando a avaliação de seu conteúdo (razões etc.) exclusivamente de foro do Congresso.
17/4/2016	Decisão da Câmara	Votação sobre impeachment de Dilma, seja qual for o resultado, não resolverá impasse político, moral e econômico do país	Editorial do dia da votação na Câmara. Considera que o Brasil já passou por crises políticas piores. Pontua que a votação não é o fim do processo, mas que o governo de Dilma pode ser considerado encerrado por culpa própria: coloca erros na economia e a corrupção do PT lado a lado. Crítica que corruptos estejam conduzindo o processo (cita Cunha e questiona Temer). Afirma que o impeachment não será a solução para a crise econômica, política e moral que o Brasil passa e nem encerrará a corrupção. Defende a renúncia de Dilma e Temer e a convocação de novas eleições. Sugere que um governo pemedebista possa atacar estruturas de combate à corrupção. Afirma que o povo brasileiro defenderá a Lava Jato.
18/4/2016	O país tem pressa	Com a autorização dada pela Câmara à sequência do impeachment de Dilma, não há motivos para prolongar a crise artificialmente	Comenta a aprovação na Câmara. Afirma que poucos deputados citaram as reais causas do impeachment e considera cinismo os que citaram o combate à corrupção (de qual não se tratava o processo) [interessante a ambiguidade,

			que aponta o fim do governo Dilma também pela corrupção ao mesmo tempo em que destaca que o impeachment não é sobre isso]. Afirma que o impeachment é legítimo política e juridicamente e que não deve ser contestado por nenhuma via, isso porque “Reflete a vontade da maioria da população, e deriva de uma ação conduzida conforme regras sancionadas pelo Supremo Tribunal federal” [sempre formalismos]. Afirma que não defendeu essa saída, mas a renúncia de Dilma e Temer e a consequente convocação de eleições mas, na sequência, condena a defesa de eleições gerais antecipadas feita pelos defensores de Dilma. Dá o julgamento no Senado como certo. Defende a punição de Cunha. Afirma que a Lava jato continuará avançando e que são necessárias reformas eleitorais e econômicas emergenciais.
19/4/2016	Ação imediata	Tudo leva a crer que Temer logo assumirá a Presidência; ele precisa apresentar com urgência um plano capaz de deter a crise econômica	Considera que Temer não tem a legitimidade das urnas, mas que pode conquistá-las com um plano de governo correto. Aponta uma série de ajustes econômicos que deveriam ser seguidos por Temer, muitos bastante radicais no avanço do desmonte do Estado, como “reformas mínimas”.
20/4/2016	Presidência anômala	Plenário do Senado talvez vote impeachment um mês após autorização da Câmara, prolongando em demasia o vácuo de poder no Planalto	Critica o fato de que o julgamento no Senado será menos rápido do que o esperado. Defende a legalidade do processo e critica afirmações de Dilma. Faz críticas a Temer.
21/4/2016	Golpe na ONU	Dilma ultrapassa os limites do aceitável ao usar Nações Unidas para	Faz duras críticas a expectativa de que Dilma faça denúncias de ter sofrido

		propagar noção ilusória de ruptura institucional no Brasil	um golpe de Estado na assembleia geral da ONU. Afirma que ela manchará a imagem do Brasil.
22/4/2016	A última de Cunha	Manobra na Câmara visa a facilitar acordo para livrar seu presidente da cassação, num abjeto prêmio pela condução do impeachment	Faz críticas severas e exige o afastamento de Cunha da Câmara. Novamente destaca que o processo de impeachment foi legítimo, apesar dos envolvidos.
23/4/2016	Sombras sobre Temer	Delações que envolvem o vice-presidente indicam que a crise deflagrada pela Operação Lava Jato não se encerrará facilmente	Destaca suspeitas de corrupção surgidas em delações contra Temer. Considera que a delação de Delcídio criou o clima que permitiu o impeachment. Considera que o apoio à Lava Jato é tamanho que seria um suicídio político interferir nas investigações.
24/4/2016	Governos mínimos	A ação de grupos de interesse e a ineficiência da máquina ajudam a explicar como, no Brasil, o Estado é ao mesmo tempo gigante e mínimo	Crítica o gigantismo do Estado e sua ineficiência para atender a população. Apresenta medidas de austeridade e avanço do neoliberalismo como benéficas para o povo.
26/4/2016	Incertezas em jogo	Embora Senado deva abrir processo de impeachment, faltam apoios à condenação de Dilma, o que pressiona eventual governo Temer	Considera que Dilma terá poucas condições de se defender a partir do momento que ocorrer seu afastamento. Considera que Temer terá dificuldades para nomear ministros por precisar cooptar senadores.
30/4/2016	Chega de Cunha	Supremo retardou demais discussão sobre afastamento do presidente da Câmara, que não hesita em utilizar o cargo em benefício próprio	Comemora a intenção de Teori Zavascki de colocar em pauta no STF o afastamento de Cunha por corrupção e lavagem de dinheiro. Afirma que Cunha sabe usar sua posição para atrapalhar as investigações. Considera absurdo que Cunha permaneça na linha de sucessão.
3/5/2016	Temer em seu tabuleiro	Ao começar montagem de seu futuro ministério, vice-presidente procura acomodar interesses de partidos que apoiaram o impeachment	Afirma que o avanço da Operação Lava Jato pode dificultar a formação do ministério de Temer, que se esforça por atender os partidos que viabilizaram o impeachment.

5/5/2016	O começo e o fim	MPF formaliza suspeitas e acusações de impacto contra Lula, Dilma e o que resta do esquema petista, sem perder de vista opositoristas	Considera que o PT ergueu um edifício de corrupção e que ele era atingido em sua estrutura de sustentação. Afirma que ainda é preciso investigar, mas considera provável que Lula seja o centro do esquema. Considera que a oposição também precisa ser investigada (cita Aécio e Cunha). Encerra novamente associando o PT à corrupção.
6/5/2016	Finalmente	Supremo afasta Cunha da presidência da Câmara e do cargo de deputado; espera-se que a Casa legislativa vote a cassação de seu mandato	Comemora o afastamento de Cunha pelo STF e considera que ele não viola a separação dos poderes. Cobra da Câmara a votação de sua cassação.
7/5/2016	Ruínas como exemplo	Loteamento irrestrito de ministérios sob Dilma ajuda a explicar a crise e deveria constituir alerta para governo prestes a começar	Considera que a barganha política nos ministérios dificulta a formação equipes técnicas e aponta o legado de ruínas da forma como Dilma conduzia a distribuição de cargos.
9/5/2016	Contagem final	Com aprovação, pelo Senado, de relatório favorável ao impeachment, mais um passo se dá na liquidação do governo de Dilma Rousseff	Comenta a aprovação na comissão do Senado e considera que a situação de Dilma é praticamente irreversível. Afirma que Dilma foi vítima de sua incompetência. Volta a cobrar a renúncia de ambos, que considera mais do que improvável.
10/5/2016	Surpresa grotesca	Ato de presidente interino da Câmara contraria plenário da Casa, mas termina ignorado pelo Senado, numa farsa que só prejudica imagem do país	Faz duras críticas ao presidente interino da Câmara, classificado como burlesco, por acatar recurso do PT e anular a sessão do impeachment.
12/5/2016	O fim e o princípio	Após afastamento de Dilma em consequência de seus inúmeros erros, é curto o tempo reservado a Michel Temer para reverter a crise	O governo Dilma acabou por seus próprios erros. Dilma era pessoalmente honesta, mas navegou em meio a corrupção sem remorso. O PT, desde o mensalão, retardou seu encontro com a verdade.
13/5/2016	A direção de Temer	Presidente interino indica caminhos que pretende seguir em seu governo,	O ministério de Temer foi composto pela velha prática de loteamento de cargos. A

		mas discurso renovador contrasta com velhos vícios na prática	ausência de mulheres reforça o discurso de que Dilma foi vítima de machismo.
15/5/2016	Recuperar, desarmar	Impeachment não foi a solução ideal, mas agora cabe a Michel Temer, além de reviver a economia, ajudar a cicatrizar feridas abertas	O impeachment foi constitucional. A acusação de golpe só não é estapafúrdia porque é mera propaganda, não análise política. Um dos motivadores para o impeachment foram os escândalos de corrupção do PT.
16/5/2016	Doa a quem doer	Temer não pode mostrar interesse no acobertamento da Lava Jato, mas operação tem sido fonte de incômodo para nomes de seu governo	O maior teste de Temer será no combate à corrupção. Ministros de Temer são suspeitos de corrupção. Seria catastrófico para Temer tentar encobrir a Lava Jato.
17/5/2016	Respeitar a lista	-	Houve discordâncias nas afirmações acerca da nomeação do novo procurador-geral da República por Moraes e Temer. A lista tríplice precisa ser respeitada. A origem da lista está no “engavetador-geral da República” de FHC. Se Lula e Dilma não tivessem respeitado a lista o mensalão e o petrolão poderiam ter sido abafados.
19/5/2016	Concessões demais	Temer desconsidera aspectos éticos em algumas de suas escolhas e abre as portas para seu governo enfrentar nova maré de escândalos	Ministros envolvidos com a Lava Jato provam que Temer priorizou sua sustentação no Congresso em detrimento da “regeneração ética do Executivo”. O novo líder do governo na Câmara tem vínculos com Cunha e é réu no STF.
24/5/2016	Primeira crise	Romero Jucá deixa o governo após divulgação de diálogo comprometedor; saída, porém, não elimina fontes de possíveis novos escândalos	Comenta o áudio de Jucá e Sérgio Machado (“estancar a sangria”). O conteúdo do áudio não deixa margem para se duvidar de seu significado. O governo Temer acomodou figuras suspeitas de corrupção e precisa também parecer honesto.
26/5/2016	Preparando o concerto	Além dos diálogos envolvendo Romero Jucá,	O diálogo com Calheiros indica a intenção de

		áudios mostram Renan Calheiros e José Sarney em tratativas para minar o ímpeto da Operação Lava Jato	“manietar a investigação” no STF com a transição. Sarney prometeu impedir que Camargo fosse processado por Moro.
30/5/2016	Seguir a cartilha	Para afastar desconfianças e teorias conspiratórias, ministros do STF deveriam evitar atitudes que destoem das práticas do Judiciário	Gilmar Mendes erra ao pedir que Aécio não seja investigado. O STF precisa tomar cuidado para que siga a cartilha de suas condutas e não manche o último poder da República que conserva credibilidade.
31/5/2016	Pouca transparência	Com menos de 20 dias de governo, temer perde seu segundo ministro por força de diálogos embaraçosos ligados à Operação Lava Jato	A escolha de ministros envolvidos com a Lava Jato já antecipava crises. O Ministro da transparência foi afastado por diálogos constrangedores com Machado e Calheiros. O fato de ter sido indicado por Calheiros dificultou seu afastamento por temer, que depende do Senado para aprovar seu pacote econômico e o impeachment de Dilma.
1º/6/2016	Deem a cajadada	Enquanto deputados não fazem o que deles espera a população, a dupla Maranhão e Cunha rebaixa ainda mais o nível da Câmara	Maranhão manobra para criar mecanismo que facilite salvar parlamentares no Conselho de Ética, beneficiando Cunha. Maranhão é fraco politicamente e sofre bullying parlamentar. Os parlamentares se livrariam de Maranhão se cassassem Cunha, o que abriria nova eleição para a mesa diretora.
2/6/2016	Operação censura	-	Tomados pelo espírito messiânico de salvadores da pátria, delegados da Lava Jato na “República de Curitiba” censuraram jornalista, inclusive com censura prévia.
5/6/2016	Ritos e espera	Pressionado pela própria interinidade, Temer dá aval à redução de prazos do impeachment e abre portas para novos questionamentos	O governo Temer é frágil. Temer dá o aval para reduzir o prazo do impeachment de Dilma por insegurança. Apenas “a intolerância extrema e o partidarismo

			preconcebido” poderiam ameaça-lo no momento.
7/6/2016	Encarar a sujeira	Instabilidade política dificulta superação da crise econômica, mas é o preço a pagar se país quiser passar a limpo passado de corrupção	O governo temer segue sofrendo instabilidades por suspeitas de corrupção de ministros. Novas delações podem produzir mais abalos. Embora precise de estabilidade, o Brasil não pode jogar a sujeira para baixo do tapete e precisa punir os responsáveis por corrupção.
8/6/2016	Falta explicar	Sinais de autonomia do MPF constituem inegável avanço, mas pedidos de prisão, pelo que se sabe até agora, soam exagerados	Os pedidos de prisão de Calheiros, Cunha, Sarnei e Jucá não causam surpresa. A Operação Lava Jato acabou com a impunidade de figuras de alto escalão. Apenas o pedido de prisão de Cunha não soa exagerado.
11/6/2016	Vitórias, por ora	Êxitos no Congresso mostram que estratégia de Temer para montar seu gabinete teve efeito, mas o teste mais relevante ainda está por vir	Apesar do Congresso estar acossado pela Lava Jato, Temer tem conseguido avançar suas pautas.
13/6/2016	Fora de hora	Ao acenar com realização de plebiscito para convocação de novas eleições, Dilma tenta cartada extemporânea, além de inconstitucional	As denúncias de golpe provêm dos círculos do PT. “A grande maioria da população” não acompanha esse discurso, embora não necessariamente apoie Temer. A defesa que faz Dilma de chamar um plebiscito por novas eleições é inconstitucional.
14/6/2016	Basta de Cunha	Com seu voto, deputada Tia Eron entrará para a história ao lado dos que combatem a corrupção ou como fantoche de quem vive de escândalos	Era esperado que a deputada Tia Eron desse o voto no Conselho de Ética que salvasse Cunha, mas há expectativa de que ela faça o contrário. A “imensa maioria da população” deseja que o deputado seja punido.
15/6/2016	Enfim o primeiro passo	Conselho de Ética aprova relatório pela cassação de Eduardo Cunha, que agora precisa ser votada pelo plenário da Câmara	Embora o processo de Cunha seja farto em provas, é aquele que mais se arrastou na história do Conselho de Ética. É improvável que o plenário absolva Cunha, mas seria desastroso se acontecesse.

16.6.2016	Novo degrau	Delação de Sérgio Machado implica mais de 20 políticos, entre os quais Michel Temer, e descreve antigo sistema de corrupção ecumênica	Por mais que seja certo haverem políticos honestos, a delação de Machado sugere o contrário. A delação cita nomes de PMDB, PT, PP, DEM, PSDB, PSB e PC do B. Temer é citado por pedir recursos para a campanha de Chalita a Prefeitura de São Paulo em 2012. O PMDB teria arrecadado R\$ 100 milhões. O governo Temer pode ficar duramente abalado. Delações da Odebrecht e da OAS teriam efeito explosivo.
17/6/2016	A cada novo escândalo	Revelações feitas por Sérgio Machado já custaram o cargo de três ministros de Temer, que se vê pressionado pelo avanço da Operação Lava Jato	O afastamento de Henrique Eduardo Alves gera constrangimento no governo, pois ele havia permanecido no cargo após as primeiras denúncias. O constrangimento é maior porque não é o primeiro afastamento em um governo de cinco semanas. A demissão de Alves tira força das declarações de repúdio de Temer contra a delação.
20/6/2016	Distorção parlamentar	Acochado pelo avanço da Operação Lava Jato, Renan abandona zelo institucional ao ameaçar Janot com abertura de impeachment	Calheiros pretende intimidar Janot ao ameaçar apreciar pedido de impeachment aberto contra ele. Janot exagerou ao pedir a prisão de Sarney, Renan e Jucá, mas agiu dentro da lei e não foi um ataque ao Legislativo. A única ameaça ao parlamento é a corrupção de seus membros.
21/6/2016	A espera da autocrítica	Ex-ministro Edinho Silva diz que PT ainda precisará reconhecer seus erros perante a sociedade, o que deveria ter feito há muito	O PT tem dificuldades de fazer autocrítica por sua empáfia. Edinho avalia que o PT será o partido mais afetado politicamente pela Lava Jato. Os escândalos de corrupção e o desastre na economia vão atrapalhar a reeleição de políticos petistas. Os eleitores não perdoarão quem possa tentar acabar colocando fim na Lava Jato antes da hora.

24/6/2016	Sem fim à vista	Longe de declinar, ímpeto da Operação Lava Jato se renova e se espalha em ações anticorrupção por todo o país, como deve ser	Comemora desdobramentos da Lava Jato, com o surgimento de outras investigações pelo Brasil. Cita suspeitos próximos de Lula, Dilma e Haddad. Cita também investigações envolvendo a campanha de Eduardo Campos e suspeitas sobre Aécio. Comemora que não haja um fim à vista para a Lava Jato (e seu modelo investigativo).
27/6/2016	Cuidar das delações	Discussões legislativas sobre colaboração premiada visam antes a inibir investigações do que a aprimorar esse valioso mecanismo	Comenta discussões legislativas para regulamentar delações premiadas. Na argumentação, ignora o impacto político dos vazamentos, considerando que eles não têm efeito no processo.
28/6/2016	Câmara em festa	Waldir Maranhão segue com manobras a favor de Eduardo Cunha, agora sob o pretexto de permitir que deputados festejem São João e São Pedro	Sugere que o feriado prolongado beneficiaria Cunha, lhe dando tempo em seu “arrastado processo de cassação”.
30/6/2016	Boca-livre	Escândalo com patrocínios obtidos pela Lei Rouanet abre outra frente de combate à corrupção, talvez estimulada pelo êxito da Lava Jato	Comenta a Operação Boca-Livre, que teria aberto “a caixa-preta das irregularidades na Lei Rouanet”. Considera que a lei precisa de aprimoramento urgente.
1º/7/2016	Jogo de sombras	Teor das conversas entre Temer e Cunha ainda está por esclarecer, mas, seja qual for o motivo do encontro, ele jamais deveria ter acontecido	Critica a reunião entre ambas, até então mantida em segredo, e afirma que Temer deveria manter distância de Cunha que tornou-se “exemplo por excelência do que há de mais condenável nas práticas políticas brasileiras”.
7/7/2016	Cabeças e sentenças	STF explicita divergências quanto à possibilidade de prisões mais céleres, em conflito que deveria ser resolvido pela via legislativa	Afirma que a revolta com a corrupção transformou a opinião pública, agora mais favorável à penas severas (na época da ditadura haveria maior complacência com os réus). Cobra que o Congresso resolva o impasse da condenação em segunda

			instância, tendo em vista que na Constituição tal como posta isso configuraria prender um inocente.
8/7/2016	Até que enfim	Cunha renuncia à presidência da Câmara com a esperança de salvar mandato; será um escárnio se governo Temer e deputados permitirem isso	Retoma a imagem de que Cunha é a personificação do político que a população tem repulsa. Lembra que Calheiros já se salvou de processo semelhante através de renúncia. Cobra uma posição clara de Temer.
13/7/2016	Reações legislativas	Em paralelo ao avanço da Lava Jato, acumulam-se no Congresso iniciativas capazes de aplacar as pressões sobre as autoridades investigadas	Considera que a Lava Jato teve êxitos indiscutíveis. Cobra atenção às medidas em discussão que poderiam enfraquecer o combate à corrupção.
16/7/2016	Desalento paulistano	Rejeição a Haddad reflete deficiências de sua gestão e colapso do PT; Datafolha indica fadiga do eleitorado com a política e a cidade	Considera que a corrupção abalou profundamente a imagem do PT, enfraquecendo as chances de Haddad buscar a reeleição.
22/7/2016	Lobby às claras	-	Afirma que a prática do lobby tem má fama no Brasil, por estar associada à corrupção, mas que a regulamentação em discussão é positiva.
24/7/2016	Laboratório eleitoral	Oficialização de candidaturas marca largada de disputas pela prefeitura, num pleito em que serão testadas regras restritivas para doações	Afirma que a proibição de doações de empresas, a ser testada pela primeira vez nas eleições municipais, não impedirá a prática de caixa dois.
28/7/2016	Do despiste à delação	Papel do marqueteiro João Santa nas investigações da Lava Jato promete ser decisivo para implicar Dilma e, indiretamente, Temer	Aponta que a afirmação de Santana de que 98% dos recursos de todas as campanhas provinham de caixa dois é verdadeira, mas não de que ele seria perseguido (embora seja o único marqueteiro em investigação).
1º/8/2016	Debate incipiente	Sabatinas com candidatos à prefeitura paulistana dão largada a discussões a serem aprofundadas, começando por corrupção e escassez de verbas	Considera que a Operação Lava Jato eclipsou a eleição municipal. Aponta a centralidade da corrupção para o debate futuro.
2/8/2016	Lula réu	Ex-presidente vê prestígio esvaír-se e 2018 ficar mais distante depois de	Considera que as suspeitas de corrupção estão consumindo o capital

		desastrado recurso à ONU e aceitação de denúncia pela Justiça	político de Lula e que ele chega enfraquecido para 2018.
3/8/2016	Caixa-preta explosiva	Ministério da Defesa mantém por prazo indefinido sigilo de documentos sobre comércio de armas, apesar da Lei de Acesso à Informação	A dificuldade para fiscalizar a área militar classificaria o Brasil como área de alto risco para corrupção.
4/8/2016	Falta pouco	Processo do impeachment de Dilma Rousseff (PT) se aproxima do desfecho que não poderá ser outro exceto o afastamento permanente	Dá como certo o desfecho do impeachment no Senado. Pondera que Dilma pode ter cometido fraudes orçamentárias agindo de boa-fé, mas retoma o argumento da dimensão política do impeachment e diz que ela que seu “governo calamitoso” fez com que a população apoiasse o impeachment.
6/8/2016	Sem personalismo	Discussões sobre pacote anticorrupção na Câmara levam petistas a hostilizar Sergio Moro, e juiz descarta projeto político pessoal	Critica o personalismo do combate à corrupção na figura de Moro, atribui isso à fraqueza institucional, mas elogia o caráter técnico de sua intervenção e o fato de afirmar não ter projetos políticos pessoais (embora o próprio instituto Datafolha, em abril de 2016, inclua Moro como postulante à presidência). Parece ter uma opinião ambígua sobre o pacote anticorrupção.
9/8/2016	A sangria continua	Declarações de executivos da Odebrecht com vistas a acordo de delação abarcam Temer e Serra, chegando ao núcleo do governo interino	Pondera que as denúncias atingem o núcleo do governo, mas ainda precisam ser investigadas, Contudo, considera difícil que a Lava Jato não avance para além dos governos petistas.
11/8/2016	Destino selado	Placar da penúltima votação do impeachment no Senado Federal supera o necessário para o definitivo afastamento de Dilma Rousseff	Novamente dá o desfecho como certo e atribui o fim dos governos petistas à “uma tripla falência – econômica, política e moral”. Cita as suspeitas a Temer e aos partidos que antes estavam na oposição.
14/8/2016	Salto no escuro	No mundo ideal, novas regras eleitorais parecem	Sugere que a proibição de doações empresariais irá

		moralizadoras; na realidade política, elas devem gerar efeitos colaterais preocupantes	produzi maior corrupção, com caixa dois e dinheiros de fontes ilícitas (como do crime organizado). Também afirma que a redução do tempo de campanha favorecerá alguns perfis (candidatos à reeleição, celebridades etc.).
17/8/2016	Página virada	Carta de Dilma Rousseff aos senadores sobre o processo do impeachment nada acrescenta a uma realidade política já configurada	Reconhece que não pairam suspeitas sobre a honestidade de Dilma, o que não se pode dizer de seus acusadores no Congresso, e que as fraudes fiscais são pequenas diante da corrupção da política brasileira. Nega a tese do golpe, afirma que o medo “instabilidade política e de divisão irreconciliável da sociedade” não se confirmaram “nem de longe” [hipótese que seria destroçada em 2018]. Considera o governo Dilma página virada da história.
24/8/2016	Dois pesos	Vazamento de menção a ministro Dias Toffoli em pré-delação da OAS resulta em zelo incomum no STF e na Procuradoria-Geral	Afirma que não parecem haver suspeitas reais sobre Toffoli. Defende que houve corporativismo no episódio, em um esforço de circunscrever a Lava Jato.
25/8/2016	Compêndio de falcatruas	-	Comenta balanço de 2015, por parte do TCE de São Paulo, que indicou um número elevado de fraudes em editais (1/4) e contratos (45%), classificando como “capítulo deprimente da realidade nacional” e cobrando punições aos fraudadores.
27/8/2016	Lógica no hospício	Debate sobre o impeachment lança seus derradeiros e desesperados meteoros de retórica no Senado, embora resultado já pareça definido	Considera que a retórica de acusar golpe de Estado tem como objetivo construir uma narrativa, apenas, e não reverter o processo (dado como inevitável). Defende que o impeachment traga um desfecho pacífico para a crise.

28/8/2016	Pedaladas em questão	Não se debatem as manobras contábeis, mas a participação direta de Dilma; juízo político do impeachment, contudo, é legítimo e irrecorrível	Utiliza a amplitude da votação na Câmara e a esperada grande soma no Senado como argumento da necessidade do impeachment. Defende que o processo tem sido correto e não há razões para recusar o veredito.
30/8/2016	A defesa de Dilma	Presidente afastada aponta fragilidades na base jurídica do impeachment, mas não convence ao atribuir-se a condição de vítima de golpe	Inicialmente elogia a defesa feita por Dilma, mas faz duras críticas ao seu conteúdo. Considera que os senadores estão imbuídos do poder constitucional de julgar se ela cometeu crime de responsabilidade [como se sua decisão coletiva fosse produtora de realidade]. Critica as denúncias de golpe como o recurso a um “vício antigo” e afirma que Dilma quer entrar para história como vítima, porque jamais foi estadista.
1º/9/2016	Governo novo	Embora os delitos cometidos não sejam irrefutáveis, todo o processo de impeachment foi constitucional; a Temer cabe agora governar de fato	Defende a constitucionalidade do processo. Afirma que as acusações de fraude orçamentária nunca se mostraram irrefutáveis. Defende novamente que o mais adequado teria sido a renúncia. Afirma que Temer é o presidente legítimo. Afirma que foi inconstitucional a decisão de poupar os direitos políticos de Dilma. Classifica seu governo como “um dos piores da história nacional”. Defende que Temer tome posições “corajosas e firmes” para salvar a economia: anunciar que não será candidato em 2018 e anunciar projetos de reforma econômica (teto de gastos e da Previdência), “sem as quais o Brasil não emergirá da recessão calamitosa em que atolou há dois anos”.

1º/9/2016	Fresta de oportunidade	-	Reforça os argumentos do editorial anterior da necessidade das reformas econômicas.
3/9/2016	Pacote precipitado	Avançar no combate à corrupção é fundamental, mas medidas propostas pelo Ministério Público precisam ser debatidas com atenção	Tema a desaceleração do combate à corrupção pós-impeachment. Considera que as “dez medidas contra a corrupção” são positivas, mas precisam ser aprimoradas, porque existem medidas abusivas.
6/9/2016	Balanço de uma época	Anos de petismo tiveram avanços sociais inegáveis, porém agravaram problemas estruturais da política e da economia brasileiras	Faz avaliação dos 13 anos de governos petistas. Afirma que a corrupção não nasceu com o PT, embora o partido tenha tido especial voracidade. Também afirma que o combate a desigualdade não começou com o PT, mas se aprofundou nesses governos, ao mesmo tempo em que o governo Lula teria revivido a prática populista de atribuir a si a responsabilidade pelo fim da desigualdade. Considera que o fim de seu governo não representa o fim da corrupção e do patrimonialismo.
7/9/2016	Fundos e fraudes	Polícia Federal puxa ponta do véu que encobre relações espúrias entre políticos e gestores de bilionárias caixas de pensão nas estatais	Considera que seja um dado generalizado a corrupção em fundos de pensão de estatais.
11/9/2016	Ressuscitar as estatais	Petrobras e Eletrobras têm longo caminho à frente até que se desfaça o efeito devastador dos prejuízos impostos pela política do PT	Coloca a corrupção ao lado da má gestão como causas para a situação das estatais.
12/9/2016	Tempo esgotado	É hora de a Câmara cassar, sem mais manobras de protelação e abrandamento, o mandato parlamentar de Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	Considera que Cunha ainda não foi julgado, por isso seu afastamento não se dá por corrupção, mas por quebra de decoro (por ter mentido na CPI da Petrobrás sobre suas contas no exterior).
14/9/2016	Que venham os próximos	-	Classifica Cunha como símbolo da corrupção, embora apenas “depois de

			desarmada a máquina de rapinagem do PT". Indica esperança que outros políticos envolvidos em corrupção tenham o mesmo destino.
15/9/2016	Comandante máximo	Em denúncia contra Lula na Lava Jato, MPF usa palavras devastadoras, mas a acusação formal, baseada em provas, tem alcance mais modesto	O petrolão seria apenas uma parte de um esquema maior, segundo o MP, a propinocracia, ao qual Lula tem o posto de "comandante máximo". Considera que as provas da apresentação (classificado como verossímil) são fracas para uma acusação tão grandiloquente.
19/9/2016	Letargia incompreensível	-	Critica o anúncio de que o julgamento das contas da chapa Dilma e Temer ficará para 2017. Condena a possibilidade de uma eleição indireta, em caso de condenação das contas. Questiona quem seriam os interessados por essa letargia.
21/9/2016	Manobra vergonhosa	Sorratamente, falsos campeões da moralidade no Congresso tentaram aprovar projeto que perdoa caixa dois praticado até agora	Afirma que congressistas se cansaram de se apresentarem como defensores da corrupção e que desejam sair impunes. Utiliza o termo propinocracia se referindo à "maioria dos partidos".
22/9/2016	Lula réu, de novo	Sérgio Moro aceita denúncia contra Lula por lavagem de dinheiro e corrupção e acerta ao tentar restringir o debate jurídico aos autos processuais	Elogia as afirmações de Moro de que se deteria ao devido processo legal [o que o futuro demonstraria ser uma leitura de enorme inocência]. Afirma que Lula tem o direito de se defender através de discursos políticos, mas que precisará também fazê-lo nos autos. Lembra que uma condenação em segunda instância o impediria de concorrer em 2018.
24/9/2016	Sempre mais	Sem linhas definidas de polarização, candidatos a prefeito usam debate para	Afirma que a derrocada do sistema lulista condenou a candidatura de Haddad.

		prometer de tudo sem se aprofundar em nada	
25/9/2016	De dentro e de fora	Excessos cometidos por autoridades da Lava Jato interessam aos que se fingem de vítimas e aos que desejam enterrar a investigação	Considera que os excessos da Lava Jato servem apenas aos detratores da operação e que se ela pretende sobreviver, precisa da “estrita observância da lei”.
27/9/2016	Exibição infeliz	Ao antecipar nova etapa da Lava Jato, ministro da Justiça estimula especulações sobre interferência do governo Temer na investigação	Sugere que Moraes pode ter informações sobre os próximos passos da Operação Lava Jato que ele não deveria possuir, o que pode indicar interferência do governo.
3/10/2016	Oportunidade perdida	Vitória do tucano João Dória já no primeiro turno frustra as expectativas de um debate real sobre suas propostas para a cidade de São Paulo	Atribuiu à “saturação geral com o petismo” como uma das causas para a vitória em primeiro turno de Dória em São Paulo.
4/10/2016	A derrocada do PT	Partido de Lula e Dilma perdeu sob todos os ângulos na eleição municipal deste ano e continuará definhando se não mudar suas práticas	Considera que o PT sofreu derrota acachapante nas eleições municipais por causa do “impacto devastador” da Lava Jato e do desastre do governo Dilma.
9/10/2016	Menos impunidade	Em votação apertada, STF reafirma que pode ser preso quem tenha sido condenado em 2ª instância, decisão que amplia efetividade da Justiça	A FSP muda seu posicionamento em relação sob o argumento de que se reduziria o clima de impunidade.
14/10/2016	Vícios e virtudes penais	Proposta de endurecer regras para soltar presos vai na direção correta, mas ainda contém algumas doses de incoerência e populismo	Concorda com o endurecimento das possibilidades de progressão de regime para crimes violentos, mas considera populismo a inclusão da corrupção.
17/10/2016	Ritmos desiguais	Enquanto em Curitiba se decidem com celeridade os casos de corrupção, investigações no STF se desenvolvem a passos lentos	Critica o descompasso entre a celeridade com que a vara de Curitiba condena réus e a lentidão no STF.
18/10/2016	Temer e a balança	Com vitórias expressivas no Congresso, governo avança com sua agenda econômica, mas Operação	Considera que o apoio que Temer tem encontrado para sua agenda econômica no Congresso pode não corresponder a forma como

		Lava Jato ainda é fonte de desequilíbrio	a Operação Lava Jato está sendo e será fonte de desequilíbrio.
20/10/2016	O homem-bomba	Prisão de Eduardo Cunha, determinada pelo juiz federal Sergio Moro, deixa políticos perplexos e apreensivos com eventual delação premiada	Considera que uma delação de Cunha seria uma bomba para o mundo político.
26/10/2016	À flor da pele	Reação de Renan a prisão de policiais legislativos gera atrito entre Poderes, mas constitui problema menor se limitar-se ao campo retórico	Embora pondere que Calheiros possa ter razão em suas críticas, considera que ele foi excessivamente estridente. Usa a prisão de Cunha como ameaça ao senador do que pode acontecer caso afronte à Lava Jato (situa a Operação acima de críticas).
30/10/2016	Despiste ou cinismo	Mesmo se corretas, críticas a operações policiais e ao Poder Judiciário perdem credibilidade quando são feitas por políticos suspeitos	Desqualifica a crítica de Calheiros por ele ser investigado pela Lava Jato.
1º/11/2016	Pêndulo brasileiro	Corrupção e crise econômica abatem o PT e favorecem ascensão do PSDB; quadro político cada vez mais fragmentado preocupa	Atribui aos escândalos de corrupção a queda de 61% de prefeituras controladas pelo PT. Indica que o Brasil rumo para a centro-direita. A ascensão de inúmeros partidos é apontada como consequência negativa, defendendo uma reforma que reduza o número de partidos.
7/11/2016	Contra a evidência	Um réu em processo criminal não tem como ocupar cargo de presidente da Câmara ou do Senado; pedido de vistas de Toffoli só adia o óbvio	Critica o fato de Toffoli ter pedido vistas do processo envolvendo Renan Calheiros, o que seria do interesse de Temer.
8/11/2016	Sem cortesia	Se prazo de repatriação for reaberto, o mínimo a exigir é que a pena seja maior e que políticos e seus familiares não possam participar	Afirma que o valor cobrado para a repatriação deveria ser mais elevado e que políticos e seus familiares sejam vetados da medida.
11/11/2016	Ó céus	-	Comentando o escândalo da "farra das passagens" sugere que autoridades políticas

			tenham seus salários aumentados, percam todos os benefícios e precisem custear por conta própria passagens, funcionários não contratados e etc.
14/11/2016	Mais manobras	Acumulam-se as tentativas parlamentares de arrefecer as investigações no âmbito da Lava Jato; sociedade precisa manter-se vigilante	Afirma que as suspeitas sobre Renan Calheiros contaminam a legitimidade de projeto contra abuso de poder que corre com sua liderança. Afirma que os parlamentares esperam o “cochilo da sociedade” para se livrarem da ameaça da Lava Jato.
15/11/2016	Ineficiência privilegiada	-	Comenta o alto número de processos com foro privilegiado em que o réu se beneficiou da lentidão do STF, por exemplo com prescrições. Propõe alternativas.
19/11/2016	Longe de terminar	Prisão de Sérgio Cabral (PMDB) é nova etapa na série de operações policiais centradas no PT que ainda pode alcançar o PSDB	Afirma que grandes obras não são feitas no país sem corrupção e que, por isso, a Lava Jato deve ter vida longa. Considera que, depois do PT, a operação chega no PMDB e pode avançar para o PSDB.
22/11/2016	Atenção redobrada	Sociedade deve vigiar tanto as tentativas parlamentares de desidratar leis contra a corrupção quanto os abusos cometidos em seu nome	Defende que se tenha cuidado para que, ao combater mecanismos de abuso de poder (o que seria necessário), não se favoreça a impunidade. Questiona a legitimidade dos parlamentares desenvolverem essa discussão.
25/11/2016	O ardil dos parentes	Projeto de repatriação de recursos aprovado no Senado terminou por oferecer benefícios indevidos a acusados de corrupção	Afirma que foi feito prestidigitado para permitir que familiares de corruptos sejam usados para repatriar legalmente recursos.
27/11/2016	Não aprenderam nada	Comportamento dos políticos brasileiros pós-impeachment continua a pautar-se pelo fisiologismo, autoritarismo e desprezo à opinião pública	Demissão de Geddel Vieira Lima. Afirma que Temer se cercou de figuras fisiológicas que, mesmo após o impeachment, não se importam com a opinião pública. Considera que a

			população não irá mais tolerar a corrupção.
28/11/2016	Prevenir o arbítrio	Texto no Senado sobre abuso de autoridade é bom ponto de partida, mas requer ajustes para não cercear a atividade de juízes e procuradores	Defende a validade da discussão da nova lei sobre o abuso de autoridade, mas critica o vício de origem (Calheiros e Jucá).
2/12/2016	Repulsa e exaltação	Confronto entre políticos e autoridades da Lava Jato a respeito de medidas contra a corrupção adquire perigosas variações de desequilíbrio	Considera que algumas das alterações do pacote de medidas anticorrupção como fruto da tentativa de parlamentares se salvarem (cita o PT e o PP, lembrando que são partidos envolvidos com a Lava Jato). Contudo, salienta que o projeto não é intocável e que existem alterações que são necessárias para aperfeiçoá-lo.
6/12/2016	De volta às ruas	Manifestações se reacendem no país, têm Congresso como alvo e servem de sinal de alerta contra os que buscam atalhos para a impunidade	Afirma que as manifestações se voltam contra o Congresso por causa das alterações do pacote de medidas anticorrupção, o que devolveu o “verde-amarelo às ruas”. Considera que a sociedade não irá mais tolerar acordões.
7/12/2016	Ordem e desordem	Afastamento de Calheiros e desobediência à decisão de ministro do STF abrem mais um flanco de imprevisibilidade	Considera temerária a decisão de marco Aurélio, de forma monocrática, em afastar Calheiros da presidência do Senado, mas afirma que ninguém pode descumprir ordem judicial (o que de fato acontecia). Aponta que, se afastado, o governo perde um líder importante na aprovação da PEC do teto de gastos.
9/12/2016	Salvou-se	Embora variados argumentos jurídicos possam ser usados a seu favor, Renan Calheiros se beneficiou de decisão do STF com sabor de casuísmo	A opinião pública estaria desalentada pela manutenção de Calheiros no cargo. Afirma que Calheiros desmoralizou o STF ao descumprir decisão judicial e não ser punido. Destaca que o STF ponderou que ele estava a frente da tomada de importantes medidas econômicas.

13/12/2016	Forte revés	Citado em delação premiada e com popularidade em queda, Temer precisa acelerar agenda econômica antes que a crise política a contamine	A delação da Odebrecht, em negociação, seria a maior crise política do governo Temer. Comenta a queda profunda da aprovação do governo. Considera que Temer tem pressa para salvar a economia, o que melhoraria a sua imagem, e afirma que ele não tem tempo a perder, antes de ser sugado pelo “córtilice da crise política”.
14/12/2016	Depois do teto	Aprovação final, pelo Senado, de proposta que limita gastos dá alívio a governo, mas sanar as contas do país ainda depende de outras medidas	Comemora a aprovação do teto de gastos no Senado, o que também seria um alívio para o governo, “ameaçado pelas delações premiadas da Odebrecht e pressionado pela queda de popularidade”. Cobra que seja feita uma reforma da previdência, porque apenas o teto não seria suficiente no longo prazo.
16/12/2016	Mais comedimento	Voluntarismo judicial e incontinência verbal de alguns ministros do STF servem apenas para intensificar a crise política	Critica a decisão de Luiz Fux em interferir na tramitação do pacote de medidas anticorrupção, reagindo à pressão da opinião pública. Cita também outras interferências monocráticas (afastamento de Calheiros e proibição da posse de Lula como ministro) para argumentar que, seguindo assim, o STF interfere no equilíbrio dos poderes e torna-se ele mesmo fator de instabilidade.
17/12/2016	Horizonte incerto	Mal se começa a conhecer o conteúdo das delações da Odebrecht e nome de Michel Temer já aparece em dois relatos	Considera que o vasto apoio a Temer no Congresso torna vaga a possibilidade de seu afastamento.
18/12/2016	PEC da eleição direta	-	Condena a possibilidade de que haja eleição indireta para a presidência no caso de afastamento de Temer pela cassação de sua chapa. Sugere uma PEC que autorize a eleição indireta

			apenas nos últimos seis meses de um mandato.
21/12/2016	Sem tempo a perder	Enquanto Justiça não chegar a veredito sobre delações da Odebrecht, governo e Congresso ficarão envolvidos em névoa de suspeita	Elogia a decisão de Teori Zavascki em trabalhar no recesso de janeiro para poder homologar os acordos de delação premiada com funcionários da Odebrecht.
21/12/2016	Além da Lava Jato	-	Comenta investigações locais de combate à corrupção e envolvimento com outros crimes. Comemora esse novo clima de “fim da impunidade” produzido pela Operação Lava Jato e que não pode ficar circunscrito a ela.
23/12/2016	Passos à frente	Acordo da Odebrecht com autoridades dos EUA revela o quanto já se conseguiu, e o quanto falta avançar, no combate à corrupção	Considera que os acordos da Odebrecht com os EUA mostram que o escândalo é sem precedentes não apenas no Brasil, mas internacionalmente. Desqualifica a justiça brasileira frente à estadunidense e elogia os padrões legais de transparência aos quais a empresa estava submetida pela legislação dos EUA, diferente dos padrões brasileiros.
25/12/2016	De olho neles	Em ano intenso, Congresso tem impeachment, cassações, votações importantes, desaprovação recorde e escândalo de corrupção	Considera que o Congresso teve um ritmo de trabalho pouco usual nesse ano. Aponta que, apesar disso, os parlamentares recebem reprovação recorde de parte da sociedade. Cobra atenção da sociedade, para que não permita que os políticos livrem “a própria cara” em 2017, o que é apresentado como iminente.
26/12/2016	A mente corrupta	-	Afirma que há uma sensação de normalidade da corrupção entre políticos e empresários. Cita estudo de neurocientista explicando a forma como o cérebro naturaliza a conduta antiética.

27/12/2016	Semestre decisivo	Ambiente pós-impeachment alcançou estabilização ainda precária; está em aberto se ela se consolidará ou se dará vez a novo ciclo imprevisível	Comenta o possível futuro do governo Temer, indicando a possibilidade de que ele chegue ao fim mais cedo.
28/12/2016	Haddad de saída	Petista deixa legado civilizatório para a cidade de São Paulo, mas, em meio a conjuntura desfavorável, sua gestão decepcionou	Avalia o governo Haddad. Considera que ele sofreu desgaste pela crise do PT. O aponta como político sério, o que já seria significativo em tempos de Lava Jato.
31/12/2016	O ano se prolonga	Gilmar Mendes atropela a maioria do TSE ao autorizar a posse de três prefeitos eleitos que a própria corte havia julgado inelegíveis	Critica Mendes por desautorizar o colegiado do STF e autorizar que três prefeitos, condenados antes da vigência da Lei da Ficha Limpa, tomem posse.